



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
UEPB/UFCG**

**ADEISA GUIMARÃES CARVALHO**

**A DIMENSÃO AMBIENTAL DO PLANEJAMENTO URBANO: uma análise crítica  
das políticas de gestão de Resíduos Sólidos em Campina Grande - PB**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2013**

**ADEISA GUIMARÃES CARVALHO**

**A DIMENSÃO AMBIENTAL DO PLANEJAMENTO URBANO: uma análise crítica  
das políticas de gestão de Resíduos Sólidos em Campina Grande - PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Lemuel Dourado Guerra

CAMPINA GRANDE – PB  
2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C331d Carvalho, Adeísa Guimarães

A dimensão ambiental do planejamento urbano [manuscrito] :  
uma análise crítica das políticas de gestão de resíduos sólidos em  
Campina Grande - PB / Adeísa Guimarães Carvalho. - 2013.  
238 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional ) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e  
Pesquisa, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra, Departamento  
de Ciências Sociais".

1. Gestão de Resíduos Sólidos. 2. Ecologia Política. 3.  
Planejamento Urbano. I. Título.

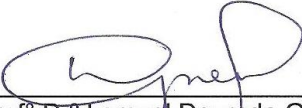
21. ed. CDD 363.737

ADEISA GUIMARÃES CARVALHO

**A DIMENSÃO AMBIENTAL DO PLANEJAMENTO URBANO: uma análise crítica  
das políticas de gestão de Resíduos Sólidos em Campina Grande - PB**

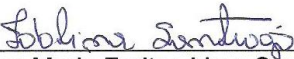
Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Regional da  
Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito para a obtenção do  
título de Mestre em Desenvolvimento  
Regional.

Aprovada em 10 de outubro de 2013.



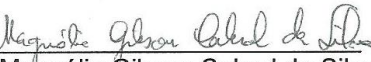
---

Prof.º Dr.º Lemuel Dourado Guerra  
Orientador



---

Prof.ª Dr.ª Idalina Maria Freitas Lima Santiago  
Examinadora Interna  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof.ª Dr.ª Magnólia Gibson Cabral da Silva  
Examinadora Externa  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

## AGRADECIMENTOS

Na estrada de composição desta pesquisa eu nunca estive sozinha, posso olhar pra trás e contemplar a presença de Deus em casa momento, em cada descoberta, inspiração, nos questionamentos, nas incertezas e nos insights. Deus é o meu fôlego de vida, obrigada. Amo-te. Como uma mostra de bondade Ele ainda colocou pessoas maravilhosas em minha vida. Agradeço aos meus pais Luiz Nogueira e Adeilde Guimarães pelo carinho, cuidado, amor, entusiasmo e por sempre estarem presentes em minhas lutas diárias. Às minhas irmãs Aleise, Airla e ao meu amigo Mateus por me concederem momentos de alegria que me ajudavam a recobrar as forças; agradeço a Adeilza Trindade por ter ouvidos generosos, palavras animadoras, atitudes admiráveis, por não medir esforços para me acompanhar em cada entrevista e me dar dicas sobremodo excelentes. À Marta Aires pela presença, compartilhamento e doçura; aos meus amigos Rana, Claudinha, Juliana, Kalinca, Kally e Andreza pelo carinho e estímulo; à Igreja Ebenézer pelas orações e vibração em cada conquista. Agradeço ao meu orientador/incentivador Lemuel Guerra por sempre me provocar a ser ousada, questionadora, intensa e manter um espírito ensinável, obrigada querido. Registro minha gratidão à professora Ramonildes Gomes que, gentilmente, me co-orientou na formatação final do projeto de pesquisa dando-me indicações preciosas. Aos meus queridos e valorosos colegas da III turma, toda esta galera gente boa que tive oportunidade de conhecer e conviver (Acácia, Dênis, Helayne, Hérica, Isabelle, Leonardo, Luana, Mayara, Olímpio, P. Jorge, Raíza, Samara, Vanderléia, Cartaxo, Wel). Em especial àqueles que me acompanharam diuturnamente durante os meses em Curitiba (Érika, Ivana, Maricelle e Helder), vocês são muito especiais, obrigada por todos os momentos que passamos juntos, os desafios e as descobertas. De igual maneira manifesto a minha estima pelo corpo docente do MDR, pelos profícuos debates em sala de aula que tanto me ajudaram a pensar e repensar o que eu tinha como certo e imutável. Especialmente ao professor Cidoval Moraes que, na condição de coordenador, manteve o zelo e a paixão por este programa. Agradeço à CAPES e à UEPB por me conceder a oportunidade de ter participado do PROCAD junto à PUC em Curitiba, foram momentos de aprendizado e crescimento humano, assinalo meu apreço a todos os professores dessa instituição. Não posso deixar de agradecer a prestativa equipe de secretários do MDR: minhas queridas Marilene, Luciene e Luciana. Expresso meu apreço e respeito a todos as pessoas que me ajudaram nesta pesquisa, aos entrevistados, especialmente aos catadores, para quem a política de resíduos sólidos revela sua face mais dramática. Grata.

*Isso é o que dá viver catando lixo  
Que falta de educação, mané  
Que tal criar vergonha, quem já viu ser  
Transportadora de bicho de pé*

*Na secretaria há uma enorme preocupação  
Com uma nova epidemia que ameaça a população  
Pois um infeliz parece um mutante  
Quando ele anda o que se vê  
Segundo a secretária faz dó  
O pobre é uma malha ferroviária ambulante*

*Sua excelência, o prefeito, homem de coração  
Se declarou perplexo e horrorizado  
Tanto que já mandou tomar providências  
Todo lixo será protegido por vigilantes armados  
Que vão entregar cartilhas aos pés inchados*

*Édipo, o homem que virou veículo  
Mundo Livre S/A*

## RESUMO

Esta dissertação nasceu da reflexão crítica sobre as mudanças históricas na localização geográfica dos lixões oficiais da cidade de Campina Grande – PB, em como, neste município, a posição geográfica dos lixões informa sobre as práticas de gerenciamento de resíduos e sua conexão com o planejamento urbano. A pesquisa que subsidiou a escrita deste texto dissertativo teve como objetivo principal: analisar a política de planejamento urbano e de gestão dos resíduos sólidos em Campina Grande – PB tomando como referência empírica as ações de criação e extinção dos *lixões*. e os condicionantes de seu posicionamento geográfico. A localização das plantas de resíduos foi analisada considerando os dois movimentos de deslocamento do lugar do lixo na cidade: sendo o Primeiro Movimento o “Do Distrito Industrial para o Mutirão” no ano de 1994; e o Segundo Movimento: “Do Mutirão para Puxinanã”, em 2012. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritivo-explicativa cuja metodologia foi a análise de documentos que versam sobre planejamento urbano e as ações na área de resíduos sólidos, para compor as descrições do Primeiro Movimento, e uma etnografia do Segundo Movimento; além de entrevistas semi-estruturadas com os atores institucionais e não institucionais envolvidos na gestão urbana e de resíduos [sólidos] em Campina Grande-PB. Dentre as principais conclusões destacamos as seguintes: (1) Nos períodos analisados, entende-se que o planejamento urbano e a gestão de resíduos sólidos praticados podem ser classificados como *de ocasião*. O planejamento e a gestão de resíduos *de ocasião* se caracterizam por carecer de articulação com as outras áreas de preocupação, tais como as políticas de habitação, saúde, assistência social e de desenvolvimento econômico; sendo formulados em resposta a algum evento que exija uma ação imediata do estado ou ainda subjugados a interesses que beneficiam politicamente o governo em exercício; (2) a gestão de resíduos sólidos na cidade tem historicamente secundarizado a preocupação ambiental; (3) as variáveis referidas ao desenvolvimento humano também têm sido relegadas a segundo plano nos momentos históricos da política municipal de gestão de resíduos sólidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resíduos Sólidos, Ecologia Política, Planejamento Urbano

## ABSTRACT

This dissertation was born of a critical reflection on the practices of waste management and its connection with urban planning in Campina Grande (Paraíba – Brazil), focusing on them from historical changes in the geographic location of the official city dumps. The central **objective** of the research that formed the basis for writing this text was to analyze, in light of the **theoretical perspective** of Political Ecology and the principles of urban planning, the actions of creation and extinction of the city dumps from two movements thru which the placement of garbage was shift in town: 1st movement, "From Industrial District to Mutirão," in 1994; and the 2nd movement, "Do Mutirão to Puxinanã", in 2012. This is a descriptive/exploratory/explanatory study whose **methodology** was a critical ethnography of moments cited above, the analysis of documents that deal with urban planning and actions in the area of solid waste, in addition to semi-structured interviews with non random samples of pickers of recyclable and non-institutional and institutional actors involved in formulation of urban management and waste [solid] policies in Campina Grande. Among the key findings we highlight the following: (1) the planning and management of solid waste in the city practiced in the analyzed periods can be classified as occasional, lacking coordination with other areas of concern such as housing policies, mobility and economic development, being formulated in response to some events that require immediate action or when it involves the immediate interests that benefit the local government; (2) the environment is a secondary concern in the urban policies of solid waste management; (3) variables referred to human development have also been relegated to the background in historical moments of municipal politics of solid waste management.

**KEYWORDS:** Solid Waste, Political Ecology, Urban Planning



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Estratégia da pesquisa em dois movimentos .....	32
Figura 02	Funções competidoras do meio ambiente .....	41
Figura 03	Principais princípios em Ecologia Política .....	55
Figura 04	Composição Gravimétrica dos RSU em Campina Grande- PB,2009 .....	66
Figura 05	Vista panorâmica do lixão de CG às margens da BR 230 .....	77
Figura 06	Vista panorâmica do lixão de CG às margens da BR 230 .....	78
Figura 07	Catadores no Lixão em Campina Grande em 2007 .....	82
Figura 08	Sucata no bairro do Itararé em Campina Grande – PB .....	83
Figura 09	Catador cooperado trabalhando nas ruas de CG .....	83
Figura 10	Mapa dos Vetores de expansão urbana em Campina Grande – PB .....	93
Figura 11	Mapa dos Vetores de expansão urbana em Campina Grande – PB no século XX .....	93
Figura 12	Áreas de expansão urbana em Campina Grande – PB .....	94
Figura 13	Paisagem na área sudeste de Campina Grande-PB .....	95
Figura 14	Paisagem na área oeste de Campina Grande-PB .....	95
Figura 15	Foto da coleta de lixo na rua Maciel Pinheiro (195?).....	129
Figura 16	Imagem ocupação irregular no bairro Estação Velha em 1987 ..	135
Figura 17	Foto Discurso lideranças na ocupação do Tambor em 1987 .....	136
Figura 18	Área de risco em ocupação irregular no Tambor em 1992 .....	141
Figura 19	Foto do Lixão do Distrito Industrial em 1993 .....	145
Figura 20	Localização do Lixão do Distrito Industrial .....	147
Figura 21	Superfície de Aproximação do Aeroporto João Suassuna .....	148
Figura 22	Avião taxiando no aeroporto João Suassuna em 1994 .....	150

Figura 23	Construção da rodovia Alça Sudoeste em 1990 .....	151
Figura 24	Foto do terreno para uso do novo lixão em 1994 .....	154
Figura 25	Foto cerimônia de desapropriação do terreno do novo lixão .....	155
Figura 26	Nota de Hermano Nepomuceno no Jornal da Paraíba, agosto de 1994.....	156
Figura 27	Foto da comunidade do Mutirão em 1992 .....	159
Figura 28	Foto do Bairro do Mutirão em setembro de 2011.....	159
Figura 29	Foto de satélite do Lixão e da Comunidade do Mutirão .....	160
Figura 30	Gráfico da análise do Primeiro Movimento do Lixo .....	163
Figura 31	Carcaça de animal morto é deixada no Lixão do Mutirão .....	164
Figura 32	Crianças trabalham e brincam no Lixão do Mutirão .....	165
Figura 33	Localização do Lixão do Distrito Industrial .....	167
Figura 34	Foto Cerimônia de lacre do Lixão do Mutirão .....	168
Figura 35	Foto do prefeito Veneziano discursando no encerramento do Lixão do Mutirão .....	170
Figura 36	Cartilha em oposição ao Aterro de Puxinanã .....	179
Figura 37	Cartilha em oposição ao Aterro de Puxinanã .....	181
Figura 38	Foto do I Seminário sobre Limpeza Urbana, 2012 .....	183
Figura 39	Dia de pagamento dos catadores na (SEMAS) em março de 2012 .....	192
Figura 40	Entrega de cesta básica na SEMAS em março de 2012.....	193
Figura 41	Gráfico da porcentagem dos catadores do lixão segundo o sexo .....	196
Figura 42	Gráfico do local de moradia dos catadores cadastrados na SEMAS .....	197
Figura 43	Foto piscina de chorume no aterro de Puxinanã .....	199
Figura 44	Foto piscina de chorume no aterro de Puxinanã .....	200
Figura 45	Secundarização da Questão ambiental e problemas relacionados .....	209

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Simulação de áreas de descarte de lixo .....	44
Quadro 02	Principais Discursos Ambientais .....	47
Quadro 03	Síntese das categorias analíticas em Ecologia Política .....	60
Quadro 04	Síntese da Responsabilidade Compartilhada em Resíduos Sólidos .....	68
Quadro 05	Modernização na Gestão dos Resíduos Sólidos .....	89
Quadro 06	Programas ambientais contidos no Plano Diretor de 1996 .....	102
Quadro 07	Lei ambientais municipais entre 1988 e 1989 .....	107
Quadro 08	Lei ambientais municipais entre 1990 e 1991 .....	108
Quadro 09	Lei ambientais municipais entre 1992 e 1994 .....	110
Quadro 10	Lei ambientais municipais entre 1997 e 2000 .....	113
Quadro 11	Lei ambientais municipais entre 2001 e 2000 .....	114
Quadro 12	Lei ambientais municipais entre 2001 e 2000 .....	115
Quadro 13	Lei ambientais municipais entre 2010 e 2011 .....	116
Quadro 14	Análise dos discursos dos atores durante as ocupações .....	139
Quadro 15	Lógicas que norteiam a questão ambiental do saneamento no início dos anos 1990 .....	143
Quadro 16	Síntese da análise do capítulo .....	204
Quadro 17	Síntese da análise do capítulo .....	205

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b>	População urbana e rural de Campina Grande, período 1970 a 2000 .....	138
------------------	---	-----

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
ONG	Organização não Governamental
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

## SUMÁRIO

Introdução .....	27
Objetivos da dissertação .....	31
Objetivo geral .....	31
Objetivos Específicos .....	31
Aspectos Metodológicos .....	32
A estrutura da Dissertação .....	35
1.0 Introdução à Ecologia Política .....	41
1.1 Duas vertentes principais em Ecologia Política .....	49
1.1.1 Vertente Construtivista .....	49
1.1.2 Vertente Materialista .....	51
1.2 Por uma Ecologia Política antiessencialista do lixo .....	55
1.3 Síntese gráfica das principais categorias analíticas em Ecologia Política.	60
2.0 Modernização na gestão dos Resíduos Sólidos e a PNRS .....	63
2.1 A aclamada Participação social .....	70
2.2 As cores do lixo: o material descartado como forma de sustento .....	76
2.3 Síntese gráfica do capítulo .....	89
3.0 Planejamento e sustentabilidade urbana .....	92
3.1 O Plano Diretor e a necessária integração de políticas setoriais .....	98
3.2 A insustentabilidade da legislação ambiental em Campina Grande – PB	106
4.0 Os movimentos do lixo na cidade de Campina Grande – PB .....	123
4.1 O cenário histórico do saneamento em Campina Grande-PB .....	123
4.2 Pobreza urbana e questão ambiental na Campina Grande no final da década de 1980 e início da década de 1990 .....	133
4.3 Primeiro movimento do Lixo: do Distrito Industrial para o Mutirão.....	143
4.4 O segundo movimento do Lixo: do Mutirão para Puxinanã .....	168
4.4.1 Os conflitos do Segundo Movimento do Lixo: a arena dos <i>experts</i> .....	176
4.4.2 O processo decisório para o Segundo Movimento do Lixo .....	185
4.5 Consequências do Segundo Movimento do Lixo .....	195
4.5.1 Reprodução da pobreza e da desigualdade de gênero .....	195
4.5.2 Poluição difusa e ampliação de áreas contaminadas .....	198
4.5.3 Ausência de reabilitação de áreas contaminadas (Ex-Lixões) .....	201
Considerações Finais .....	207
Referências .....	215
Anexos .....	207

# Introdução

## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre desenvolvimento perpassa a análise de suas estratégias possíveis. Alguns temas recebem prioridade na análise, tais como a produtividade das atividades econômicas; a eminência das bases científicas e tecnológicas; a necessidade de obras estruturantes; as políticas de atração de empreendimentos e a relação produção - consumo. Tais estratégias se revelam comprometidas com a dinâmica urbano-industrial, apresentando o contínuo esforço pela inserção das economias locais e regionais na dinâmica econômica moldada no eixo centro-sul, em nível regional, e no eixo do norte, em escala global. Constitui uma espécie de projeção local dos mecanismos econômicos, tecnológicos, institucionais e políticos que operam globalmente (VAINER, 2007).

Diante deste cenário, apresenta-se de forte valor heurístico a reflexão crítica das consequências geradas a partir desse modelo de desenvolvimento focado no binômio produção - consumo. Uma das maiores consequências, talvez a mais aparente, é a crescente poluição ambiental proveniente da produção e destinação dos dejetos, rejeitos e resíduos oriundos das atividades humanas.

A ABNT define resíduos sólidos como aqueles materiais em estado sólido ou semi-sólido originados de diversas atividades: “industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços ou de varrição” e também determinados líquidos que não podem ser lançados na rede coletora de esgotos e lodos procedentes de “sistema de tratamento de água” (NBR 10004, 2004). Os resíduos podem ser classificados quanto ao grau de periculosidade para a saúde pública e a qualidade ambiental. Resíduos perigosos possuem características como inflamabilidade, toxicidade, corrosividade, reatividade, carcinogenicidade. Os resíduos não perigosos podem ser não inertes – apresentam propriedades como biodegradabilidade, combustibilidade e solubilidade em água; e resíduos inertes – tijolos, concreto, pedras, vidros, alguns plásticos e borrachas. São assim classificados porque quando amostrados representativamente, submetidos à temperatura ambiente e em contato com água destilada ou desionizada não apresentam alterações significativas em seus constituintes (Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010).

Os materiais oriundos das atividades domésticas, de varrição, de limpeza urbana e os comerciais (não perigosos), constituem os resíduos sólidos urbanos de maior volume e são, certamente, aqueles com os quais a população lida diretamente



e se interessa timidamente em saber como o poder público gerencia a coleta e destinação final dos resíduos coletados nos municípios, preocupação pertinente diante da crescente geração de resíduos sólidos urbanos.

Em 2011, o Brasil apresentou um aumento em 1,8% na produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) comparado ao ano anterior. O índice excedeu à taxa de crescimento populacional urbano no mesmo período (0,9%). Cada brasileiro produziu 381,6 quilos de resíduos durante o ano de 2011, um aumento de 0,8% em relação a 2010. Em números absolutos foi gerado 198.514 toneladas por dia no Brasil. Do total gerado, “6,4 milhões de toneladas de RSU deixaram de ser coletadas no ano de 2011 e, por consequência, tiveram destino impróprio” (ABRELPE, 2011, p.30). Na região nordeste, o índice *per capita* de geração de resíduos aumentou em 1,0% em relação a 2010, chegando a uma produção média diária de 1.302 (kg/hab/dia). No estado da Paraíba, em 2011, estima-se que cada pessoa gerou diariamente 0,930 (kg/hab/dia), totalizando 3.324 toneladas de RSU produzidos diariamente em todo o estado. Deste montante, cerca de 664 toneladas de RSU, deixaram de ser coletadas diariamente na Paraíba (ABRELPE, 2011).

A expressividade do volume de resíduos gerados é inquietante e desperta uma questão fundamental: o que fazer diante da crescente produção de lixo e a necessidade de destiná-lo adequadamente? A resposta a este questionamento habitualmente se direciona para o protagonismo da ciência e “de novas tecnologias de eficiência energética, reciclagem de materiais e controle de poluição” (FERREIRA, 2003, p.23). A temática dos resíduos sólidos interliga-se com temas como a geração de tecnologias na produção de bens mais facilmente biodegradáveis, o aproveitamento dos materiais descartados e as melhores formas de disposição ambiental desses materiais.

Nessa perspectiva, os conhecimentos bio-físicos-químicos assumem importância canônica. A eminência das ciências duras neste campo de pesquisa atribui às ciências sociais um posicionamento secundário, moldando a análise crítica, restringindo as ciências sociais às operações que não comprometem os projetos intentados e até colaboram para a formulação de consensos acerca destes projetos (GUERRA *et al*, 2007).

Nesta dissertação, pensamos a questão dos materiais descartados, além dos fatores relativos à melhoria técnica, observando os alcances e limites sociais da modernização na gestão dos resíduos sólidos. As novidades trazidas pela

modernização não impõem uma problematização de questões como consumismo e crescimento econômico, de modo que à racionalidade econômica “apenas se adicionam termos tais como “preservação da poluição”, “reciclagem”, gestão ambiental, dentre outros” (GUERRA *et al*, 2007, p.18).

A gestão do lixo compreende arranjos técnicos, políticos, econômicos, ambientais e institucionais. Esse mosaico faz dos resíduos sólidos uma temática complexa e multifatorial. Dos estudos relacionados ao tema, salientam-se aqueles voltados aos serviços de coleta e tratamento dos resíduos, às técnicas de destinação final, à educação ambiental, à coleta seletiva, ao controle social, à necessidade de mudança institucional no padrão de consumo, à capacidade de suporte dos depósitos de rejeitos, aos conflitos socioambientais relacionadas à localização de novas plantas para destinação final – revelando-se nela o jogo de interesses com desníveis de força entre os grupos envolvidos (DIAS, 2006; LOPES, 2007; JACOBI & VIVEIROS, 2006).

Como estratégia para lidar com a dinamicidade das questões relacionadas ao lixo, emerge o modelo de Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos (GCRS) - uma recente configuração institucional que se propõe a modernizar a gestão de resíduos sólidos, atentando para categorias como sustentabilidade, democracia, inclusão, educação ambiental, cidadania, descentralização e participação. (ANSCHULTZ, 2004 *apud* DIAS, 2010, p. 03). Todos estes novos princípios, procedimentos e percepções estão institucionalizados na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)<sup>1</sup>, como metas a serem alcançadas pelo governo federal, estadual, municipal, o empresariado e a sociedade em geral.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos comunica-se com a Política Nacional de Saneamento Básico e com a Política Nacional de Educação Ambiental. Combinadas, impõem objetivos e estabelecem prazos, pressionando os governos estaduais e municipais a providenciarem a adequação de sua gestão de resíduos sólidos aos parâmetros da nova regulamentação. O arcabouço legislativo da PNRS expressa um esforço de cristalizar arranjos institucionais que refletem uma tendência global à modernização da gestão de resíduos sólidos, subsidiada pelo discurso teórico-metodológico da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

---

<sup>1</sup> Promulgada no ano de 2010 sob a Lei Nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, regulamentada mediante Decreto Nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010.

O cenário apresentado inaugura um amplo e curioso leque de possibilidades para pesquisa científica. Pensemos, por exemplo, como a imposição desses novos arranjos institucionais na área das políticas de resíduos sólidos se reflete nos níveis dos poderes locais? Já que sua implementação demanda mudanças no comportamento político, na percepção ambiental e requer mais investimento financeiro, como opera então a combinação dessas novidades com os arranjos formais e informais das práticas de gerenciamento preexistentes nos municípios?

O substrato empírico da presente pesquisa é a política de gestão de resíduos sólidos domiciliares na cidade de Campina Grande- PB, tomando como foco a relação entre essa política e o planejamento urbano. Assim sendo, a problemática desta dissertação deriva da evidência de que, historicamente, os lixões oficiais foram localizados nas áreas periféricas da cidade, em áreas reservadas à expansão da malha urbana. O crescimento horizontal da cidade passa a exigir que as áreas periféricas assumam um papel distinto na dinâmica capitalista urbana, sendo requisitadas para empreendimentos imobiliários e instalação de outros equipamentos urbanos. Com a localização das plantas de resíduos na zona periférica de Campina Grande – PB, periodicamente, a gestão municipal precisa lidar com a barreira de degradação representada pelos lixões. Outro ponto problemático da referida política se relacionam com os impactos decorrentes da localização dos lixões na cidade: a proximidade do Aeroporto João Suassuna; a poluição do solo e lençol freático e os riscos à saúde da população do bairro Mutirão e da cidade contígua de Puxinanã.

A justificativa para esta pesquisa está na necessidade de entender a gestão pública dos resíduos sólidos não meramente como um processo de escolha de melhor técnica de engenharia sanitária, mas também no exercício de outras lógicas que se fazem presentes na política de escolha dos lugares do lixo na cidade: especulação imobiliária, desigualdade, personalismo, patrimonialismo, distribuição desigual dos riscos, dotação assimétrica de poder. Essas lógicas se combinam e desenham um cenário que assinala a desarticulação com as demais políticas urbanas e a efetiva despreocupação com a poluição ambiental causada pelo lixo e os riscos à saúde da população local.

## **Objetivos da dissertação**

### **Objetivo geral**

Analisar a política de planejamento urbano e de gestão dos resíduos sólidos em Campina Grande – PB tomando como referência as ações de criação e extinção dos *lixões* e os condicionantes de seu posicionamento geográfico.

### **Objetivos Específicos**

- Relacionar a teoria da Ecologia Política com a política de resíduos sólidos e os padrões de localização oficial do lixo no município;
- Entender como as variáveis socioambientais aparecem nos documentos relacionados ao planejamento urbano em Campina Grande, especificamente àqueles referentes à gestão dos Resíduos Sólidos;
- Descrever as políticas de gestão pública dos resíduos sólidos em Campina Grande-PB e suas consequências;
- Analisar os condicionantes do posicionamento geográfico das plantas de resíduos sólidos;
- Descrever os momentos que definiram a localização oficial dos resíduos e os conflitos a ela subjacentes.

Como estratégia de pesquisa, organizamos o levantamento de dados em dois momentos. O primeiro se refere ao período que caracteriza a transferência do depósito de lixo do Distrito Industrial para o bairro do Mutirão (Primeiro Movimento). O segundo momento, refere-se à decisão de fechamento do lixão do Mutirão e deslocamento do depósito de lixo, sob forma de aterro sanitário, para a cidade de Puxinanã, cidade contígua a Campina Grande - PB (Segundo Movimento) (Figura 01).



Figura 01: Estratégia da pesquisa em dois movimentos  
 Fonte: Elaborado por Adeisa Carvalho, abril de 2012.

O levantamento de dados incluiu a consulta a artigos jornalísticos e documentos institucionais que registram estes dois movimentos, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com atores institucionais e não institucionais envolvidos nos dois conjuntos de processos. No tratamento desses dados, buscou-se identificar como as variáveis socioambientais aparecem na gestão dos resíduos sólidos e no planejamento urbano em Campina Grande, bem como focalizar esses dois movimentos em termos da configuração dos conflitos socioambientais a eles relacionados.

### Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa é de cunho exploratório, descritivo e explicativo. A metodologia utilizada consistiu na consulta aos documentos que institucionalizam o planejamento urbano e as políticas de gestão dos resíduos sólidos em Campina Grande-PB; principalmente, aqueles que consolidam leis na área de resíduos sólidos, o encerramento das atividades do Lixão do Mutirão e o início do uso do aterro sanitário de Puxinanã.

Os documentos consultados incluíram: o Plano Diretor da cidade de Campina Grande (1996 e 2006); o Código de Posturas do Município; a Lei 12. 305/2010 (Política nacional de Resíduos Sólidos), a Lei Orgânica do Município, o Código de Defesa do Meio Ambiente; Ofícios, Requerimentos e Leis produzidos pelo poder legislativo da cidade.

Como a pesquisa foi organizada em dois momentos, utilizou-se, para a composição da descrição do Primeiro Movimento, a análise dos documentos. Dentre eles, as matérias jornalísticas publicadas no Jornal da Paraíba que fazem alusão à gestão de resíduos sólidos em Campina Grande-PB, no período compreendido entre os anos 1987 a 2011. Também foram utilizados documentos nos quais estão inseridas as diretrizes do planejamento urbano em Campina Grande (Plano Diretor, Código de Posturas); e as entrevistas semi-estruturadas realizadas com atores institucionais (diretor do departamento de limpeza urbana, diretora de planejamento urbano da cidade, diretor de segurança aeroportuária do aeroporto João Suassuna); e não institucionais (liderança comunitária, catador de material reciclável). Os atores entrevistados foram selecionados intencionalmente a partir de uma tipificação dos estratos envolvidos. Os atores institucionais foram selecionados pelo grau de envolvimento com as temáticas referentes ao planejamento urbano e a gestão de resíduos sólidos. Portanto, foram escolhidos diretores que ocupam, há algum tempo, a posição de agentes públicos, com o intuito de coletar dados e informações mais precisas sobre as ações na área de resíduos sólidos no ano de 1994, marco temporal do Primeiro Movimento. As entrevistas com atores não institucionais foram realizadas com uma líder comunitária residente no bairro do Mutirão que presenciou a instalação do lixão no terreno anexo à comunidade; outra entrevista foi realizada com uma catadora, membro de uma família, cuja ocupação é comercializar materiais recicláveis, e que vivenciou todo o processo de mudança de localização do lixão da cidade (Distrito para o Mutirão). No decorrer da mudança de localização do lixão no Segundo Movimento (Mutirão para Puxinanã), a referida entrevistada assume a posição de liderança dos catadores do Mutirão e passa a articular com a prefeitura estratégias de atender às reivindicações dos catadores agora desempregados com o fechamento do lixão do Mutirão.

Como metodologia para a descrição do Segundo Movimento (Do Mutirão para Puxinanã) optou-se pela etnografia. As descrições etnográficas aqui realizadas foram feitas numa perspectiva polifônica, no estilo *multiator* (LITTER, 2006),

consoante às perspectivas expressas por cada ator envolvido, sem que haja defesa ou menosprezo quanto aos posicionamentos. A concepção da etnografia polifônica “busca comprender los fenómenos sociales desde la perspectiva de sus miembros (entendidos como “actores”, “agentes” o “sujeitos sociales” (GUBER, 2001, p. 12). Cabe ao pesquisador reconhecer os “marcos de interpretação” com que cada ator opera, atribuindo-lhes sentido às ações implementadas. Esse método contribuirá para refletir sobre questões que parecem naturalizadas, por exemplo: Por que determinado grupo ousa opor-se ao término de um lixão, já que o fim de um lixão ressoa como um benefício à coletividade?

A etnografia procura revelar os sentidos deste posicionamento e creditar visibilidade às vozes dissonantes em relação ao discurso oficial. O método etnográfico incita o pesquisador a se posicionar como um ator interlocutor em meio à conflitos de concepções e representações (LITLLER, 2006). Não se trata de uma descrição pura, desprovida de senso crítico, mas, de uma “interpretacion problematizada” (GUBER, 2001, p.15), na qual o pesquisador indaga e formula sua própria ideia do fenômeno. A etnografia se vale de métodos de coleta de dados variados como a observação participante, análise de documentos e entrevistas. A etnografia emprega a triangulação que indica o uso de distintos métodos de coleta de dados, com fontes de dados variadas.

As descrições etnográficas foram realizadas a partir das narrativas feitas durante as entrevistas semi-estruturadas, observação da cerimônia de fechamento do lixão do Mutirão, participação de eventos e reuniões nas quais foi discutida a política de resíduos na cidade. O conteúdo das entrevistas foi utilizado na narração dos eventos referentes ao segundo momento de deslocamento do lixão. Os atores entrevistados foram: o Diretor de Limpeza Urbana; Vereadores membros do legislativo municipal, segurança do lixão e o Secretário de Assistência Social. Dentre os catadores listados no cadastro existente na Secretaria de Assistência Social do município, foi escolhida a catadora Edilene por esta assumir a posição de liderança durante o processo de fechamento do lixão do Mutirão.

O tratamento dos dados foi feito pela análise de conteúdo das entrevistas e dos documentos supracitados, na busca por encontrar elementos que indiquem o lugar das variáveis socioambientais e os conflitos entre os interesses dos grupos envolvidos nos dois momentos de deslocamento das plantas de resíduos oficiais na cidade. A codificação dos dados demandou um esforço de abstração intelectual, a

fim de descortinar lógicas concernentes ao planejamento urbano e a política de resíduos sólidos em campina Grande.

No que tange à postura do pesquisador em questões sobre o meio ambiente e suas relações com a sociedade, a naturalização de algumas ideias pode fragilizar a interpretação do fenômeno. Uma dessas ideias naturalizadas é a associação direta que se faz entre proteção ambiental e expansão da democracia participativa (ALONSO & COSTA, 2002). Ao se cristalizar a ideia de que a institucionalização do tratamento de questões ambientais implica na adoção de mecanismos democráticos e participativos de tomada de decisão, às vezes, se negligencia o efeito negativo da elitização/profissionalização da participação e a manipulação desses mecanismos em situações de conflitos de interesses.

Pensamos que deve ser evitada a tendência de se deter ao viés discursivo do conflito, enfatizando a diferenciação de valores e percepções ambientais entre os atores envolvidos, em detrimento do aspecto prático do conflito, no qual se manifestam divergências de interesses e a disputa pela autoridade sobre bens e recursos, “os conflitos se estruturam simultaneamente em torno de interesses e valores” (ALONSO & COSTA, 2002, p.125). Um ponto crucial para o pesquisador das questões ambientais é sua “postura de neutralidade axiológica”<sup>2</sup>. Faz-se necessária uma vigilância contínua da vinculação intelectual do pesquisador à militância ambientalista, o que exige um desengajamento do discurso ambientalista que contempla na expansão da consciência ambiental a iminente “ambientalização da sociedade e do Estado” como um caminho ao desenvolvimento sustentável.

### **A estrutura da Dissertação**

A dissertação está organizada em cinco capítulos. Após a introdução, o segundo capítulo apresenta os pressupostos da Ecologia Política – que chama a atenção para as diferentes maneiras dos grupos humanos se relacionarem com a natureza e problematiza sobre a desigualdade na distribuição dos riscos ambientais. A abordagem da Ecologia Política se propõe a refletir criticamente sobre a temática ambiental, problematizando as desigualdades sociais e as relações de poder,

---

<sup>2</sup> Neutralidade axiológica não indica, necessariamente, ausência de posicionamento frente ao fenômeno estudado, mas, sobretudo, a ratificação de uma postura na qual não será admitida atribuição de valores morais (bom, ótimo, mal, ruim) que impute desqualificação ou mesmo superioridade aos posicionamentos apresentados.



apresentando-se como voz dissonante em meio às vozes conciliadoras do discurso ambiental. Para Alimonda (2005), a teoria da Ecologia Política preocupa-se com

La articulación compleja y contradictoria entre múltiples prácticas y representaciones (incluyendo diferentes sistemas de conocimiento y dispositivos tipológicos), a través de la cual diferentes actores políticos, actuantes en distintas escalas (local, regional, nacional, internacional), se hacen presentes, con efectos pertinentes y con diferentes grados de legitimidad, colaboración y/o conflicto, en la constitución de un territorio y en la gestión de su dotación de recursos naturales. (ALIMONDA, 2005, p. 76).<sup>3</sup>

A Ecologia Política lida com a desigualdade distributiva dos recursos e dos custos ambientais. As benesses provenientes dos recursos naturais e os custos da degradação do ambiente natural são apropriados de maneira desigual pelos grupos humanos. Essa apropriação desigual é obra do processo político, de relações humanas condicionadas por diferentes dotações de poder, tem a faculdade de ser “fundada em fatores como classe, etnicidade, gênero e cultura” (ROCHELEAU *et al*, 1996; PAULSON, GESOZ & WATTS, 2004 *apud* CUNHA, 2004, p. 22). O pesquisador em ecologia política se exercita em problematizar a relação sociedade-natureza, identificando os distintos atores sociais e os recursos ambientais envolvidos no conflito, analisando suas interações e reivindicações “e suas respectivas cotas de poder formal e informal” (LITTLER, 2006, p.92).

À problematização da relação sociedade-natureza acrescenta-se uma variável indispensável para a Ecologia Política: o empoderamento. Não se trata de uma classificação de quem tem razão ou quem está errado: os gestores municipais, os catadores do antigo lixão ou, ainda, os movimentos ambientalistas. Não corresponde a um maniqueísmo que atribui posição de vilões ou vítimas aos atores envolvidos. Os diferentes atores possuem certa dotação ou cota de poder desproporcionalmente distribuída, ocupam posições diferentes no conflito e operam segundo este cenário, podendo combinar-se ou opor-se mutuamente, conforme julgar mais pertinente para proteção de seus interesses. Cunha (2004) sintetiza essa noção quando afirma “o poder circula entre diferentes grupos sociais, recursos e espaço, e, assim molda o ambiente em que ocorrem a ação e a interação entre os seres humanos” (*Idem*. p. 22).

---

<sup>3</sup> A articulação complexa e contraditória entre múltiplas práticas e representações (incluindo os diferentes sistemas de conhecimento e dispositivos tipológicos), através da qual diferentes atores políticos, em distintas escalas (local, regional, nacional, internacional), se fazem presentes, com efeitos pertinentes e com diferentes graus de legitimidade, colaboração e/ou conflito, na constituição de um território e na gestão de sua dotação de recursos naturais (tradução livre da autora).

A localização geográfica das fontes poluidoras tende a se aproximar da população de baixa renda. Não raramente, essa população é atraída pela expectativa de terrenos mais baratos ou na busca de uma estratégia de sobrevivência. Utilizando a categoria desigualdade para análise da localização de uma fonte poluidora, Henri Acselrad (2006) aponta para a ação de grupos sociais cujo interesse é lucrar com a renda do solo urbano, seja mediante valorização fundiária e imobiliária ou através “do consumo de bens e serviços coletivos” (*idem*, p.118). A ação desses grupos engendra uma retroalimentação da desigualdade que funciona em um mecanismo de causação circular, na qual os agentes mais fortes se aproveitam da acumulação de terras urbanas. A causação circular “traduz uma superposição de benefícios econômicos e políticos”. Enquanto isso, para os grupos em desvantagem de força, “sobreviria uma superposição de males econômicos e ambientais”, por não terem liberdade de decidirem suas próprias vidas, mesmo em situação de risco (ACSELRAD, 2006, p.119).

Não obstante, o autor adverte para o perigo de uma chave de análise que adjetiva como *vítima* a população atingida, pois, ao reconhecer a desigualdade na distribuição de poder entre os atores, compreende como uma “dinâmica relacional pela qual os múltiplos atores operam o conflito e a negociação” (ACSELRAD, 2006, p.120). A população atingida, sentindo os danos e relacionando-os à fonte poluidora, mobilizam protestos e recorrem aos poderes públicos, porém, não raramente, cedem em suas reivindicações devido à negociação de mecanismos de compensação ou indenização que se valem da condição de vulnerabilidade econômica e política dessas populações. Assim, não se pode afastar da *questão ambiental* a reflexão sobre a desigual mensuração de forças, as relações de poder e os interesses dos atores envolvidos, em variadas escalas – da local à internacional. No que concerne à institucionalização da questão ambiental, em suas amplas e variadas formas de regulação, pretende-se refletir: a quem ela serve? A quem interessa realmente a naturalização da consciência ambiental e suas formas de regularização? Como operam as relações de poder e os conflitos manifestos e/ou latentes?

O terceiro capítulo discute o processo de modernização na gestão dos resíduos sólidos, pois após a aprovação da Lei Federal Nº 12.305/2010 a gestão de resíduos no país está submetida a veementes alterações, o que justifica sua necessária abordagem neste capítulo. A institucionalização da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - reorienta os princípios e as condutas que regem as práticas de

manejo dos resíduos no Brasil. Esta Lei segue uma tendência mundial de formular a gestão dos resíduos como um sistema hierárquico, sedimentada em pilares de: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e no compartilhamento social das responsabilidades pelos resíduos sólidos. A modernização institucionalizada nos imperativos da recente Lei abrange os aspectos legais, sociais, econômicos e políticos do processo. A modernização pressupõe a seleção e separação dos materiais segundo sua natureza, tendo em vista o potencial de reaproveitamento e reciclagem; estreia outros mecanismos na gestão de resíduos: a necessidade de formulação do plano municipal de resíduos sólidos, o incentivo à gestão regionalizada (consórcios intermunicipais), a incorporação dos catadores de recicláveis no sistema formal de manejo de materiais, este, feito em locais devidamente apropriados para realização da triagem e seleção dos materiais. A mudança também incorre em democratizar a gestão, abrindo-a para participação da sociedade, permitindo a criação de ambientes institucionais para debates, discussões, sugestões e avaliações das ações efetivadas; bem como a manutenção e publicação de informações seguras e atualizadas sobre o setor em um sistema integrado de dados. No capítulo sobre modernização abre-se um tópico que discute o lixo como forma de sustento, a sustentação aqui tem duplo sentido: material descartado como estratégia de sobrevivência dos pobres urbanos e ainda como fonte de matéria prima para a indústria capitalista moderna. Neste prisma, a sustentabilidade encontra-se na manutenção de uma pobreza estrutural institucionalizada e na garantia da continuidade do modelo de produção hegemônico.

No capítulo quatro, discutimos sobre planejamento urbano e a insustentabilidade das leis ambientais de Campina Grande – PB. O planejamento urbano aparece como ferramenta reguladora das distorções, capaz de redirecionar otimamente o crescimento das cidades. Propõe-se a romper com o modelo centralizado e autoritário de gestão de cidades, atribuindo uma conotação científica à administração urbana na formulação, implementação e gerenciamento de um “projeto de cidade” (VAINER, 2000, p. 78).

Na prática, o planejamento opera a consolidação de regras de uso e ocupação do solo, tendências de crescimento urbano, áreas de recuperação ambiental, zoneamento urbano, entre outros. Além de lidar com fatores técnicos, o planejamento precisa considerar a dinamicidade da cidade e de suas relações

sociais, estando atento para os fatores externos ao processo (Rezende & Ultramari, 2007; Duarte, 2007). Neste capítulo, apresentamos a análise dos documentos em que estão registrados os planos de desenvolvimento urbano da cidade, com o objetivo de discutir como as variáveis socioambientais aparecem neles.

No quinto capítulo desta dissertação apresentamos as descrições de dois momentos da gestão dos resíduos sólidos em Campina Grande-PB: Primeiro Movimento: do Distrito para o Mutirão (1994) foi descrito mediante as narrativas encontradas nas entrevistas e nos documentos (Requerimentos de vereadores, reportagens jornalísticas, Leis Municipais); Segundo Movimento: Do Mutirão para Puxinanã (2012), foi realizada sua etnografia a partir da análise dos eventos que marcaram essa fase, entrevistas semi-estruturadas, análise de documentos publicados sobre o referido movimento. Em seguida, apresentamos as considerações do estudo e as referências utilizadas.

# Capítulo 1

## 1.0 Introdução à Ecologia Política

Este capítulo apresenta as principais categorias analíticas que fornecerão o espectro teórico para análise dos dados empíricos. Tem como objetivo extrair da Ecologia Política as categorias que melhor explicam a política de resíduos sólidos em Campina Grande-PB, a partir de um posicionamento crítico e discursivo da realidade.

A preocupação com a finitude dos recursos naturais e os debates acerca da expansão da degradação ambiental têm sido abordados de forma crítica pela sociologia ambiental, procurando desvendar os diferentes interesses, recursos e valores que subsidiam a temática. Na busca pelos fatores da degradação ambiental, foram criadas tipologias explicativas como o modelo “Funções competidoras do meio ambiente” cunhado por Catton & Dunlap (Figura 02).

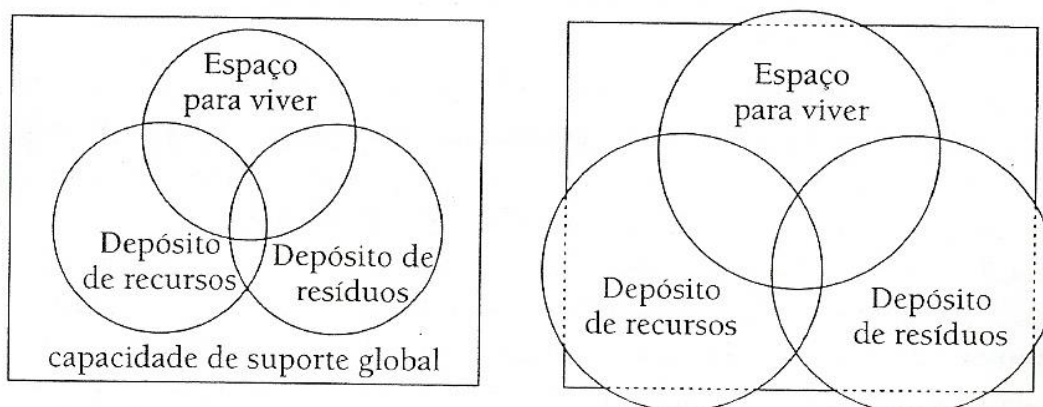


Figura 02: Funções competidoras do meio ambiente  
 Fonte: Dunlap, 1993 *apud* Hannigan, 2009 p. 39

Para este modelo, o meio ambiente possui três funções essenciais: espaço para viver (fornece as condições plenas de existência para todos os seres vivos); depósito de recursos (fontes de elementos renováveis e não renováveis – ar, água, solo, florestas, minérios) e depósito de resíduos (funciona como um digestor dos materiais resultantes das atividades, reintroduzindo-os ao ciclo de recursos). O primeiro gráfico ilustra a situação em 1900, o outro, indica a situação atual (em ritmo de crescimento). A degradação do meio ambiente natural seria fruto da expansão desmedida dessas funções, ocasionando sobrecarga nos limites no planeta terra. Para este modelo, o problema central é a exploração demasiada de cada função do

meio ambiente. As três funções competem por espaço e exercem pressão entre si, como também o aumento de determinada função adentra no espaço das demais, gerando conflitos (DUNLAP, 1993 *apud* HANNIGAN, 2009). Este modelo ajuda a pensar na pressão que as três funções causam ao planeta e sua tendência de crescimento no decorrer do tempo. No entanto, a fragilidade do modelo está no silêncio quanto às relações sociais em cujo âmbito se movimentam as três funções citadas, sobre quais valores e relações de poder animam a sua dinâmica de expansão.

Para a sociologia ambiental, na qual a Ecologia Política se insere, a catalogação das fontes de poluição, do nível de degradação e dos recursos desperdiçados é tão importante quanto “demonstrar que eles são produtos de um processo de dinâmica social de definição, negociação e legitimação” (HANNIGAN, 2009, p. 54). A definição, negociação e legitimação são contextualizadas em um cenário de produção de discursos, no qual os argumentos discursivos assumem importância na redução de resistências e internalização do consenso. Em estudos de ecologia política esta dinâmica assume papel central. A Ecologia Política é uma teoria provocativa, diligente na desnaturalização da relação homem/natureza e natureza/cultura, relação comumente simplificada e exposta em sentido negativo devido à prevalência discursiva de que a cultura e o ser humano são agentes inatos da degradação ambiental. O ecologista político precisa desenvolver um olhar atento para a complexidade do mundo e as relações possíveis entre sociedades humanas e natureza. As possibilidades de interpretação podem ser ampliadas excedendo as explicações restritas aos impactos dos sistemas humanos sobre os mecanismos biogeofísicos da Terra (LIPIETZ, 2002). A ecologia política “precisa superar la visión romántica y de la naturaleza y la cosmovisión cartesiana e determinista” (MARCELLESI, 2008, p. 02).

Faz-se necessária uma inquietação em relação a interpretações totalizadoras expressas em máximas do tipo “o ser humano está destruindo a natureza”. Afirmativas como estas desnudem o debate, pois estão locupletadas de um sentido de solidariedade, cumplicidade e de compartilhamento igualitário das responsabilidades, como se todos os humanos, em mesma proporção, corroborassem para a agonia do planeta e a anunciada catástrofe da extinção da vida na terra. Em referência às enunciações totalizantes, é necessário problematizar

sobre a carência na qualificação da categoria 'ser humano', mencionando que a responsabilidade da degradação não pode recair indiscriminadamente sobre toda a humanidade, já que a degradação não afeta a todos igualmente, indistintamente (DIAS, 2003; FERNANDES, 2006). Há de se averiguar as cotas de responsabilidades, as assimetrias de poder entre os grupos humanos, as relações que se configuram em determinados contextos espaciais e ambientais, os recursos e os valores em disputa. Todas essas variáveis inflexionam as decisões políticas e repercutem na vida real das pessoas.

A teoria da Ecologia Política exprime a necessidade de animar criticamente o debate sociológico da denominada questão ambiental, nas diversas formas que ela assume. Presta-se à análise da relação entre meio ambiente natural e sociedade humana, entendendo-a enquanto uma construção social, cambiante e inacabada. Assim, mediante a utilização de categorias sociológicas como poder, gênero, regimes de propriedades, hierarquização, cultura, desigualdade, a Ecologia Política logra interpretar a questão ambiental contemporânea distanciando-se das argumentações dominantes que naturalizam as explicações sobre as origens da depleção do acervo natural e as alternativas postas para remediar os efeitos da degradação (CUNHA, 2004; GUERRA, 2007; SILVA, *et al*, 2009).

Little (2006) aduz que a análise em Ecologia Política precisa ser contextualizada dentro de marcos históricos e ambientais. A interpretação dos discursos ambientais em proximidade com a análise dos mecanismos humanos históricos-sociais esboçados por configurações políticas implica

[...] no exame de definições de políticas públicas ambientais e de práticas institucionais a elas relacionadas [...] na economia política da natureza, particularmente em referência aos processos de mercadorização dos recursos naturais [...] e na politização das mudanças biogeofísicas ocorridas (SILVA, *et al*, p. 127).

Para subsidiar a discussão sobre ecologia política e seus fundamentos será usada uma simulação idealizada por Alier (2011), correspondente à ilustração de um processo decisório em política ambiental de resíduos sólidos numa cidade fictícia. Suponhamos que uma cidade está na iminência de decidir sobre a localização de um depósito de lixo. São apresentadas três possibilidades de escolha: Lugar A, Lugar B e Lugar C.



O Quadro 01 sintetiza as supostas áreas e suas características. Cada uma delas possui características peculiares, a saber: o Lugar A é uma área pública fortemente marcada pela presença de elementos naturais e biodiversidade, usada para visita de estudantes e pesquisadores; o Lugar B é uma antiga área agrícola em decadência, abriga antigos casarões e cultivos pouco expressivos; o Lugar C é marcado pela forte possibilidade de uso do solo para atividades industriais e urbanas, portanto, contém grande potencial de lucro com a sua conversão para solo urbanizado.

Não considerando a Avaliação de Impacto Ambiental e as normatizações de uso do solo urbano, detenhamo-nos à categoria ‘valor’. Qual lugar tem mais chance de ser escolhido para o sacrifício de acolher o ‘lixo’ da cidade? Certamente, aquele dotado de menor valor ou que traga menores custos de instalação e manutenção. Mas, se problematizarmos, poderíamos pensar: a qual perspectiva de valor nos referimos? Para quem este ‘valor’ atribuído terá maior ou menor expressividade?

Considerando ‘valor’ numa perspectiva econômica escalar, o Lugar “A” teria como fator predominante o “valor como *habitat*”; o Lugar “B” “valor como paisagem” e o Lugar “C” como “valor econômico”. Todos os ‘valores’ do exemplo estão cotados em um único macro valor que subordina a importância dos lugares à sua maior ou menor capacidade de captar lucro com uso do solo e o conseqüente valor de troca que lhe é atribuído.

**Quadro 01:** Simulação de áreas de descarte de lixo

Possíveis Áreas	Características	Valoração
Lugar A	Elementos naturais e biodiversidade	“valor como habitat”
Lugar B	Área agrícola depreciada	“valor como paisagem”
Lugar C	Área com potencial industrial e urbanístico	“valor econômico”

Fonte: Adaptado de Alier (2011, p. 38).

Questões que emergem desse exemplo podem ser assim formuladas: como uma área dotada de variedades de elementos naturais pode competir com outra marcada por uma paisagem deprimente? Como podem compartilhar uma mesma lógica de macro valor monetário? Não teriam os elementos ecológicos e históricos

valores supra materiais e inalienáveis? Não seria óbvio que o lugar detentor de elementos naturais seja preservado?

Na mensuração monetária valor e preço são sinônimos. Os lugares são apreciados pelo princípio da “vara de medir dinheiro”, terminando por serem orientados pela oferta e a demanda do mercado, apenas. (ALIER, 2011, p. 354-355). Para o valor monetário, o objetivo é continuamente criar demanda de novos produtos e gerar lucro. Sendo assim, um lugar pode servir ao mercado atual como reserva de valor futuro. Uma área verde com elementos naturais pode vir a ser fonte de lucro, no futuro próximo, ao ser considerada reserva de material genético, captadora de gás carbônico ou local para turismo de aventura. Uma antiga paisagem agrícola pode ter sua produção impulsionada por novos arranjos produtivos ou ser adaptada para turismo rural.

Os parâmetros monetários não são os únicos existentes e se confrontam com outros tão importantes quanto valores que não se conformam em um sistema de preços, incomensuráveis. Daí a defesa da abordagem qualitativa em oposição ao quantitativo predominante. O valor monetário não deve ser o único critério a ser considerado nas pautas de decisões (LEFFT, 2006 a). Em um processo de decisão, a exemplo da localização de um depósito de lixo, estão envolvidos grupos com diferentes repertórios de linguagem e valoração. Alguns deles utilizam a linguagem de valores diferenciados para determinadas características da área (ecológica, histórica ou cultural), outros não admitem a instalação do depósito de lixo devido a consequente depredação comercial das propriedades; há aqueles que reivindicam a proteção do lugar como uma entidade sagrada, vinculada às tradições, ao direito e à religiosidade.

Alguns grupos salientam seus discursos enfatizando a eficácia do gerenciamento dos resíduos sólidos através da coleta seletiva, reciclagem, aproveitamento de energia, entre outros. O poder público também se mune de linguagens de valoração quando argumenta e decide por meio da análise de custo-benefício, “possivelmente complementada por alguma avaliação cosmética de impacto ambiental” (ALIER, 2011, p.56).

Muitas decisões em políticas ambientais tomam como referência a análise custo-benefício, que pondera os interesses das pessoas e/ou grupos envolvidos, exprimindo como princípio fundamental a eficiência - os benefícios devem ser superiores aos custos. Utilizando a medida de valor quantitativa, imputa definir

quanto os grupos interessados estão dispostos a pagar ou a receber por aceitar conviver com a poluição em troca de indenização e/ou compensação pela perda. Na decisão custo-benefício as incertezas são pouco consideradas, assim como a distribuição desigual dos custos. Age como uma mercantilização das preferências na qual existem ganhadores e perdedores - quem ganha paga e quem perde é compensado. Os cidadãos seriam meros consumidores em um mercado fictício de bem estar ambiental (ALIER,1998).

Embora a análise custo-benefício seja lugar comum, não é exclusiva. A presença de diferentes linguagens de valoração nas disputas em processos decisórios revela que muitas dessas linguagens se distanciam da lexicografia monetária. Não raramente percebe-se a existência de interesses e valores complementares ou discordantes. No entanto, importa questionar também quem detém o poder de fazer sobressair determinados discursos em detrimento de outros, quem possui mais recursos para qualificar o discurso e fazê-lo sobressair aos demais? Para Alier, “ [...] o padrão de uso dos recursos e dos sumidouros ambientais depende das relações de poder mutáveis e da distribuição da renda [...]” (*idem*, p. 58).

Os problemas ambientais e as estratégias para sanear-los são definidos por uma agenda de natureza política, o que explica porque em algumas ocasiões essas estratégias não correspondem à real necessidade e porque muitos problemas ambientais recebem mais atenção pública do que outros. A agenda política vale-se de estratégias retóricas no uso de um discurso<sup>4</sup> hegemônico (como o desenvolvimento sustentável) ou combinação de discursos que legitimem as ações. No esforço de análise dos discursos ambientais, Hannigan (2009) cunhou um modelo de classificação que organiza os discursos em três núcleos principais: o discurso arcádio; o discurso ecológico e o discurso da justiça ambiental, cujas características estão sintetizadas no quadro (Quadro 02).

---

<sup>4</sup> Discurso aqui é entendido como um conjunto de enredos e ideias que atribuem significado à realidade, sendo interiorizadas nas instituições, servindo de justificativa para a ação (Hannigan, 2009).

**Quadro 02:** Principais Discursos Ambientais

<b>Discurso Arcádio</b>	<b>Discurso Ecológico</b>	<b>Discurso da Justiça Ambiental</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A natureza como manifestação do sublime;</li> <li>• Valorização da natureza bucólica, intocada, selvagem;</li> <li>• Fuga do ambiente urbanizado e volta à natureza;</li> <li>• Forte sentimento preservacionista</li> <li>• Valor estético da natureza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predominância do discurso científico</li> <li>• Centralidade nos aspectos sistêmicos da natureza;</li> <li>• Otimismo em relação a ciência e a tecnologia nas resolução dos problemas ambientais e na busca por novos recursos</li> <li>• Adaptação de linguagem científica para vocabulário popular (popularizadores científicos);</li> <li>• Foco em uma crise ambiental global;</li> <li>• Envolvimento em formulação de políticas públicas ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baseia-se nos direitos civis das populações afetadas por cargas de contaminação ou ameaçadas de perda dos recursos naturais;</li> <li>• Direito a informação, direito a participação democrática, direito de compensação;</li> <li>• Ênfase na desigual distribuição dos riscos e recursos naturais;</li> <li>• Luta contra o racismo ambiental;</li> <li>• Marcada geograficamente</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Hannigan (2009)

Estes discursos ambientais não são excludentes, mas se comunicam e interagem entre si. O modelo apresenta os discursos em ordem cronológica de surgimento, ilustrando que a produção de discursos ambientais não é algo acabado, está em constante movimentação. Alguns discursos subsidiam teoricamente os códigos usados nos discursos ambientais. A chave de interpretação destes são os seus significados simbólicos e políticos, as mudanças causadas pela globalização, os avanços da tecnologia, das comunicações, da genética e as novas desigualdades espaciais.

A globalização é associada à expansão da tecnologia e engenharia que permitem a articulação/interação global e a uma comunicabilidade interativa sem precedentes, isso graças à sociedade em rede, a qual a sensação de uma ordem sistêmica é latente. A ordem sistêmica enfatizada na globalização transforma, inclusive, os postulados sobre a natureza material e a natureza simbólica. Neste

contexto, os problemas ambientais assumem uma amplitude global, carentes de mecanismos de governança global. Como os problemas são compartilhados, emerge o discurso da necessidade de regulamentação ambiental internacional, de uma solidariedade entre os países, pois, haveria um interesse comum internacional de que o desenvolvimento econômico não deve liquidar o meio ambiente. O que o discurso da globalização obscurece é que os grupos de pessoas e os países detêm acesso desigual ao capital e à informação (REDCLIFT, 2006).

No bojo dos discursos ambientais, cristaliza-se a ideia de que o cuidado com meio ambiente associa-se naturalmente à segurança humana, na medida em que a justiça social e a democracia participativa devem figurar como prerrogativas da gestão ambiental. Mas, por vezes, os objetivos ambientais constituídos são desfavoráveis em relação aos objetivos sociais. Os paradigmas discursivos hegemônicos sobre o meio ambiente interpretam os problemas ambientais locais sob a lente de uma crise global, que deve ser solucionada nos marcos de uma gestão ambiental extraterritorial. Os discursos ambientais introduzem em suas pautas tudo o que se “julga desejável”: cidadania, direitos, participação, “mas escondem, ou marginalizam as desigualdades e as distinções culturais”, revestindo-se do “manto da modernidade” (REDCLIFT, 2006, p. 73).

Com uma postura crítica em relação ao discurso ambiental oficial, a Ecologia Política enfatiza os processos decisórios como um confronto entre interesses materiais, mas também entre valores. Conclama que as vozes dissonantes ao discurso econômico/instrumental dominante sejam ouvidas e consideradas igualmente, reconhecendo a pertinência de outros valores e saberes oriundos da prática social. As relações entre sujeitos sociais e meio ambiente são múltiplas, “considerando uma construção ao mesmo tempo simbólica, social e material”, desenhadas conforme a posição desigual destes sujeitos na sociedade. A Ecologia Política rompe com discurso ambiental despolitizado que estreita o debate ao focar apenas na urgência de uma rede global de consensos, comprometida com um projeto comum de sociedade (ZHOURI & OLIVEIRA, 2010, p. 444). A ideia de um projeto comum para todos, em qualquer lugar, imbuído da missão de tornar viável e duradora a existência de vida na Terra, implica numa gama de instituições e regras de conduta que constroem a um comprometimento moral indefectível com o desenvolvimento sustentável. As contradições, as relações desiguais de poder, os regimes de controle de acesso aos recursos naturais, assim como a distribuição

desproporcional das cargas de poluição são pouco consideradas ou até ocultadas nos projetos de desenvolvimento sustentável.

Veremos como a teoria da ecologia política se organiza para explicar as questões ambientais contemporâneas e os conflitos envolvidos.

## **1.1 Duas vertentes principais em Ecologia Política**

Em uma situação de problemas e conflitos ambientais, quais recursos e serviços ambientais estão em disputa? Quais atores sociais latentes ou declarados estão presentes? Quais suas estratégias de ação? Sobre quais discursos e valores firmam seus argumentos?

A Ecologia Política dispõe-se a analisar estas questões de forma concomitante e articulada, todavia, alguns pesquisadores preferem atribuir mais ênfase a uma questão do que a outra. Alimonda (2005) e Alier (2011) registram estas diferenças afirmando a existência de duas vertentes principais em Ecologia Política: a construtivista e a materialista. Inicialmente será exposta a vertente construtivista e posteriormente a materialista. Vale salientar que essa metodologia não indica oposição entre as duas vertentes e não encerra a Ecologia Política apenas nestes dois marcos, essencialmente. Trata-se de uma dicotomia mais didática do que propriamente prática. No encontro das duas vertentes estão os fundamentos teóricos de uma Ecologia Política que possibilita a “análise de dinâmicas das relações de poder, construídas em lutas materiais e discursivas que têm como objeto de disputa os recursos naturais” (grifo nosso) (SILVA, *et al*, 2009, p.128).

### **1.1.1 Vertente Construtivista**

A vertente construtivista, amplamente teorizada por Brosius (1999) e Escobar (2005), foca-se na “análise do discurso”, em entender como as diferentes sociedades, em contextos culturais distintos, formulam suas representações de natureza e inventam e re(inventam) formas de interagir com o meio ambiente natural (ALIMONDA, 2005; ALIER, 2011). O construtivismo baseia-se nas teorias pós-modernistas e pós-estruturalistas para conceber a natureza enquanto categoria sujeita a múltiplas interpretações, não totalizante. Os construtivistas entendem que a

natureza deve ser considerada como uma construção social inserida no contexto humano, mas também em seu contexto realista, na composição e organização dos sistemas biogeofísicos. Assim Escobar sintetiza seu pensamento:

Essa dobre demanda deve ser abordada por toda a ecología política [...] hacía una teoría anti-essentialista de la naturaleza que reconozca tanto lo cultural como lo biológico [...] Aún queda por construir toda una teoría política de la naturaleza (ESCOBAR, 1999, p. 278).

O pensamento anti-essentialista é o fundamento da ecologia política construtivista. Ele admite a inexistência de uma forma dada e universal de concepção da natureza entre os humanos. A ideia de natureza divorciada do ser humano, produzida e re(produzida) por meio do trabalho é uma invenção do capitalismo e da modernidade, e muitas sociedades não a concebem a partir desse marco. A natureza, ou o que entendemos como natureza, é significada, uma representação dentre outras. Assim, “talvez possamos reconhecer uma pluralidade de naturezas – capitalista e não-capitalista, moderna e não-moderna [...] nas quais ambos, o social e o biológico, tenham papéis centrais, embora não essenciais, a cumprir” (ESCOBAR, 2005, p. 24).

A propagada crise ambiental substancia, portanto, uma desestabilização da concepção hegemônica da identidade da natureza. O que entendemos por natureza está se modificando com o aumento das tecnologias moleculares, que têm provocado um deslocamento da interpretação da natureza biológica, romantizada, para uma natureza artificializada. Esse deslocamento não é homogêneo, pois, o capital cultural necessário para criação da natureza artificializada está desigualmente distribuído, de maneira que coabitam vários sentidos de natureza em tensão.

Diante deste cenário complexo, no qual variados regimes de natureza são detectados (orgânico, capitalista e tecno), o papel da ecologia política é examinar “as múltiplas práticas por meio das quais o biofísico tem sido incorporado à história – mais precisamente, nas quais o biofísico e o histórico são implicados entre si”. O autor citado acima destaca que o próprio ecologista político está integrado em alguma tipologia de representação da natureza, mas precisa atentar para o “discurso da diferença”, ensejando dar-lhes visibilidade (ESCOBAR, 2005, p. 25).

O pensamento da diferença esforça-se por desconstruir o pensamento unitário, desnaturalizar a categoria natureza, sem atribuir protagonismo à ordem natural ou cultural, mas, sobretudo, desvendar as estratégias de poder tecidas nas relações sociedade/natureza no decorrer da história. Reconhecer os diferentes regimes de natureza em tensão, analisar o contexto histórico cultural, tornar visíveis os saberes e valores que os sustentam, tudo isso é necessário para entender a apropriação política dos saberes e discursos vinculados aos regimes de natureza, assim, “No se trata tan sólo de adoptar una perspectiva constructivista de la naturaleza, sino política, donde las relaciones entre los seres humanos, y entre estos com la naturaleza, se construyen a través de relaciones de poder”<sup>5</sup> (LEFF, 2006b, p.25). O posicionamento desigual dos sujeitos sociais, a construção simbólica e a apropriação material da natureza, bem como os saberes que os sustentam são definidos e redefinidos mediante as relações de poder em cujo âmbito são considerados.

### **1.1.2 Vertente Materialista**

Essa vertente da Ecologia Política repudia enfaticamente o pensamento de que a humanidade está se dirigindo a um futuro de harmonia entre os sistemas produtivos humanos e a natureza. A retórica do desenvolvimento sustentável e sua dependência em relação à ciência e tecnologia, os novos arranjos institucionais impostos, o apelo à participação e ao comprometimento com a ‘salvação do planeta’ não questionam as bases estruturantes do modelo produtivo hegemônico. A despeito de um enfoque assumidamente ‘verde’, o produtivismo capitalista não retroage no seu potencial destrutivo, ao contrário, amplia a demanda por recursos naturais e por áreas de descarte de resíduos.

A Ecologia Política desconfia do postulado de que a preocupação com a proteção e recuperação do meio ambiente natural se dá devido a uma mudança cultural que sinaliza para a construção de uma sociedade pós-materialista, segundo a qual, supridas as necessidades materiais, a humanidade caminhará para uma era de valores supramateriais, a exemplo da ética e da contemplação da natureza. Muito deste entendimento baseia-se em conceitos como as curvas ambientais de Kuznets

---

<sup>5</sup> “Não se trata apenas de adotar uma perspectiva construtivista da natureza, mas política, as relações entre seres humanos e destes com a natureza são construídas a partir de relações de poder” (LEFF, 2006b, p.25).



que interpreta o desenvolvimento econômico como uma curva em “U invertido”. No qual em sua fase ascendente tenderia a causar poluição e impactos ambientais, mas, chegaria a um ponto de inflexão descendente que redundaria em uso de mecanismos *limpos* capazes de degradar menos e recuperar a qualidade ambiental perdida no processo de crescimento econômico<sup>6</sup> (ARRAES, DINIZ, 2006). O problema é que não estamos próximos de uma era pós-materialista. As preocupações com a qualidade ambiental e a finitude dos recursos naturais, advogadas, inicialmente, pelos movimentos ambientalistas, estão relacionadas às questões muito materiais como a crescente poluição da natureza e a pretensa extinção dos meios de sobrevivência, adverte Alier (2011).

A Ecologia Política questiona a manutenção de um sistema produtivista baseado no crescimento econômico durável e exponencial, questiona sua sustentação técnico-científica e sua efetiva capacidade de promover melhorias na vida das pessoas. O sistema produtivista é, em essência, impositor de uma eficácia econômica que opera “la mecanización, la racionalización, lo que llama a más división técnica del trabajo, más concentraciones, más jerarquía en el saber y el poder, más institucionalización de todos los aspectos de la vida” (MARCELLESI, 2008, p. 04)<sup>7</sup>. É pretensioso concluir que exista equilíbrio entre qualidade ambiental real e expansão econômica. Alguns autores recorrem à economia ecológica para explicar a manutenção do conflito entre economia dominante e meio ambiente natural. Eles argumentam sobre a invisibilidade da degradação ambiental na contabilidade dos custos no sistema macroeconômico, não há uma métrica pertinente de externalidades ambientais negativas que contabilize os altos custos ambientais da riqueza produtiva e admita seu ônus a quem os produziu (ALIER, 2011; LIPIETZ, 2002). Neste ponto, adentramos à discussão sobre a capacidade de suporte do planeta Terra. Os sistemas produtivos precisam lidar com uma base física limitada que não opera segundo a sua lógica infinita. Neste sentido, a natureza não é um mero coadjuvante, mas, um ator relevante no conflito entre a natureza e o modelo de economia dominante. “Os mercados são míopes”, aduz Alier (1998 p.

---

<sup>6</sup> O fatores principais determinantes da inflexão para a qualidade ambiental são “elasticidade-renda positiva para qualidade ambiental; mudanças na composição da produção e consumo; aumento do nível educacional e consciência ambiental; e sistemas políticos mais abertos” (Selden & Song, 1994, *apud* ARRAES, DINIZ & DINIZ, 2006, p. 531).

<sup>7</sup> “A mecanização, a racionalização, um reforço na divisão técnica do trabalho, mais concentração, mais hierarquia no conhecimento e poder, mais a institucionalização de todos os aspectos da vida” (MARCELLESI, 2008, p. 04).

69). Eles não são capazes de prever contundentemente a falta dos recursos naturais e dos espaços para descarte dos resíduos. Lançam as incertezas para uma esperança futura no surgimento de tecnologias novas, capazes de minimizarem a ausência de recursos de extração e de retorno<sup>8</sup>.

A Ecologia Política considera os desequilíbrios provocados pela atividade humana na natureza e questiona as virtudes do progresso técnico enquanto promotor de qualidade de vida humana e ambiental. “O mundo natural não é um palco neutro e estático para os conflitos humanos” (PÁDUA, 2004, p.173). Se as externalidades negativas são ou não contabilizadas no sistema de preços convencionais, isso não impede do Planeta cobrar pela degradação. Os sistemas biogeofísicos da Terra têm sido alterados em sua dinâmica para que os sistemas produtivos humanos sejam mantidos.

A degradação é real, material, todavia, qual será a face mais dramática da poluição? Talvez não seja a sua feição trágica e destruidora das substâncias tóxicas, mas a capacidade de seus agentes de disfarçar, remediar, de tornar a contaminação algo não perceptível, não aparente, a romantização da contaminação. A significação dos riscos está sujeita a “processos sociais de definição”, pois, podem ser ampliados ou reduzidos, supervalorizados ou minimizados. À contaminação é atribuído significado conforme lhe é conferido pelo saber científico que “adquire um nuevo significado político” (BECK, 2002, p.29). Então, o princípio da atribuição de valor monetário aos custos ambientais induz os promotores da degradação a pensarem melhor antes de agir e a buscarem técnicas menos danosas, mas sempre reduzindo a uma métrica monetária todos os valores presentes no conflito. Sobre isso Alier afirma:

A questão não é se apenas o mercado pode determinar o valor (econômico) [...] nossa preocupação tem que fazer sentido com a suposição de que, em qualquer diálogo (ou conflito), todas as valorações (...) devam reduzir-se a uma só escala unidimensional (ALIER, 2011, p.64).

Para a vertente materialista em ecologia política, importa a incomensurabilidade de valores dos recursos naturais e da degradação da natureza. Não podemos enquadrar valores tão diferentes em uma mesma medida,

---

<sup>8</sup> Entendendo recursos de extração aqueles que foram cultivados ou retirados da natureza; recursos de retorno são aqueles que após seu uso, são devolvidos à natureza para sua absorção no ciclo de nutrientes e energia.

perguntando, por exemplo, quanto se pagará como compensação pela degradação de um aquífero? Qual métrica será usada para quantificar o valor dessa compensação, se pensarmos que este recurso é fonte de sobrevivência de várias famílias ou um marco simbólico de determinada cultura ou religião?

Tão importante quanto os valores é o poder de decisão. Quem detém a capacidade (poder) de determinar quais valores irão prevalecer? Quem tem o direito de propriedade sobre os recursos e serviços ambientais? Quem detém o poder de decidir quais interesses prevalecerão? Sobre este aspecto, Lipietz comenta:

O princípio da propriedade e o poder econômico, este consequência daquele, não deveriam dar a seus detentores o direito de influir discricionariamente na vida dos outros. No entanto, é assim que tudo se dá. Por vezes, ainda que de maneira indireta, embora não menos determinante, esse poder se estende até um direito de vida ou de morte. Acaba levando alguns ao total desespero, por se sentirem completamente incapazes de encontrar um lugar na sociedade, de ganhar seu sustento, de viver decentemente (LIPETZ, 2001, p. 20).

A Ecologia Política ressalta os “conflitos ecológicos distributivos”, tensões que surgem a partir dos padrões de distribuição da degradação ambiental e de acesso aos recursos e serviços ambientais. Não há solução do problema ambiental apenas com a mensuração monetária dos custos e a aplicação de um sistema de compensação, porque os atores sociais envolvidos no conflito ambiental utilizam sistemas de valores diferentes entre si e assumem posição diferenciada no conflito, revelando as assimetrias de poder. Em um conflito ambiental, a população pobre, comumente a mais afetada pela poluição, tende a aceitar a alternativa da compensação monetária a preços baratos, pagando os custos das externalidades negativas com sua própria saúde ou com a perda de sua cultura e história (ALIER, 2011; LIEPTZ, 2002; ACSELRAD *et al*, 2004).

A Figura 03 abaixo sintetiza de maneira ilustrativa os principais postulados teóricos da Ecologia Política:



Figura 03: Principais princípios em Ecologia Política  
Fonte: Elaboração Própria, 2012.

#### 4.5 Por uma Ecologia Política antiessencialista do lixo

*“Se nós existíssemos, não existiríamos”.*

Esta é a conclusão a que chega Kublai Khan, o curioso imperador, após ouvir os relatos do embaixador Marco Polo sobre Leônia, uma das cidades fictícias de Ítalo Calvino, a qual abrigaria uma população exuberante que nutria hábitos excessivos de consumo e esbanjava suas posses. Leônia se destaca pelos seus arredores repletos de lixeiras, montanhas de materiais que foram descartados em razão do consumo e futilidade da população local. O descarte não tem fim, quanto mais Leônia expele, mais produz, ininterruptamente. Os trabalhadores da coleta de lixo são tidos como anjos porque expurgam de Leônia o seu passado e, como

profetas, anunciam o lugar do novo que logo mais passará a ser indesejado. “Ninguém se pergunta para onde os lixeiros levam os seus carregamentos”, afirma Marco Polo, não questionam porque não se interessam. O que importa é o velho dar lugar ao novo, num círculo perene. E onde está o velho, o indesejado? Não importa. Importa que a cidade esteja limpa. O lixo e os lixeiros? Não penso neles. E, se não penso, não existem, conquanto sei que existem porque “sem eles, jamais poderíamos continuar [...] são eles que existem, não nós [...] Acabamos de demonstrar que, se nós existíssemos, não existiríamos” (CALVINO, 1990, p.50). Ofuscados pelo brio de sua opulência consumista, os leonianos não conseguiam perceber as atividades que davam suporte aos seus hábitos e não atentavam para as montanhas de lixo que tomavam a paisagem da cidade. Não importa, os rolos compressores e as máquinas estenderão para outros lugares o infortúnio do lixo, para que não pensemos nele, para que ele não exista.

Poderemos usar esta descrição da cidade fictícia de Leônia para discorrer sobre poluição e risco como categorias polissêmicas, sujeitas a significações diversas. Na obra de Calvino tem-se, nas entrelinhas, o encontro de percepções diferentes sobre o lixo. O estrangeiro visitante contempla as montanhas de lixo e as descrevem como um “cataclismo”, uma tragédia iminente; os vaidosos cidadãos locais alimentam um sentimento ambíguo em relação ao lixo, considerando-o um triunfo, ao passo que desejam se livrar dele para dar lugar ao novo; já para o lixeiro, o lixo é seu sustento, o “ganha pão”, embora lhe seja atribuída uma invisibilidade mórbida na sociedade. São percepções diferentes e simultâneas do lixo: lixo como paisagem, como deterioração do ambiente, fruto do consumismo, triunfo dos vencedores, como recurso econômico, indicador e determinante de posição social.

Para os moradores de Leônia, residentes nas áreas periféricas da cidade, a percepção do lixo se dá através dos sentidos, dos odores, da fumaça, das doenças. Para eles, o lixo tanto representa poluição como também pode ser fonte de renda, estratégia de sobrevivência. Os que dependem do lixo para sobreviver acompanham seu deslocamento e os que residem nas franjas urbanas se tornam frequentemente vizinhos de depósitos de lixo. Para ilustrar, com exemplos concretos e próximos, recorreremos ao exemplo do lixão do Roger, na cidade de João Pessoa – PB. Após seu fechamento, muitos catadores ficaram sem alternativa de trabalho. Alguns deles se mudaram para Campina Grande a fim de atuarem como catadores no lixão do Mutirão (SILVA, 2011). Em Campina Grande, o antigo depósito de lixo do bairro

denominado *Distrito Industrial* foi transferido no ano de 1994 para um terreno anexo à comunidade chamada de Mutirão, onde reside uma população de baixa renda. O Mutirão passou a ser o bairro de residência da maioria dos catadores de materiais recicláveis da cidade. Moradora do bairro do Mutirão há mais de vinte anos, Dona Zelita, líder comunitária no bairro, ao ser indagada sobre a reação da população do Mutirão ao saber que o lixão de Campina Grande iria ser colocado no terreno anexo à comunidade, afirmou:

Na realidade, é como eu lhe falei, pra uns se sentia prejudicado, mas pra outros beneficiava porque eles não tinham onde trabalhar e viviam do lixão [...] algumas pessoas gostou porque estava desempregada e o lixão trouxe fonte de renda pra eles (*sic*) (líder comunitária).

Nota-se na fala da entrevistada a indicação da polissemia do lixo. A aceitação da fonte poluidora deveu-se à situação de vulnerabilidade econômica das pessoas pobres que visualizavam no lixo uma fonte de renda. A dependência econômica é um aspecto importante para a construção da percepção do risco, sendo às vezes um impedimento para a mobilização social em oposição à fonte poluidora. O convívio direto com a fonte poluidora não determina, necessariamente, sua rejeição pela população diretamente atingida. As condições econômicas precárias podem contribuir para a sua naturalização e a falta de mobilização social contra as causas da poluição (LOPES, *et al*, 2004). Colocar-se a favor da proximidade do depósito dos resíduos sólidos urbanos não significa total ignorância sobre os riscos e as consequências danosas da poluição, mas sim uma sujeição em troca de algum ganho econômico ou devido às ameaças de perda de posto de empregos relacionados às atividades poluidoras. Assim, as comunidades pobres “têm menos liberdade estrutural para agir de acordo com suas preocupações ambientais e de saúde quando defrontadas com as consequências de uma pobreza absoluta” (GOULD, 2004, p. 73).

Além da precarização econômica, outros elementos contribuem para a naturalização da poluição e influenciam na aceitação e naturalização da poluição: a desqualificação dos riscos - os agentes poluidores usam linguagens técnicas para minimizar as consequências; o uso de modelos estatísticos que informam sobre a pouca relação entre doenças e a fonte poluidora atribuindo outras causas às

enfermidades; e o discurso da superveniência do interesse público, colocando os opositores na posição de “traidores da cidade” (ACSERALD, 2004).

A desnaturalização e o processo de estranhamento da população em relação à poluição podem ter várias origens: pelo aumento do incômodo provocado pela poluição, maior acesso às informações sobre os riscos ou ainda provocado pelo contato com técnicos, profissionais e organizações que alertam sobre as ameaças e articulam movimentos de resistência. O cenário de conflito ambiental é inaugurado com a desnaturalização, expondo as contradições que envolvem o encontro entre diferentes concepções do uso do espaço natural. Na verdade, é interessante perceber como os conflitos sociais são “ambientalizados”. Os confrontos tradicionais em torno da desigualdade, da pobreza, da apropriação do território ganham novas significações quando incorporados à pauta dos movimentos ambientalistas, utilizando-se de discursos de proteção do meio ambiente (LOPES *et al*, 2004).

Os movimentos de resistência contra a poluição ambientalizam seus discursos; as linguagens técnicas ambientalizam suas justificativas; ambos ambicionando maior poder de argumentação e legitimidade. A ambientalização penetra as esferas institucionais, os tratados, os projetos, a educação; enfim, implica “simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas” (LEITE, 2004, p. 19) e busca “caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente benignas ou danosas” (ACSERALD, 2010, p. 103).

Em um cenário de conflito ambiental não raramente surgem os especialistas em resolução de conflitos que buscarão estratégias para a promoção do consenso, celebração de acordos e compromisso de controle da poluição. Para Lopes (2004), esses acordos relativos aos limites da poluição podem ser caracterizados como um processo de (re)naturalização da poluição. Para Alier (2011), podem ser definidos como os ‘milagres da descontaminação’. A poluição e os riscos são minimizados sob a promessa de controle e uso de tecnologias, melhorias na infraestrutura urbana local *etc.* Sobre isso, Alier adverte que “em face de situações socialmente assimétricas, solucionar um conflito não corresponde exatamente a resolver um problema” (ALIER, 2011, p.276).

É inegável o potencial poluidor que a disposição de lixo diretamente no solo ocasiona. No entanto, este conhecimento não foi suficiente para que a alocação de lixo a céu aberto pudesse ser evitada. Existem muitos interesses envolvidos que atuam como amortecedores da desnaturalização dos lixões, como por exemplo: o

menor custo econômico das prefeituras em manter lixões comparados com a manutenção de aterros sanitários; o encargo com indenizações, contratos e aquisição de terrenos. Em relação à população, a naturalização dos lixões se dá como na cidade fictícia de Ítalo Calvino: as pessoas se interessam em ter uma cidade limpa, não importando para onde os resíduos vão ou o que será feito deles. Para as pessoas que residem próximo aos lixões, este constitui uma fonte de mosquitos, mau odores, doenças, mas também um meio de sobrevivência; obviamente não é uma unanimidade, mas, o fato do lixão concentrar os resíduos da cidade torna-o uma fonte importante de renda para os catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao lixão do Mutirão em Campina Grande, no dia 05 de janeiro de 2012 o pronunciamento do prefeito de Campina Grande na cerimônia de fechamento do lixão evidenciou o conflito existente entre a prefeitura e a Infraero, devido a presença do lixão na rota de movimentação das aeronaves no aeroporto da cidade.

Quantas não foram as vezes em que eu como prefeito não fui chamado pela Infraero, pelo Ministério da Defesa, pelo Ministério da Aeronáutica para resolver definitivamente, porque esta localidade [o lixão] está exatamente dentro do cone aeroportuário para aterrissagem e decolagem de aeronaves (Prefeito Veneziano Vital).

As aves atraídas pelo lixão prejudicavam as atividades do aeroporto Presidente João Suassuna, ameaçando a segurança dos voos devido aos riscos de colisões entre as aves e os aviões. No dia 25 de outubro de 2011, ocorreu uma colisão entre um urubu e uma aeronave nas proximidades do bairro Mutirão, onde o lixão esteve localizado, dentro da zona de tráfego dos aviões<sup>9</sup>. O conflito com a administração do aeroporto é antigo, datando desde os anos 1990, quando o lixão localizava-se no Distrito Industrial, de onde foi removido e destinado ao bairro próximo do Mutirão. No entanto, mesmo no Mutirão, o problema da degradação ambiental ali produzida não foi extinto, porque o lixo depositado ao longo de vinte anos não foi removido, mantendo seu potencial de contaminação. A prefeitura determinou apenas o encerramento da atividade de depósito de materiais.

---

<sup>9</sup> Infraero investiga se avião colidiu com urubu antes de pouso na PB. G1 Paraíba, 26 de outubro de 2011. Disponível em <http://g1.globo.com/paraiba/noticia/2011/10/aeronave-colide-com-urubuproximo-ao-aeroporto-de-campina-grande.html>



A resolução do conflito com a administração aeroportuária não solucionou o problema da degradação ambiental oriunda da disposição inadequada dos resíduos sólidos. A transferência do lixão de Campina Grande para Puxinanã, mesmo sob forma de aterro sanitário, significou a simples transferência do problema da degradação ambiental para os domínios territoriais do município vizinho.

#### 4.6 Síntese gráfica das principais categorias analíticas em Ecologia Política

Segue abaixo um resumo dos principais postulados em Ecologia política que nortearão a análise dos dados empíricos apresentados no capítulo 5 desta dissertação (Quadro 03).

**Quadro 03:** Síntese das categorias analíticas em Ecologia Política

<b>Ecologia Política</b>		
<b>Categorias Analíticas</b>	Desigualdade na distribuição dos recursos e das cargas de poluição	
	Desnaturalização dos problemas ambientais e das soluções propostas	
	Conflitos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quais recursos em disputa?</li> <li>Quais atores envolvidos?</li> <li>Quais as estratégias de ação?</li> </ul>
	Discursos ambientais	
	Hierarquização do saber (predomínio da ciência e da tecnologia)	
	Assimetria de poder	
	Importância do contexto histórico e geográfico	
	Incomensurabilidade dos bens e serviços ambientais	
	Ambientalização dos conflitos sociais	
	Manutenção estrutural do produtivismo/consumismo	
	Gestão global dos recursos e serviços ambientais	
Exercício de propriedade sobre bens e serviços ambientais		

Fonte: Elaboração Própria, 2012.

Ao discutir a poluição provocada pela gestão precária dos resíduos sólidos urbanos, não basta aludir a um conjunto de métodos ou de formulação de consensos capazes de atenuar os problemas ambientais como os provocados pelo lixão. A gestão de resíduos sólidos pode ser modernizada; os conflitos podem ser amenizados ou adiados, todavia, o problema concreto da poluição permanece. Se a

desnaturalização da poluição promove conflitos, não podemos afirmar que a solução deste conflito redunde em solução do problema ambiental.

# Capítulo 2

## 2.0 Modernização na gestão dos Resíduos Sólidos e a PNRS

A proposta deste capítulo é problematizar, à luz da literatura especializada, o processo de modernização na gestão dos resíduos sólidos. No Brasil, seu maior expoente é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, Lei 12.305/2010), uma legislação abrangente que formaliza métodos, técnicas e estratégias no gerenciamento adequado dos materiais descartados. Com vistas ao desenvolvimento sustentável, a PNRS normatiza a inclusão dos catadores de materiais recicláveis como participantes ativos na gestão de resíduos.

Pensar maneiras de administrar os dejetos e o lixo produzido é algo antigo. Notifica-se que Leonardo Da Vinci (1452- 1519) formulou um projeto de engenharia conhecido como “cidades subterrâneas”, uma alternativa para lidar com o lixo nas cidades renascentistas (EIGENHEER; 2009). Na idade média, algumas cidades dispunham de serviço de coleta de lixo e limpeza das ruas executados por firmas particulares. Em 1560, a cidade de Bruxelas coletava e compostava seu lixo; em Londres, os cidadãos eram sorteados para serem responsáveis pela limpeza da cidade - os *scavengers*. Em outras cidades, havia a cobrança de taxa de limpeza aos cidadãos. No século XIX, a teoria microbiana trouxe novas preocupações relacionadas ao cuidado com o lixo e dejetos. A Alemanha, a Suíça e a Holanda foram exemplos no gerenciamento do lixo no século XX. Na Alemanha, vasilhames apropriados eram usados no acondicionamento do lixo, a população se preocupava com a constante limpeza das ruas, com o combate ao desperdício e estímulo à reutilização de embalagens e materiais, principalmente, durante as guerras. Mas, a destruição causada pelos combates atrapalhou o progresso na administração do lixo na Alemanha. A partir de 1950, uma série de leis normatizaram a gestão dos resíduos sólidos alemã, modernizando a coleta seletiva e a disposição final, exigindo “organização técnica, organização e fiscalização [...] as leis promulgadas na Alemanha vieram de forma escalonada e eram cumpridas” (EINGENHEER ,2009, p.77).

No Brasil, os escravos e prisioneiros faziam a limpeza das latrinas, transportavam os dejetos despejando-os no mar. O marco da limpeza urbana oficial aconteceu na capital do Império em 1864, na cidade do Rio de Janeiro, com a contratação da empresa inglesa *The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited* para efetuar a limpeza urbana em parte da cidade. Um Decreto do

Imperador D. Pedro II estabeleceu o contrato de “limpeza e irrigação” com o senhor Aleixo Gary. O serviço era executado com carroças fechadas aperfeiçoadas pelo senhor Gary. Os trabalhadores da limpeza pública ficaram conhecidos como os trabalhadores de Seu Gary, sendo posteriormente chamados apenas de Gari, denominação que define até hoje os trabalhadores da limpeza urbana (MENEZES, *et al*, 2008). No século XX, o Brasil buscou outras formas de disposição final do lixo além dos vazadouros a céu aberto. Houve experiências com incineração, usinas de triagem e compostagem. A maior preocupação era os maus odores da decomposição do lixo, composto principalmente de matéria orgânica (EINGENHEER, 2009). O lixo era conduzido para as cercanias da cidade com o crescimento urbano, os espaços ocupados pelos depósitos de lixo foram sendo requeridos para a habitação da população pobre ou mesmo pelos empresários imobiliários. No Brasil, muitos bairros residenciais e até comerciais encontram-se, atualmente, sobre antigos lixões desativados. Ocasionalmente, os meios de comunicação noticiam sobre o risco de explosões e desmoronamentos em áreas onde existiam antigos depósitos de lixo.

No idos de 1990 especialistas em gestão ambiental, desenvolvimento urbano e resíduos sólidos de várias nacionalidades, agrupados em organizações internacionais<sup>10</sup>, se esforçaram em pensar a questão do gerenciamento de resíduos sólidos. Elencaram suas principais características, definindo princípios e diretrizes capazes de potencializar a gestão. Assim, foi concebida a noção de Gestão Integrada ou Compartilhada de Resíduos Sólidos que ambiciona integrar pelo menos três dimensões: “os atores envolvidos e afetados pela gestão dos resíduos; os elementos práticos e técnicos do sistema; os aspectos de sustentabilidade do contexto local” (ANSCHULTZ, 2004 *apud* DIAS, 2010, p. 03).

O novo arranjo institucional sedimentado na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos procura articular uma série de critérios sócio – cultural; ambiental, institucional, político e técnico que operam da seguinte maneira (LARDINOIS, FUREDY, 1999 *apud* DIAS, 2010):

1. A busca pela universalização dos serviços - acesso ao serviço eficaz de coleta e tratamento de resíduos sólidos, ofertado independentemente da posição social, renda ou etnia dos beneficiários;

---

<sup>10</sup> Collaborative Working Group on Solid Waste Management em Low and Middle-Income Countries – CWG.

2. Redução da produção de resíduos e fomento para a reciclagem;
3. A prerrogativa da responsabilidade compartilhada, na qual a população, o poder público e iniciativa privada são responsáveis conjuntamente pelos resíduos que produzem;
4. Profissionalização do setor: relevância da capacitação para os agentes do setor de resíduos sólidos (nota-se o envolvimento de instituições de ensino e a assessoria de organizações como o SEBRAE);
5. Participação nos processos decisórios com divulgação de informações, manutenção de um banco de dados, criação de espaços de debates, indicação de propostas e avaliação dos resultados;
6. Preocupação com a sustentabilidade econômica da gestão dos resíduos, tanto na cobrança de taxas e/ou outros preços públicos aos usuários; como na oportunidade de geração de emprego e renda, um indutor da inserção dos catadores de recicláveis na economia formal, motivando a redução da pobreza urbana;
7. Aspectos relacionados à melhor técnica, adaptada aos condicionantes locais, institucionalização da logística reversa<sup>11</sup> e do uso de tecnologia ambientalmente adequada.

Todos estes princípios, procedimentos e percepções relacionados aos resíduos sólidos foram institucionalizados na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)<sup>12</sup> como metas a serem alcançadas pelos governos federal, estadual e municipal, o empresariado e a sociedade em geral. Após vinte anos de tramitação no Congresso Nacional, esta Lei revoluciona a gestão dos resíduos sólidos no Brasil, normatizando todas as etapas dos produtos, desde sua compra até o seu destino final, preconizando regras e atribuindo responsabilidades ao produtor e ao consumidor pelo resíduo produzido.

Sobre a modernização apresentada na PNRS, é interessante salientar uma curiosidade: no texto da nova lei não aparece o termo 'lixo'. A palavra 'lixo' foi descartada da nova lei, tornando-a lixo<sup>13</sup>. Talvez por sua conotação negativa ou por

---

<sup>11</sup> Método de coleta dos materiais pós consumo para que retornem como matéria prima para indústria e fabricação de novos produtos. Exemplo: embalagens em geral, pilhas, eletrônicos, componentes, pneus e outros materiais.

<sup>12</sup> Promulgada no ano de 2010 sob a Lei Nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto Nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010.

<sup>13</sup> O termo lixo foi substituído por 'rejeito' – cessadas as alternativas de reaproveitamento, não resta outra alternativa senão sua disposição final ambientalmente adequada. Os resíduos são os materiais que podem ser reaproveitados, reciclados e inseridos novamente na cadeia produtiva (PNRS, 2010).

representar “aquilo que não se quer mais e se joga fora; coisas inúteis, velhas e sem valor” (MENEZES, 2008, p. 189). Num primeiro momento soa como uma incongruência descartar a palavra ‘lixo’ do léxico da Lei PNRS, já que ‘lixo’ é um vocábulo bastante conhecido e usado pela população o que, em tese, facilitaria a comunicação entre a nova lei e a sociedade<sup>14</sup>. Essa mudança no glossário é justificada pela necessidade de classificar a origem, composição, uso e, principalmente, o potencial de reaproveitamento dos materiais. O termo “lixo”, associado a qualquer coisa considerada ruim, imprestável, sem valor, não descreve as características dos materiais que são descartados, pois estes são passíveis de serem reintroduzidos como matéria prima no sistema de produção e, assim, gerarem novos produtos. Congregar todos os materiais descartados em uma única classificação denominada de “lixo” significa subvalorizar o potencial de reaproveitamento desses materiais, na medida em que “lixo” é considerado um termo “genérico de muchas cosas que están contenidas y que parece necesario desglosar para afinar nuestra aproximación” (CERDANO, 2008).

No Brasil, o lixo é, na verdade, um aglomerado de materiais de composição diversa, com diferente potencial degenerativo e distintas técnicas de tratamento, como se vê na composição gravimétrica do lixo de Campina Grande – PB (Figura 04).

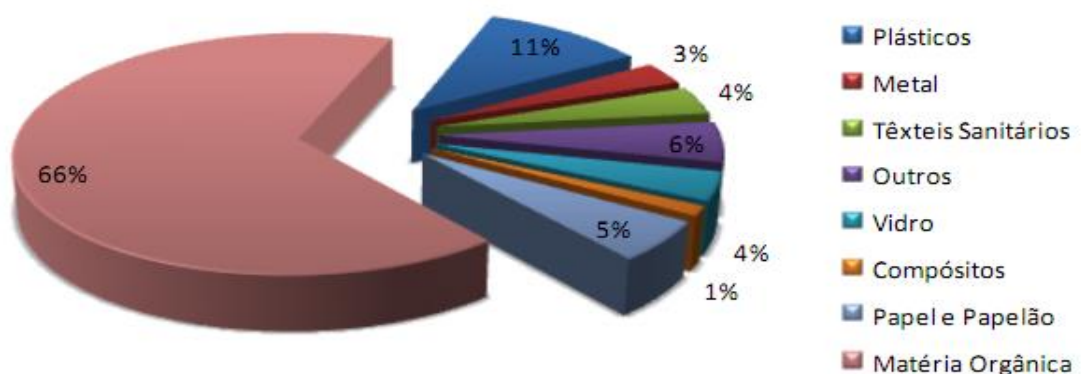


Figura 4: Composição Gravimétrica dos RSU em Campina Grande-PB,2009  
Fonte: Elaine Patrícia Araújo, 2011, p. 69.

<sup>14</sup> A partir dos anos 1950 inicia-se uma distinção entre lixo (resíduos sólidos) e águas servidas (dejetos produzidos pelo metabolismo do corpo), anteriormente, ambos (lixo e águas servidas,) eram designados como ‘imundície’ (EINGENHEER, 2009).

No México, o Observatório de la Conflictividad Social realizou um estudo sobre os diferentes sentidos atribuídos a *basura* (lixo) concluindo que entre as classes sociais, as regiões geográficas e até países, o termo lixo apresenta sentidos bastante diversos. Diante disso, aduz: “Estas diferencias entre la clasificación sobre este concepto em cada país, puede ocasionar malentendidos que se traduzcan, com el tiempo, em conflictos mayores” (CERDANO, 2008). A preocupação com as terminologias é uma tendência internacional, um esforço de criar um glossário padrão, de nível global, com uma linguagem uniformizada para a gestão dos resíduos sólidos em todos os países. Pode parecer irrelevante o descarte da palavra lixo no texto da PNRS, contudo, a extinção proposital desta palavra enseja um forte valor simbólico neste contexto. Revela o apelo da modernização na busca por substituir o que remete a um passado de ignorância, mesmo que expresse apenas um atraso lexicográfico. A modernização vai além da introdução de tecnologias avançadas ou modelos de organização eficazes, informando igualmente uma ampla racionalização dos modos de vida, das experiências, da atuação política, das maneiras de sua expressão. Para Ulrich Beck,

Modernización se refiere a los impulsos tecnológicos de racionalización y a la transformación del trabajo y de la organización, pero incluye muchas cosas más: el cambio de los caracteres sociales y de las biografías normales, de los estilos de vida y de las formas de amar, de las estructuras de influencia y de poder, de las formas políticas de opresión y de participación, de las concepciones de la realidad y de las normas cognoscitivas (BECK, 2002, P. 25).<sup>15</sup>

Tornou-se marca das políticas ambientais o seu ímpeto por alcançar todas as esferas da vida (econômica, política, social, cognitiva), extrapolando a dimensão estritamente ambiental. A modernização na gestão dos resíduos sólidos expressa na PNRS manifesta esta dimensão ampliada. Esta modernização requer a normatização da produção, das formas de consumo, das técnicas de tratamento de resíduos, da sua disposição final, das responsabilidades e das condutas dos cidadãos. Para obter completo êxito, deve-se ocorrer a normatização das práticas cotidianas das pessoas, na vulgarização de uma consciência ambiental que lista uma série de hábitos considerados adequados e ideias reconhecidamente

---

<sup>15</sup> Tradução livre: “Modernização se refere aos impulsos tecnológicos de racionalização e a transformação do trabalho e da organização e de muitas outras coisas: a mudanças das características sociais, dos estilos de vida e das formas de amar, das estruturas de influência e poder, das formas políticas de opressão e de participação, das concepções da realidade e das normas cognitivas”.



sustentáveis. Impressiona como a modernização na gestão dos resíduos traz a inauguração de novo léxico formal a ser incorporado ao cotidiano das pessoas: *responsabilidade compartilhada, coleta seletiva, logística reversa*, são algumas das expressões a serem introduzidas no dia-a-dia das pessoas e organizações.

O instrumento proposto para estimular a sociedade a participar e buscar meios de superação dos problemas ambientais é a educação ambiental, entendendo-a como um processo contínuo de estímulo e reprodução de saberes ambientais e a construção de competências para a sustentabilidade. Requer que aprendamos como o meio ambiente funciona, “como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade” (DIAS, 2004, p.100). A Educação Ambiental é um instrumento de extrema importância para a PNRS devido à prerrogativa da responsabilidade compartilhada. Produtores, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e os titulares da gestão dos resíduos sólidos compartilham, em níveis diferentes, as responsabilidades pelo ciclo de vida dos produtos. O Quadro 04 abaixo expõe as ações que a PNRS vincula como responsabilidade de cada categoria.

**Quadro 04:** Síntese da Responsabilidade Compartilhada em Resíduos Sólidos

<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>AÇÃO</b>
Poder Público	Processo decisório participativo
	Uso de Tecnologia ambientalmente adequada
	Estímulo à criação de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis
Produtores	Uso de insumos com menor poder de agressividade ao meio ambiente
	Preferência ao uso de materiais recicláveis
	Embalagens projetadas para serem recicláveis
Empresas	Apresentar Plano de Manejo dos Resíduos Perigosos
	Adequar-se para receber as embalagens após o uso
Sociedade Civil	Mudança de hábitos
	Reduzir o consumo
	Participar da Coleta Seletiva
	Separando e acondicionando os resíduos de maneira diferenciada, disponibilizando-os para a coleta

Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, 2013. Adaptado de PNRS (2010)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos obriga os entes federativos a elaborar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos até agosto de 2012 e a extinguir os lixões até agosto de 2014. Sendo este plano uma “condição necessária para terem acesso aos recursos da União, destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012. p.29) deve conter as diretrizes para a melhor tecnologia a ser utilizada na destinação final dos resíduos no contexto específico de cada lugar, observando a legislação local.

Existem critérios a serem observados nos Planos, um deles é sua harmonização com as leis federais pré-existentes a exemplo da Lei de Saneamento Básico (Lei Nº 11.445/2007) – que determina a universalidade e integridade dos serviços, o planejamento da viabilidade técnica e financeira dos projetos; admite a cobrança de taxa pelo serviço de limpeza e manejo dos resíduos sólidos; a Lei de Licitações e Contratos (Lei Nº 8.666/1993) propicia a dispensa de licitação para contratação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis; a Lei de Consórcios Públicos (Lei Nº 11.107/2005) incentiva a formação de consórcios intermunicipais de gerenciamento de RS por meio da celebração de contratos entre os municípios e a constituição de uma equipe técnica permanente composta por representantes de todos os municípios do consórcio. A composição do consórcio é bastante estimulada pela PNRS. Seus objetivos são promover a gestão associada entre os entes federativos, incentivar a cooperação entre municípios que apresentam problemas em comum, proporcionar a viabilidade técnica e econômica dos planos nos municípios menores e favorecer a prestação regionalizada dos serviços. Deste modo,

Os consórcios públicos recebem, no âmbito da PNRS, prioridade absoluta no acesso aos recursos da União ou por ela controlados. Essa prioridade também é concedida aos estados que instituírem microrregiões para a gestão, e ao Distrito Federal e municípios que optem por soluções consorciadas intermunicipais para gestão associada (MMA, 2012, p.21)

Os municípios consorciados podem fazer o Plano Microrregional de Gestão, ficando obrigados a manterem um órgão fiscalizador das atividades do consórcio. E a confeccionar o referido plano de maneira participativa, com ampla participação da sociedade civil na elaboração de projetos e na avaliação dos resultados.

O próximo tópico dissertará sobre participação social como uma forma de controle social das políticas públicas. A participação social é amplamente requerida pelo processo de modernização dos resíduos sólidos, possui um forte valor simbólico e argumentativo, capaz de referendar os projetos do poder público, atribuindo-lhe legitimação.

## **2.1 A aclamada participação social**

*A participação social representa um grande desafio para a construção de sociedades democráticas [...] pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, o aperfeiçoamento da convivência, e a transparência dos processos decisórios com foco no interesse da coletividade (MMA, 2012. p.31).*

Meio Ambiente e democracia são categorias comumente associadas nos projetos em política ambiental. Ademais, os documentos nos quais as políticas ambientais são cristalizadas trazem referências às virtudes da sustentabilidade, capazes de exceder a esfera dos recursos e serviços ambientais. Uma dessas virtudes é o potencial resgate da democracia plena com ampla participação da população nos espaços de decisão. Para além de solucionar uma crise ambiental, busca-se solucionar também uma crise política, o desejo de suprir o vazio político que as recentes democracias representativas não satisfazem (LIPIETZ, 2002; MARCELLESI, 2008).

Após a segunda grande guerra, os países periféricos ou terceiro mundistas, como eram denominados, recorreram a programas de desenvolvimento econômico ditados pelos países centrais - primeiro mundo - das agências de financiamento internacionais e da tecnoburocracia estatal. Esses projetos de desenvolvimento eram modelos prontos, sem maiores vínculos com as comunidades por eles afetadas, orientados por uma racionalidade econômica, na qual, os principais efeitos são a aceleração do crescimento econômico e o aumento potencial dos sistemas industriais. Este padrão importado de desenvolvimento, pouco flexível e indiferente às reais necessidades das comunidades locais “implicou na marginalização de outros objetivos sociais [...] como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição qualitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente” (SANTOS, 2002, p.45).

Em resistência ao modelo de desenvolvimento centralizado, cujo principal ator é o Estado, justifica-se um modelo participativo orientado “de baixo para cima”. Exposto como um processo de modernização. A desregulação dos mercados e a descentralização do Estado passam a vigorar como uma condição ao desenvolvimento e indício do amadurecimento das democracias, como salienta Leila da Costa Ferreira:

Uma implicação imediata desta nova realidade é que não mais precisamos de um Estado centralizado [...] na medida em que adquire peso fundamental, em termos de perspectivas, o espaço público comunitário, refletindo a evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos (FERREIRA, 2003, p. 23).

A relevância atribuída à participação da sociedade civil em políticas públicas pode ser associada ao processo recente de redefinição do papel do Estado. Esta redefinição é liderada pela descentralização, e é entendida aqui como uma ampliação da atividade estatal que requer maior ação do poder público municipal e da sociedade civil organizada no cenário de formulação e implementação de políticas públicas. A descentralização é operosa quando concede mais autonomia de decisão para esferas territoriais em menor escala, como os estados e os municípios, transformando-os nos principais agentes propulsores do desenvolvimento local. A descentralização assume uma dupla natureza “diferenciadora, seletiva e fragmentada” e concomitantemente “integradora e equalizadora”, (SILVA & COSTA, 1995 *apud* SCARDUA & BURSZTYN, 2003). Esta se revela diferenciadora e fragmentadora quando serve aos reclames do mercado, incentivando o localismo competitivo; integradora quando possibilita a participação de agentes públicos não estatais na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. Portanto, a descentralização pressupõe a abertura de mecanismos de participação, dos quais a sociedade civil e os grupos de interesse dialogam e negociam estratégias: Fóruns, Conselhos, Orçamento participativo, Assembléias, Audiências Públicas, são institutos de participação popular na governabilidade local. Importa que hajam “formas de negociação que incorporem diretamente à discussão os setores a serem atingidos pelas políticas municipais [...] para incorporar sua contribuição à designação e à formulação das políticas públicas” (ABRUCIO & COUTO, 1996, p.45).

A afirmação de que a participação conduz a uma melhor eficácia nas políticas públicas já é tida como inquestionável e seus fundamentos podem ser assim apresentados:

1. A presença organizada da comunidade no delineamento e definições das políticas oferece sustentação e continuidade aos projetos, evitando que sejam efêmeros ou abandonados nas administrações seguintes;

2. A boa governança direciona o Estado para práticas estritamente democráticas, como o controle social das ações em prol da justiça social e do desenvolvimento;

3. As relações baseadas em laços de confiança, solidariedade, cooperação, conferem maiores chances de êxito em projetos de interesse comum;

4. Entram em cena palavras como aprendizado, capacitação, interação e consenso, como variáveis imprescindíveis para o sucesso de projetos de desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).

Essa nova realidade valoriza o espaço político público e a desnaturalização do Estado e do mercado enquanto entes dotados, essencialmente, da capacidade de transformar positivamente a sociedade. Os novos movimentos sociais esforçam-se em avivar as reivindicações por direitos humanos, justiça social, defesa do meio ambiente *etc.* Na abertura desses espaços públicos, os movimentos sociais buscam introduzir sua pauta nas políticas de desenvolvimento. Inaugura-se uma “nova realidade” a partir de três instâncias: o Estado e o Mercado, operando sob uma racionalidade sistêmica em uma lógica instrumental; e a Sociedade Civil Organizada através dos movimentos sociais, operando uma racionalidade comunicativa, sob a lógica da solidariedade. Assim, a racionalidade instrumental e a racionalidade comunicativa “se interpenetram, disputando entre si el espacio social existente”, a racionalidade comunicativa funcionando como um mecanismo de regulação das ações do Estado e do Mercado (LEIS, 2001, p. 92-93).

A descentralização e participação são instrumentos recomendados nas cartilhas direcionadas aos países em desenvolvimento, subscritas por convenções, agências e organismos internacionais. Pretende-se, assim, um deslocamento do *modus operandi* tradicional hierárquico, fundado em uma burocracia estatal rígida, para uma engenharia administrativa virtuosa sedimentada no tripé cooperação, solidariedade, participação e a adoção de uma gama de instituições que confluem para “o círculo virtuoso na gestão de políticas públicas” (JACOBI, 2006; BANDEIRA,

1999). Qualquer demanda, por mais justificável que se apresente, encontra-se subordinada à racionalidade administrativa que combina os interesses conflituosos dos atores engajados com o pragmatismo da viabilidade técnica, política e econômica (ALONSO & COSTA, 2002).

No texto da PNRS e nos documentos que orientam a constituição dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos, são recomendadas a participação social, formalizada através de “audiências públicas, consultas, participação em conferências, grupos de trabalho, comitês, conselhos, seminários ou outros meios capazes de fomentar o debate de opiniões individuais ou coletivas” (MMA, 2012, p. 31). Cabe ao poder público estimular e garantir as condições para a participação social. A organização dos espaços de participação se dará com a formação de um Comitê Diretor, composto de representantes e técnicos do setor público, que se responsabilizará pela organização e publicação do material a ser debatido, dos locais das reuniões, campanhas e informes à sociedade, além da apresentação de alternativas viáveis operacional, econômica e ambientalmente. Outra comissão, batizada como Grupo de Sustentação, será composta de representantes da sociedade civil organizada, comunidade acadêmica, instituições, organizações, ONGs, agências, Conselheiros Municipais. O Grupo de Sustentação é responsável pelo engajamento de todos os envolvidos durante todo o processo. Nas reuniões entre o Comitê Diretor e o Grupo de Sustentação serão produzidos os documentos guia para o debate nos eventos com toda a comunidade interessada.

No documento da PNRS e nos documentos de orientação para produção dos Planos Municipais, estão postos os métodos que orientam a participação. Nota-se a hierarquização do saber na proposta de criação do Comitê Diretor e do Grupo de Sustentação ao admitir a presença de pessoas que expressamente entendam do assunto, pessoas com notável saber ambiental. Nesta perspectiva, os espaços de participação podem, em circunstâncias específicas, funcionar com um determinado grau de sucesso na formulação e acompanhamento das políticas, como, igualmente, serem frustrados neste intento, ao se converterem em espaços cuja participação requer o domínio de determinadas regras, códigos e linguagens, favorecendo uma elitização e o predomínio dos *experts*. Há sempre o perigo de que nos ambientes de negociação e espaços de participação o conhecimento científico receba proeminência nos debates. O enfoque técnico, as estatísticas, os cálculos

probabilísticos, o planejamento estratégico podem criar um abismo entre peritos e leigos.

As consequências da transformação dos problemas ambientais em questões de autoridade científica e técnica muitas vezes despolitiza os debates, na medida em que o aval da ciência se impõe como dado inquestionável, referendado por grupos qualificados de *experts*, portanto, com alto grau de legitimação. Nesta situação, os que ousam contradizer os extensos relatórios dos peritos são rotulados como pessoas com um “comportamento beligerante” ou dotados de “incompetência cognitiva” (ACSERAD & BEZERRA, 2010; FREITAS, 2004). O uso de linguagens específicas, próprias de um determinado universo de conhecimento, antes de ser uma estratégia de reconhecimento é antes “uma questão de cálculo de vantagem”. A ciência não anula a incerteza e, para lidar com ela, os sistemas peritos devem garantir a confiabilidade. A confiança nos sistemas peritos opera em duplo sentido: uma gama de conhecimento aos quais o leigo não tem acesso e a fidelidade e compromisso dos indivíduos envolvidos. Os lugares de encontro entre os representantes dos sistemas peritos e os leigos são chamados de “pontos de acesso”. Neles, os representantes dos sistemas peritos procuram habilidosamente transmitir segurança quanto às especializações técnicas, subtraindo as questões contenciosas que apenas os experimentados na ciência normal poderiam apresentar (GIDDENS, 1991, p. 77).

Mostra-se pertinente refletir sobre esta confiança ao apontá-la como “muito menos um “salto para o compromisso” do que uma aceitação tácita de circunstâncias nas quais outras alternativas estão amplamente descartadas” (*Ibidem*, 1991, p.82). Não se trata de uma alienação, mas uma aceitação relutante, manifestada pela desproporcionalidade de forças que influencia “quem se deve proteger de determinados riscos, a que custo e deixando de lado que alternativas” (FREITAS, 2004, p.145).

O cenário de desproporcionalidade de forças implica na desigual distribuição dos recursos nos espaços de negociação. Sim, porque os espaços de participação, em situação de conflito, são cenários ideais para a atuação dos mediadores em conflitos, habilitados com técnicas capazes de estimular o consenso, “cria-se o estranho princípio de se ter a obrigação de negociar”, na qual a concertação é imperativa. As consequências desse tipo de ambiente de negociação é o esvaziamento de arenas tradicionais, como as “esferas jurídicas” e a formalização

de uma nova especialização, os técnicos em solução de conflitos (ACSERALD, BEZERRA, 2010, p.42). O mediador se posiciona como o agente responsável por “estabelecer a ponte entre partes diferentes e, muitas vezes, divergentes, com o objetivo de solucionar os conflitos e obter a conciliação entre distintos grupos com diversos interesses”. Ao mediador é atribuída uma atividade de intérprete dos conteúdos técnicos científicos para uma linguagem adaptada ao sistema de significação usado pelos receptores da política (DEPONTI & ALMEIDA, 2008, p. 02)

Nos ambientes de participação e negociação, sejam formais como os Conselhos ou criados esporadicamente, a exemplo das conferências e seminários, os agentes em desvantagem de força recorrem a estratégias que buscam equilibrar a assimetria de poder. Uma dessas estratégias é a apropriação da linguagem técnica e do léxico da ciência formal. Normalmente os discursos dos representantes do poder público ou das empresas envolvidas em algum empreendimento de impacto ambiental, utilizam o repertório da linguagem científica para formularem seus argumentos. Os atingidos pelos empreendimentos ou pelas políticas introduzem palavras e ideias oriundas do acervo científico para ‘qualificar’ o discurso perante os argumentos dos oponentes. Geralmente são assessorados por profissionais ou instituições que traduzem a linguagem especializada para outra mais palatável aos agentes atingidos. Com a aproximação com este novo léxico, os agentes vão incorporando estas falas ao seu cotidiano, reproduzindo certas palavras próprias da linguagem científica e utilizando-as nas argumentações, um processo que aponta para uma reflexividade do conhecimento.

Beck (2002) aprofunda a análise quando sugere uma cientificação da sociedade, na qual a dicotomia entre leigos e peritos tende a desaparecer e o embate passa a ser entre os *experts*. As pessoas estão se libertando da dependência dos peritos, pois, a argumentação científica se socializa, torna-se algo acessível. Um evento denominado de ‘reflexividade do conhecimento’, porque não é simplesmente uma reprodução tácita do conhecimento científico, mas uma interpretação combinada com outros saberes referenciados no cotidiano das pessoas (BECK, 2002; GIDDENS, 1991; FREITAS, 2004).

A participação em ambientes de negociação não diz respeito à interiorização de uma consciência ambiental coletiva, como argumenta Ferreira (2003), mas, sim a uma arena onde estão postos distintos atores com diferentes discursos, em posição desigual de poder e dotação de recursos. Por isso, a associação entre política



ambiental e democracia precisa ser observada de forma cautelosa, conquanto, a criação de métodos de negociação de conflitos nas decisões de políticas públicas, quando criados apenas para atribuir uma área de legitimidade e democracia às ações da administração, conferem a reprodução das condições de exclusão social e política, além de arrefecer a ação dos institutos formais de participação popular.

O tópico subsequente versará sobre como os materiais descartados representam uma estratégia de sobrevivência para os pobres urbanos e, ao mesmo tempo, são fonte de matéria prima para a indústria produtivista, garantindo a sustentabilidade do capitalismo produtivista hegemônico.

## **2.2 As cores do lixo: o material descartado como forma de sustento**

*Ora, havia um homem rico que se vestia de púrpura e de linho finíssimo e que, todos os dias, se regalava esplendidamente. Havia também certo mendigo, coberto de chagas, que jazia à porta daquele; e desejava alimentar-se das migalhas que caíam da mesa do rico; e até os cães vinham lamber-lhe as úlceras [...] está posto um grande abismo entre ambos (Evangelho de São Lucas, capítulo 16 versículos 19 - 21;26)*

A citação encontrada no livro bíblico de São Lucas relata uma parábola narrada por Jesus. Nela, é nítida a desigualdade econômica e social entre duas pessoas: uma bastante rica e outra paupérrima. O rico vive diariamente gozando de todo o seu poder econômico, esbanjando as suas posses, sem preocupa-se com aquele que, não tendo como sobreviver, espreita a oportunidade de alimentar-se dos restos que saíam da casa do rico. A referência aos discursos de Jesus se justifica para indicar como a desigualdade social permanece como uma mazela terrível das sociedades. Atualmente percebe-se que esta desigualdade é perene e se reproduz por meios de novos métodos, requer sempre uma observação cuidadosa e um posicionamento crítico.

Em nosso século, um cenário para a descrição da parábola de Jesus são as grandes lixeiras a céu aberto nas cidades brasileiras. Até o mês de janeiro de 2012 o município de Campina Grande-PB manteve em atividade um lixão a céu aberto. O

depósito de lixo localiza-se literalmente à porta da cidade, na estrada que conduz ao sertão paraibano<sup>16</sup> (Figura 05).



Figura 05: Vista panorâmica do lixão de CG às margens da BR 230  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho. Setembro de 2011.

Neste ambiente insalubre, centenas de pessoas procuravam toda a sorte de materiais, inclusive alimentos, em meio ao lixo (as sobras) produzidas pelos moradores da cidade. A imagem característica dessa situação é um cenário cinza, coberto por uma fumaça densa e ininterrupta, onde se misturam lixo, animais, homens, mulheres e crianças (Figura 06).

---

<sup>16</sup> A referência ao lixão de Campina Grande-PB foi mantida no tempo verbal presente porque, embora tenha sido desativado, os materiais depositados no período em que estivera ativo não foram extraídos. Assim, o local permanece sendo um lixão, estando apenas inativo e coberto pela vegetação.



Figura 06: Imagem do lixão de Campina Grande - PB  
Fonte: Pawel Szewczyk, 2007 (<http://www.allphoto.com.pl/>)

Essa imagem é um reflexo da faceta mais degradante da pobreza estrutural urbana. Narra o constrangimento de seres humanos, de todas as idades, na labuta diária em meio à imundície, perpetuando a condição de exclusão econômica, social e política a que são subjugados. Mas, apesar da reprodução dessas condições degradantes de existência e trabalho, o pesquisador não pode estar míope em relação às mudanças que o referido cenário vem sofrendo, propositando novos arranjos e outras leituras, o que constitui o foco central deste tópico.

Historicamente, as pessoas que trabalham em contato direto com o lixo estão posicionadas nas camadas inferiores da estirpe social. No Brasil escravocrata, negros menos valorizados tinham a desagradável tarefa de descarregar para fora da casa de seus proprietários os baldes com excrementos, eram conhecidos como Tigres ou Cabungos, os prisioneiros faziam este mesmo trabalho nas repartições públicas (EINGENHEER, 2009). As pessoas são identificadas ou reconhecidas socialmente através da ocupação que assumem. Na Índia, o sistema de hierarquia social determina a atividade econômica da pessoa: “os coletores de lixo pertencem a castas mal posicionadas” (BHOWMIK & CRUZ, 2002, p. 380). Aos pobres urbanos

das cidades capitalistas também lhes coube a ocupação de manipuladores de lixeiras, com o objetivo de resgatar algum material ou alimento que pudessem ser reaproveitado. Essas pessoas passam a ser bastante indesejadas por sujarem as ruas e ‘enfeiam’ a cidade ao perambularem mal vestidos e sujos revirando as lixeiras pelas ruas. A imagem de escória da humanidade, inferiores, frequentemente é reproduzida nos meios de comunicação quando são veiculadas reportagens que trazem a perplexidade de cenas como a de centenas de pessoas nos lixões da cidade, recolhendo materiais recicláveis e se alimentando de restos.

Atualmente, nota-se um deslocamento em relação a esta descrição. Os meios de comunicação costumeiramente expõem reportagens que revelam as potencialidades da atividade de reciclagem, tanto no seu aspecto de tutora de um meio ambiente equilibrado e saudável, quanto em deferência ao seu potencial democrático de garantir aos catadores um trabalho digno que lhes concedam um posicionamento social diferente, com conotação positiva. Vê-se a tentativa de atribuir à atividade de catação relevância e reciprocidade com a sociedade. Uma estratégia disseminada tem sido atribuir a estes trabalhadores a adjetivação de agentes de meio ambiente. Como agentes do meio ambiente, guardiães do acervo ambiental, a atividade de catador assume o posicionamento de relevância na sociedade. Embora, seja importante ressaltar que este novo rótulo pode ser um mecanismo para esconder a pobreza estrutural urbana, ao se pensar que dificilmente alguém escolhe deliberadamente ser catador, mas, sobretudo, torna-se um catador por considerar esta a última alternativa de atividade econômica que lhe restou, depois de procurar ser inserido no mercado de trabalho mediante outros recursos. A modernização na gestão dos resíduos outorga *status* de agente de meio ambiente aos catadores de materiais recicláveis, essa adjetivação tem forte valor simbólico e propicia uma sensação de utilidade e dignidade aos afetados por ela, no entanto, esta atividade permanece discriminada e tipicamente reservadas para “os socialmente inferiores” (EINGENHEER, 2009, p.20), os “poscritos” (BROWMIK, CRUZ, 2002, p. 380).

Tendo em vista a preocupação com as más condições de trabalho as quais são submetidos os catadores de materiais recicláveis nas cidades brasileiras, a Lei 12.305/2010 procura incluir estes trabalhadores no processo formal de gestão dos resíduos, através da criação de cooperativas e associações. Estas cooperativas funcionariam em sistema coletivo de gestão, em ambientes diferentes daqueles

protagonizados pelos lixões, com uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), com acesso aos materiais em locais de triagem, dotados de infraestrutura para receber os materiais, separá-los e encaminhá-los para as indústrias de reciclagem. A legislação adverte também que os cooperados precisam ser “pessoas físicas de baixa renda” com histórico de trabalho como catadores de materiais recicláveis. A ressalva se justifica pela necessidade de garantir o trabalho aos catadores mesmo diante da modernização da gestão dos resíduos, também sublinha a preocupação com a possível captação dessa atividade por agentes empresariais oportunistas com os quais os catadores tradicionais teriam que competir em um mercado de materiais recicláveis. A intenção do legislador foi ampliar o espaço formal de emprego para as pessoas pobres e dar resposta ao fato de que, com a modernização da gestão do resíduos, o trabalho dos catadores em busca dos materiais estaria impedido. No entanto, não podemos deixar de notar a permanência do rótulo do trabalho de catação como uma ocupação destinada aos pobres. A consolidada e crescente desigualdade entre ricos e pobres não incomoda o capitalismo neoliberal em seu ímpeto de globalização (SANTOS, 2002).. Mesmo consciente de que suas estruturas produtivas não são capazes de assimilar toda demanda da população economicamente ativa, o capitalismo neoliberal hegemônico é dismantelador de práticas produtivas que operam fora de sua lógica. Isso redundando em aumento da desigualdade e menores chances de produção fora do mercado neoliberal. Assim reproduz “a tendência à efetiva exclusão de grandes setores da população mundial do processo de acumulação global de capital” (RODRIGUEZ, 2002, p.332) .

Os efeitos deletérios do capitalismo podem ser elencados como: a manutenção e aumento das desigualdades de recursos e poder; relações sociais frágeis, permeadas pela individualidade e concorrência; a severidade e abrangência dos problemas ambientais (SANTOS, 2002). Outros efeitos poderiam ser assinalados: a desigual distribuição dos riscos ambientais - a distribuição da riqueza é inversa à distribuição dos riscos ambientais - assim, os grupos com maiores renda são os menos atingidos pelos problemas ambientais; outro efeito é o uso de poder de propriedade sobre os bens comuns, a privatização dos recursos naturais, essenciais à sobrevivência humana (GOULD, 2004).

O atual estágio do capitalismo hegemônico mantém uma crescente massa de seres humanos totalmente “destituídos de formas e meios de sobrevivência”, os

“redundantes”, aqueles de que o capitalismo não necessita, os desnecessários, excessivos, “o refugio humano”. O termo redundante se sobrepõe à condição de desempregado. Este último sugere uma noção de temporariedade, de condição passageira, associa-se muito ao que se entende como exército de reserva, uma condição cujo fim é certo, pois a condição natural é o pleno emprego, a inserção no mercado (BAUMAN, 2004; RODRIGUEZ, 2002). O termo redundante, por sua vez, denota uma posição permanente, inflexível, não indica uma mudança de ordem futura, simplesmente não há espaço para “a readmissão dos “redundantes” à sociedade de que foram excluídos” (BAUMAN, 2004, p. 21), assim, “o capitalismo contemporâneo pode viver [sem essas pessoas]” (RODRIGUEZ, 2002, p. 332).

Para uma análise do processo de exclusão econômica e social e sua relação com o lixo, realmente há de considerar os fatores macroeconômicos que pressionam a população pobre a buscar estratégias de sobrevivência no lixo, mas, de igual modo precisamos atentar para a apresentação de cenários multifacetados. No ano de 2002, a categoria ‘Catadores de Materiais Recicláveis’ foi inserida na relação da Classificação Brasileira de Ocupações, permitindo o acesso dos catadores ao mercado formal de emprego. No entanto, o número de pessoas inseridas neste mercado formal é pequeno frente a quantidade de catadores que trabalham sem vínculo formal. O grupo de catadores de materiais recicláveis é bastante variado, admite atividades como o trabalho nos *lixões* das cidades; nas ruas recolhendo os materiais de porta em porta; há aqueles que conseguem prosperar mais e tornam-se revendedores (sucateiros), e os catadores inseridos em alguma cooperativa ou associação que valorizam o trabalho coletivo. Para um cidadão comum, a figura do catador, quando notada, é interpretada de maneira naturalizada, como a pessoa paupérrima, com hábitos questionáveis e totalmente excluída das regras de mercado. Em certa medida, o sentimento e as sensações que o lixo desperta são transferidos para aqueles que trabalham com estes materiais. Mas, é preciso mergulhar nesta rede produtiva dos resíduos sólidos para entender que há uma desigualdade de acesso aos recursos recicláveis, que existe uma hierarquia entre o grupo denominado de catadores e que a cadeia produtiva do lixo está articulada com a economia formal.

Há uma hierarquização entre os catadores. O grupo que trabalha diretamente nos *lixões* das cidades é bastante heterogêneo. Participam jovens, adultos, idosos e até crianças. Por vezes, famílias inteiras trabalham nas lixeiras das

idades, buscando os materiais mais valiosos no mercado da reciclagem e aguardando a chegada dos caminhões de limpeza urbana com novas remessas de materiais. Ainda neste grupo, há pessoas que possuem algum meio de locomoção (carroças de tração animal) que facilita o acúmulo de material e o seu transporte para a venda; as pessoas idosas estão em desvantagem na competição pelos materiais; as crianças trabalham e brincam em meio à imundície. Todos, invariavelmente, trabalham nas condições mais degradantes que se possa pensar, sujeitando-se a doenças e toda sorte de moléstias.



Figura 07: Catadores no Lixão em Campina Grande em 2007  
Fonte: Pawel Szewczyk, 2007. (<http://www.allphoto.com.pl/>)

Já outro grupo de catadores recorre também ao trabalho em família, utiliza a mão-de-obra infanto-juvenil e percorre as ruas da cidade, vasculham as lixeiras nos dias de coleta do caminhão de limpeza pública (Figura 07). Alguns catadores conseguem assumir a posição de sucateiros, atuando como intermediários que compram os materiais dos demais catadores e os vende às sucatarías maiores ou às indústrias de reciclagem (Figura 08).



Figura 08: Sucata no bairro do Itararé em Campina Grande - PB  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, 2010.

Os catadores associados trabalham no sistema de cooperativas. São organizados coletivamente, agem em parceria com cidadãos e empresas que separam antecipadamente os materiais recicláveis. Os cooperados mapeiam os bairros e dividem os espaços de atuação de cada pequeno grupo – normalmente de dois em dois. Andam fardados e costumemente se mobilizam em redes de cooperação com entidades e outras instituições públicas e privadas (Figura 09).



Figura 09: Catador cooperado trabalhando nas ruas de CG  
Fonte: Pawel Szewczyk, 2007 (<http://www.allphoto.com.pl/>)



Em linhas gerais, as cooperativas de materiais recicláveis reúnem catadores associados em sistema de cooperação, tendo como objetivos promover a valorização da coleta coletiva cidadã, melhor organização da produtividade e oferecer condições mais adequadas de trabalho aos catadores. Em Campina Grande, as cooperativas mais proeminentes são a COTRAMARE<sup>17</sup>, a CATAMAIS<sup>18</sup> e a ARENSA<sup>19</sup>. Existem outras cooperativas recentes localizada no bairro do Pedregal e uma cooperativa formada por mulheres no bairro do Mutirão. Geralmente as cooperativas contam com o suporte de assistência técnica de universidades, ONGs e SEBRAE.

A formação de redes de cooperação mútua entre organizações não governamentais, o Estado e as cooperativas é importante para a consolidação e fortalecimento dessas iniciativas. As instituições atuam como “animadores sociais”, ajudam as cooperativas em relação a organização e operação no mercado de materiais recicláveis. O Estado atua no direcionamento de seus recursos em favor dessas iniciativas populares. No tecer dessas redes de relacionamento, deve-se atentar para o perigo da dependência da cooperativa em relação às instituições e ao Estado, pois pode significar perda de autonomia política. O grande dilema, portanto, é “como sobreviver de forma autônoma quando o apoio externo terminar” (SANTOS & RODRIGUEZ, 2002, p. 67) (DIAS, 2010). Os princípios norteadores das iniciativas populares de cooperativas advêm dos valores da economia solidária, quais sejam: a propriedade dos meios de produção pertence àqueles que trabalham na cooperativa, não há separação entre trabalho e capital; organiza-se mediante sistema de autogestão, com ampla participação democrática nas decisões, tomadas de forma igualitária através de assembléias entre os cooperados (SINGER, 2002). A PNRS estimula a criação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis e abre a possibilidade de celebração de contratos com o poder público. As cooperativas de materiais recicláveis são marcas contemporâneas do amplo debate sobre a importância da reciclagem para a preservação da natureza; já para os catadores e a economia urbana, ela “possibilita a criação de nichos de trabalho e de geração de renda para setores de baixa renda da população urbana” (MARTINS, 2006, p. 90).

---

<sup>17</sup> Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis

<sup>18</sup> Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande.

<sup>19</sup> Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida.

Conforme a literatura a baixa rentabilidade ainda é um dos obstáculos ao sistema de cooperativas de materiais recicláveis, pois, do ponto de vista da produtividade, trabalhar diretamente nos lixões garante o acesso aos materiais em um único local, sem ter a necessidade de percorrer longas distâncias recolhendo-o nas residências (LIMA & OLIVEIRA, 2008, *apud* DIAS, 2010).

Algumas questões relacionadas ao trabalho de catação de materiais recicláveis precisam ser melhor qualificadas. Assim, iniciaremos com os critérios usados para mensurar o sucesso de uma cooperativa. Se forem considerados apenas os parâmetros econômicos, de sustentabilidade financeira, dificilmente se observará melhora financeira substancial dos catadores cooperados em comparação aos autônomos. Diante da baixa rentabilidade angariada pelas cooperativas, os critérios de avaliação de seu sucesso devem ser múltiplos, excedendo a simples análise dos ganhos econômicos. Os objetivos não econômicos fazem alusão a auto estima dos catadores, as melhores condições de trabalho, ao reconhecimento social como trabalhadores e não mendigos e aos laços de afetividade e solidariedade construídos nas cooperativas. Essas características estão presentes entre os catadores cooperados. Apesar da pouca renda, as cooperativas mobilizam outras formas de sociabilidade: a oportunidade de participação em congressos e eventos, de manter contato com outras iniciativas, de voltar a estudar, de trabalhar com equipamentos de segurança e de experimentar mais respeito por parte da comunidade ao trabalharem fardados (DIAS, 2006; RODRIGUEZ, 2002; SANTOS, 2002, SANTOS E RODRIGUEZ, 2002).

As variáveis pobreza e vulnerabilidade são bastante complexas quando relacionadas as questões de raça, gênero, idade, renda. No quesito renda, por exemplo, no México, catadores chegam a lucrar até sete vezes mais do que os coletores formais; os catadores da cidade de São Francisco na Província de Córdoba (Argentina) contavam com um subsídio do poder público que, somados à venda dos materiais, redundavam em um ganho considerável (DIAS, 2010, p. 08; AIMAR *et al*, 2007). Não necessariamente a atividade de catação é exclusiva das pessoas em pobreza extrema. Trata-se de uma cadeia produtiva que reproduz a força da desigualdade de uma economia produtivista de mercado. Inferir que os catadores de materiais recicláveis operam fora das regras de mercado não traduz a realidade. Os catadores, cooperados ou não, são completamente integrados e influenciados pela dinâmica do mercado. A própria atividade de catação está

inserida em um sistema produtivo de reaproveitamento dos materiais descartáveis. A modernização tem alterado o perfil desta atividade. O que era, em princípio, uma alternativa de sobrevivência econômica para famílias pobres urbanas, tem sido institucionalizado e introduzido oficialmente na gestão de resíduos sólidos, demandando maior profissionalização dos envolvidos neste segmento.

O mercado de recicláveis está crescendo e expandindo seus limites, admitindo a concomitante atuação de cooperativas, sucateiros, empresas de monitoração de aterros, assessoria técnica para preparo dos planos de resíduos e formação dos consórcios intermunicipais. Como enuncia o título deste tópico, os materiais descartados servem, igualmente, como forma de sustento e subsídio para a economia produtivista de mercado, a qual opera às expensas do trabalho mal remunerado dos catadores que constituem “o segmento de menor remuneração na cadeia de reciclagem [...] em comparação à proporção de remuneração dos intermediários (sucateiros) e das indústrias recicladoras” (MARTINS, 2006, p.104).

De uma maneira mais geral, o negócio do lixo poderia ser esquematizado em três perspectivas: a) coleta e transporte; b) disposição final e c) reciclagem (AIMAR *et al*, 2007). Na perspectiva de coleta e transporte, o poder público recorre à prerrogativa, que lhe é cedida pela legislação, de fazer uso de processo licitatório para contratação de empresa especializada em serviço de limpeza urbana e transporte de material.

Em Campina Grande a empresa responsável pelo serviço de limpeza e transporte opera mediante um contrato emergencial, pois, o certame referente a este serviço na cidade foi considerado irregular pelo Tribunal de Contas do Estado em julho de 2012. A PNRS admite a celebração de contrato entre cooperativas de reciclagem e a prefeitura sem a obrigatoriedade de processo licitatório. A falta de articulação entre as prefeituras e as cooperativas prejudica o acesso dos catadores ao material coletado.

Quanto à disposição final dos resíduos, prevalece a tendência de ampliação dos negócios privados. A exigência da confecção de planos de gestão de resíduos sólidos, do fechamento dos lixões e da obrigatoriedade de acondicionamento adequados dos rejeitos, estimula o aparecimento e consolidação de empresas que realizam assessoramento técnico para elaboração de planos e projetos de aterros sanitários.

Com isso, é inevitável o aumento das despesas do município com a coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos. Diante do ônus, a tendência é o poder público começar a buscar na coleta de materiais e na reciclagem uma estratégia de angariar recursos e minimizar as despesas. Segundo pesquisas, alguns países em desenvolvimento, cuja gestão de resíduos está em processo de modernização, buscaram na privatização da reciclagem um método de arrecadação. Os materiais recicláveis coletados pelo sistema público de limpeza são vendidos a empresas especializadas em reciclagem (DIAS, 2010; KADT, 2001). Esta é uma estratégia do Estado compensar as despesas com a logística da gestão dos resíduos, mas, prejudica a ação das cooperativas e dos catadores autônomos, na medida em que impede o acesso destes trabalhadores aos materiais recicláveis coletados. Em suma, “Se prevén estudios de factibilidad y rentabilidad pero no de impacto social del proyecto en general” (AIMAR *et al*, 2007, p. 05).

A terceira perspectiva – a reciclagem – “é um oligopsônio: um reduzido número de empresas consome os materiais recicláveis e impõem as condições e os preços aos recicladores” (RODRÍGUEZ, 2002, p. 341). Os catadores coletam o material, vendem aos intermediários e estes os revendem em quantidades e preços maiores às indústrias de reciclagem que beneficiam o material e revendem às indústrias para fabricação novos produtos. A conversão dos materiais recicláveis em matéria-prima destinada a um mercado vantajoso e lucrativo para sucateiros, industriais e o poder público, reflete que a eficácia da ‘redução’ pode se tornar vazia em seus propósitos porque não haverá interesse em incentivar a não redução dos resíduos. Neste sentido, a prerrogativa de proteção à natureza se dissipa diante da necessidade de manutenção do mercado do lixo (VENTOSA, 2007; KADT, 2001).

A lógica perversa se mantém: a acumulação de riqueza sob o poder de um grupo restrito. Todo o sentido de proteção da natureza, preservação dos recursos naturais é posto em prova quando pensamos a reciclagem como uma cadeia produtiva desigual e injusta. Os materiais recicláveis possuirão valor enquanto mantiverem seus preços abaixo do preço da matéria-prima nova. Em certa medida, a preferência do industrial pela a matéria-prima reciclável, pouco tem relação com sua consciência ambiental, pois, se seu preço for superior ao da matéria virgem, será naturalmente descartada. O sistema de preços, central numa economia produtivista de mercado, dita o ritmo da dinâmica do mercado de recicláveis. A prática de controle de preços da matéria reciclada é utilizada pelos catadores. Na Índia, as

cooperativas procuravam controlar os preços flutuantes dos materiais. Quando o valor de um determinado material está baixo, os catadores o acumulam nos galpões, vendendo-o apenas quando seu valor for aumentado. No entanto, na cidade de Porto Alegre, há registro de cooperativas de catadores que chegavam a queimar o excedente de materiais recicláveis para que o excesso da oferta não desvalorizasse o preço de determinados produtos (MARTINS, 2006; BHOWMILK, 2002; KADT, 2001). Diante de tais circunstâncias, podemos refletir que a dinâmica da reciclagem se relaciona muito pouco com questões de consciência ecológica e responde a dinâmica do mercado de matérias-primas.

Posto que a reciclagem compõe um mercado hierárquico e desigual, entende-se que os catadores, associados ou independentes, dificilmente escaparão de serem, na prática, trabalhadores mal remunerados de uma indústria próspera. Ademais, as pessoas que se empenham em separar os materiais recicláveis julgando com isso estarem evitando a catástrofe planetária anunciada pela crise ambiental, não atentam para o fato de contribuírem também para a continuidade da cadeia produtiva dos resíduos sólidos. A sutileza do discurso da sustentabilidade encobre a face materialista da continuidade pela busca de matérias que subsidiam o sistema produtivista. Mesmo que os sistemas de significação recorram à sustentabilidade ambiental e a defesa da manutenção de vida na terra como postulados máximos, não se deve obscurecer a face produtivista da reciclagem. Neste sentido, tanto os catadores quanto as pessoas que separam os materiais, terminam servindo à cadeia produtiva do lixo. Portanto, embora afirme mover-se para a conservação dos recursos naturais a modernização na gestão dos resíduos sólidos redireciona a forma como o capitalismo lida com seu desperdício criando novas fontes de recursos baratos para alimentar sua incessante cadeia produtiva.

## 2.3 Síntese gráfica do capítulo

Segue abaixo um resumo das principais discussões postas no capítulo 3 desta dissertação.

**Quadro 05:** Modernização na Gestão dos Resíduos Sólidos

Modernização na gestão dos resíduos sólidos e a PNRS	A PNRS formaliza métodos para aprimorar a gestão de resíduos sólidos (RS)
	Modelo de Gestão integrada/compartilhada de RS
	Mudança no léxico para um vocabulário mais especializado
	Responsabilidade compartilhada
	Educação ambiental
	Comunicação da PNRS com as Leis de saneamento, licitação e contratos e Lei de consórcios públicos
	Fé na máxima de que os benefícios da sustentabilidade excedem as questões ambientais, abrange equidade e democracia
	Abertura de mecanismos de participação social
	Ênfase na solidariedade e cooperação
	Hierarquização do conhecimento (predomínio dos <i>experts</i> )
	Estratégia de aprendizagem da linguagem técnica para qualificação dos discursos
	Desigual distribuição dos recursos nos ambientes de negociação
As cores do lixo: o material descartado como forma de sustento	Coleta de materiais recicláveis como estratégia econômica para os pobres urbanos
	Atividade de catação como indicador de posição social
	Profissionalização da atividade de catador, inserção na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
	Articulação com a economia formal
	Materiais recicláveis como forma de sustento do sistema produtivista de mercado
	Fonte alternativa de matérias-primas
	Existência de mercado de resíduos sólidos que envolve: catadores, sucateiros, indústrias de reciclagem, transporte dos materiais, empresas de limpeza e coleta de lixo. e de empresas de , monitoramento de aterros sanitários,
	Privatização dos serviços relacionados aos RS
	Privatização dos serviços ambientais
	Reciclagem comandada pelo sistema de preços no mercado
	Mercado hierárquico e desigual

Fonte: Elaboração Própria, 2012.

Conclui-se este capítulo enfatizando que o processo de modernização no gerenciamento dos resíduos sólidos é uma tendência internacional que busca utilizar um vocábulo especializado uniforme, com forte apelo à profissionalização das

atividades e a inserção de estratégias de participação nas decisões. Contudo, a eminência da racionalização na gestão de resíduos sólidos mascara a estreita relação desta atividade com a dinâmica desigual e hierárquica do sistema produtivista hegemônico. Atenta-se então que o melhoramento organizacional e a burocratização de métodos não põem à prova a lógica capitalista de aumento de lucros, busca por variadas fontes de matérias-primas e a crescente desigualdade.

# Capítulo 3



### 3.0 Planejamento e sustentabilidade urbana

A eminência da questão ambiental e sua institucionalização sob a forma de leis provoca o debate sobre a dimensão ambiental do planejamento urbano. Busca-se entender a relação nem sempre harmoniosa entre as postulações da política ambiental, a prática do planejamento e as demais políticas urbanas. Neste capítulo apresentamos a análise dos documentos em que estão registrados os planos de desenvolvimento urbano da cidade, com o objetivo de discutir como as variáveis socioambientais aparecem neles.

A cidade de Campina Grande – PB historicamente mantém uma tendência de crescimento urbano direcionado para a zona oeste, noroeste e sudoeste. Não significa ausência de expansão para as demais zonas, mas, uma inclinação preferencial do crescimento da cidade para estas zonas. Essa inclinação é reconhecida nos documentos que tratam do planejamento urbano em Campina Grande. No entanto, o encontro entre planejamento urbano e gestão dos resíduos sólidos é tensionada pela localização das plantas de resíduos. Os lixões oficiais da cidade foram implantados na área destinada ao crescimento da cidade. Então, como haver conciliação entre a localização de lixões nas cercanias imediatas da cidade e a existência de zonas destinadas a expansão da malha urbana?

Invariavelmente, as plantas de resíduos constituem-se em uma barreira de degradação para o crescimento da malha urbana. Destaca-se então uma tensão entre a gestão dos resíduos sólidos e o planejamento urbano em Campina Grande – PB. Logo, os lixões oficiais estão localizados nas áreas para onde a cidade, historicamente, costuma expandir. Notamos que esta circunstância é indício da pouca integração entre planejamento urbano e política de resíduos sólidos em Campina Grande-PB.

Inicialmente será discutida esta tendência de crescimento da cidade. O mapa abaixo mostra os primeiros eixos de crescimento de Campina Grande – PB (Figura 10). Percebe-se uma tendência histórica de expansão em direção às estradas que ligam o então aglomerado aos núcleos do sertão paraibano, nos sentidos Oeste (Primeiro Vetor de Expansão) e Noroeste (Segundo Vetor de Expansão). Tradicionalmente, Campina Grande-PB mantém uma tendência de expansão de seu tecido urbano para a zona Oeste do território. Esta informação é relevante para a formulação do planejamento neste município.

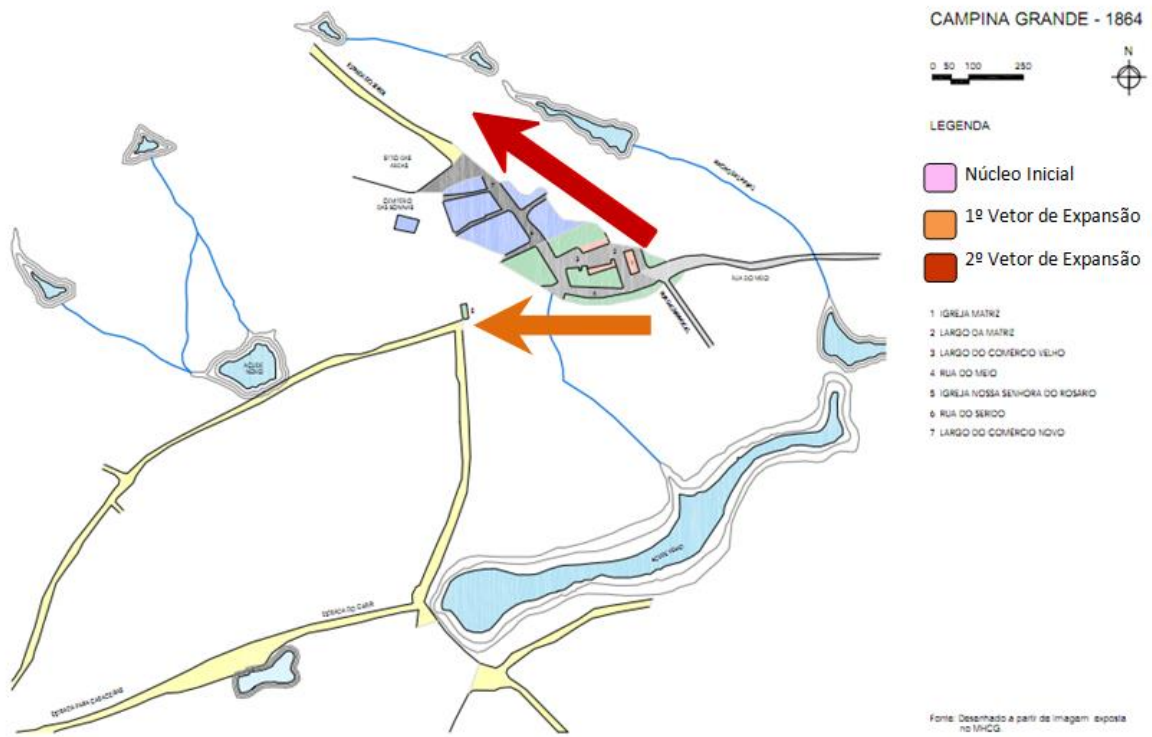


Figura 10: Mapa dos Vetores de expansão urbana em Campina Grande - PB  
 Fonte: Adaptado de Queiroz, 2008, p. 41.

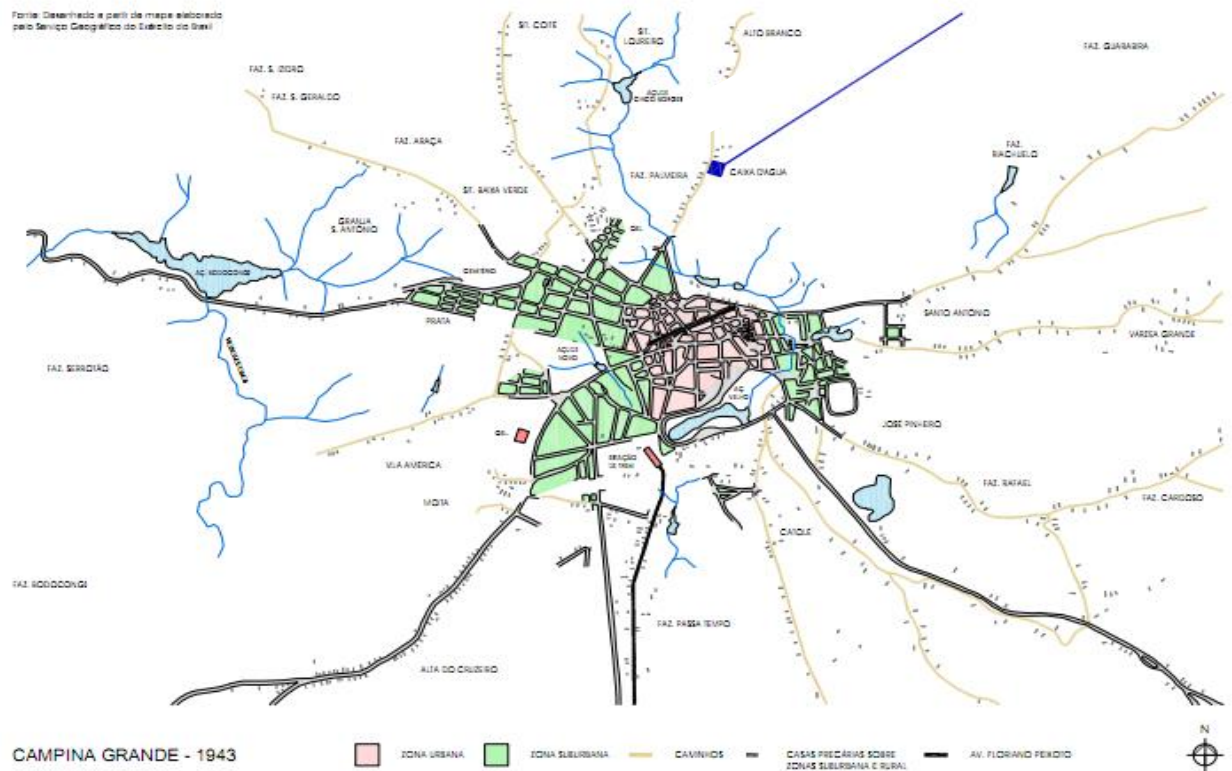


Figura 11: Mapa dos Vetores de expansão urbana em Campina Grande – PB no século XX  
 Fonte: Adaptado de Queiroz, 2008, p. 134.

Em meados do século XX a cidade manteve o crescimento mais significativo para as áreas oeste e noroeste, embora, também se notifique a ocupação para as áreas sudeste, como apresentado no mapa (Figura 11). Na década de 1960 a mancha urbana da cidade de Campina Grande-PB enuncia sua expansão continuada na direção das zonas oeste e noroeste. Todavia, o adensamento cresceu também no sentido sudoeste e sudeste do município como ilustra o mapa abaixo (Figura 12). Os espaços na cor azul expressam a mancha urbana até o ano de 1937; aqueles na cor marrom escuro o crescimento até 1943; em azul claro sua expansão urbana até 1960 e os espaços em marrom claro mostram a expansão urbana campinense até o ano de 1962. Nas zonas leste e sudeste da cidade, há ocorrências de vegetação mais densa e terrenos mais acidentados (Figura 13). Nas zonas oeste, sudoeste e sudeste a vegetação se caracteriza pela paisagem típica da caatinga, com solos mais pedregosos e terrenos com relevo plano (Figura 14). Pela topologia dessas últimas zonas e por serem detentoras de maiores áreas para o crescimento urbano, estes espaços são os mais favoráveis à expansão urbana em Campina Grande-PB, pois, seu uso incorre em menor impacto sobre a vegetação e exige menores custos com aterramento e planificação de terrenos.



Figura 12: Áreas de expansão urbana em Campina Grande - PB  
Fonte: Serviço Social do Comércio, 196?. Disponível em Queiroz, 2008, p.148.



Figura 13: Paisagem na área sudeste de Campina Grande-PB  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, 2012.



Figura 14: Paisagem na área oeste de Campina Grande-PB  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, 2012.

Campina Grande-PB tem histórico de intervenções urbanas famosas, a exemplo da requalificação urbana promovida pelo prefeito Vergniaud Wanderley, nos idos de 1940. No entanto, “até a década de 70 a cidade não havia experimentado uma “ordenação” fundamentada no planejamento e nas políticas urbanas” (CARVALHO & SCOCUGLIA, 2008, p. 04). Esta ordenação vincula-se a uma racionalidade urbanística de uso dos espaços e indicação de atividades para cada área da cidade. Em 1975 o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) instituído pela Lei nº 176/1975, na gestão do prefeito Evaldo Cruz, definiu o zoneamento a partir de uma projeção ideal para o uso e ocupação do solo. Seu foco consistia em dirimir as áreas deficientes da cidade, promover melhorias no sistema viário, urbanização do centro, áreas de lazer e habitação. Quanto à expansão da malha urbana, o documento orienta a expansão da cidade para a zona oeste, mantendo o padrão tradicional. A integração contida no planejamento integrado enquadrava-se na ideia de zonas articuladas no interior da cidade, na qual cada zona cumpriria sua função no espaço urbano, contribuindo assim para o entendimento da cidade enquanto um sistema articulado, um organismo. O registro em Sousa (2006) sobre o PDI indica que os gestores municipais não aplicaram devidamente as diretrizes do documento, o autor afirma “Hoje, são onze anos da implantação do Plano e nunca foi aplicado. Não existe nem a filosofia do uso do solo urbano na cabeça dos dirigentes municipais” (SOUSA, 2006, p.128). Diante da não aplicação do plano, o autor completa “O Plano Diretor foi posto por terra” (SOUSA, 2006, p. 129), cita ainda que a concessão dada pelos gestores municipais aos especuladores fundiários urbanos contribuiu efetivamente para a inoperância do referido plano. O autor traz a questão fundiária urbana para o centro do problema, destacando a ação da especulação imobiliária, enfatizado seu prejuízo social, na medida em que majoram o preço do solo urbano, constringendo a população de baixa renda a ocuparem terrenos periféricos.

Nas décadas de setenta, oitenta e noventa a questão fundiária urbana estava relacionada à concentração da propriedade de terrenos e à invasão de terrenos com formação de favelas na cidade. Segundo informações fornecidas pelo Diretor de Planejamento em 1992, Érico Miranda, Campina Grande havia passado de três grandes favelas em 1970 (Cachoeira, Pedregal e Jeremias) para vinte e sete em 1992. A esperança para a reversão dessa situação estava na execução do Plano Diretor da cidade que, neste momento, se encontrava em vias de aprovação na

Câmara de Municipal, o que incentivou a prefeitura a promover programas de habitação popular. Comentando o referido PD, Érico Miranda argumenta: “O Plano Diretor elabora programas de urbanização organizada, sempre para o lado sudoeste do município, onde os espaços existem e as dificuldades são poucas, assim como também os gastos menores” (Jornal da Paraíba, 1992). O Diretor de planejamento não considerou a existência da barreira de degradação representada pelos lixões. Certamente, para pensar um crescimento urbano adequado deve-se atentar para a requalificação ambiental das áreas dos lixões, não apenas no soterramento dos materiais e uso posterior do terreno sem a devida recuperação ambiental.

Desde o início e até meados da década de noventa, debate-se na cidade a formulação do Plano Diretor (PD). Neste período de recente redemocratização do país, o PD campinense é discutido em um contexto de luta pela democratização da política urbana e pela institucionalização da função social da cidade, constituído no afã das discussões sofre a reforma urbana. Os movimentos sociais urbanos em prol da reforma urbana batalham politicamente pela prevalência da função social da cidade e por uma política urbana democrática e participativa (COSTA, 2008). No contexto histórico da luta pela politização da questão urbana está o processo de industrialização do país, o crescimento exponencial das cidades médias e grandes; a especulação fundiária e o déficit habitacional. Dissertando a respeito, Ribeiro (2003) menciona as matizes imprescindíveis para o entendimento da questão urbana brasileira, enfatizando: a disposição de um amplo exército de reserva e a consolidação de uma elite enriquecida a partir da acumulação urbana. As contradições criadas no espaço urbano suscitam movimentos sociais que questionam o modelo centralizador e desigual de urbanização: a quem serve a política urbana no Brasil? Qual o verdadeiro sentido da cidade? Qual a função social ela desempenha?

A reforma urbana tem como pauta principal a função social da cidade e a institucionalização de uma política urbana participativa. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana se organiza em prol da democratização da cidade, tanto em seus aspectos políticos quanto em relação ao acesso a serviços e equipamentos urbanos. No início dos anos 1980, os debates promovidos nesses movimentos sedimentaram as principais diretrizes da Lei 775/83 – Lei do Desenvolvimento Urbano (LDU): direito à participação na elaboração de planos e projetos, combate à acumulação fundiária e especulação imobiliária, controle de uso e ocupação do solo, imposto

progressivo e edificação compulsória etc. Vale destacar que, no contexto de autoritarismo, havia desconfiança quanto às propostas com viés democrático, normalmente confundidas como uma manifestação de tendência comunista (BASSUL, 2002). Durante o processo de redemocratização do Brasil e início da Constituinte, a proposta da reforma urbana conquistou espaço mediante inserção de parte da emenda popular no texto da Constituição democrática de 1988, sob forma do capítulo sobre Política Urbana (artigos 182 e 183). Nele, a política de desenvolvimento urbano é atribuída ao município e tem por objetivo garantir o bem estar dos habitantes e o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. O texto constitucional não pormenoriza a política urbana, mas, adverte que suas regulações serão inseridas em leis específicas.

A emenda popular da reforma urbana, inspiradora dos artigos 182 e 183 da Carta Magna brasileira, apresenta como macros princípios: o “Direito à cidade e à cidadania”; “gestão democrática da cidade” e a “função social da cidade e da propriedade” (GRAZIA, 2002 *apud* BASSUL, 2002). Trata-se de uma nova lógica, oposta àquela da cidade enquanto apenas locus e condição da reprodução capitalista. Sinaliza para o repúdio à privatização fundiária de natureza generalizada e oportunista, que cria e recria o espaço urbano a partir de uma combinação de interesses entre o Estado e as elites corporativas urbanas. A centralidade da política urbana deve responder aos seguintes princípios:

- A universalização dos equipamentos e serviços urbanos;
- O direito à participação dos cidadãos na elaboração, planejamento, condução e monitoramento das ações da política urbana;
- A supremacia do interesse comum, o direito à terra urbana em condições dignas.

Portanto, os três princípios supracitados são comunicáveis e dependentes entre si. Espera-se que estes princípios estejam presentes no documento que formaliza a política urbana municipal: o plano diretor.

### **3.1 O Plano Diretor e a necessária integração de políticas setoriais**

Pensar a cidade demanda um esforço que transcende as definições técnicas. A atribuição de usos aos espaços, a definição de áreas destinadas ao crescimento urbano, devem operar em prol de uma permanente amortização dos

efeitos espaciais do “conflito entre a propriedade privada do solo e as demandas coletivas de integração” (MONTE-MOR, 2006, p. 70). Um dos instrumentos importantes do processo de planejamento urbano é o plano diretor (PD). Descrito na Constituição Federal como obrigatório para cidades que tenham mais de vinte mil habitantes, o PD é considerado um “instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenação da expansão urbana da cidade” (REZENDE & ULTRAMARI, 2007, p.263).

O PD é um resultado parcial do planejamento. Depois de pronto e aprovado na câmara de vereadores, após amplo debate com os técnicos e a sociedade civil, o PD deve ser considerado e obedecido pelo poder público, os agentes privados e todos os munícipes. A instituição do PD não elimina a necessidade processual do planejamento urbano, definidas em fases de diagnóstico, prognóstico, proposta e gestão, além da avaliação e reformulação, estando prevista sua revisão a cada dez anos (DUARTE, 2007, p.24). De forma geral, os Planos Diretores precisam considerar a participação popular em sua elaboração e fiscalização; abarcar de forma sistêmica as áreas rurais e urbanas dos municípios e articular os vários aspectos do município: econômico, social, cultural, territorial e ambiental (ULTRAMARI & REZENDE, 2008, p. 725).

A política de desenvolvimento urbano, institucionalizada no Plano Diretor, insere a política municipal de saneamento como um mecanismo norteador para a expansão e equidade no acesso aos serviços de saneamento ambiental nos municípios. Deste modo, “é na esfera dos Planos Diretores Municipais que se estabelecem os instrumentos para a interação entre planejamento urbano e as ações de saneamento ambiental” (BRITTO, 2011. p. 128).

A Lei Municipal Nº 3. 236 de 08 de janeiro de 1996 instituiu o Plano Diretor de Campina Grande – PB, tendo como objetivos:

- I – Fixar diretrizes, indicar rumos e definir objetivos para o desenvolvimento integrado do município;
- II – garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais do Município e da propriedade;
- III – Assegurar qualidade de vida digna a seus habitantes



O Plano Diretor de 1996 apresentava capítulos destinados às políticas setoriais como transportes, habitação, agricultura, educação, indústria e meio ambiente. Em cada capítulo são narrados os objetivos da política específica, além de programas a serem implantados no município. No capítulo III, reservado à política de meio ambiente, constam os objetivos da política ambiental campinense. Entre os quais estão:

1. Desenvolvimento sustentado nos espaços urbanos e rurais;
2. Ampliação dos serviços de saneamento básico;
3. Proteção de áreas de reserva de vegetação;
4. Recuperação e ampliação de áreas verdes no município;
5. Projetos de arborização;
6. Restrição e impedimento de ocupações em zona de risco;
7. Criação de um projeto de ação ecológica para o município

Destacam-se aqui três objetivos da política de meio ambiente, elencados no Plano Diretor de 1996, relacionados com o planejamento urbano e a gestão de resíduos sólidos, quais sejam:

- V – Promoção do controle qualitativo e quantitativo do lançamento de resíduos industriais e hospitalares, de natureza sólida, líquida e gasosa;
- VI-Reciclagem dos resíduos domésticos e industriais, proporcionando economia de matérias primas e insumos;
- VII – Incorporação da gestão da política do meio ambiente ao processo permanente de planejamento e ordenação do território. (Artigo 81º do Plano Diretor de Campina Grande, 1996).

Segundo o PD/1996 a política ambiental municipal deveria primar pelo controle da poluição, proporcionar a reciclagem dos resíduos e inserir a questão ambiental no processo de planejamento do município. Ao confrontar a legislação do PD/1996 e as ações na gestão de resíduos sólidos notam-se incongruências entre a legislação e a ação concreta, a exemplo do que ocorreu em 1994 quando foi desapropriada uma área anexa ao bairro do Mutirão para ser utilizada como um lixão.

Este Plano Diretor, embora uma lei de 1996, portanto posterior à decisão de transferência do lixão, passou por um longo período de debates até chegar à sua versão final. Durante os primeiros anos da década de 1990, o legislativo e o executivo municipal estiveram envolvidos na elaboração do Plano Diretor de

Campina Grande – PB, com discussões sobre cada tópico abordado no Plano. Em mensagem encaminhada à Câmara de Vereadores de Campina Grande em abril de 1994, o então prefeito Félix Araújo Filho discorre sobre o processo de planejamento urbano como uma ferramenta norteadora para as ações dos agentes produtores e consumidores da cidade e completa:

No sentido de assegurar a cidadania e melhorar a qualidade de vida da população, o Plano Diretor leva em conta a justa distribuição da infra-estrutura e serviços, bem como das vantagens e ônus inerentes ao processo de urbanização, estabelecendo garantias mínimas orçamentárias que permitam a expansão do serviços públicos essenciais (Mensagem do Prefeito Félix Araújo Filho à Câmara em abril de 1994. Jornal da Paraíba, 26 de abril de 1994).

Nos primeiros anos da década de 1990 os debates sobre desenvolvimento sustentável no ambiente urbano, as desigualdades intraurbanas, o acesso diferenciado dos cidadãos a equipamento e serviços coletivos estavam na pauta da política urbana. O então prefeito enfatiza as injustiças presentes no processo de urbanização, admitindo que o plano diretor precisa opor-se a essas circunstâncias. Entretanto, não há harmonia entre o discurso e a atitude da prefeitura de instituir um lixão em área próxima à comunidade do Mutirão, fato ocorrido em agosto de 1994. Em abril de 1994 o prefeito se posiciona contra a injustiça no ambiente urbano e em agosto do mesmo ano protagoniza um ato de injustiça urbana contra os moradores do bairro do Mutirão, por estes serem afetados diretamente com a poluição provocada pelo novo lixão. Ademais, tolera-se a constituição de um lixão em uma área destinada à expansão urbana. O planejamento urbano é desconsiderado ao se consolidar a existência de lixões na zona destinada ao crescimento da cidade. Em Campina Grande – PB, os lixões são barreiras de degradação e risco ambiental com as quais, invariavelmente, a expansão urbana deve lidar. No momento em que o município discute seu planejamento urbano, a gestão municipal age de modo discordante do que é tido como ideal para o município, demonstrando desarmonia entre a legislação urbana e a gestão de resíduos sólidos.

As diretrizes da política ambiental inserida no PD/1996 continuam assinalando a incongruência com a gestão de resíduos:

1. Elaboração de estudos para otimização da coleta de lixo;
2. Treinamento com os funcionários da limpeza pública;
3. Instalação de coletores de lixos no centro e logradouros públicos;
4. Reciclagem da matéria orgânica em mini usinas de compostagem;

5. Elaboração e execução de um projeto de aterro sanitário;
6. Promoção de estudos para reaproveitamento de resíduos industriais;
7. Centro de incineração para resíduos com risco de contaminação patológica;
8. Campanha educativa de incentivo à coleta seletiva e reciclagem

Das diretrizes supracitadas, todas estão relacionadas com a gestão de resíduos e nenhuma obteve aplicabilidade comprovada. Ainda na área ambiental, o PD/1996 enumera uma série de programas a serem desenvolvidos, sintetizados no quadro abaixo (Quadro 06):

**Quadro 06:** Programas ambientais contidos no Plano Diretor de 1996

<b>PROGRAMAS CONTIDOS NO PD/1996</b>	<b>OBJETIVO</b>
1. Programa de controle da poluição	Acompanhamento de atividades potencialmente poluidoras
2. Programa de recuperação e conservação ambiental	Preservação de corpos d'água; criação de complexo ecológico e reserva florestal; reflorestamento.
3. Programa de educação ambiental	Despertamento da consciência ambiental da população e incentivo à participação em ações em prol do meio ambiente.
4. Programa de apoio à pesquisa ambiental	Incentivo à pesquisa ambiental de reaproveitamento de materiais e produção de adubos naturais.
5. Programa de ampliação da área verde na zona urbana	Ampliação de área verde no município; replantio e incentivo à plantação de plantas frutíferas nos quintais; doação de mudas.

Fonte: Adaptado de Plano Diretor de Campina Grande – PB, 1996.

Os programas propostos no PD/1996 não são inéditos, em oportunidades anteriores o legislativo municipal havia aprovado leis que versavam sobre estas temáticas, mas, não foram postas em prática. Há um hiato entre o planejado e a prática na gestão ambiental em Campina Grande - PB. Em referência à gestão de resíduos a situação é dramática, pois, as ações neste setor se confrontam com os direcionamentos do plano diretor. Há uma tensão entre o que está sendo planejado nos documentos oficiais e a prática cotidiana da gestão de resíduos. As ações na gestão de resíduos neste período, a saber, a mudança no local do lixão, são diametralmente opostas ao que se discutia como ideal em âmbito de planejamento. A prática não coincide com as orientações firmadas nos documentos.

Naturalizou-se nos planejadores o pensamento de que o PD é uma lei abrangente, genérica e que a dimensão operacional do plano ficaria sob encargo das leis complementares, definidoras de ações específicas. A abrangência do PD de Campina Grande e sua pouca aplicabilidade foi discutida por BONARDES (2010). A autora comenta que desde a década de 1960, o município vem recebendo muitos planos, mas, o planejamento pouco é considerado nas ações dos entes públicos municipais. O poder público municipal não observa os planos e a população não cobra seu cumprimento. Esta lógica de lidar com o plano diretor enquanto uma legislação abrangente ficou evidente na fala da diretora de planejamento urbano de Campina Grande. Quando questionada sobre a temática dos resíduos sólidos, a diretora recorreu ao caráter macro do plano, afirmando que os detalhamentos de políticas específicas não foram inseridos no projeto e nas discussões.

No ano de 2006 o Plano Diretor de Campina Grande foi reformulado. Nele, estava previsto um prazo de dezoito meses para o poder executivo encaminhar à Câmara de Vereadores um projeto de lei que defina os critérios da criação do Conselho Municipal da Cidade, porém, esta determinação não foi cumprida<sup>20</sup>. Mesmo instituindo prazos para a consolidação de ações específicas, isso não foi suficiente para sua concretização, o que indica a baixa aplicabilidade do PD desta cidade.

O capítulo IV do Plano Diretor de 2006 refere-se ao “Saneamento Ambiental Integrado”, indicando a necessária inserção de uma Política Municipal de Saneamento Ambiental que atenda aos objetivos de universalidade, integridade, equidade, qualidade e sustentabilidade no uso e ocupação do solo (PMCG, 2006, p.32). O documento afirma que os serviços e gerenciamento das ações referentes ao saneamento devem corresponder a uma articulação plena com o planejamento de uso e ocupação do solo no município. Para isso, a administração municipal não pode dispensar ferramentas como: informações e indicadores ambientais; o uso de tecnologias de manejo; gerenciamento ambiental e a adoção de medidas de proteção aos ecossistemas e recursos hídricos.

No que compete aos resíduos sólidos, o PD/2006 anuncia a elaboração de um “plano setorial de resíduos sólidos”, que deverá ser integrado ao Plano Municipal de Saneamento. O PD do município, revisado em 2006, já indicava a

---

<sup>20</sup> Em 07 de agosto de 2013 a Câmara de Vereadores aprovou a criação do Conselho Municipal da Cidade, com trinta membros compostos entre representantes da sociedade civil e do poder público.

urgência da formulação dos planos municipais de resíduos sólidos e de saneamento básico integrado. No entanto, os referidos planos não foram confeccionados. A partir da exigência das leis 11.445/2007 (Política Nacional de Saneamento Básico) e 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) o poder público municipal começa a esboçar uma preocupação com a necessidade de confecção dos planos municipais de saneamento e de resíduos sólidos.

No mês de julho de 2012, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campina Grande discutiu como se dariam as atividades para a confecção de um Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS). Na referida reunião, os representantes do poder público expuseram a preocupação com o término do prazo para a confecção do PMRS, já que estava estabelecida a proibição de acesso a recursos federais para gerenciamento dos resíduos sólidos àqueles municípios que não possuísem o PMRS até agosto de 2012. Os conselheiros argumentaram que a elaboração de um PMRS é algo complexo, que requeria participação e controle social e não deveria ser confeccionado “às pressas”, apenas para que o município estivesse habilitado a acessar os recursos federais disponíveis. É notória a preocupação dos conselheiros com a qualidade do plano. A conselheira representante da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG recusa-se a participar da elaboração do plano em condições precárias, em sua opinião, o documento teria pouca eficácia para a gestão adequada dos resíduos sólidos produzidos na cidade.

A possível elaboração do PMRS revelou a desarticulação na gestão do saneamento no município de Campina Grande. A ausência de integração da política de saneamento e meio ambiente é evidenciada na falta de comunicação entre as secretarias da prefeitura. A secretaria municipal de planejamento urbano, pressionada pelas imposições da Lei Nº 11.445/2007 e o Decreto Nº 7.217/2010, formulou o Termo de Referência (TR) que normatiza as diretrizes para contratação de consultoria especializada, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento (PMSB). O PMSB de Campina Grande compõe-se de quatro matizes operacionais para o saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem das águas pluviais urbanas; limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. O plano de resíduos sólidos pode ser inserido no plano de saneamento do município, desde que os conteúdos obrigatórios de ambos sejam devidamente respeitados (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012. p.29).

Na realidade, o plano de resíduos sólidos reformula completamente a gestão nos municípios, determina padrões de manejo de resíduos, diferenciando-os quanto às suas características: resíduos sólidos domésticos, inertes, perigosos, de saúde, construção civil. Pressupõe a redução da produção de resíduos, a reutilização e reciclagem, logística reversa, áreas de transbordo e de disposição ambientalmente adequada.

Uma das preocupações do Conselho do Meio Ambiente residiu na qualidade do PMRS em termos de efetividade e exequibilidade, para que o plano não represente apenas um esforço de idealização que, ao término, não seja devidamente cumprido. Nos debates nas reuniões do Conselho, reforçou-se a preocupação de que o PMRS seja um plano de ação integrada e não um plano antiquado, estanque e pouco operacional. Na implementação do processo de formulação e implementação do PMRS de Campina Grande, o que observamos é uma ausência de comunicação entre as secretarias do município. A secretaria de planejamento elaborou o Termo de Referência para o Plano de Saneamento Básico sem o devido conhecimento e participação do Conselho de Meio Ambiente. Não houve preocupação de integração com a política de resíduo sólido. Findado o prazo para a confecção do PMRS, a administração preocupou-se em agilizar os meios para a sua elaboração, a fim de que não seja impedida de acionar os recursos federais reservados para a modernização no gerenciamento de resíduos sólidos no município.

Fica evidenciada a pouca relação entre o plano e a prática cotidiana do gerenciamento. No que concerne a pouca atenção dada à complexidade da política urbana, em considerar as relações possíveis entre a política de saneamento, de habitação, saúde e assistência social. As razões deste isolamento aparecem como questões para pesquisas futuras, mas, podemos elencar algumas: estruturação fragmentada da administração municipal, falta de percepção sistêmica dos problemas ou ainda pouca habilidade em promover ações que interajam diversos temas. A precariedade na formulação sistêmica de políticas urbanas integradas resulta em ações pouco eficazes capazes de agravar os problemas.

### 3.2 – A insustentabilidade da legislação ambiental em Campina Grande - PB

Neste tópico será elencada as leis relacionadas a gestão de resíduos em âmbito municipal no período de 1987 a 2011. A catalogação dessas leis foi realizada por meio de pesquisa no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande – PB que disponibiliza para consulta as leis promulgadas neste município. Salienta-se que, caso o leitor note a ausência de alguma lei específica, possivelmente a mesma não se encontra disponível para consulta na página virtual do legislativo municipal. As leis aqui listadas são em âmbito ambiental, comunicam-se com a gestão de resíduos e possuem a sustentabilidade como princípio norteador.

A sustentabilidade ressoa como uma noção capaz de agregar diversos outros temas importantes para a sociedade, atua como uma lembrança viva de que o modelo desenvolvimentista/produtivista é inapto para “alcançar um vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, 2008, p. 13). A sustentabilidade articula duas dimensões importantes: crise e oportunidade. A crise advém da despreocupação proposital e reiterada em relação aos efeitos nocivos do crescimento econômico sobre o acervo natural do planeta; e dos riscos que esta prática enseja sobre a continuidade da base material para a existência de vida na Terra<sup>21</sup>. As oportunidades dizem respeito às potencialidades. À capacidade de desenvolver novas posturas e práticas que redundarão na correção dos desajustes e na propagação de um *modus vivendi* impulsionador de virtualidades como justiça, democracia, redução de desigualdades, resgate de tradições etc. A sustentabilidade baseia-se na articulação das cinco dimensões do desenvolvimento sustentável: social; ambiental; territorial; econômica e política (SACHS, 2008). A noção de sustentabilidade aplicada ao contexto urbano segue a tendência de agregação de variados discursos sob uma mesma bandeira. Os temas ambientais e sociais são valorizados na agenda sustentável e se tornam um “recurso que serve a muitas ideologias” (GOMES, 2005, p. 336).

O vazio na aplicabilidade da legislação ambiental no município de Campina Grande-PB permanece mesmo após a constituição do Plano Diretor em 1996. O proposto nos planos diretores (1996/2006) sobre contenção e fiscalização de

---

<sup>21</sup> O tema da segurança humana é central na sustentabilidade, repousa na condição de proteger o direito das gerações futuras existirem sob condições dignas de habitabilidade e desenvolvimento.

atividades poluidoras, o incentivo à reciclagem de resíduos e pesquisas sobre reaproveitamento de materiais, não prospera. O que fora executado desconsidera o efeito contaminante do lixão e a prática adequada da coleta seletiva e reciclagem. A planta de resíduos, anexa à comunidade do Mutirão, é operada nos moldes de um lixão, com todas as consequências danosas que este equipamento acarreta, mantida esta situação até o ano de 2012 quando o município passou a destinar o lixo para o aterro sanitário em Puxinanã.

Não é pela ausência de leis ambientais ou pela falta de uma consciência ecológica ampla que a gestão municipal lida de maneira secundária com a temática ambiental, pois, o município conta uma série de leis na área ambiental que não são observadas. No quadro abaixo está exposto uma relação de leis municipais que tratam da questão ambiental em Campina Grande – PB. O período aqui apresentado enumera algumas leis promulgadas entre os anos de 1988 a 1989 (Quadro 07).

**Quadro 07:** Lei ambientais municipais entre 1988 e 1989

<b>ANO</b>	<b>LEI</b>	<b>TEMA</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>PREFEITO EM EXERCÍCIO</b>
1988	Lei Nº 1.662 08 de fevereiro de 1988	Financiamento para instalação de Usina de Reciclagem de Lixo	Autoriza o executivo a contratar créditos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) para instalação de Usina de Reciclagem, o pagamento da dívida se dará com recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	Ronaldo Cunha Lima
1989	Lei Nº 1.949/ 12 de setembro de 1989	Inclusão da disciplina Educação Ambiental no currículo da rede municipal de ensino	A inclusão da disciplina Educação Ambiental auxiliará na conscientização dos estudantes do 1º grau quanto à necessidade de preservação ambiental, os problemas ecológicos, analisando a questão ecológica de forma contextualizada sócio, político e economicamente.	Cássio Cunha Lima

Fonte: Adaptado do site da Câmara Municipal de Campina Grande – PB (<http://camaracg.com.br/>)

Nos idos de 1988 o município nutria a pretensão de construir uma usina de reciclagem com recursos de financiamento, mas, não houve êxito. Em 17 de março de 1992 o legislativo municipal formula o Requerimento Nº 344/92 direcionado ao executivo, solicitando informações sobre os encaminhamentos para a construção da Usina de Lixo de Campina Grande. Sob o despertar da institucionalização da



questão ambiental no âmbito legislativo, a educação ambiental é apresentada como um mecanismo de conscientização ecológica, na crença de que a reprodução de valores ambientalistas redundará na formação de pessoas capazes de entender os problemas ecológicos e contribuir para a preservação ambiental. Nota-se a disparidade de força na capacidade de solucionar o problema ambiental. As soluções estruturais, como a usina de reciclagem, requerem um dispêndio grande de recursos e de articulação política, já a educação ambiental é bem menos onerosa e utiliza-se de uma estrutura física já existente: a escola. Ambas as medidas são igualmente importantes e precisariam andar juntas.

Leis no período de 1990 a 1991 (Quadro 08):

**Quadro 08:** Lei ambientais municipais entre 1990 e 1991

<b>ANO</b>	<b>LEI</b>	<b>TEMA</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>PREFEITO EM EXERCÍCIO</b>
1990	Lei Nº 2. 127/14 de agosto de 1990	Compactação e incineração de lixo patológico gerados no sistema de saúde do município	Obriga os hospitais, centros de saúde, clínicas e laboratórios do município de Campina Grande - PB a providenciarem um local externo à unidade para proceder com a compactação e incineração do lixo produzido nestes ambientes	Cássio Cunha Lima
1991	Lei Nº 2.348/18 de novembro de 1991	Aproveitamento de mão de obra de meninos de rua na limpeza urbana	Permissão para a prefeitura contratar meninos de rua entre 14 e 18 anos para trabalharem na limpeza pública, os jovens seriam remunerados consoante a legislação trabalhista, estariam submetidos à coordenação de fiscais e teriam uniformes (indumentárias) próprias.	Cássio Cunha Lima
1991	Lei Nº 2.354/19 de novembro de 1991	Tratamento de chorume nos aterros sanitários	A prefeitura seria obrigada a providenciar, em até dozes meses, tratamento do chorume produzido nos aterros sanitários (lixões) do município.	Cássio Cunha Lima

Fonte: Adaptado do site da Câmara Municipal de Campina Grande – PB (<http://camaracg.com.br/>)

Não foi encontrada alguma lei que lidasse diretamente com o problema do lixão, mas, sim sobre alguns dos problemas por ele provocados. O lançamento de resíduos de saúde no lixão procura ser remediado com a lei que obriga a incineração destes materiais. Outra lei impõe o tratamento de chorume nos aterros

sanitários do município. Em 1991 o referido aterro correspondia ao Lixão do Distrito Industrial que era conhecido como aterro sanitário de Campina, porém, funcionava como um lixão comum. A lei estabelece um prazo para a prefeitura passar a recolher e tratar o chorume produzido no lixão, demonstrando uma tendência à busca por soluções paliativas na problemática ambiental mais ampla. A legislação sobre utilização de mão de obra de meninos de rua na limpeza urbana é sintomática da questão ambiental neste período. É uma forma de conciliar com uma única solução, dois problemas correlatos: a questão ambiental e social. A lei apresenta como positivo a condição de crianças de 14 a 18 anos estarem trabalhando na limpeza das ruas de Campina Grande-PB. Esta lei fere drasticamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990). É dever da sociedade e do poder público assegurar o “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Artº 3º). Que desenvolvimento há em os adolescentes de rua, como são denominados, se tornarem mão de obra barata para limpeza pública neste município? Nada muda, permanecerão nas ruas, agora legitimados por uma lei municipal, sendo fiscalizados e sinalizados com uma roupa que comunica a todos sua situação de vulnerabilidade social. Para o cidadão comum, incomodado com os “trombadinhas<sup>22</sup>” e com a sujeira na cidade, é uma ideia genial fazer os meninos de rua trabalharem na limpeza urbana, resolvem-se dois problemas de forma prática. É menos oneroso usar a mão de obra barata dos “trombadinhas” do que consolidar uma política pública de educação, reintegração ao convívio familiar e inserção no mercado de trabalho. A reprodução da desigualdade social é enérgica, os filhos das pessoas com bom poder aquisitivo podem estudar e brincam nas horas vagas enquanto os filhos dos pobres vivem nas ruas e a eles só lhes restam trabalhos não qualificados e mal remunerados.

Leis ambientais municipais de 1992 a 1994 (Quadro 09):

---

<sup>22</sup> Trombadinhas, denominação atribuída aos meninos de ruas que, por vezes, assaltavam as pessoas nas ruas da cidade.

**Quadro 09:** Lei ambientais municipais entre 1992 e 1994

<b>ANO</b>	<b>LEI</b>	<b>TEMA</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>PREFEITO EM EXERCÍCIO</b>
1992	Lei Nº 2.414/ 16 de março de 1992	Exigência de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)	A obrigatoriedade de apresentação do RIMA como um dos requisitos para expedição de licença nas atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços.	Cássio Cunha Lima
1993	Lei Nº 2.774/25 de novembro de 1993	I Semana de Educação na Limpeza Urbana	A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos promoverá a I Semana de Educação na Limpeza Urbana a fim de estimular a conscientização da população quanto a necessidade de manter a cidade limpa	Félix Araújo Filho
1994	Lei Nº 2.879/26 de abril de 1994	Mutirão da Limpeza Pública	A secretaria de Trabalho e Bem Estar Social e a Secretaria de Serviços Urbanos farão mutirão de limpeza nos bairros, o lixo recolhido deverá ser trocado por alimento.	Félix Araújo Filho
1994	Lei Nº 2.921/22 de junho de 1994	Convênio para instalação de coletores de lixo	A prefeitura firmará convênios com empresas privadas para instalação de coletores de lixo. As empresas arcarão com os custos e poderão fazer propaganda de suas atividades nos coletores confeccionados	Félix Araújo Filho
1994	Lei Nº 2.972/30 de setembro de 1994	Programa Educação Ambiental nas Escolas Públicas do Município	Institui o Programa de Educação Ambiental nas escolas municipais	Félix Araújo Filho

Fonte: Adaptado do site da Câmara Municipal de Campina Grande – PB (<http://camaracg.com.br/>)

No período compreendido entre os anos 1992 a 1994, a problemática dos resíduos estava em evidência em razão do lixo depositado indevidamente em terrenos da cidade, dos conflitos com os servidores da limpeza pública municipal e da incerteza quanto ao novo local da planta de resíduos sólidos em Campina Grande – PB. Neste período, a legislação municipal, reflete a tendência da institucionalização da questão ambiental e da proximidade entre poder público local e o empresariado urbano. A lei que estabelece o relatório de impacto ambiental

como um novo critério para licenciamento de atividades no município procura atenuar as consequências danosas de atividades potencialmente poluidoras, na confiança de que o sistema produtivista pode ser mantido e expandido desde que sejam tomadas medidas cautelosas sobre seus efeitos deletérios. As demais leis são propostas de ação na órbita da limpeza urbana e na formação de uma consciência ecológica. A inovação na limpeza urbana seria a implementação de uma coleta de resíduos realizada pela população e a troca desses materiais por gêneros alimentícios. A revenda dos resíduos pela prefeitura redundaria em recursos para a manutenção do programa. Uma nuance interessante nestas propostas é a preocupação em definir a origem dos recursos que subsidiam os programas, nitidamente o poder público procura alternativas para que as referidas ações não promovam gastos adicionais aos cofres da prefeitura. A estratégia utilizada é a parceria com a iniciativa privada, seja para a compra dos materiais recicláveis ou mesmo no uso dos coletores de lixo como espaço de divulgação para as marcas das empresas. Mesmo com a iminência de alteração do local destinado ao lixão da cidade, não foi encontrada lei que tratasse diretamente da questão da planta de resíduos sólidos neste período.

Nos anos 1990, amplia-se a crença nas relações público-privada como inauguradoras de oportunidades para o desenvolvimento urbano e para a equalização dos problemas das cidades, acirrando a concorrência entre cidades. Outro fator importante é a consagração da questão ambiental como vetor importante nas políticas urbanas (KAPUR, 2006, *apud* ULTRAMARI & FIRKOWSKI, 2012). Trata-se de um contexto histórico de forte animação social em torno dos temas ambientais, figurados principalmente pelas Conferências das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a exemplo da ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 1992. Neste momento, as discussões estavam excitadas pelos altos índices de poluição e degradação dos recursos naturais em consequência do modelo de desenvolvimento produtivista adotado nos países desenvolvidos e almejado pelos países em desenvolvimento (terceiro mundistas). Resumidamente, neste período, a gestão urbana brasileira sofre o reflexo de uma tendência global caracterizado pela: a apropriação de demandas privadas pelo setor público; a centralidade na relação público-privada; o empreendedorismo urbano e sua consequente concorrência entre cidades e a eminência da questão ambiental institucionalizada. O tema ambiental evidencia-se na política urbana por vieses ora

conciliantes, ora conflitantes, presentes na experiência de associação conflitiva entre uma política urbana conservacionista e aquela que busca harmonizar o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental (ACSERALD, 2009). A combinação paradoxal entre competição neoliberal acirrada e a institucionalização do meio ambiente na política urbana marcaram a gestão urbana na década de 1990, caracterizando-a como uma Gestão Urbana Ambiental (ULTRAMARI & FIRKOWSKI, 2012).

Leis ambientais municipais de 1997 a 2000 (Quadro 10):

**Quadro 10:** Lei ambientais municipais entre 1997 e 2000

<b>ANO</b>	<b>LEI</b>	<b>TEMA</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>PREFEITO EM EXERCÍCIO</b>
1997	Lei Nº 3.413/11 de abril de 1997	Programa Lixo Vale Alimento	O material reciclável é trocado por ticket's alimentação. A prefeitura distribuiria sacolas para a separação dos resíduos, a população separaria os resíduos, trocaria os materiais por ticket's que seriam trocados por alimento no comércio local. A prefeitura venderia os materiais recicláveis e os recursos ajudariam na manutenção do programa	Cássio Cunha Lima
1998	Lei Nº 3.620/12 de novembro de 1998	Atos de Limpeza Pública no município	Regulamenta sobre exigências no cuidado com o lixo produzido em estabelecimentos e o seu condicionamento, discrimina atos considerados lesivos à limpeza urbana como sujar logradouros, lançar lixo nas ruas e açudes etc. Promoção de conscientização da população sobre limpeza e manutenção da higiene pública.	Cássio Cunha Lima
1999	Lei Nº 3.752/26 de outubro de 1999	Sistema Seletivo de Coleta de Lixo	Institui a coleta seletiva de lixo e a instalação de coletores de lixo nas ruas do centro e paradas de ônibus. O programa poderá ser viabilizado através de parcerias com empresas que usarão os coletores como local de publicidade.	Cássio Cunha Lima
2000	Lei Nº 3.876/28 de dezembro de 2000	Semana da Coleta Seletiva e Reciclagem do Lixo	As escolas da rede municipal deverão acrescentar em seus calendários uma semana para debates sobre coleta seletiva e reciclagem para a preservação do meio ambiente	Cássio Cunha Lima

Fonte: Adaptado do site da Câmara Municipal de Campina Grande – PB (<http://camaracq.com.br/>)

Na segunda metade da década de 1990, as leis com a temática de resíduos permanecem com o mesmo foco, procuram emplantar uma cultura urbana de limpeza das vias públicas, um esforço de convencionar hábitos ambientalmente aceitáveis que sejam fruto de uma possível interiorização de uma consciência ecológica. Em

1997 o Programa Lixo Vale Alimento propõe o envolvimento da população em um protótipo de coleta de materiais recicláveis. Os materiais seriam trocados por vale alimentos. O projeto propunha uma atividade centralizada de coleta de recicláveis, a prefeitura gerenciaria a revenda desses materiais que geraria recursos para subsidiar a compra dos gêneros alimentícios. A lei não insere os catadores de materiais recicláveis no programa, a prefeitura seria beneficiada com a renda oriunda da venda dos materiais recicláveis. A aplicabilidade dessa lei certamente causaria uma redução drástica do volume de recicláveis lançados no lixão, proporcionando perda econômica aos catadores e maior centralização do mercado de recicláveis com participação da prefeitura e de seus compradores diretos.

Leis ambientais municipais de 2001 a 2006 (Quadro 11):

**Quadro 11:** Lei ambientais municipais entre 2001 e 2000

<b>ANO</b>	<b>LEI</b>	<b>TEMA</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>PREFEITO EM EXERCÍCIO</b>
2001	Lei Nº 3975 de 28 de novembro de 2001	Autoriza o funcionamento do Programa de coleta seletiva	O projeto deverá ser coordenado pela Secretaria de Serviços Urbanos e a prefeitura poderá terceirizar os serviços da Unidade central de Coleta Seletiva de Lixo e de Compostagem	Cozete Barbosa
2002	Lei Nº 3990 de 08 de abril de 2002	Instalação de coletores de baterias	As empresas de importação e comercialização de equipamentos com baterias ficam obrigadas a instalarem recipientes para coleta de pilhas e baterias, estando responsáveis também pela adequada disposição final desses materiais	Cozete Barbosa
2005	Lei Nº 4.288 de 22 de junho de 2005	Reaproveitamento de resíduos de podas de árvores	Todo o material de poda de árvores e de restos orgânicos provenientes das feiras do município, coletado pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, deverá ser triturado e transformado em composto orgânico para hortas e jardinagem	Veneziano Vital do Rego
2006	Lei Nº 4.339 de 29 de dezembro de 2006	Descarte de medicamentos vencidos	Os centros de distribuição de venda de medicamentos devem disponibilizar caixa de coleta de medicamentos vencidos a serem encaminhados à Vigilância Sanitária.	Veneziano Vital do Rego

Fonte: Adaptado do site da Câmara Municipal de Campina Grande – PB  
(<http://camaracg.com.br/>)

O cuidado com o descarte dos materiais torna-se o foco das leis na década de 2000. Não significa que a questão da limpeza pública, tão evidenciada na década de 1990, tenha sido desprezada. Todavia, ver-se uma centralidade nos mecanismos que investem a reciclagem de materiais, como o reaproveitamento e a destinação de materiais que contêm substâncias contaminantes para o meio ambiente, a exemplo de baterias, pilhas e medicamentos. No entanto, a prática de depositar os materiais descartados no Lixão do Mutirão não é alterada.

Leis ambientais municipais de 2008 a 2009 (Quadro 12):

**Quadro 12:** Lei ambientais municipais entre 2008 e 2009

<b>ANO</b>	<b>LEI</b>	<b>TEMA</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>PREFEITO EM EXERCÍCIO</b>
2008	Lei Nº 4.589 de 14 de fevereiro de 2008	Coleta Seletiva Solidária nos órgãos da administração municipal	Os materiais recicláveis deverão ser separados nos órgãos da administração e entregues às associações e cooperativas de materiais recicláveis da cidade	Veneziano Vital do Rego
2008	Lei Nº 4.608 de 14 de fevereiro de 2008	Programa de coleta e reciclagem de óleo de cozinha	Autoriza o executivo a implantar o Programa de coleta e reciclagem de óleo de cozinha	Veneziano Vital do Rego
2009	Lei Ordinária Nº 176 de 17 de dezembro de 2009	Dispõe sobre a destinação correta dos pneus inservíveis no município	Não disponibilizado	Veneziano Vital do Rego
2009	Projeto de lei Nº 231 de 17 de dezembro de 2009	Inclusão dos catadores cooperados ou associados em eventos fechados realizados nos espaços públicos da cidade.	Não disponibilizado	Veneziano Vital do Rego
2009	Projeto de lei Nº 231 de 17 de dezembro de 2009	Obriga a existência de coleta seletiva de resíduos recicláveis nos condomínios e shoppings da cidade	Não disponibilizado	Veneziano Vital do Rego
2009	Projeto de Lei Nº 271 de 17 de dezembro de 2009	Obrigatoriedade dos carros coletores serem apropriados para este serviço	Não disponibilizado	Veneziano Vital do Rego
2009	Projeto de Lei Ordinária Nº 32 de 12 de novembro de 2009	Institui a Política Municipal de Combate ao acúmulo de lixo	Não disponibilizado	Veneziano Vital do Rego

Fonte: Adaptado do site da Câmara Municipal de Campina Grande – PB  
(<http://camaracg.com.br/>)



As leis análogas ao tema de resíduos sólidos tangem ao tema da coleta seletiva e reciclagem, permanece o foco nos materiais reconhecidamente perigosos quando expostos ao meio ambiente. Os pneus inservíveis além de serem de difícil decomposição podem tornar-se nascedouros de insetos como o *aedes aegypti* (vetor da dengue). As leis parecem pouco articuladas entre si, lidam com temas similares, porém de forma estanque. Não tratam da degradação provocada pelos materiais descartados de forma estrutural, postulam regulamentar apenas o descarte dos materiais reconhecidamente tidos como perigosos. Um elemento novo é a presença da ação de cooperativas de materiais recicláveis, contudo, ainda tímida a sinalização das cooperativas como agentes de uma coleta seletiva institucionalizada.

Leis ambientais municipais de 2010 a 2011 (Quadro 13):

**Quadro 13:** Lei ambientais municipais entre 2010 e 2011

<b>ANO</b>	<b>LEI</b>	<b>TEMA</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>PREFEITO EM EXERCÍCIO</b>
2010	Lei Nº 4.887 de 14 de janeiro de 2010	Destinação correta de pneus inservíveis	Estabelecimentos comerciais devem possuir local seguro para abrigar este tipo de material além de fixar em local visível aviso de alerta sobre perigo de disposição inadequada dos pneus.	Veneziano Vital do Rego
2011	Projeto de Lei Ordinária Nº 99 de 23 de dezembro de 2011	Estabelece normas e procedimentos para gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico	Não disponibilizado	Veneziano Vital do Rego
2011	Projeto de Lei Ordinária Nº 47 de 23 de agosto de 2011	Reconhece a utilidade pública da associação de catadores ARENSA	Não disponibilizado	Veneziano Vital do Rego
2011	Projeto de Lei Ordinária Nº 91 de 23 de novembro de 2011	Institui a campanha permanente de incentivo às cooperativas de catadores de materiais recicláveis	Não disponibilizado	Veneziano Vital do Rego

Fonte: Adaptado do site da Câmara Municipal de Campina Grande – PB  
(<http://camaracg.com.br/>)

No último bloco de leis aqui analisados, a preocupação com os materiais perigosos é mantida. Costumeiramente o problema ambiental da disposição inadequada de pneus vem à baila, acrescidos agora da atenção ao lixo tecnológico.

Salienta-se que em 2011 o gerenciamento dos resíduos já estava sob a tutela da Política Nacional de Resíduos Sólidos, havendo, portanto, a necessidade de estruturar uma política municipal para este setor baseada na hierarquia da gestão dos resíduos: não geração – redução – reutilização – reciclagem – tratamento e disposição final adequada. As leis analisadas não refletem a cultura pretendida pela PNRS, foca-se apenas em estratégias para amenizar os problemas de destinação final dos resíduos que são apresentados como extremamente nocivos. A hierarquia da gestão precisa nortear a política do setor, deve-se investir no questionamento do sistema produtivista, na reflexão sobre as motivações que incentivam a produção de novos materiais, sobre as possibilidades de reutilização ou reciclagem do que já existe. A mudança posta na lei é estrutural, profunda, não paliativa. Neste bloco de leis, a ação das associações e cooperativas de reciclagem soa mais latente. No entanto, dificilmente haverá um incentivo contundente para estas organizações se não for instituída adequadamente uma política pública para o setor de resíduos em Campina Grande – PB, que opere alinhada com a PNRS e insira os catadores de materiais e o controle social como matizes indispensáveis.

Na segunda década dos anos 2000, a limpeza pública volta à baila com a Política Municipal de Combate ao Acúmulo de Lixo (Lei Municipal Nº 4.849 de 12 de novembro de 2009) que disciplina e pune aqueles que depositarem resíduo em local inapropriado. Um dos objetivos da referida política consta no artigo 2º da Lei: “Desenvolver projetos e parcerias com setores da sociedade civil organizada e cooperativas relacionadas à coleta e reciclagem de lixo”, a legislação introduz a necessidade de articulação com as organizações de catadores. Pontua-se que a coleta seletiva é tomada como um assunto a ser desenvolvido em parceria com a sociedade, o que representa um avanço. Nota-se uma inflexão em relação à década anterior quanto às referências à coleta seletiva centralizava esta atividade no Estado. Em 2001, fala-se em terceirização da coleta seletiva, mas não explicita se a concessão seria dada às organizações de catadores do município. A lei em 2009 admite a confecção de projetos em parcerias com estes grupos.

Em entrevista, a diretora de planejamento da Secretaria de Planejamento do Município em 2012, afirmou que foram confeccionados projetos de engenharia e

arquitetura do que seriam as estações de triagem para usos dos catadores de materiais recicláveis, mas, o projeto foi feito e não executado. As organizações de catadores de materiais recicláveis operam sem articulação com o poder público municipal, não há interação propícia entre estas organizações e a prefeitura, há carência de infraestrutura e logística para suas ações. Ao que consta, apenas a Cooperativa Cotramare recebe contribuição para pagamento da locação de imóvel onde exerce suas atividades, o aluguel é pago através da Secretaria Municipal de Assistência Social do município.

As leis nas décadas de 2000 refletem uma tendência de aliar as questões de sustentabilidade ambiental àquelas sobre justiça e inclusão social. Conforme Ultramari e Firkowsk (2012), a gestão urbana contemporânea caracteriza-se por um estilo voltado para o social (Gestão Urbana Social). Por uma cidade sócio ambientalmente sustentável, na qual se observa uma tendência à inclusão. Este esforço de inclusão claramente se percebe no apelo a uma política urbana participativa e democrática, com ambientes para debates e o chamamento para a participação da sociedade civil na formulação e decisões das diretrizes para gestão urbana local. Compreende-se então a gestão urbana brasileira como um híbrido composto pelas tendências globais de práticas consideradas ótimas de gerenciamento urbano e as características próprias da sociedade brasileira. Para Maricato (1996), essas características podem ser sentidas de forma latente, tanto no planejamento quanto na execução de políticas urbanas são: “privatização da esfera pública”; “modernização excludente”; “cidadania para alguns”; “desemprego estrutural”; “elite nacional combinada com os agentes capitalistas globais” (*ibidem*, p.122).

Esta gestão urbana social depõe sobre o aumento das complexidades urbanas; tanto no seu aspecto prático, relacionado ao avigoreamento dos problemas (destacam-se os reclames sociais e ambientais) quanto em relação às teorias dispostas a pensar a cidade. Em face de a cidade ser um objeto dinâmico e amplamente mutável, as teorias sobre o urbano tendem rapidamente a arrefecerem seu potencial de interpretação da realidade. Portanto, o espaço urbano é um ente complexo “pelas características intrínsecas da urbanização, complexo pelas imposições do internacional ao local e complexo pela convivência dicotômica entre estes dois níveis” (ULTRAMARI, 2005, p. 38).

Outras apreensões sobre a complexidade na gestão urbana relacionam-se à inclinação para participação da sociedade na política urbana. Isso representa a descentralização do Estado e o surgimento de diferentes atores locais com os quais os gestores urbanos passam a lidar na condução da política urbana. As decisões de gabinete não mais satisfazem, há o conclave ao envolvimento da sociedade em audiências públicas, fóruns, conselhos, conferências etc. Para este momento, não serão consideradas as discussões sobre a eficácia das estratégias de participação, retenhamos apenas o fato de que a participação concorre para “assimilação de responsabilidades, de competências e complexidades” na gestão urbana (ULTRAMARI, 2005, p. 38). Concomitantemente à prerrogativa da participação, a evocação do discurso da sustentabilidade ambiental tem contribuído eficazmente para aumentar a complexidade da gestão urbana. A preocupação com o meio ambiente é transportada também para os ambientes antropizados das cidades. Anteriormente estava direcionada para os espaços não habitados - com a intenção de preservar o estoque de natureza ainda não degradada. Às ameaças ocasionadas ao ambiente urbano pela degradação da natureza: aumento da temperatura; eutrofização de aquíferos; poluição atmosférica; foram adicionadas preocupações com vistas a um desenvolvimento urbano sustentável. O gestor assume a postura de agente do desenvolvimento, o que se traduz em conciliar a proteção ambiental com o incentivo à dinamicidade econômica e à equalização dos problemas sociais. Na prática, o gestor precisa impulsionar a agenda 21 local, os conselhos de meio ambiente, as legislações específicas, entre outros. Ou seja, os mecanismos de participação devem ser valorizados assim como a preocupação ambiental deve ser realçada na pauta da política urbana. Ambas se posicionam no contexto amplo da sustentabilidade. A sustentabilidade é apresentada como uma noção virtuosa a ser empreendida pelos gestores urbanos.

Henri Acselrad destaca três interpretações da noção de sustentabilidade aplicadas às políticas urbanas. A primeira corresponde à “representação técnico material das cidades”. Nela, a cidade deverá sofrer um ajuste no consumo de energia e materiais, com base na eficiência energética. Agrega racionalização no uso e reciclagem de materiais. Seria uma conciliação entre a demanda das atividades na cidade e sua capacidade de suporte. Esta sincronidade torna-se plausível com a utilização de “tecnologias que poupem espaço, matéria e energia e que sejam voltadas para a reciclagem de materiais” (ACSELRAD, 2009. p. 55).

Outra representação de sustentabilidade; “A cidade como espaço da “qualidade de vida”. Combate a artificialidade do espaço urbano, atribuindo outros sentidos à cidade além do mercado, traduzindo a cidade como espaço de convivência, cidadania, identidade, de estima ao patrimônio material, imaterial e cultural. A última representação implica na “cidade como espaço de legitimação das políticas urbanas”. Quando o crescimento das demandas urbanas é maior do que fornecimento de infraestrutura urbana, revela a incapacidade do gestor de tornar produtivo o investimento dos recursos públicos. A manutenção da insustentabilidade urbana ceifa a legitimidade das políticas urbanas, na medida em provoca questionamentos pela falta de eficiência na aplicação dos recursos e pela “concentração socioterritorial dos benefícios” (ACSERALD, 2009. P.63).

As três representações fundamentadas pelo discurso da sustentabilidade não operam de maneira estanque e sim concomitantemente, atribuindo legitimidade a um projeto político de cidade. Na essência, estes sentidos de sustentabilidade urbana operam cinco categorias básicas que dão suporte ao discurso, quais são:

- Eficiência: racionalidade econômica aplicada à política urbana, não desperdício de recursos, espaço, energia e tempo;
- Escala: corresponde à imposição de limites, tendo como referência a carga de suporte atribuída à capacidade da cidade de fornecimento de insumos e de digestão dos rejeitos;
- Equidade: diminuição das desigualdades socioespaciais no acesso a infraestrutura e serviços urbanos;
- Autosuficiência: Com o despertar para estratégias locais de desenvolvimento a partir de recursos próprios e a participação ativa da sociedade no controle comunitário dessas iniciativas;
- Ética: acrescentam-se os valores, inscreve-se num ambiente de definição de práticas e posturas boas e ruins.

Os sentidos da sustentabilidade urbana imbuídos na legislação ambiental servem a um esforço de durabilidade da cidade, enquadrada na permanência das condições materiais para a reprodução do capital (ACSERALD, 2009). Também se insere na formação de um consenso, um pacto social, capaz de inibir os questionamentos das políticas urbanas propostas e sufocar revoltas sociopolíticas, e

no uso da bandeira sustentável como atrativo na competição entre cidades. Essa reflexão se aplica à legislação ambiental campinense, moldada na interseção entre as tendências impostas pelo nível global e a cultura exercida cotidianamente na gestão urbana local. Essa cultura, historicamente perpetuada, faz jus a uma legislação ambiental municipal pouco operosa, mantenedora de um *status quo* assinalado pela não resolução do problema fulcral da degradação ambiental provocada pelas plantas de resíduos sólidos.

# Capítulo 4

#### 4.0 Os movimentos do lixo na cidade de Campina Grande - PB

Neste último capítulo é apresentada a descrição e análise dos dados colhidos a partir da pesquisa direta. Como descrito anteriormente, esta pesquisa foi pensada como uma análise dos principais deslocamentos do lugar oficial destinado à disposição do lixo produzido no município de Campina Grande – PB. O primeiro movimento destacado é aquele ocorrido em 1994, quando o lixão de Campina Grande – PB foi oficialmente transferido para o bairro do Mutirão; o segundo movimento, ocorreu no ano de 2012, quando da transferência do lixão do Mutirão para um aterro sanitário localizado no município contíguo de Puxinanã - PB.

Este capítulo será iniciado com uma descrição histórica do cenário do saneamento na cidade de Campina Grande-PB. Ressalta-se a temática da limpeza pública, tratada como uma questão de higiene e saúde, mas, sobretudo, como um reflexo do nível de modernização e desenvolvimento, um espelho que transparece a dinâmica de crescimento de uma cidade. Posteriormente, desenvolvemos os dois tópicos acima mencionados, expondo os fatores determinantes dos deslocamentos geográficos do lugar oficial do lixo na cidade. Sob as lentes da Ecologia Política, Modernização Ecológica e dos aportes em Planejamento Urbano, a análise desses deslocamentos buscou captar os padrões de localização e identificar as lógicas que subjazem às decisões relacionadas à gestão do meio ambiente nestes recortes temporais, especialmente, no que tange à gestão dos resíduos sólidos.

#### 4.1 O cenário histórico do saneamento em Campina Grande-PB

“O que é possível fazer para transformar Campina numa cidade moderna?” Esta pergunta foi dirigida ao ilustre urbanista Nestor de Figueiredo<sup>23</sup> quando de sua visita a Campina Grande em 1933. A pergunta expressa bem o anelo da sociedade campinense, especialmente dos intelectuais da época, jornalistas, empresários e políticos, que desejavam ver a cidade adentrar em um marcha de modernização e ser considerada, definitivamente, uma cidade moderna e progressista. O desejo de habitar em uma cidade *limpa*, dotada de prédios altos, ruas largas e espaços

---

<sup>23</sup> Arquiteto famoso, envolvido na planificação urbana em cidades como João Pessoa, Recife, Fortaleza, Cabedelo. Na ocasião, fora entrevistado por diretores do “Jornal de Campina” em fevereiro de 1933 (SOUSA, 2003, p. 62).



aprazíveis para a convivência social era fruto da repercussão de reformas urbanísticas aplicadas no Rio de Janeiro e algumas cidades europeias, bem como da importância atribuída, neste período, aos arquitetos e planejadores urbanos. Outra preocupação da época estava no receio quanto à proliferação de epidemias e pestes urbanas, associadas, naturalmente, aos maus hábitos de higiene da população, particularmente, à população pobre, residente em casebres insalubres, carentes de infraestrutura sanitária (Sá, 2009).

A proliferação de doenças era uma preocupação forte, pois em meados dos oitocentos do século XIX ocorreram sérias epidemias na então Vila Nova da Rainha<sup>24</sup>, tais como: surtos de cólera, varíola e febre amarela que assolaram a localidade. Registra-se que, em 1856, dez por cento da população foi vítima do *cólera-mobus*, o que levou o governo provincial a aprovar leis e regulamentos que normatizassem algumas atividades, principalmente, a limpeza das casas, o banho em açudes, a criação de animais e o uso dos cemitérios. Um dos documentos que disciplina as condutas dos cidadãos é o Código de Posturas, datado do ano de 1857. No início dos anos 1893, o Código de Posturas passa a atribuir ao município a responsabilidade pelos serviços de limpeza, fiscalização, coleta e destinação final do lixo, admitindo a possibilidade da contratação de empresas para o serviço de limpeza urbana (ARAÚJO, 2010).

No decorrer dos novecentos, o contexto do saneamento em Campina Grande-PB permanecia crítico. Poucas residências dispunham de sanitários. A maioria das casas utilizavam latrinas nas quais os dejetos eram depositados. Comumente as pessoas se dirigiam aos açudes e córregos para se banharem e depositarem o conteúdo das latrinas nas águas (QUEIROZ, 2008). Além dos açudes, as ruas também eram usadas como sanitários. Relatos notificam que a atual Rua Venâncio Neiva, por exalar o mau cheiro dos excrementos, era conhecida na época como “o beco do mijo e da merda” (ARAÚJO, 2010, p. 34).

No início dos anos 1900 houve um esforço para atribuir melhor regularidade ao serviço de coleta, no entanto, o serviço não abrangia todos os bairros. O problema da destinação final dos resíduos permaneceu ao longo dos anos, com a mesma lógica: o lixo era retirado das áreas urbanas e depositado nas cercanias da cidade sem o devido cuidado ou tratamento prévio. Concomitantemente, a

---

<sup>24</sup> Em 1864 Campina Grande-PB foi elevada à condição de cidade, estando anteriormente na condição de Vila, designada oficialmente como Vila Nova da Rainha.

população permanecia habituada a depositar o lixo nas ruas e nos quintais das casas<sup>25</sup>. Os relatos em jornais da época reivindicavam providências quanto aos esgotos e lixo na cidade. Em 1909, o jornal *O Campina Grande* alude para a “completa imundície” da cidade, descrevendo que as ruas causam “náuseas a qualquer transeunte” e que a administração municipal só se preocupava em limpar a cidade quando se difundia “o boato de uma visita do governador do Estado” (*O Campina Grande apud QUEIROZ, 2008*).

Em 1911, o decreto nº 494 cria a Delegacia de Higiene de Campina Grande, motivado pela necessidade de gerenciamento deste setor na cidade. À época, as questões de higiene abrangiam desde limpeza das vias à preocupação com as moléstias decorrentes das más condições sanitárias. A ação da Delegacia de Higiene e a institucionalização do Código de Posturas de 1927 ocasionaram melhoras aparentes no recolhimento do lixo, no entanto, não foi o bastante. “Não há santo de pedra que não leve o lenço ao nariz”, estampa a notícia de um jornal em 1931, reportando acerca do forte odor que emanava da decomposição do lixo presente nas valas formadas pelas chuvas nas ruas. Sobre a limpeza urbana, o periódico aduz que os “encarregados do lixo conduzem suas carroças cheias e depositam nas valetas toda sorte de detritos” (*Brasil Novo, 1931 apud ARAÚJO, 2010, p. 29*). O lixo depositado nas valas formadas pela erosão decompunha-se formando um líquido escuro e com odor (*chorume*) que escorria no terreno acidentado em direção ao Açude Velho. Há relatos de que os encarregados da limpeza pública lançavam também no Açude Novo<sup>26</sup> “todo o lixo apanhado nas ruas e nas casas particulares” (*HIGIENE, 1931 apud QUEIROZ, 2008, p. 50*).

Essa conjuntura compunha o impulso motivador para a realização de uma reforma urbanística em Campina Grande-PB. Na primeira metade do século XX, as ideias prevalentes em urbanização eram associadas à modernização da paisagem urbana, transformando as cidades em um ambiente propício para os fluxos

---

<sup>25</sup> Cabe enfatizar que a constituição do lixo produzido no final do século XIX e início do XX se diferencia daquele produzido atualmente. Naquela época o lixo era mais biodegradável, com presença de restos de alimentos, cascas de frutas, papel, cordas. Havia preocupação intensa com as indústrias que emanavam gases mal cheirosos e tóxicos nas áreas centrais da cidade (*ARAÚJO, 2010*).

<sup>26</sup> Açude Novo e Açude Velho eram dois importantes corpos hídricos de Campina Grande-PB que, no passado, foram utilizados para abastecimento, asseio e recreação da população. Ambos se encontram em área de depressão, o que explica a facilidade dos líquidos percolar para estes corpos d’água. O Açude Novo foi drenado e atualmente abriga o Parque Evaldo Cruz, o Açude Velho é o cartão postal da cidade; a área está urbanizada e contribui para o escoamento das águas pluviais, porém, suas águas não devem ser usufruídas por estarem poluídas em razão do lançamento de esgotos e outros materiais contaminantes.

comerciais, para o movimento, para a expansão. A paisagem urbana exprimia o nível de progresso da cidade: as ruas largas, os altos edifícios, o movimento dos carros e do comércio sinalizavam para a expressividade regional da cidade.

As transformações urbanísticas na paisagem eram subsidiadas pelas lógicas da higienização, embelezamento da cidade e adequação dos instrumentos regulatórios que disciplinam as condutas da população. Na prática, as reformas urbanísticas consistiam na realocação dos espaços urbanos centrais, alargamento de ruas e criação de novas artérias viárias; realizadas por meio de indenização e demolição de residências e lojas comerciais. Os ares de modernidade deveriam repercutir na paisagem urbana, sendo essa marcada por largas avenidas, ruas limpas e população asseada (COSTA, 2003; SOUSA, 2003; ARAÚJO, 2010). Os métodos aplicados foram a construção de *auspiciosos edifícios* com arquitetura arrojada, deslocamento da população pobre das áreas centrais para a periferia da cidade<sup>27</sup>, bem como a normatização do cotidiano dos cidadãos, institucionalizada em Campina Grande – PB no Código de Posturas de 1857, devidamente reformulado para os novos tempos, nos idos de 1927.

Havia uma pressão de alguns grupos da sociedade, como os médicos, engenheiros, intelectuais, sanitaristas para que a cidade higienizasse seu perímetro urbano. Isso significava afastar as atividades insalubres da parte central da cidade, bem como distanciar dela a população que apresentava práticas anti-higiênicas. Nesse contexto, os pobres urbanos correspondiam à parcela da população considerada anti-higiênica. Os pobres eram costumeiramente advertidos por não possuírem sanitários, residirem em casebres, por se banharem em rios, por não saberem lidar adequadamente com os dejetos e com os animais. Os notáveis da sociedade campinense “Exigiam ações energéticas pois [...] feiúras, insalubridades, imoralidades e pobreza eram toleradas “em subúrbio, não no centro de uma cidade como a nossa” (CAXIAS, 1931 & QUEIROZ, 2008, p.82, *grifo nosso*).

No decorrer do século XX, as ações em relação às atividades insalubres na cidade se concentravam em afastá-las para as áreas periféricas da cidade,

---

<sup>27</sup> O discurso da reforma urbanística, embora seja símbolo do prefeito Verginaud Wanderlei (1936 a 1937) e (1940 – 1945), já era pretendido por seus antecedentes e permaneceu nos mandatos dos prefeitos seguintes, como afirma Queiroz (2008, p.49): “cuidados com a ordenação do espaço urbano campinense [...] já faziam parte de seu cotidiano desde o século XIX, muito antes das ações reformistas dos anos 1930-1940”. A reforma imposta por Wanderlei atingiu além dos pobres, as elites e reconfigurou os símbolos de status social da época. Para aprofundamento ver Sousa (2003) .

especialmente, para a zona oeste, onde a incidência de ventos favorecia a dispersão dos poluentes e miasmas. Assim, o poder público retirou a feira do centro da cidade, criou o cemitério e o matadouro municipal no atual bairro do Monte Santo. Deslocou currais, curtumes e meretrizes do centro da cidade e dos olhos da exigente elite campinense. O discurso baseado na higienização dos lugares se valia da lógica da segregação social, deslocando a população pobre para as áreas periféricas da cidade, ao passo que posicionava as atividades insalubres nestes mesmos lugares, forçando a população de baixa renda a conviver em espaços desprovidos de salubridade.

A população pobre é atingida mais diretamente pelos danos da poluição, haja vista ser essa parcela da população a que mais se localiza próxima das fontes de poluição. Não bastando ser atingida intensamente pelas cargas poluidoras, a essa população lhe foi atribuída uma posição de subcidadania, como uma categoria menos importante de cidadão. Sim, para uma cidade que ambiciona o progresso e a modernização de suas formas urbanas, os pobres não apresentam o *habitus* primário<sup>28</sup> que os habilitem a serem úteis e proativos para o progresso da cidade. Dessa maneira, na medida em que os pobres não apresentam um comportamento adequado para o ambiente urbano moderno – adequados hábitos higiênicos - é aceitável que tenham sua conduta disciplinada e habitem nos espaços periféricos, mesmo que sejam ambientes insalubres.

A cidade de Campina Grande – PB não parou de requerer espaço para sua expansão. Invariavelmente, as áreas antes distantes e afastadas do núcleo central passam a serem desejadas, devido à exigência por terras. A periferia imediata é convocada a assumir nova posição na dinâmica do espaço urbano ‘capitalista’. Ou seja, a cidade chega até esses espaços periféricos e reclama a reconversão de seu uso. Exemplo disso foi a extinção do antigo cemitério das Boninas, em 1931. O território do cemitério foi incorporado à malha urbana da cidade e passou a ser ambicionado para instalação de novas atividades. Queiroz (2008) afirma: “Não

---

<sup>28</sup> Aplica-se aqui o conceito de *habitus* a partir da interpretação da teoria de Bourdieu oferecida por Jessé de Souza (2004). O autor aponta para a existência de múltiplos *habitus*: primário, secundário, precário. O *habitus* corresponde à interiorização reflexiva “de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural” (SOUZA, 2004, p. 86). Para a aplicação aqui realizada, o *habitus* primário enuncia que o modelo societário produtivista requer um tipo humano dotado de comportamento específico com “précondições sociais econômicas e políticas” que o capacite a ser ativo neste contexto. A interiorização deste comportamento padrão concede reconhecimento social e dignidade ao indivíduo, portanto, constitui-se em fonte de distinção social.

houve tempo e nem a intenção para a retirada das ossadas. Os novos prédios invadiram um espaço antes sagrado, de propriedade da igreja, e brotaram sobre os mortos”. Completa: “em um ato pautado mais por preocupações imobiliárias do que higiênicas” (QUEIROZ, 2008, p.95). Se a preocupação precípua contra a manutenção de um cemitério dentro do adensamento urbano era a nefasta potencialidade de contaminação do solo e do lençol freático, esta foi frustrada. Melhor dizendo, sobrepujada por interesses outros relacionados à especulação fundiária urbana. A preocupação com a contaminação foi secundarizada.

Em 1953 foi reformulado o Código de Posturas de Campina Grande-PB. O novo Código disciplinava as ações referentes à execução das atividades na cidade, também indicava os dias em que a coleta de lixo atuaria em cada zona da cidade. Para isso, as pessoas precisariam depositar o lixo em cestos apropriados e colocá-lo na frente da casa no dia destinado ao recolhimento. Em mensagem à Câmara Municipal, o prefeito Plínio Lemos oferece indícios da forma como a prefeitura operava com os resíduos sólidos em meados no século XX. Segundo o depoimento do prefeito, a taxa sobre os serviços de limpeza urbana era cobrada conjuntamente ao imposto predial e territorial urbano (IPTU). A limpeza era realizada “em carroças de madeira, velhas e imprestáveis” e um “velho caminhão, o qual, mal conseguindo se locomover, era um único veículo que a prefeitura dispunha para a enorme coleta do lixo de toda a cidade”. Ele alegava haver providenciado “quinze carrocinhas de aço com pneus, somente usadas nos grandes centros” (LEMOS, 1953 *apud* ARAÚJO, 2010, p. 77).

Ainda nesse discurso, o então prefeito deixa transparecer que a coleta não atingia a toda a cidade, estando mais presente nas áreas centrais. Ele declara também a pretensão de construir um incinerador “para incinerar o lixo diariamente recolhido” (*idem*). A (Figura 15) mostra fotos dos trabalhadores municipais efetuando a coleta de lixo em caminhão adaptado para a atividade. Embora não se tenha dados do ano da fotografia, parece ter sido em data posterior ao discurso do prefeito Plínio Lemos.



Figura 15: Foto da coleta de lixo na rua Maciel Pinheiro (195?).  
 Fonte: *Site Retratos Históricos de Campina Grande*

O serviço de coleta do lixo concentrava-se nas áreas centrais da cidade, focava-se na retirada dos materiais das ruas e avenidas do centro e bairros adjacentes. A prática de depositar o lixo nos terrenos baldios e nas lagoas formadas pela água das chuvas nas periferias da cidade, permaneceu durante anos, sendo executada tanto pela gestão municipal quanto pela população. O Diretor de Limpeza Urbana em Campina Grande-PB em 2012, Srº Jomeres Tavares Monteiro, que trabalha no gerenciamento de limpeza urbana da cidade há mais de vinte anos, afirmou, em entrevista, que era prática comum depositar o lixo nas valas e lagoas: “onde havia uma lagoa, havia lixo”. Essa informação foi confirmada em pesquisa realizada por Carvalho (2010) na antiga Vila do Lixo<sup>29</sup>, assim conhecida por ter abrigado um lixão clandestino no interior de uma lagoa formada por águas pluviais, localizada na periferia sudeste da cidade de Campina Grande-PB. Em entrevista, os moradores mais antigos da Vila do Lixo disseram que “quando vieram morar no local só havia lixo e mato (CARVALHO, 2010, p. 31). Em meados da década de 1990 a prefeitura providenciou o aterramento da lagoa, porém, o lixo existente não foi

<sup>29</sup> Área situada na zona sudoeste da cidade que, até início da década de 1990, abrigava uma lagoa pluvial onde eram depositados materiais de toda natureza, de resíduos domésticos aos resíduos de construção civil. Este local era conhecido como Vila do Lixo. Posteriormente, a lagoa e o lixo foram aterrados. Atualmente este local é conhecido como Bairro Itararé, foi urbanizado e abriga um complexo universitário privado, a Facisa. Este complexo possui, além da faculdade, uma emissora de televisão filiada à rede Cultura e um teatro privado.

extraído, sendo soterrado juntamente com a lagoa. Os moradores atuais notificam a presença de lixo no terreno e aduzem: “se você cavar, dá lixo e água” (*ibidem*).

A existência de lixões clandestinos ocorria em várias áreas do município. Uma notícia veiculada no Jornal da Paraíba em 17 de junho de 1987 denuncia a irregularidade na coleta de lixo na periferia da cidade e a disposição ilegal de lixo em terrenos nos bairros do *José Pinheiro*, *Malvinas* e *Tambor*. A matéria destaca a problemática da disposição irregular de lixo, enfatizando que foram encontrados “até mesmo detritos advindos de hospitais” (Jornal da Paraíba, 17 de junho de 1987<sup>30</sup>). Estes lixões em menor escala (lixões clandestinos) operavam, simultaneamente, com o lixão oficial da cidade de Campina Grande-PB.

O caso da antiga *Vila do Lixo* e dos demais bairros comunica sobre a existência de lixões clandestinos na cidade e a ocorrência de ex-lixões, atualmente soterrados, mas que ainda podem ser fonte de poluição. Para efeito desta dissertação, lixão clandestino significa os lixões não oficiais, aqueles espaços que abrigam materiais descartados sem, contudo, serem formalmente instituídos para tal uso, como os lugares oficiais do lixo da cidade o são. Essa dissertação centraliza-se no estudo dos lixões oficiais da cidade, mais precisamente nos deslocamentos do lugar formalmente definido para o lixo da cidade. Esses deslocamentos correspondem à mudança da localização do lixão oficial da cidade, ao término da via útil de um lixão e a escolha de outros espaços para a constituição de um novo lixão, legalmente aceito.

Uma análise da contextualização histórica do saneamento em Campina Grande – PB revela um cenário de manejo de resíduos sólidos baseado na precariedade da infraestrutura; bem como a realização de intervenções pontuais, buscadas para solucionar problemas imediatos, a necessidade de melhorias na limpeza urbana e as urgentes ações para evitar a proliferação de epidemias. Essa análise informa também sobre as lógicas de localização das plantas de resíduos sólidos, quanto à preferência da localização dos resíduos na periferia imediata da cidade, às margens do cinturão urbano, principalmente, nos espaços localizados na zona oeste da cidade.

A preocupação de consolidar uma cidade moderna e progressista requeria atenção especial com a paisagem urbana, destacando o esmero com a limpeza das

---

<sup>30</sup> Bairros Campinenses Abandonados. Caderno Cidade 5. Jornal da Paraíba. Ano XV. Nº 4440, quarta feira 17 de junho de 1987.

ruas e avenidas da parte central da cidade e dos bairros adjacentes. Entretanto, ressalta-se a pouca atenção com os efeitos ambientais deletérios provocados pelo lixo mal condicionado. As ações se voltavam para diminuir as consequências maléficas aparentes do lixo, como os odores e a proliferação de roedores, insetos e doenças. A solução comum era o imediato afastamento dessas fontes de poluição para lugares distantes do núcleo urbano central. No que tange à poluição ambiental e à saúde da população, as ações nos lixões eram restritas ao aterramento dos materiais, havendo pouca eficácia no controle da poluição. Os materiais coletados nos bairros e vias centrais eram descartados em áreas de depressão na periferia urbana imediata. Quando se dava o término do uso dos lixões, eles eram soterrados juntamente com os materiais. Com o fim da atividade do *lixão*, embora cessadas a disposição de materiais, os efeitos degradantes permanecem sobre o meio ambiente e a população local<sup>31</sup>.

As ações promotoras de melhorias na gestão do lixo eram capitaneadas pelas atividades de coleta pública e limpeza das vias. Não havia propostas estruturantes, o que não alterava eficazmente o problema da poluição ambiental. As ações paliativas satisfaziam as demandas por melhorias das ações de limpeza em vias públicas e coleta urbana dos resíduos. Vejamos a seguir, algumas características presentes na lógica com que os materiais descartados têm sido operados historicamente em Campina Grande – PB:

- **O ícone da cidade limpa.** As ações em gestão de resíduos são capitaneadas pela limpeza urbana e coleta de resíduos. Essas duas atividades gozam de maior atenção por parte dos gestores, compondo o sistema de resíduos sólidos com o qual a população tem maior contato, por serem visíveis e próximas à população local. Essas atividades funcionam como termômetro, como indicadores simbólicos da aprovação ou reprovação da ação dos gestores nesta área. Também o ícone da cidade limpa opera como uma variável indicadora de progresso. Uma cidade moderna possui uma paisagem urbana limpa, ampla, com ruas largas, nas quais os carros trafegam livremente e não há odores fétidos;

---

<sup>31</sup> A prática de aterramento dos lixões nos arredores da cidade, desperta para a necessidade de um projeto de pesquisa com objetivo de mapear as áreas que abrigaram antigos depósitos de lixo; focalizando a requalificação urbana desses espaços e os efeitos dos materiais soterrados sobre a qualidade ambiental e a saúde da população.



- **O afastamento das fontes poluidoras.** As ações repressoras da poluição são realizadas para mascarar e/ou distanciar os seus efeitos desagradáveis. A poluição é tratada ao nível do que é facilmente perceptível. Assim, se uma fábrica emite gases incômodos, a solução é afastá-las do núcleo urbano, não importa se os gases tóxicos continuarão a serem emitidos, conquanto que não haja mais perturbações imediatas. A mesma lógica é aplicada para depósitos de lixo, quando o mesmo se torna um incômodo relevante para a gestão municipal, em razão de constantes reclamações ou quando se pretende atribuir outros usos aquele espaço, os lixões são soterrados e deslocados para outras áreas.
  - **A regularização de condutas.** As ações que pretendem promover melhorias na gestão de resíduos incluem a confecção de guias e regulações que disciplinam as ações dos cidadãos. Nas situações apresentadas no tópico, as preocupações higiênicas são acentuadas, a preocupação com as doenças produz também a normatização das práticas cotidianas das pessoas, principalmente, as da população pobre, reconhecida como carente de um aprendizado de condutas higiênicas adequadas. Assim, não basta higienizar a paisagem urbana, seria necessário também *higienizar* as condutas humanas<sup>32</sup>. Portanto, requer-se do cidadão (do núcleo central) que este reproduza um padrão de conduta pertinente com o ícone da *cidade limpa*;
  - **Secundarização da questão ambiental.** No final do século XIX e início do XX as emanações mal cheirosas eram o centro das preocupações com a saúde pública. O que explica, em parte, a atenção dada aos deslocamentos das massas de ar nas cidades, à busca por espaço mais amplos e amenos, o combate aos cortiços e às habitações insalubres. Entretanto, os avanços na medicina, as descobertas da ação de microrganismos na incidência de doenças, os indicativos de degradação do meio ambiente natural em virtude da ação poluidora do ser humano, nada disso foi suficiente para que a gestão municipal considerasse como prioritária a salubridade do meio ambiente natural. No que se referem à gestão dos resíduos sólidos urbanos, as ações nessa

---

<sup>32</sup> Em alguns casos, esta higienização se converte em segregação e discriminação social, a exemplo do que aconteceu com as meretrizes que foram *deslocadas* dos ambientes centrais da cidade.

área, dificilmente, consideram eficazmente estas variáveis, sendo os riscos promovidos pela poluição ora desprezados, ora menosprezados. As soluções adotadas para o controle da poluição não equalizam o problema da degradação ambiental, apenas neutralizam os seus efeitos mais imediatos.

#### **4.2 Pobreza urbana e questão ambiental na Campina Grande no final da década de 1980 e início da década de 1990**

Minha família faz tempo que é de dentro do lixo. Todos os meus irmãos foram criados dentro do lixão do Distrito. Minha mãe ficou dentro do lixo com meu pai e, como ela não tinha estudo, não tem nada, foi seguindo o lixo. Pra onde o lixo ia, ela ia junto e a gente, como não tem estudo, seguiu também. (Edneide Assis, catadora de materiais recicláveis, setembro de 2012)

Neste tópico é realizada uma discussão sobre a conjuntura em que a transferência do lugar oficial do lixo produzido na cidade de Campina Grande-PB foi realizada, em meados da década de 1990. Nesse tempo, o lugar legitimamente destinado para a deposição do lixo coletado localizava-se na zona sudoeste da cidade, numa área contígua ao Distrito Industrial. O lixão do Distrito compunha um cenário revelador da falta de atenção da gestão municipal quanto à degradação do meio ambiente natural. Expunha também a severidade das desigualdades sociais nesta cidade, em razão da presença de centenas de pessoas que trabalharam diuturnamente neste ambiente na busca de materiais recicláveis, cuja venda, se tornava uma estratégia de sobrevivência para os pobres urbanos.

O depoimento da catadora Edneide Assis transparece a complexidade da questão do lixo. Tomando-a como estrutural e contingente, entende-se que decisão de se tornar catador de recicláveis não é uma escolha deliberada ou mesmo uma preferência profissional, mas, uma estratégia final para a qual as pessoas recorrem por falta de oportunidade de acesso ao mercado de trabalho em outras áreas. Essa pouca margem para escolha está subentendida nas frases: “como ela não tinha estudo, não tem nada, foi seguindo o lixo” e “a gente, como não tem estudo, seguiu também”. Nelas, Edneide atribui à falta de capacitação para o mercado de trabalho o motivo pelo qual sua família foi para “dentro do lixo”. Essa afirmação possui um sentido forte. Residir dentro do território do lixão, fincar uma estrutura de vida

baseada no viver do lixo e constituir um patrimônio familiar que se reproduz nas gerações da família, tendo como centralidade o lixo, não se configura como uma escolha, mas com uma *impossibilidade de escolha*.

Neste momento, a entrevista ganha contornos nostálgicos e emocionais. Edneide quando ela afirma: “a gente vive dentro do lixo, trabalha no lixo, come do lixo [...] a gente já passou tanta coisa, não gosto nem de falar”. Relembrar sua infância, a luta de sua família no lixão, ao tempo em que observa sua filha de pouca idade brincar em seu colo, conduz a entrevistada às lágrimas. A história de vida de Edneide Assis se entrelaça com os movimentos de transferência do lugar do lixo. A tônica da história de vida dessa família é sintetizada na máxima “seguir o lixo”. Isso leva a crer que a transferência de uma planta de resíduos significa mais do que a transferência de todo o maquinário de suporte do lixão (tratores, caminhões, balanças de pesagem). Significa, sobretudo, a continuação de um dilema de sobrevivência para as famílias que trabalham com materiais reciclados, pois, exige um recomeço, readaptação, uma reafirmação de posições já consolidadas.

O caso da família de Edneide é ilustrativo das condições de sobrevivência de famílias de baixa renda na Campina Grande no final dos anos 1980 e na década de 1990. Nesse período, a cidade convivia com os problemas resultantes do crescimento da população com baixo nível de escolaridade e renda e a pouca capacidade de absorção desta no mercado de trabalho. Ademais, notifica-se também o crescimento da especulação imobiliária e o conseqüente aumento das ações de ocupação irregular de terrenos e criação de bairros sem infraestrutura, denominados de favelas. Nesse período, a imprensa local passou a noticiar as ações de ocupação de terrenos públicos. Como eram ações frequentes e em diversos bairros da cidade, chegaram a classificá-las como “moda”, a fim de denotar uma ação recorrente, uma tendência da época. Conforme os depoimentos para o Jornal da Paraíba, as pessoas que invadiam os terrenos justificavam suas ações atribuindo-as ao alto preço da terra urbana e dos aluguéis cobrados em bairros mais urbanizados. No grupo denominado de “invasores” notifica a participação de pessoas advindas do sertão da Paraíba, na busca por oportunidades de empregos na cidade. O referido jornal entrevistou o agricultor Aristides Lima que, na época, pretendia firmar residência em Campina Grande-PB e, posteriormente, trazer sua família do sertão, para não mais conviver com a estiagem (seca). O agricultor afirma: “aqui o preço do aluguel é muito alto e o único jeito é fazer este tipo de coisa, invadir

terrenos para construir os nossos barracos” (Jornal da Paraíba, 06 de Janeiro de 1987). A (Figura 16) mostra a imagem de um terreno no bairro da Estação Velha com os casebres que foram erguidos em umas das ocupações no ano de 1987. As casas são feitas de barro e madeira, materiais que facilita a proliferação de insetos como o *Triatoma infestans* (barbeiro). Sua localização, nas margens de um canal de esgotos a céu aberto, constitui um grave risco à saúde dos moradores destes locais.



Figura 16: Imagem ocupação irregular no bairro Estação Velha em 1987.

Fonte: Jornal da Paraíba, 06 de janeiro de 1987.

A postura da prefeitura municipal frente à essas ocupações irregulares, denominadas vulgarmente de *invasões*, se manifestou pela mobilização do seu aparato jurídico buscando a reintegração de posse e pelo recurso ao poder repressivo da polícia a fim de que os casebres não fossem erguidos. Sabendo da possibilidade de enfrentamento com a polícia, os “invasores” se organizavam para um possível embate direto. Como as invasões eram frequentes em fins da década de oitenta e início da década de 1990, os gestores municipais atribuíam, aos invasores, o adjetivo de “invasores profissionais”, pois, haviam identificado pessoas que agiam como líderes desses movimentos, orientando a prática de ocupação irregular em diversas áreas da cidade. De acordo com algumas matérias de jornais da época, essa liderança era exercida por um senhor chamado Eugênio Ibiapino, “considerado o rei das invasões” (Jornal da Paraíba, 18 de junho de 1987), além

dele, havia a participação de líderes comunitários, de movimentos como os dos *Sem Terra* e os *Sem Casa* e de religiosos, a exemplo do Pe. Cristiano, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, do bairro de Bodocongó. Tentava-se dar contornos de movimento organizado e politizado a essas ações de ocupação irregular de terrenos, enfatizando o discurso da concentração fundiária urbana e da manutenção de privilégios cedidos à classe rica (os burgueses) no acesso ao solo urbano, como revela a fala do Pe. Cristiano: “as invasões são uma resposta ao Governo do Estado, que não constrói moradias destinadas às classes pobres, mas apenas para os burgueses” (Jornal da Paraíba, 18 de junho de 1987). A (Figura 17) traz a imagem de lideranças discursando no momento da ação da ocupação em junho de 1987 do espaço onde atualmente, é o bairro do Tambor.



Figura 17: Foto Discurso lideranças na ocupação do Tambor em 1987.  
Fonte: Jornal da Paraíba, junho de 1987.

Esses ambientes de ocupação irregular eram tensos, pois os indivíduos que neles se encontravam, além de conviverem em casebres mal estruturados, com pouca ou nenhuma condição sanitária, em vias de sofrerem uma ação mais enérgica da polícia, se envolviam em conflitos com outros “invasores”. Ocorriam disputas pelos *melhores terrenos* e existia também a atuação de *especuladores imobiliários* internos às *invasões*. Esses *especuladores* ocupavam terrenos em diversas áreas da cidade e depois os vendiam, ou construíam casas nas “invasões” e as alugavam para outras famílias. Assim, os especuladores lucravam com os aluguéis das casas

erguidas em terrenos invadidos, transformando as ocupações em uma oportunidade de lucro através da especulação imobiliária. Daí serem denominados de “invasores profissionais”. A conduta especulativa de algumas pessoas respaldava o discurso dos gestores municipais de desqualificação das ações de ocupação na cidade. O adjetivo “invasores profissionais” mencionado pelo Secretário de Serviços Urbanos em 1987 - o senhor Edvan Pereira Leite - secundariza as questões centrais da especulação imobiliária nas áreas mais urbanizadas, da ausência de uma política de habitação e de geração de emprego e renda diante do crescimento populacional experimentado nesta época. O termo “invasores profissionais” inverte a lógica da especulação. Desloca a atenção das questões centrais ligadas à necessidade de políticas públicas na área da habitação, para focar na existência de lideranças oportunistas que estariam arregimentando a população pobre, usando-a para conseguirem a posse de terrenos na cidade e lucrarem com o comércio desses terrenos ou o aluguel das casas.

A década de oitenta foi marcada pelo crescimento populacional e a expansão desordenada do tecido urbano da cidade (*cf.* Tabela 01), o que tem sido explicado pelo êxodo rural provocado por severas estiagens na região Nordeste. As secas do período citado condicionaram um expressivo êxodo rural, que se expressa na regressão da população rural do município na passagem da década de oitenta para a década de noventa (MELO, 1985). Consideramos ingênuo imputar somente à seca e à crise econômica o impulso catalisador das ocupações irregulares na cidade. A desnaturalização da questão urbana requer identificar agentes que, com ações determinísticas, influenciam na modelagem do espaço urbano. Os proprietários fundiários urbanos e os grandes especuladores imobiliários agem na esfera da política da terra urbana, utilizando-a como fomento para seus negócios. Operam em constante articulação com o agente político municipal, que abranda as leis ou faz vistas grossas aos marcos regulatórios relativos à terra urbana, com o propósito de facilitar os negócios.

Sobre a influência da concentração fundiária e especulação imobiliária em Campina Grande- PB, Silva (1987) escreve: “ 32,5% da malha urbana e da área de expansão da cidade estão sob o domínio de apenas vinte pessoas, que estocam e vendem terrenos, supervalorizados pelas obras públicas e de urbanização da cidade” (SILVA, 1987, p, 65).

**Tabela 01:** População urbana e rural de Campina Grande, período 1970 a 2000

Ano	População urbana	População rural	Taxa de crescimento anual %	Total
1970	167.335	27.968	-	195.303
1980	228.182	19.645	2,41	247.827
1991	307.468	18.839	2,53	326.307
1996	326.016	18.714	1,1	344.730
2000	337.484	17.847	0,76	355.331
Contagem de 2007	-	-	0,62	371.060

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 2000. Contagem populacional/ 2006.

Na década de oitenta, em face ao processo de redemocratização política do país, acirram-se os debates sobre a necessidade da reforma urbana, com a centralidade no pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade; a cidade para os cidadãos. As discussões acerca da aplicação de ferramentas para conter a especulação fundiária urbana como o IPTU progressivo no tempo e a contribuição por melhorias, estavam na pauta dos movimentos em prol da reforma urbana no país na década de oitenta e noventa. Os movimentos sucessivos de invasão podem ser entendidos também na lógica de alinhamento a uma tendência nacional que tinha a reforma urbana como pauta central. A fala do Pe. Cristiano é ilustrativa desse viés interpretativo: os governos autoritários haviam investido em programas habitacionais patrocinados pelo BNH<sup>33</sup> com recursos do FGTS<sup>34</sup>, os quais, segundo os críticos, beneficiavam apenas quem tinha renda para pagar, não incluindo a habitação social para os pobres urbanos. A luta era para que todos os cidadãos tivessem direito ao acesso à terra urbana.

No exame do material relativo à temática das ocupações urbanas realizadas em Campina Grande a partir de 1980, destacamos um mosaico de discursos elaborados a partir dos interesses de cada ator, dentre os quais listamos os principais no quadro apresentado a seguir (Quadro 14):

<sup>33</sup> Banco Nacional de Habitação

<sup>34</sup> Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

**Quadro 14:** Análise dos discursos dos atores durante as ocupações na década de 1990

<b>Recurso em Disputa: O Solo Urbano</b>			
<b>AGENTES</b>	<b>População Urbana Pobre</b>	<b>Liderança da Ocupação</b>	<b>Governo Local</b>
<b>AÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Ocupação de terrenos ociosos no município;</li> <li>* Construção de casas nestes espaços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Agem como mediadores entre os “invasores” e o Estado;</li> <li>* Buscam legitimidade para o movimento junto a lideranças da comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Ação repressora através de recursos jurídicos e do aparato policial</li> </ul>
<b>DISCURSOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Ausência de Empregos;</li> <li>* Alto preço de terrenos e aluguéis.</li> <li>* Pouca efetividade das políticas habitacionais do estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Qualificam os discursos com referências a repertórios sobre reforma urbana e justiça social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Secundariza a questão central da concentração fundiária e especulação imobiliária;</li> <li>* Desqualifica as justificativas das ocupações, classificando-as como ação de “invasores profissionais”.</li> </ul>

Fonte: Baseado nos depoimentos de cada ator dados ao Jornal da Paraíba no período analisado. Adaptado por Adeisa Guimarães Carvalho, abril de 2013.

Para o poder público municipal, as ocupações irregulares representavam uma preocupação de saúde pública devido às más condições sanitárias desses agrupamentos. Além de problemas relacionados com a desnutrição, outros como a propagação do vibrião colérico e do mosquito *Aedes Aegypti* (dengue) estavam na pauta da gestão municipal, especialmente em relação ao saneamento. Esta atenção ao saneamento é explicada pelo surto de cólera que acometeu o país em fins da década de oitenta e início da década de noventa. A cólera adentrou o país pela região norte, adoecendo muitas pessoas nesta região, seguindo em direção ao nordeste brasileiro. As autoridades sanitárias estavam em alerta, monitorando a expansão da doença pelo território brasileiro (Jornal da Paraíba, 05 de janeiro de 1992). Em Campina Grande – PB formou-se uma equipe devidamente capacitada pra lidar com esta grave doença que, invariavelmente, iria chegar à Paraíba. Os jornais acompanhavam o roteiro da cólera e afirmavam que “depois de passar pelo



estado de Pernambuco, o cólera deve seguir para a Paraíba, onde uma equipe de médicos e técnicos de laboratórios está pronta para recebê-la” (Jornal da Paraíba, 05 de janeiro de 1992). As secretarias municipais de saúde e serviços urbanos estavam empenhadas em consolidar uma barreira virtual contra a epidemia da cólera. A estratégia era bloquear o vibrião colérico nas áreas mais propensas ao seu desenvolvimento. Iniciou-se uma campanha de divulgação sobre a doença e monitoramento de possíveis casos nas “portas de entradas da cidade” como rodoviárias, hotéis, aeroporto. Outras áreas de risco eram as aglomerações onde habitavam a população pobre da cidade, inclusive as áreas sem saneamento básico, como as de ocupações irregulares (invasões). Para evitar o risco de contrair a cólera, encontramos a recomendação do então secretário municipal de saúde (em 1992), o médico Paulo Cavalcante, nos seguintes termos:

Um trabalho de educação já está sendo feito junto às pessoas que moram em periferias e não dispõem de métodos de higiene pessoal e sanitário adequados. Nestes lugares, segundo Paulo Cavalcante, a orientação dada é enterrar os dejetos, e seguir as normas mínimas e básicas de higiene, como lavar bem as mãos antes de comer, ferver a água antes de beber ou tomar banho, e não comer frutas e verduras sem lavar (Jornal da Paraíba, 29 de janeiro de 1992).

Ainda sobre ações de contenção da proliferação do vibrião colérico, os gestores municipais afirmam haver uma articulação entre as secretarias de saúde e a de serviços urbanos com vistas a intervir em áreas de ocupação irregular, consideradas zonas de risco (Figura 18). O anúncio da transferência de famílias da invasão do Tambor para outra área, o aterramento de uma lagoa de águas pluviais neste local e a promessa de urbanização, são apontados como iniciativas para evitar a proliferação do Cólera (Jornal da Paraíba, 29 de janeiro de 1992).



Figura 18: Área de risco em ocupação irregular no Tambor em 1992  
 Fonte: Jornal da Paraíba, 22 de fevereiro de 1992.

Neste momento, as autoridades municipais estavam preocupadas e comprometidas em evitar uma epidemia de cólera na cidade. Em fevereiro de 1992, a Câmara Municipal, atendendo ao requerimento N° 029/92 do vereador Aristóteles Agra, solicitou formalmente ao Ministro da Saúde:

Que se torne realidade o início de infraestrutura básica nas zonas mais carentes dessa cidade, especialmente onde se concentram os maiores problemas sanitários dessa cidade [...] sabedor que males como Cólera, Dengue *etc.* podem se alastrar na população, principalmente nas de renda mais baixas. (CÂMARA MUNICIPAL DE CG, 05 de fevereiro de 1992).

As atividades de fiscalização contra o vibrião colérico se estendiam também nas feiras livres da cidade e nos ambientes de abastecimento alimentar, sendo a descoberta de alimentos contaminados uma *vitória* no combate à doença. O Jornal da Paraíba, a partir de entrevista com o então secretário municipal, Sr. Edvan Leite, noticia o seguinte:

Sempre que requisitados estamos prontos a ajudar, inclusive no transporte e eliminação de verduras contaminadas pelo vibrião colérico, afirmou ele. Os mais de cinco mil quilos de repolho que foram considerados imprestáveis, devido a presença do vibrião, foram levados até o aterro sanitário do município, onde foram destruídos completamente (grifo nosso). (JORNAL DA PARAÍBA, 22 de fevereiro de 1992).

O advento do Cólera em Campina Grande-PB, no período citado, revela como a questão ambiental do saneamento tem sido tratada nesta cidade. A relação pobreza urbana e risco é naturalizada. Aparece como normal que os pobres sejam a classe mais ameaçada pelos riscos sanitários, pois, afinal, *eles não possuem hábitos adequados de higiene*. A fala do médico-secretário Paulo Cavalcante acima citada indica como os riscos sanitários são particularizados e resumidos a uma mera questão de educação ou de *falta* de educação da população pobre. A problemática do acesso desigual aos serviços de saneamento básico é totalmente obscurecida, como se a única variável que influenciasse sobre o maior risco da população pobre contrair cólera fosse a falta de higiene dessas pessoas. Subscreve-se aí um pensamento tácito: a população urbana pobre, por não ter educação (higiene), é uma ameaça à saúde pública dos demais cidadãos. Assim, as zonas de risco além de serem as áreas mais propensas à contaminação, são aquelas também de onde o risco emana. A noção de zona de risco ganha dupla conotação: na medida em que os pobres sofrem o dano, contribuem para a sua expansão. Incorre assim na reprodução de pelo menos duas sensações em relação à população pobre:

1º Sensação: Vitimação – os pobres são vítimas. Desprovidos de educação, carecem de serem disciplinados, ensinados, catequizados nas boas condutas higiênicas;

2ª Sensação: Ameaça – os pobres são ameaças. Tornam-se perigosos porque irradiam, ajudam a propagar os riscos sanitários para os demais cidadãos.

Ambas as sensações tácitas operam sob o pavor do risco difuso: a educação sanitária dos pobres reduziria a possibilidade de eles e dos demais cidadãos serem atingidos pelas ameaças sanitárias, a exemplo do cólera.

Sobre as articulações entre secretarias municipais, percebe-se que elas se dão em momentos de crise. Atividades estruturantes de integração contínua entre as secretarias de saúde e de serviços urbanos não são efetivadas. A solução de conduzir para o aterro sanitário (lixão) os alimentos contaminados demonstra que a integração entre saúde e saneamento é frágil. Na verdade, ao se conduzir os alimentos contaminados para o espaço do lixão, subordina-se este espaço a um processo de contaminação. Ignora-se a contaminação do solo, das águas

subterrâneas, que é um grande risco à saúde pública, mas também à saúde dos indivíduos que ali trabalham – os operadores de máquinas e os catadores de recicláveis. Não há integração entre as ações das secretarias de saúde e serviços urbanos, no máximo, existe uma combinação de ações em momentos de crise, para dirimir um problema específico, em um momento determinado.

Para sintetizar nossa visão das lógicas que têm subsidiado a questão ambiental do saneamento na Campina Grande no início da década de 1990, apresentamos o quadro abaixo (Quadro 15), para, em seguida analisar os movimentos do Lixo urbano em Campina Grande:

**Quadro 15: Lógicas que norteiam a questão ambiental do saneamento no início dos anos 1990**

• Relação naturalizada entre pobreza urbana e risco sanitário
• Obscurecimento da temática do acesso desigual aos serviços de saneamento
• Centralidade na falta de hábitos de higiene dos pobres urbanos
• Os espaços dos pobres são zonas de riscos: sofrem e expandem os riscos
• Pelo menos duas sensações em relação aos pobres urbanos: a) Vitimação dos pobres    b) Os pobres como ameaça
• Articulação de secretarias apenas em momentos de crise e sem uma abordagem holística

Fonte: Elaboração própria, abril de 2013.

### 4.3 Primeiro movimento do Lixo: do Distrito Industrial para o Mutirão

O aterro sanitário de Campina Grande – PB estava localizado, pelo menos até o ano de 1994, em um terreno no Distrito Industrial, na zona sudoeste de Campina Grande – PB, nas imediações do aeroporto da cidade. O mapa abaixo corresponde à planta confeccionada pela Infraero, a qual demarca a Área de Segurança Aeroportuária (ASA)<sup>35</sup> do Aeroporto João Suassuna. O raio de abrangência da ASA exige atenção especial quanto a possíveis obstáculos que ponham em risco a segurança dos voos:

<sup>35</sup> De acordo com a Portaria 256 /GC5 de 13 de maio de 2011 do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, Área de Segurança Aeroportuária (ASA) é a “área de um aeroporto a qual deve ser livre de obstáculos, exceto àqueles necessários à navegação aérea, com o objetivo de reduzir risco de danos a aeronaves”.



O ponto (A) marcado no mapa corresponde à localização do Aterro Sanitário do Distrito (Lixão do Distrito); o ponto (B) o Lixão do Mutirão e o ponto (C) o Aterro Sanitário usado pela cidade a partir do ano de 2012<sup>36</sup>. Comumente o Lixão do Distrito era chamado de aterro sanitário no Distrito. Essa denominação atribuída ao depósito de lixo no Distrito Industrial não condiz com a realidade. Aterro Sanitário denota um ambiente com mecanismos técnicos pertinentes para a proteção do meio ambiente contra contaminação. O que havia em Campina Grande – PB era um lixão a céu aberto. Os materiais (lixo) eram depositados em um terreno localizado entre o Distrito Industrial e o Distrito dos Mecânicos, a menos de dois quilômetros da pista ao aeroporto da cidade. Os materiais ficavam expostos, sujeitos às variações climáticas; eram manipulados por catadores de materiais recicláveis e revolvidos por máquinas para serem prensados e aterrados, não havendo controle de seus efeitos poluentes. O cenário do Lixão do Distrito Industrial (Figura 19) caracterizava-se pela disposição dos materiais sem cuidado prévio e a presença de pessoas que trabalhavam em contato direto com os materiais. Nota-se que esses trabalhadores não dispunham de equipamentos de proteção para evitar acidentes ou a inalação de gases provenientes da combustão do lixo.



Figura 19: Foto do Lixão do Distrito Industrial em 1993.  
Fonte: Jornal da Paraíba, 26 de setembro de 1993.

<sup>36</sup> A localização das plantas de resíduos foi informada em entrevista pelo Sr. Gilson Powell, encarregado do Departamento de Operações e Segurança da Infraero em Campina Grande – PB.

Os trabalhadores mencionados são catadores autônomos, sem vínculo empregatício com a prefeitura; eles recolhiam do Lixão os materiais recicláveis para revenda em sucateiras e/ou indústrias de reciclagem. Pela imagem, destaca-se a presença de crianças e animais, como cavalos e vacas. Na área encontravam-se o Lixo exposto a céu aberto, compondo um ambiente insólito e insalubre no qual circulavam animais e pessoas (inclusive crianças), os quais se submetiam aos riscos de doenças a partir do contato direto com materiais perigosos e com a fumaça emanada da combustão desses elementos.

Discorrendo sobre o cenário do Lixão do Distrito, o senhor Jomeres Tavares Monteiro<sup>37</sup> declara:

O cenário era desumano: uma área aberta que reunia muitos catadores. A área ficava próxima ao aeroporto, no distrito industrial, entre o distrito dos mecânicos e o aeroporto, próximo à rua João Wallig (usada como ponto de referência). Então o lixão ficava centralizado entre o Distrito dos Mecânicos e o Aeroporto João Suassuna (Entrevista com o Sr. Jomeres Tavares em 25 de agosto de 2012).

Apesar do cenário caótico do Lixão do Distrito, o problema determinante para o seu término não foi, necessariamente, a poluição ou as desumanas condições de trabalho dos catadores, mas os desconfortos proporcionados ao aeroporto da cidade, como afirma o Sr. Jomeres

O que marcou para o final deste lixão foi, em primeiro lugar, a situação do aeroporto; com vários urubus e diversas aves dentro da área do lixão, isso estava diretamente prejudicando o aeroporto e a população que usufruía deste benefício, deste meio de transporte. (Entrevista com o Sr. Jomeres Tavares em 25 de agosto de 2012).

A (Figura 20) mostra a localização do Lixão do Distrito (ponto em amarelo) em relação à Pista do Aeroporto João Suassuna em Campina Grande – PB. O Lixão ficava a menos de dois quilômetros da pista do Aeroporto, o que gerava conflitos entre a administração aeroportuária e a prefeitura municipal devido à presença de aves (urubus) no Lixão, as quais representavam uma ameaça iminente de impacto com as aeronaves em voo.

---

<sup>37</sup> Diretor de Limpeza Urbana no período em que eram operados os lixões do Distrito e do Mutirão.

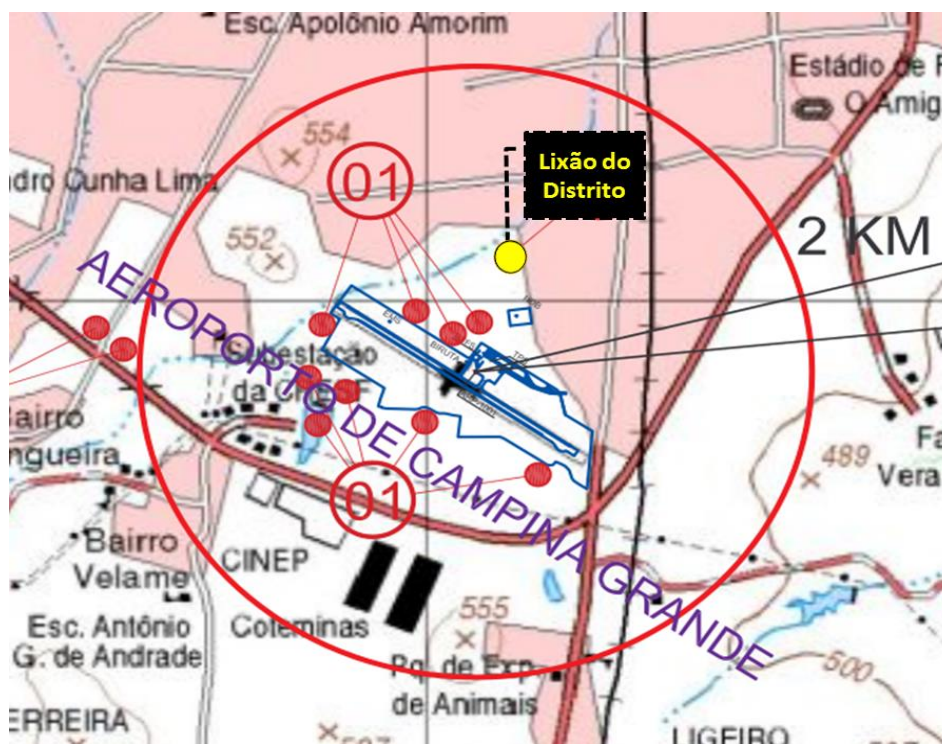


Figura 20: Localização do Lixão do Distrito Industrial.  
 Fonte: Deptº de Operações e Segurança da Infraero Campina Grande – PB.

Faz-se necessário entender o conflito com a administração do aeroporto. A Infraero e a ANAC<sup>38</sup> possuem regras rígidas quanto à segurança das aeronaves em voo, como precaução para evitar a presença de atividades próximas com algum potencial de risco, a exemplo dos lixões. Além da Área de Segurança Aeroportuária (ASA) coexiste a Superfície de Aproximação. Se a ASA define geograficamente o raio de influência do aeroporto, a Superfície de Aproximação estabelece as medições da área de aproximação imediata da pista do aeroporto. Conhecida também como Cone Aeroportuário, a Superfície de Aproximação não pode ter em seu espaço alguma atividade que incorra em risco à segurança, pois, neste espaço, os aviões realizam os procedimentos de voo e aterrissagem próximos à pista. Na (Figura 21) a superfície de aproximação do aeroporto João Suassuna divide-se em três partes: a primeira seção possui uma extensão de 3 km contados da extremidade da pista; após a primeira, inicia-se a segunda seção com a dimensão de 3,6 km; em seguida a seção horizontal medindo 8,4km.

<sup>38</sup> Agência Nacional de Aviação Civil



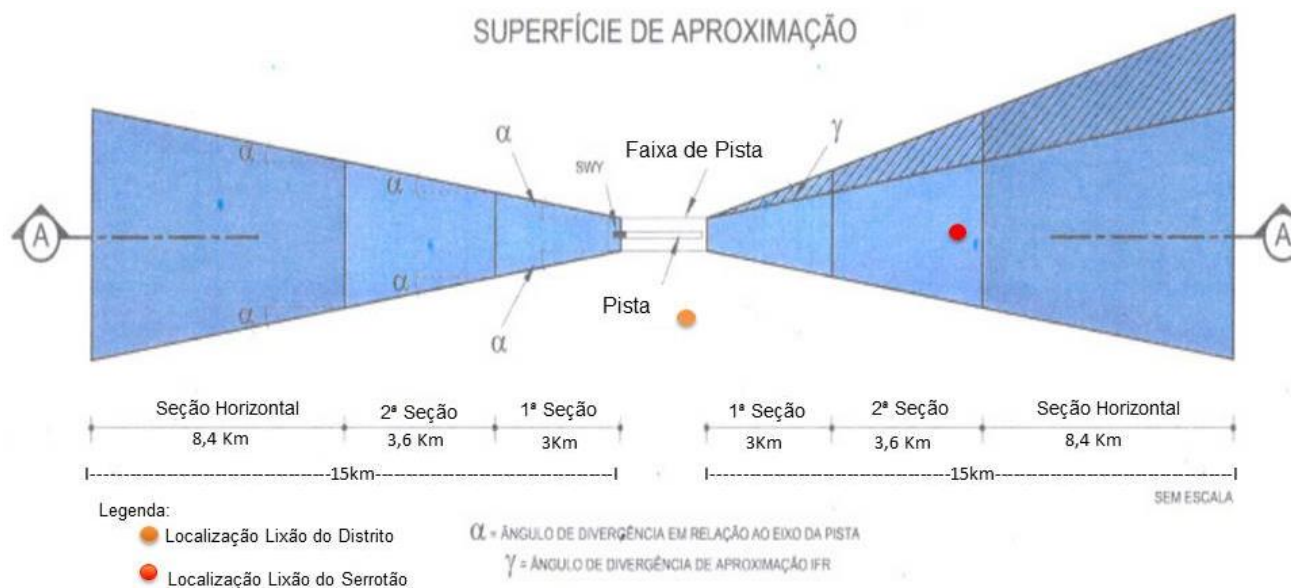


Figura 21: Superfície de Aproximação do Aeroporto João Suassuna  
 Fonte: Deptº de Operações e Segurança da Infraero Campina Grande – PB.

O Lixão do Distrito (ponto laranja no mapa) oferecia risco à segurança dos voos em virtude das aves, principalmente os urubus, sobrevoarem a superfície de aproximação da pista, podendo ocasionar acidentes em razão do impacto das aves com as aeronaves. O ponto em vermelho é a localização do Lixão do Mutirão. Este está completamente inserido na segunda seção da superfície de aproximação, a 6 km do alinhamento da pista. A localização dos lixões da cidade explica a preocupação da administração do aeroporto com a incidência de aves na zona imediata de tráfego de aviões. O Lixão do Distrito estava acerca de dois quilômetros e o Lixão do Mutirão a seis quilômetros, totalmente dentro do cone aeroportuário, alinhado à pista do aeroporto.

Este conflito com o aeroporto é central nas discussões sobre o Lixão do Distrito, principalmente a partir da década de 1990, quando a administração pretende iniciar reformas no aeroporto. Neste momento, a ênfase estava na necessidade de ampliação e consertos na pista do João Suassuna, como indicado no trecho de uma reportagem publicada em um jornal local abaixo citado:

Aterrissar no aeroporto João Suassuna de Campina Grande permanece emocionante [...] a pista de voo apresenta buracos no raio de 120 metros, o que poderá ocasionar o cancelamento dos vôos, caso não seja tomada uma providência. (Jornal da Paraíba, 17 de março de 1987).

Além das más condições estruturais do aeroporto havia a preocupação em melhorar a qualidade dos serviços e aumentar o número de voos diários. Visando o aumento da demanda por voos, a VARIG (empresa de aviação) investiu na construção de um novo escritório para vendas de passagens aéreas na cidade em 1994. A cerimônia de inauguração contou com a presença de autoridades do poder público municipal e o empresariado do setor de turismo (Jornal da Paraíba, 02 de outubro de 1994). Notadamente havia uma euforia quanto às possibilidades de novos negócios engendrados a partir de melhorias no aeroporto. O argumento era o crescimento da demanda por passagens aéreas no município, as proximidades da festa de São João e a atração de turistas. Estes argumentos enunciavam que a precariedade na infraestrutura do aeroporto estava afetando negativamente o crescimento dos negócios.

Outro dado relacionado a esse contexto expressa os esforços em manter a cidade *limpa* no período de festejos juninos, especialmente nos cartões postais, como o Açude Velho e nas ruas centrais da cidade, conforme publicado em trecho de matéria de um Jornal local:

Dar um aspecto de limpeza aos turistas é uma das metas fundamentais da prefeitura municipal, durante todo este final do mês de maio, fazendo a retirada de lixo, detritos, em todos os bairros e principalmente nas áreas centrais da cidade. (Jornal da Paraíba, 17 de março de 1987).

As reivindicações por modernização e ampliação do João Suassuna refletem o anelo pelo desenvolvimento da cidade. Entende-se que oferecer um ambiente propício para a circulação de pessoas, ampliar as possibilidades de novos negócios e dinamizar a economia local significa fomentar o desenvolvimento. Assim, dispersar os empecilhos tornava-se premente para o projeto de desenvolvimento desejado. Neste contexto, o Lixão do Distrito e as limitações estruturais do aeroporto são postos como entraves para o desenvolvimento econômico da cidade.

As negociações em prol da modernização do aeroporto se estendem pelos anos iniciais da década de 1990. Em 1992, os vereadores do município aprovam requerimento solicitando do então prefeito Cássio Cunha Lima, do governador Ronaldo Cunha Lima e do Ministério da Aeronáutica as reformas e ampliação do aeroporto. Em entrevista a um jornal na época, o vereador Antônio Pimentel argumenta:

Com os constantes voos, a estrutura existente não corresponde às atuais exigências. É preciso ampliá-la para garantir uma estrutura mínima aos voos cada vez mais frequentes. (Antônio Pimentel. Jornal da Paraíba, 01 de fevereiro de 1992)

Nesse período percebe-se uma maior intervenção do poder público local nas áreas oeste e sudoeste do município. Destacam-se as iniciativas de reforma do aeroporto (Figura 22); a construção da Alça Sudoeste - rodovia que dá acesso ao sertão paraibano, facilitando o tráfego e descongestionando as ruas centrais da cidade (Figura 23); o processo de fechamento do Lixão do Distrito e a busca por outra área para uso como aterro sanitário da cidade.



Figura 22: Avião taxiando no aeroporto João Suassuna em 1994  
Fonte: Jornal da Paraíba, 18 de fevereiro de 1994.



Figura 23: Construção da rodovia Alça Sudoeste em 1990.  
Fonte: Jornal da Paraíba, 28 de janeiro de 1990.

Em certa medida, esses eventos estão conectados entre si ao transmitirem a lógica da intervenção do poder público no território do município. A centralidade estava no crescimento das atividades econômicas e em sua potencialização. A rodovia dinamiza o tráfego e a circulação de pessoas e mercadorias; o aeroporto agiliza o fluxo de pessoas e confere *status* de modernidade à cidade. A ação de término do lixão, embora intrinsecamente associada ao conflito com o aeroporto, representa uma vitrine política que comunica a preocupação da prefeitura com as questões ambientais. No decorrer da explanação sobre as circunstâncias nas quais o Lixão do Distrito foi encerrado, compreende-se que a questão ambiental estrutural é secundarizada, servindo de uma formalidade retórica para conquistar legitimação. Foram analisadas reportagens publicadas no Jornal da Paraíba no período de 1987 a 1994 que se relacionavam com a temática de resíduos sólidos. Na maioria delas as referências orbitavam na preocupação com a limpeza de ruas e terrenos expressando a precaução contra a proliferação de vetores. As referências a fatores ambientais mais estruturantes se fazem presentes pontualmente em três reportagens que descrevem o processo de confecção do plano diretor da cidade e as justificativas postas para balizar as ações de fechamento do lixão do Distrito.

Em 1994 ainda não haviam sido realizadas as obras que garantiriam o aumento da capacidade do aeroporto. Nutria-se a expectativa de início da reforma

para o mês de maio de 1994. Financiada pelo Departamento de Engenharia da Infraero em Brasília e alçada em cerca de 50 milhões de reais, a reforma do aeroporto garantiria a operação de aeronaves com maior capacidade de carga, recapeamento da pista, aquisição de um novo sistema de balizamento e sinalização. A reforma era considerada um paliativo, pois a superintendência do aeroporto tinha planos de construção de outro terminal três vezes maior que o João Suassuna. Por questões burocráticas relativas ao processo licitatório, as obras foram efetivadas e tiveram sua conclusão no ano de 1995. (Jornal da Paraíba, 18 de fevereiro de 1994; Jornal da Paraíba, 03 de maio de 1994).

A dificuldade era conciliar os planos de expansão das atividades do aeroporto com a manutenção de um lixão a uma distância tão próxima da pista de voo e aterrissagem. As relações entre a administração aeroportuária e a prefeitura estavam tensas em razão dos problemas causados pelo lixão ao aeroporto, inclusive porque costumeiramente o terminal sofria com a invasão de moscas provenientes do lixão em suas dependências. Em 1992, a Câmara Municipal aprovou o requerimento 315/92 de autoria do vereador João Leite, solicitando à FNS<sup>39</sup> o trabalho de fiscalização no Distrito Industrial, pois “um aterro sanitário ali existente tem servido para a proliferação de moscas e baratas” (Requerimento 315 de 30 de março de 1992); em abril de 1994 uma pequena nota no Jornal da Paraíba diz “Invasão de moscas no aeroporto João Suassuna e Distrito Industrial”; mais contundente foi a reportagem publicada no Jornal Folha de São Paulo em 1995. A reportagem noticiou que uma praga de moscas havia invadido o aeroporto citado, causando transtornos à tripulação de um voo e seus passageiros, obrigando, inclusive, ao fechamento do restaurante do João Suassuna. Em entrevista a este jornal, o superintendente do aeroporto na época o Capitão Walmir Nogueira exclama:

Durante o tempo em que um avião permanecia no aeroporto, as aeromoças ficavam à porta, com revistas nas mãos, tentando evitar a entrada das moscas (Walmir Nogueira, superintendente do aeroporto. Folha de São Paulo, 21 de setembro de 1995).

O superintendente atribuiu a origem da praga de moscas ao aterro sanitário da cidade, localizado próximo ao aeroporto. Sobre o episódio, a secretaria municipal de meio ambiente e serviços urbanos comunicou que “o prefeito Félix Araújo

---

<sup>39</sup> Fundação Nacional de Saúde

determinou a transferência do lixão para outra área” (Folha de São Paulo, 21 de setembro de 1995).

Nos anos de 1993 e 1994 estava em curso o processo de fechamento do Lixão do Distrito e a procura por outra área para ser utilizada como depósito de lixo da cidade. Em março de 1994 houve uma sessão no legislativo municipal para discutir questões referentes aos resíduos sólidos, fazendo referência aos problemas causados pelo lixão. A sessão contou com a presença de representantes da curadoria de meio ambiente; SUDEMA<sup>40</sup>; vigilância sanitária; ecologistas e do secretário de meio ambiente, ciência e tecnologia do município. Na oportunidade fez-se menção ao relatório desta secretaria sobre a situação dos resíduos sólidos neste município, no entanto, segundo o vereador Lula Cabral “apesar de vários estudos, palestras e fóruns de debates mostrando o problema, até o presente nenhuma solução foi encontrada” (Jornal da Paraíba, 30 de março de 1994).

Solução é uma palavra bastante abrangente para descrever a real pretensão da administração municipal com o fechamento do Lixão do Distrito. As ações envoltas neste episódio se destinavam a solucionar os incômodos imediatos causados ao aeroporto e às indústrias do Distrito industrial, estando pouco relacionadas à poluição que provoca ou às condições desumanas de trabalho naquele local. Em abril de 1994 a Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia iniciou estudos topográficos em uma área às margens da rodovia Alça Sudoeste para averiguar a viabilidade da ativação do novo lixão neste lugar. O projeto do novo lixão foi submetido para apreciação da SUDEMA. Enquanto aguardava a definição da licença para instalação do lixão na nova área, a Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia emitiu um relatório indicando a inviabilidade da área para uso como lixão (Jornal da Paraíba, 13 de abril de 1994). O impasse quanto à demora do parecer da SUDEMA e o relatório desfavorável da secretaria retardou a definição da nova área do lixão da cidade. Entretanto, depois de estabelecido um acordo entre a prefeitura, a Curadoria de Meio Ambiente e a representação da SUDEMA em Campina Grande, a prefeitura assinou um termo de compromisso no qual

---

<sup>40</sup> Superintendência de Administração do Meio Ambiente

Vai se prontificar, dentre outras coisas, a construir um cinturão verde ao redor da área (lixão), construir pequenas lagoas e fazer a drenagem do aterro, e o mais importante: entregar até o final deste ano um projeto para a construção definitiva do aterro sanitário de Campina Grande (Jornal da Paraíba, 13 de abril de 1994).

Assim, em 23 do agosto de 1994 o prefeito Félix Araújo Filho anuncia a desapropriação de um terreno às margens da rodovia Alça Sudoeste (Figura 24). Com a dimensão de aproximadamente 30 hectares, a desapropriação custou 44 mil reais; as obras de adaptação ficaram ao encargo da prefeitura municipal e da Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba – CINEP. Em 24 de agosto de 1994, o prefeito assinou o decreto de desapropriação em solenidade realizada no terreno do novo lixão (Figura 25) (Jornal da Paraíba, 25 de agosto de 1994). A escolha do terreno para o novo lixão não redundou no fim imediato do Lixão do Distrito. O processo de mudança prolongou-se por mais algum tempo.



Figura 24: Foto do terreno para uso do novo lixão em 1994  
Fonte: Jornal da Paraíba, 25 de agosto de 1994.



Figura 25: Foto cerimônia de desapropriação do terreno do novo lixão  
Fonte: Jornal da Paraíba, 25 de agosto de 1994.

O então Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, o senhor Hermano Nepomuceno Araújo, em louvor à ação de desapropriação da área do novo lixão, escreve uma nota no Jornal da Paraíba (Figura 26).



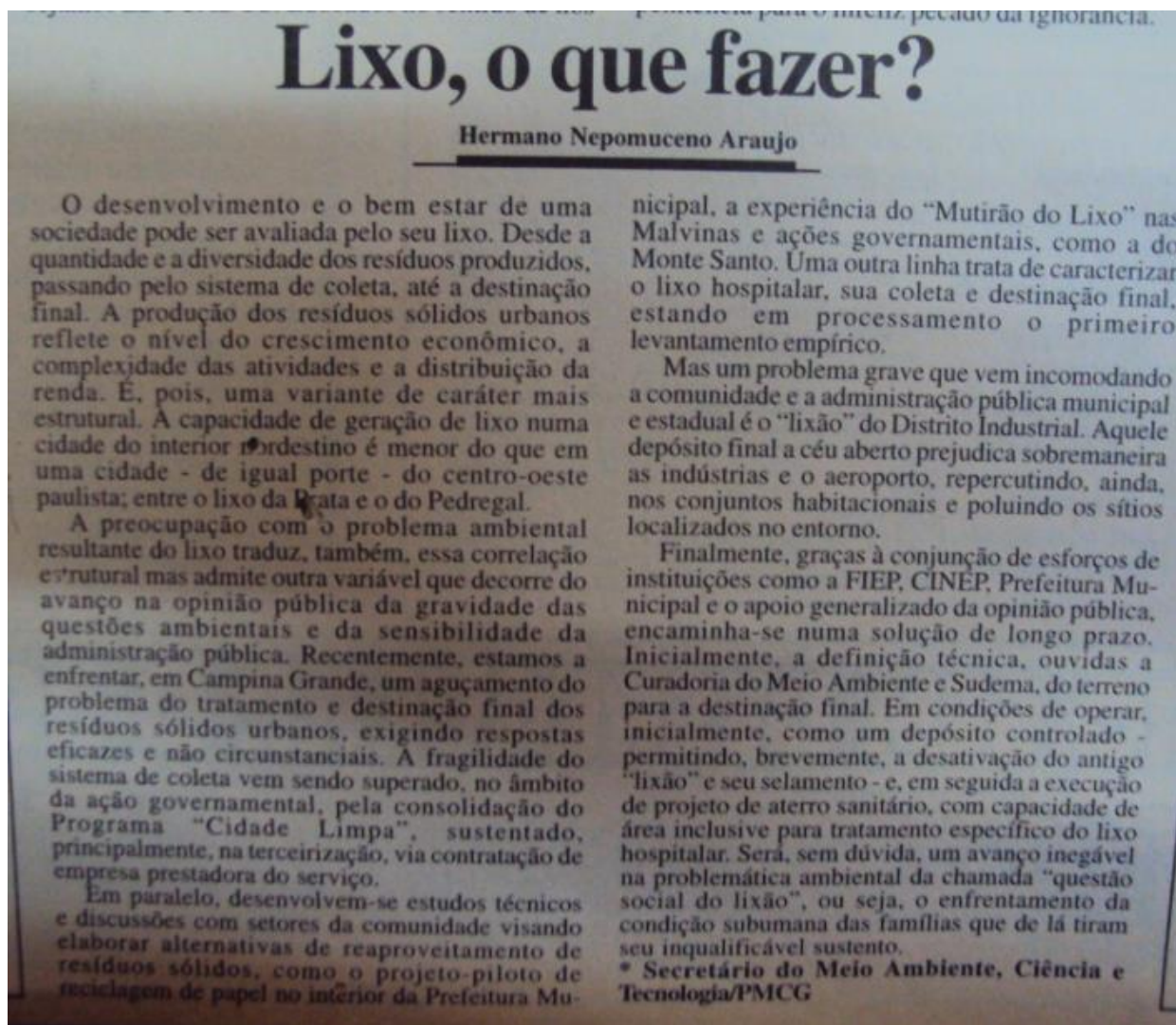


Figura 26: Nota de Hermano Nepomuceno no Jornal da Paraíba, agosto de 1994.  
Fonte: Jornal da Paraíba, 30 de agosto de 1994.

No documento, o secretário recorre a uma comparação entre desenvolvimento e lixo, indicando que o modelo de gestão dos resíduos sólidos adotado reflete o nível de desenvolvimento de uma sociedade. Menciona também que a capacidade de produzir lixo correlaciona-se com o crescimento econômico. O secretário segue relatando que a preocupação ambiental sobre o lixo é fruto da ascensão deste debate na opinião pública e consequente sensibilização dos gestores ao tema. Nota-se que o secretário está em consonância, pelo menos no discurso, com os debates em nível nacional e internacional sobre a temática ambiental. Neste tempo, ecoam as ideias postas nas Conferências das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, uma delas realizada no Brasil no ano de 1992. Estas conferências problematizavam em que sentido o crescimento econômico seria válido já que promove a depleção do meio ambiente natural,

havendo a necessidade de conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento. No contexto do documento, o autor encontra uma forma de comunicar que as ações da prefeitura na área de resíduos sólidos se traduzem em modernização da gestão, sendo tomadas como ações para o desenvolvimento da cidade. Ao mencionar a “sensibilidade da administração pública” o autor atribui legitimidade à ação por considerar a gestão municipal alinhada ao interesse da sociedade, numa tentativa de mostrar que a prefeitura está sintonizada com o interesse público, no contexto caracterizado como “opinião pública”. Para oferecer estrutura aos argumentos, faz-se alusão a uma “conjunção de esforços”, à união da prefeitura com outros órgãos importantes do estado que concedem o aval técnico necessário para referendar a ação. Este aval técnico comunica sobre a hierarquização do saber, sobre a confiança que é depositada no saber técnico. Ter o apoio da população (opinião pública) e do corpo técnico fortalece a ação, legitimando-a, dando a sensação de controle e segurança, de consenso. Com uma linguagem qualificada, o secretário comunica que as ações na gestão de resíduos no município são planejadas, articuladas e participativas. Todo o sentido desta fala aponta para a consolidação do discurso ecológico<sup>41</sup> como respaldo para a ação política, no uso da linguagem científica, no otimismo em relação aos aspectos técnicos, na harmonização da ação local com o debate ambiental global. Desta forma, o problema da poluição é convertido em *marketing* político para os gestores em exercício.

A conjuntura na qual estão inseridas as ações de término do Lixão do Distrito e a operação de um novo lixão pouco informa sobre um projeto de desenvolvimento para a cidade de Campina Grande-PB ou mesmo sobre a consolidação de uma política ambiental substantiva. No enredo da história da transferência do Lixão do Distrito percebe-se que o anelo por crescimento econômico foi determinante. Este anelo é figurado na expectativa de novos negócios em virtude da abertura da rodovia Alça Sudoeste, na dinamização do Distrito Industrial e na modernização do aeroporto. Para o crescimento econômico desejado, o lixão era um equipamento importante. Todavia, neste contexto, ele aparecia como entrave para potencialização das atividades econômicas. O problema central não era o lixão em si, ou o que ele representa enquanto fonte concreta de degradação

---

<sup>41</sup> Sobre discurso ecológico, ver páginas 30, 31 e 32 do capítulo sobre Ecologia Política.

ambiental, mas a sua problemática posição geográfica, que inibia o pretensão aumento das atividades econômicas na área.

Vê-se em curso, nesta época, a clara manifestação de uma dotação assimétrica de poder entre os atores envolvidos na questão do lixo nesta cidade. O relatório elaborado nos fóruns municipais sobre o saneamento, nos quais foram debatidas propostas para a gestão do lixo, foi totalmente preterido, sendo substituído por acordos institucionais como o termo de compromisso assinado pela prefeitura. Os catadores foram obrigados a *seguirem* o lixo, não havendo nenhuma ação direcionada a estas pessoas. Apenas aconteceu a transição do lixão para a nova área, mantendo-se as mesmas condições desumanas de trabalho.

O argumento de que o deslocamento do lixão se deu também devido aos transtornos para os conjuntos habitacionais próximos perde força, pois, o novo lixão foi instalado ao lado da comunidade do Mutirão. Na realidade, o deslocamento do Lixão do Distrito para o outro espaço redundou, sobretudo, na condenação de uma nova área da cidade ao processo de degradação ambiental, bem como submeteu outro grupo de cidadãos aos efeitos diretos da poluição.

Ao ser indagado sobre o processo de escolha da nova área do lixão e quais os atrativos ela possuía para ser escolhida, o senhor Jomeres Tavares Monteiro comentou:

A prefeitura conseguiu comprar uma área aproximadamente 10 a 12 quilômetros do lixão antigo [...] uma área maior, que desse condição da prefeitura manter sob controle este lixão. Foram engenheiros, técnicos analisar a área, e o atrativo é que foi uma área afastada da zona urbana, uma área mais afastada da população, então foi a que melhor se enquadrou, na época, para que todos os resíduos fossem levados para este local (Entrevista com o Sr. Jomeres Tavares, Diretor de Limpeza Urbana em Campina Grande. Entrevista em 25 de agosto de 2012)

O terreno que “melhor se enquadrou” para sediar o novo lixão localizava-se numa área contígua à comunidade do Mutirão. Segundo reportagem do Jornal da Paraíba, o Mutirão “foi consequência de uma invasão de terreno e posterior remanejamento da população para esta área” (Jornal da Paraíba, 29 de janeiro de 1992). As (Figura 27) e (Figura 28) mostram a área da comunidade do Mutirão em 1992, antes e depois da instalação do Lixão de CG.

Na segunda foto, nota-se como a fumaça advinda da queima do lixo no Lixão do Mutirão segue em direção à comunidade.



Figura 27: Foto da comunidade do Mutirão em 1992  
Fonte: Jornal da Paraíba, 29 de janeiro de 1992.



Figura 28: Foto do Bairro do Mutirão em setembro de 2011.  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, setembro de 2011.

Pensar que o deslocamento do lixão foi para evitar prejuízos à população dos conjuntos habitacionais é incoerência. A ativação do lixão ao lado do Mutirão subjugou esta população a um contato direto com a poluição produzida naquele (Figura 29). Em entrevista, uma professora da creche na comunidade diz que a

fumaça proveniente do lixão, por vezes, foi motivo para cancelamento das aulas. A líder comunitária, a senhora Zenita complementa:

O lixão prejudica a gente porque tem a fumaça. A gente sente mau cheiro e tem criança e gente idoso aqui que é doente e se prejudica [...] tem muita fuligem, quando a gente limpa a casa vem aquela poeira preta. (Dona Zenita, entrevista em 24 de abril de 2012).



Figura 29: Foto de satélite do Lixão e da Comunidade do Mutirão  
Fonte: Google Earth (imagem de 2010)

Perguntado sobre o porquê do então novo lixão ser instalado ao lado do Mutirão, o senhor Jomeres afirmou que todo o processo de instalação do Lixão do Mutirão foi assessorado por técnicos e engenheiros que conheciam os seus danos, principalmente na época do verão, quando a combustão do lixo era facilitada. Visivelmente constrangido com a pergunta, o entrevistado procura minimizar afirmando: “a preocupação era ter o cuidado de manter um lixão controlado [...] sempre há um cuidado de tentar minimizar, porque dentre todas as áreas que foram sondadas a melhor que se encontrou na época foi aquela” (Entrevista com o Sr. Jomeres Tavares, em 25 de agosto de 2012).

Impressiona como o processo de contaminação do solo e do ar foi colocado em segundo plano. No capítulo primeiro foi discutido a romantização da poluição, na medida em que a percepção do risco é entendida a partir de uma construção política, podendo ser supervalorizada ou minimizada de acordo com os interesses dos atores envolvidos com maior dotação de poder. No caso em estudo, o conhecimento técnico, muito atrelado à ideia de controle da situação, procura minimizar o problema da contaminação, sendo os riscos à saúde da população do Mutirão completamente desconsiderados. A área foi definida, enquadrando-se no padrão estabelecido pela prefeitura, os riscos à população do Mutirão são admitidos, entretanto sua gravidade é reduzida pelo poder do parecer assinado por técnicos.

Observa-se que o interesse da prefeitura em encontrar rapidamente uma nova área para o lixo urbano de CG teve um valor superior à saúde da população do Mutirão. O ganho de encontrar a área e resolver os problemas mencionados acima foi considerado superior à perda da população do Mutirão. Neste caso, as perdas não foram nem monetariamente compensadas, são apenas retoricamente minimizadas. A contaminação não é discursiva, ela é efetiva, concreta no terreno, sentida categoricamente pela população próxima a ela. No entanto, a contaminação pode ser suavizada pelo discurso qualificado e institucionalizado, como no termo de compromisso que a prefeitura assinou.

Na prática ocorreu uma desproporcional distribuição das cargas de poluição. Os custos das externalidades foram desigualmente distribuídos. A população de Campina Grande-PB produzia diariamente 250 toneladas de lixo no ano de 1994 (Jornal da Paraíba, 27 de março de 1994), mas, coube à população do Mutirão sofrer os efeitos deletérios imediatos da contaminação provocada pelo lixo. Esta população sofre os impactos imediatos do lixo: risco de doenças respiratórias e de pele, mau cheiro, poluição visual, convívio com o trânsito de tratores, carros de lixo, desvalorização dos imóveis. Sendo assim, há uma diferença entre ser um cidadão campinense do bairro do Catolé, por exemplo, e um cidadão campinense residente no bairro do Mutirão. Este último ficando mais sujeito a um risco de contaminação maior devido à proximidade com a fonte de poluição.

Como observado em outras cidades, o padrão de localização de fontes poluidoras na parte exterior do núcleo urbano é mantido. Repete-se também o fenômeno da aproximação dos setores mais desprivilegiados da população na

direção da fonte poluidora, em busca de terrenos mais baratos ou na intenção de encontrar uma alternativa econômica no trabalho no próprio lixão.

No caso do Lixão do Mutirão, já havia uma população instalada nas proximidades da área, sendo desprezados os riscos diretos à sua saúde. A condição de vulnerabilidade econômica da comunidade do Mutirão contribuiu para a admissão do lixão por considerá-lo uma estratégia econômica viável para as famílias pobres. A atitude de instalação do lixão em área contígua à comunidade do Mutirão se traduz como a consolidação de uma subcidadania, na categorização desigual de cidadãos, na qual um cidadão residente no núcleo urbano central é mais prezado do que o cidadão residente em áreas periféricas ou ainda em bairros de baixa renda.

As decisões dos gestores públicos, nesta perspectiva, opera considerando padrões de diferenciação de cidadãos, por exemplo, hierarquizando os indivíduos conforme o seu local de moradia e sua renda, admitindo a naturalidade da existência de diferenciação de cidadãos quanto ao acesso a direitos e bens públicos. Ao naturalizar o fato dos cidadãos do Mutirão serem afetados pela contaminação do lixão, atribui-se a esta população a condição de cidadãos inferiores, desconsiderados, com pouca capacidade de reação eficaz.

A questão da poluição torna-se secundária no cenário dos interesses políticos e econômicos, sendo minimizada no eloquente discurso do desenvolvimento da cidade. Institucionalizada e legalizada, a poluição é minimizada, servindo até de indicativo de crescimento econômico. Os que se opunham ao lixão, estariam se opondo ao *projeto de desenvolvimento da cidade*.

A naturalização da poluição do Lixão do Mutirão vale-se da condição de vulnerabilidade econômica da população; da retórica da técnica; da institucionalização de acordos compensatórios simbolizados em termos de compromisso; da falta de operosidade da legislação ambiental e da desigual dotação de força entre os atores envolvidos no processo, com clara hegemonia dos interesses político-econômicos da prefeitura municipal e do empresariado urbano campinense.

O deslocamento do Lixão do Distrito para o Lixão do Mutirão está envolto em um contexto de crescente competitividade urbana, no momento de articulação entre classe política local e a iniciativa privada em prol da atração de investimentos e dinamização dos negócios. Também se insere, de maneira tangencial, em uma conjuntura de avivamento das discussões ambientais em nível global, na recente

introdução das questões ambientais na pauta da política nacional, embora, não ainda solidificada em políticas ambientais consolidadas. Na ação de deslocamento do lixão esta conjuntura foi representada pela supremacia dos interesses políticos e econômicos e o uso do discurso ambiental para atribuir legitimidade à ação.

A seguir, vejamos o gráfico sintético da nossa análise do deslocamento do Lixão do Distrito para o Lixão do Mutirão (Primeiro Movimento) (Figura 30).

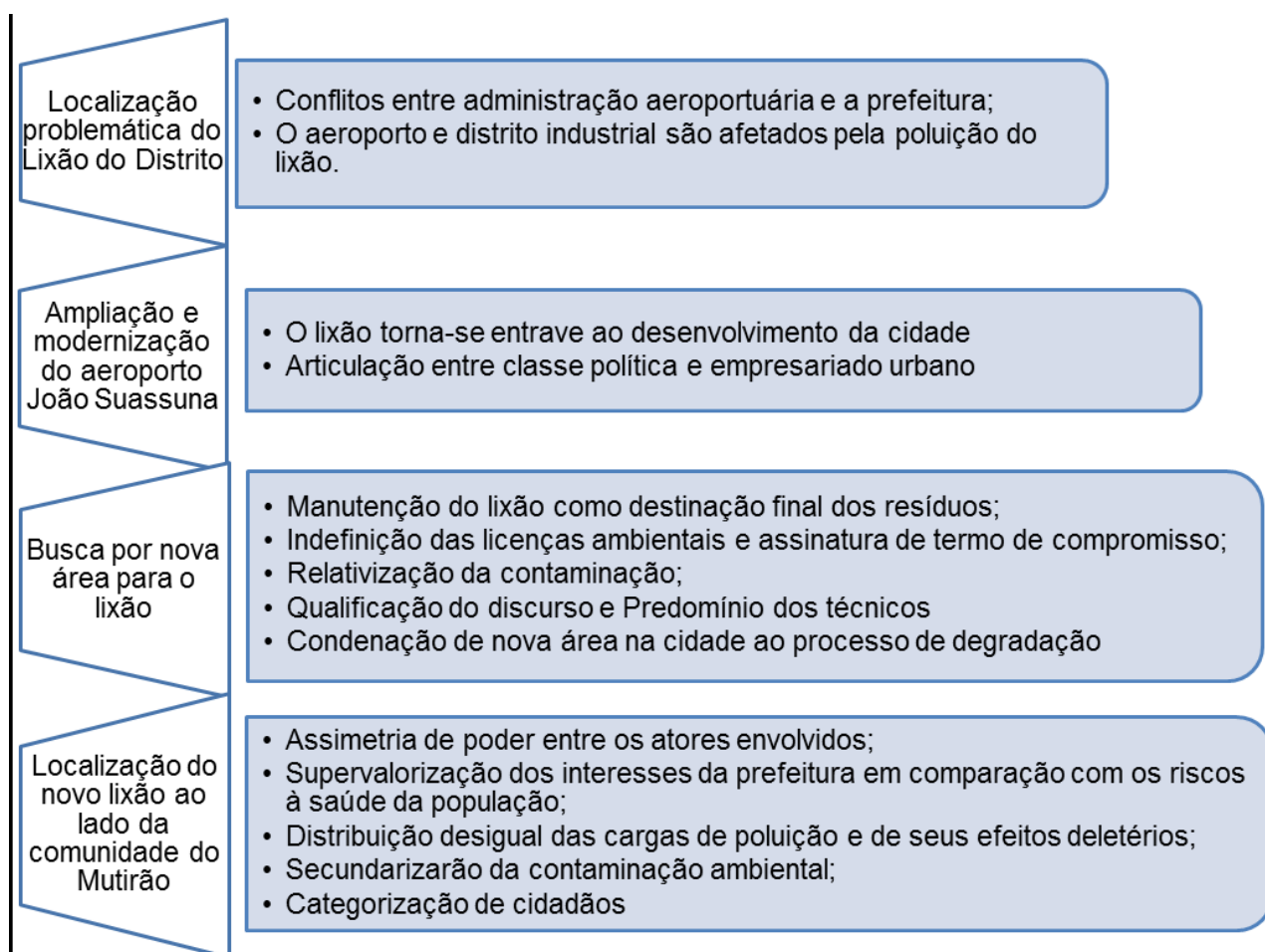


Figura 30: Gráfico da análise do Primeiro Movimento do Lixo  
Fonte: Elaboração Própria, 2013.

Definida a área em 1994, localizada ao lado da comunidade do Mutirão, o novo lixão - denominado de Lixão do Mutirão, opera com a promessa de ser um aterro controlado em vias de se transformar em um aterro sanitário com capacidade até para tratamento de lixo hospitalar.



Apesar da assinatura do termo de compromisso e das indicações de que o lixão seria um equipamento temporário para destinação dos resíduos, em nada a atividade do Lixão do Mutirão difere daquelas ocorridas no antigo Lixão do Distrito.

O cenário do Mutirão era o mesmo do Distrito: montanhas de lixo sobrepostas, compactados por tratores, com piscinas de chorume e líquidos percolados por todo o terreno. Os materiais eram lançados no terreno sem nenhum controle do potencial de degradação. Neste ambiente insólito e cinza, o lixo dividia espaço com carcaças de animais mortos (Figura 31) e catadores de materiais recicláveis de todas as idades (Figura 32).



Figura 31: Carcaça de animal morto é deixada no Lixão do Mutirão  
Fonte: Arquivo pessoal de Wilma Albuquerque, 2010.



Figura 32: Crianças trabalham e brincam no Lixão do Mutirão  
Fonte: Arquivo pessoal de Wilma Albuquerque, 2010.

O Lixão do Mutirão era (e em certa medida ainda continua a ser) uma fonte inconteste de degradação ambiental. A disposição do lixo à céu aberto causava a contaminação do solo e do lençol freático; a fumaça oriunda da combustão provocava problemas respiratórios nos indivíduos que moravam nas proximidades; o contato de seres humanos com um ambiente repleto de microrganismos nocivos desencadeava doenças. Todos estes riscos são conhecidos e postos na literatura especializada, entretanto, não foram suficientes para evitar a operação de um novo lixão a céu aberto na cidade de Campina Grande-PB, sendo desconsiderados os problemas ambientais por ele causados. O Lixão do Mutirão trouxe a contaminação para perto dos moradores do Mutirão, submetendo-os aos riscos acima citados. Um dos processos de poluição provocado pelo Lixão do Mutirão é a contaminação do lençol freático devido à sua proximidade com a área de drenagem superficial.

O rejeito da decomposição do lixo infiltra no solo e atinge os corredores de passagem da água, poluindo-a e tornando-a imprópria para qualquer atividade. Diante disso, Gomes (2007) aduz

O lixão da cidade de Campina Grande [...] está inserido ao longo do curso da drenagem superficial [...] portanto podemos afirmar que esta não seria por hipótese alguma a melhor localização para implantação do lixão, dentro do curso natural da drenagem superficial da área e em local elevado, comprometendo consequentemente os recursos hídricos a jusante. Observamos que não há um controle do chorume do lixão, contaminando os açudes a jusante e o lençol freático. Observa-se que o lixão traz sérios riscos de desastre às comunidades vizinhas (GOMES, 2007, p. 35).

Somam-se a estes problemas o antigo conflito com o Aeroporto João Suassuna. A transferência do Lixão do Distrito para o Mutirão não cessou os conflitos entre a prefeitura e a administração aeroportuária. Apesar de não haver mais incômodos semelhantes aos episódios de invasão de moscas e baratas, a localização do novo lixão agravou o risco de colisão entre urubus e aeronaves. O lixão do Mutirão está posicionado em alinhamento à pista do aeroporto, aumentando as chances de colisões com aves. Segundo o Sr. Gilson Powell, encarregado do Departamento de Operações e Segurança da Infraero, a situação permanecia problemática porque “o lixão [do Mutirão] ficava a seis quilômetros do alinhamento da pista de pouso” e “era praticamente obrigatório o sobrevoo das aeronaves sobre o Lixão do Mutirão”. A (Figura 33) mostra a posição do Lixão do Mutirão em relação à pista do Aeroporto João Suassuna, os aviões manobravam sobre o lixão, o procedimento de pouso realiza-se sobre esta área, aumentando o risco de colisões entre urubus e aeronaves (Entrevista com Sr. Gilson Powell, em 20 de agosto de 2012).

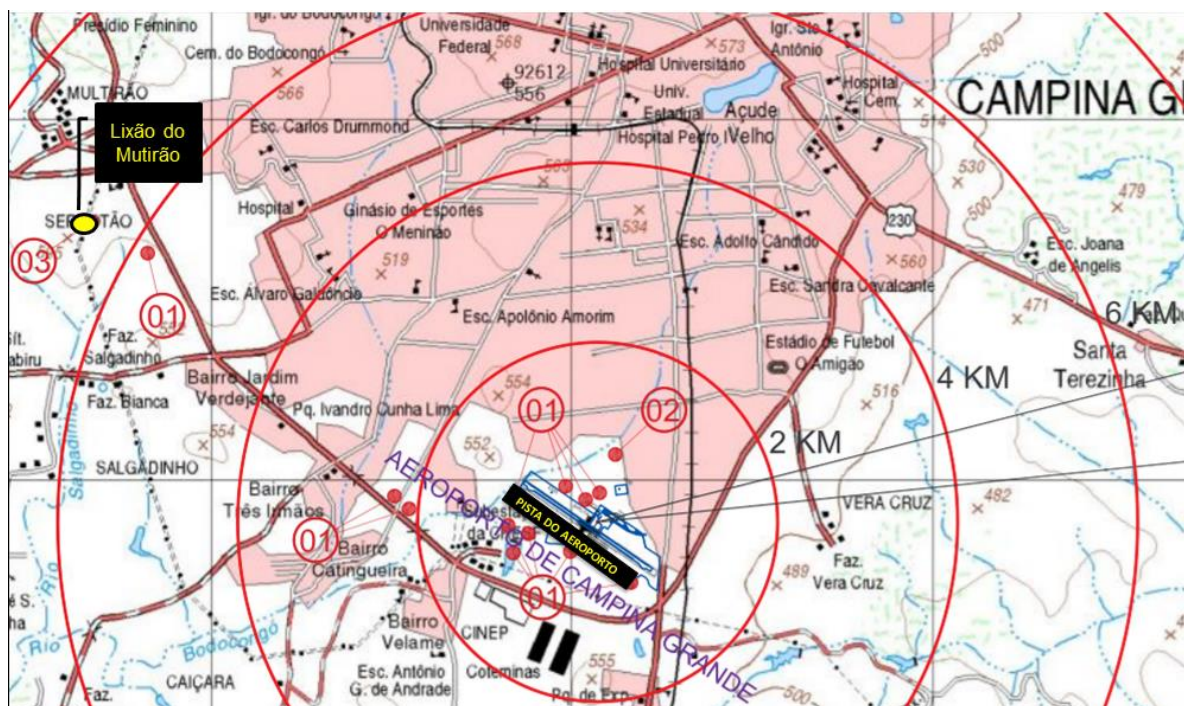


Figura 33: Localização do Lixão do Distrito Industrial.  
 Fonte: Deptº de Operações e Segurança da Infraero em Campina Grande – PB.

O entrevistado prossegue, afirmando que o risco de acidentes era grande. Em sua fala, o Sr. Gilson Powell acentua o tom dramático do conflito entre o lixão e o aeroporto:

A preocupação era grande, uma tensão permanente porque a gente sabe o que pode acontecer, a coisa pode ser muito trágica. A Infraero, apesar de consciente disso, está cumprindo o seu papel, interagindo com os órgãos que tinham poder, mas, a coisa não caminhava na velocidade necessária (Entrevista com Sr. Gilson Powell, em 20 de agosto de 2012).

Os conflitos entre administração aeroportuária e prefeitura perduraram até janeiro de 2012 quando o Lixão do Mutirão foi lacrado. Existe possibilidade de este conflito retornar já que o Aterro Sanitário de Puxinanã também está inserido na ASA. Se o referido aterro não for administrado adequadamente e operar nos moldes de um lixão, este conflito poderá ser reavivado.

#### 4.4 O segundo movimento do Lixo: do Mutirão para Puxinanã

O Lixão do Mutirão, iniciadas suas atividades em meados da década de noventa, permaneceu como destinação final de todos os resíduos comerciais e domiciliares de Campina Grande até o momento em que foi lacrado durante uma tensa cerimônia realizada no dia 05 de janeiro de 2012 (Figura 34). Na cerimônia estavam presentes o então prefeito Veneziano Vital do Rego, secretários municipais, políticos do legislativo municipal e estadual, repórteres, uma viatura com policiais bem municiados e um considerável número de catadores de materiais recicláveis.



Figura 34: Foto Cerimônia de lacre do Lixão do Mutirão  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, 2012.

A cerimônia tinha clima de campanha eleitoral, com tendas para abrigar as pessoas do sol, carro de som, locutor entusiasmado anunciando as falas dos ilustres, muitos discursos cordiais e abraços entre os políticos presentes. Quanto aos catadores o clima era de indefinição e perplexidade. Na chegada do prefeito ao local, os catadores do lixão cantavam frases como “Queremos nosso emprego” (*sic*), no entanto, estavam interessados em ouvir as falas como quem aguardando algum anúncio das autoridades sobre o futuro dos catadores após o fechamento do lixão.

Em meio aos discursos elogiosos dos políticos, ouvia-se alguma interjeição do tipo “E nós, Prefeito?!” vinda do grupo dos catadores.

O primeiro a se pronunciar foi o secretário de obras o Sr. Alex Azevedo que fez menção da coragem do prefeito em lacrar o lixão. Para ele, a desativação do lixão e o suposto subsequente início da operação do Aterro Sanitário solucionariam não apenas uma questão ambiental como também social. Assinalando a questão social como mais importante, o secretário diz que as ações tem o propósito de:

Levar dignidade, levar emprego a quem hoje trabalha no lixão sem as menores condições, totalmente insalubre. É isso que nós estamos enfrentando também, no início já, nestes três primeiros meses, da coleta seletiva. Vamos implantar em Campina Grande a coleta seletiva (Discurso do Secretário Alex Azevedo, em 05 de janeiro de 2012).

Em seguida, o secretário tece comentários sobre os críticos do fechamento do lixão e início do aterro sanitário, chamando-os de levianos pois, segundo ele:

Tentam passar para a opinião pública mentiras e inverdades. Quem pode criticar uma ação como esta, se eles passaram vinte anos no poder e jamais apresentaram uma solução digna, corajosa, que pudesse, definitivamente, fechar com esta degradação humana e ambiental? (Discurso do Secretário Alex Azevedo em 05 de janeiro de 2012).

Os críticos das ações na gestão dos resíduos sólidos são classificados como opositores políticos. Inclusive, o secretário afirma que o prefeito estaria solucionando um *problema ambiental* (o lixão), gerado durante o governo do grupo adversário e que “eles” não tiveram coragem de solucionar. No afã da fala, ou talvez para satisfazer a plateia inquieta de catadores, o secretário anuncia que em três meses a cidade teria um projeto de coleta seletiva, projeto este que ainda não foi concretizado. As ONGs ambientalistas, catadores cooperados ou não, professores universitários, técnicos e alguns políticos se puseram contra a maneira como foi conduzido o fechamento do lixão e operação do aterro sanitário. As críticas não eram em defesa da manutenção do lixão, mas direcionadas à forma como o processo foi conduzido e em oposição ao uso do aterro em Puxinanã, sendo este último criticado de maneira mais enfática.

Enquanto acontecia a cerimônia no Lixão do Mutirão outro grupo de catadores e ambientalistas protestavam contra o aterro sanitário na cidade de Puxinanã, para onde os resíduos produzidos em Campina Grande seriam destinados a partir de então. No entanto, para o grupo no poder, todos os críticos da ação estavam regidos sob a bandeira política oposicionista e respondendo a interesses eleitoreiros do grupo adversário. Este posicionamento dos gestores foi uma estratégia de desqualificação da crítica e serve para desmobilizar o debate dos argumentos contrários.

Em um ano de eleições municipais, como foi 2012, recorrer a argumentos que enfatizam o acirramento eleitoral é algo comum na fala dos políticos. O mesmo ocorreu no discurso do prefeito Veneziano (Figura 35). Ele inicia sua fala relatando a dificuldade de tornar-se prefeito diante do poder econômico do grupo político opositor e destaca a desativação do lixão como um cumprimento de promessa de campanha. Ele chama as críticas de *resistência* e completa: “As resistências são pontuais e identificáveis facilmente porque são originárias daqueles que não tiveram a competência, a diligência e o compromisso com estas pessoas que viveram utilizando-se do lixão” (Discurso do Prefeito Veneziano Vital, 05 de janeiro de 2012). O momento é aproveitado para fazer *marketing* político e enaltecer as ações do grupo do prefeito em detrimento do grupo político contrário.



Figura 35: Foto do prefeito Veneziano discursando no encerramento do Lixão do Mutirão  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, 05 de janeiro de 2012.

A situação era desconfortável, os discursos evasivos, não correspondendo ao nível de preocupação revelada pelos catadores, agora *desempregados*. Todo o cenário estava arranjado para que os políticos discursassem e não fossem importunados pelos populares. O prefeito e secretários estão cercados por políticos, partidários e jornalistas que se organizam funcionando como uma barreira em relação aos catadores. Em determinado momento, uma representante dos catadores, a senhora Edneide Assis, consegue se aproximar do prefeito numa tentativa tímida de encontrar oportunidade de fala, mas, a palavra não lhe é concedida. Não há espaço para o contraditório, a cerimônia é orquestrada para oficializar o término do lixão com enobrecimento da ação do gestor municipal. Aos catadores são lançadas promessas de construção de galpões de triagem de materiais, qualificação de mão de obra e formalização de um projeto de coleta seletiva para a cidade.

“Uma página que se vira é a página do lixão. Um lixão que é degradante, o lixão que não é harmonioso, o lixão que não é humanista, o lixão que não tem absolutamente nada de defensável” (Prefeito Veneziano Vital, 05 de janeiro de 2012). Assim o prefeito descreve o Lixão do Mutirão. Salienta seus malefícios para indicar que não se justifica a resistência sobre o seu término. Em sua fala o prefeito elenca, superficialmente, os motivos que justificaram a ação de desativação do lixão. Menciona os conflitos com a Infraero, afirmando que foi convocado por órgãos responsáveis pela segurança aeroportuária para resolver o problema do lixão, porque “esta localidade está totalmente dentro do cone aeroportuário para aterrissagem e decolagem de aeronaves” (Prefeito Veneziano Vital, 05 de janeiro de 2012); destaca ainda os reclames de entidades ambientalistas e a instauração de denúncias contra a continuidade do lixão; também faz alusão à obrigatoriedade de extinção do lixão institucionalizada na Política Nacional de Resíduos Sólidos e, de forma mais discreta, o prefeito cita “o fato de termos sido questionados judicialmente, respondemos uma ação na justiça federal pela existência ainda do lixão em Campina Grande”<sup>42</sup> (Prefeito Veneziano Vital, janeiro de 2012).

---

<sup>42</sup> Esta ação na justiça federal refere-se à ação civil pública de 2005 que tem como foco os danos ambientais causados pelo Lixão. De autoria do IBAMA e da SUDEMA tem como réu a Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB.



Em junho de 2006, em audiência de conciliação entre a prefeitura, o IBAMA e a SUDEMA, ficaram acordadas as seguintes providências:

1. Elaboração pela prefeitura do Termo de Referência (TR) para confecção de EIA/RIMA do aterro sanitário em Campina Grande;
2. Após emissão do TR, o município terá prazo de 180 dias para apresentar o estudo do EIA/RIMA à SUDEMA;
3. Depois de realizadas as considerações pertinentes, o EIA/RIMA será apresentado em audiência pública; devendo seguir todas as etapas legais para a liberação das licenças ambientais;
4. O município deverá incluir no orçamento 2008 as previsões orçamentárias para operação do aterro sanitário da cidade;
5. O município e empresa Líder<sup>43</sup> deverão tomar providências emergenciais de controle de vazamento de chorume no atual lixão.

Após dez sessões de conciliação, tendo a prefeitura descumprido os acordos e mantido o lixão operando nas mesmas condições degradantes, o Juiz Federal Titular da 4.<sup>a</sup> Vara Federal de Campina Grande, Emiliano Zapata de Miranda Leitão, sentenciou a ré, em 18 de março de 2010<sup>44</sup>, entre outras a: multa diária ao prefeito Veneziano e o secretário de obras e serviços urbanos Alexandre Almeida; proibição de gastos com publicidade, propaganda e shows, sendo as verbas para este tipo de gasto redirecionadas para cumprimento das medidas ambientais acordadas. Confrontadas essas informações com os discursos proferidos na cerimônia de fechamento do lixão, percebe-se que a tão enaltecida coragem dos gestores não foi capaz de cumprir os termos de conciliação firmados na justiça. A prefeitura aciona seu *staff* de operadores do direito para negociar na justiça os termos de conciliação, que terminam totalmente descumpridos. A realização de dez audiências de conciliação, seguidos de reiterados descumprimentos por parte da prefeitura, demonstra o desinteresse da gestão em resolver o problema do Lixão do Mutirão. De igual modo revela a crença que os gestores depositam na detença da justiça, na impunidade e em manobras jurídicas capazes de legitimar práticas ilegais.

---

<sup>43</sup> LÍDER - LIMPEZA URBANA LTDA, concessionária dos serviços municipais de coleta e disposição de lixo na gestão de Veneziano Vital do Rego.

<sup>44</sup> Processo na Justiça Federal da Paraíba Nº 0005118-40.2005.4.05.8201.

Os dispositivos jurídicos são usados para protelar a decisão, sendo esta adiada ao máximo, o que revela ser a questão ambiental não considerada com a gravidade exigida. Como foi discutido no capítulo sobre Ecologia Política, não é a iminência de uma consciência ecológica ampla ou mesmo a severidade de um problema ambiental que determina a sua introdução na pauta de decisões, mas, sim a sua (re)significação política. Quando o conflito se torna insustentável e inadiável para a gestão, a poluição é (re)significada sendo tomada como importante e não tendo “nada de defensável”. O prefeito, no período de mandato, tendo acionado sua equipe de operadores de direito, empenhou-se em defender a operação do Lixão do Mutirão, argumentando que os procedimentos de detenção da poluição ambiental estavam sendo adotados, argumentos contestados pelo IBAMA. No momento em que passa a sofrer embargos e que o término do lixão lhe servirá de palanque político, o lixão deixa de merecer defesa e recebe o *status* de “nada defensável”. Assim, a (re)significação da poluição serve ao *marketing* político como estratégia discursiva para reprodução do poder.

No ano de 2009, a Câmara Municipal aprovou o requerimento 1631 de moção de apoio ao pedido do Ministério Público Federal para que a prefeitura seja punida pela permanência do Lixão do Mutirão. Discorrendo sobre a atividade do legislativo municipal quanto à gestão dos resíduos, o então vereador Sr. Antônio Pereira afirmou, em entrevista, que houve discussão na Câmara para a criação de uma usina de reciclagem, mas, ele considera um assunto “controverso” e está mais propenso a não ser de acordo. Para ele, “o aterro sanitário e a forma mínima de separação dos resíduos sólidos, num primeiro momento, pode nos atender” (Entrevista com vereador Antônio Pereira, 08 de maio de 2012). O entrevistado pondera suas afirmações mencionando que suas opiniões são baseadas em artigos aos quais tivera acesso, mas, admite a necessidade de *mais informações para estar totalmente seguro*. Outro vereador, o Sr. Olímpio Oliveira, quando perguntado sobre a usina de reciclagem, salientou a preocupação de que os materiais estariam sendo depositados no Aterro Sanitário de Puxinanã sem nenhuma separação prévia e completa “o que nos leva a suspeitar de que apenas estamos mudando o lugar do problema, tirando de Campina Grande e levando para Puxinanã, que eu entendo que não seja o mais adequado” (Entrevista com vereador Olímpio Oliveira, 15 de abril de 2012). O vereador diz que este fato vai de encontro à Lei 12.305/2010 (Política Nacional dos Resíduos Sólidos). Vale destacar que em 2009 foi aprovada a

Lei Municipal Complementar 042 de 24 de setembro de 2009 (Código de Defesa do Meio Ambiente), estabelecendo a operação do aterro sanitário e usinas de reciclagem municipais. O artigo 113, parágrafos 1º e 2º expressamente diz:

§1º - O destino final dos resíduos sólidos será em aterro sanitário, sem criar prejuízos ou ameaças à saúde e à segurança pública.

§ 2º - A SEPLAN estabelecerá o local para funcionamento do aterro sanitário, bem como as usinas de reciclagem de lixo.

O vereador Antônio Pereira relatou que a prefeitura, em 2009, apresentou quatro projetos na busca de uma área adequada para instalação do aterro sanitário; houve concorrência entre duas empresas, mas, os projetos não foram implementados. Desabafa sobre o choque de informações técnicas a respeito da viabilidade de um aterro sanitário dentro do território do município, argumenta sobre a falta de consenso técnico acerca dessa possibilidade e completa: “quem se coloca a disposição? As vezes tem terreno bom mas a pessoa não quer fazer usufruto dele, ou, a própria prefeitura teria que fazer uma indenização caríssima” (Entrevista com vereador Antônio Pereira, 08 de maio de 2012). Assim, a alternativa mais pertinente (mais barata) para a gestão municipal estava na celebração de consórcio com a cidade de Puxinanã.

Discorrendo sobre a gestão dos resíduos sólidos em Campina Grande – PB, especialmente quanto ao lugar de destinação final dos resíduos sólidos, o vereador Olímpio Oliveira adverte que

Tudo isso sempre foi tratado sem a devida responsabilidade de tratar como política pública efetiva. Você apenas tirava o lixo da cidade e tentava jogar ele debaixo do tapete, não importando onde fosse, não importando as consequências para o lençol freático, não importando as consequências para a população vizinha; o fato é que sempre se tratou isso em Campina Grande de forma não muito responsável” (Entrevista com vereador Olímpio Oliveira, 15 de abril de 2012).

O vereador admite a ausência de uma política pública para os resíduos sólidos, demonstrando a pouca atenção dada à destinação final do lixo. Ocorre um desnível de importância entre as variadas ações que compõem a gestão de resíduos sólidos. Havendo essa diferenciação horizontal, as ações voltadas à limpeza urbana como varrição de vias, recolhimento do lixo domiciliar, instalação de coletores de lixo, entre outras, permanecem como o carro chefe da gestão de resíduos, sendo

preteridas as questões estruturais de destinação adequada dos resíduos e instituição da coleta seletiva.

Na realidade, novamente vê-se o ícone da *cidade limpa* em prática, sendo a medição do sucesso nesta área feita pela impressão de limpeza causada ao cidadão, principalmente àquele do núcleo urbano denso. O preço que se paga por esta seletividade de importância é a crescente e consolidada degradação ambiental, que também é seletiva em seus efeitos, ao atingir mais diretamente a população próxima, geralmente uma população com pouco poder de reação.

Registra-se certo descompasso entre a legislação ambiental municipal e as ações do executivo nesta área, sendo a consonância entre legislação e ação bastante rarefeita, baseada na fragilidade da capacidade do legislativo de produzir leis punitivas operosas, enfraquecendo a credibilidade pública deste poder. Essa situação se torna mais problemática em relação a leis que pretendem gerar mudanças estruturantes, a exemplo da referente ao estabelecimento de usinas de reciclagem e à organização da coleta seletiva no município. O vereador se ressentia da falta de efetividade das leis e desabafa:

Quem executa é o Executivo; o Legislativo fiscaliza, ele denuncia, ele reivindica, ele indica uma solução mas ele não executa [...] veja a dificuldade que nós temos para legislar em matérias que são importantíssimas para a população, mas, mesmo assim, se faz uma lei, você trabalhou horas em cima deste projeto mas a lei não se torna efetiva, entendeu como o sistema é complicado? (Entrevista com vereador Olímpio Oliveira, abril de 2012).

As engrenagens deste sistema parecem claras na gestão dos resíduos sólidos em Campina Grande: um judiciário confiante em termos de compromissos e tardio em punir os agentes da poluição; um legislativo utilizado para legalizar os projetos de interesse do executivo e cujas leis são preteridas, sendo pouco operosas; e um executivo bem assessorado nas formas de burlar a legislação e retardar as obrigações, hábil operador de manobras políticas e discursivas que secundarizam os problemas ambientais até o momento em que sua (re)significação torna-se interessante, transformando os problemas ambientais em pautas prioritárias favoráveis ao *marketing* político.

#### 4.4.1 Os conflitos do Segundo Movimento do Lixo: a arena dos *experts*

É como num tabuleiro de xadrez, com muita complicação: só tem rainha neste tabuleiro. Ou seja, todo mundo dá palpite, todo mundo entende, todo mundo acha que é certo, todo mundo acha o que é errado. Então, fica esta Torre de Babel difícil de você construir (Entrevista com vereador Antônio Pereira, 08 de maio de 2012).

O vereador comenta sobre as variadas opiniões de especialistas acerca da viabilidade ou não do aterro sanitário, refere-se ao fato de todas as opiniões serem tecnicamente fundamentadas e não existir um consenso a respeito do tema. Em sua fala o vereador encerra o espírito no qual está envolto o conflito ambiental sobre o aterro sanitário de Puxinanã. Este espírito dá-se pela qualificação do repertório utilizado, ou seja, a apropriação de um linguajar técnico científico, o que Alier (2011) preferiu chamar de “linguagem de valoração”.

Desativado o Lixão do Mutirão em 05 de janeiro de 2012, todas as atenções são dirigidas para o aterro sanitário na cidade vizinha de Puxinanã, para onde o lixo produzido em Campina Grande-PB passa a ser encaminhado a partir de então. A operação do referido aterro foi contestada por especialistas na área de saneamento, por uma ONG ambientalista associada a um grupo de moradores da cidade de Puxinanã. O conflito fulcral consiste no questionamento da carência de controle técnico da poluição. Os críticos alegam existir um aterro controlado ou mesmo um lixão naquela cidade. De igual maneira, questiona-se a ausência de um Plano Municipal de Resíduos Sólidos em Campina Grande-PB e falta de formalização da coleta seletiva na cidade. O que está em relevo neste tópico corresponde à forma como a linguagem técnico-científica é apropriada pelos atores envolvidos no conflito, a fim de creditar confiabilidade aos argumentos.

Os favoráveis ao uso do aterro sanitário em Puxinanã declaram haver harmonia entre a decisão e a Lei de Resíduos Sólidos, por esta recomendar o consórcio público como um formato ideal para a gestão compartilhada dos resíduos. Para justificar o consórcio celebrado com a cidade de Puxinanã, o então prefeito Veneziano recorre à admissão deste instrumento pela Lei de Resíduos e acrescenta que esta é a forma mais rápida e menos onerosa para a administração municipal, completando da seguinte forma:

Uma das opções, a mais rápida, entre aspas, são os consórcios celebrados entre municípios para criar aterro sanitário, porque barateia e os investimentos são divididos. Nós não teríamos condições de fazer o investimento em um aterro de doze, treze milhões de reais porque tínhamos prioridades que são permanentes em nossa administração; e se você reúne um município a outro e outro, você divide estes custos e investimentos, resolve uma questão ambiental, resolve uma questão social, mas isso é inconveniente, isso gera ciúmes, isso gera desencanto naqueles que não resolveram. (Veneziano Vital do Rego, discurso em 05 de janeiro de 2012).

Para o então prefeito, os benefícios do consórcio público são evidentes, especialmente pela economia de recursos financeiros e de tempo. Estando o aterro em Puxinanã apto a receber os materiais oriundos de Campina Grande, é mais pertinente celebrar o consórcio do que investir uma alta quantia em recursos para edificar um aterro sanitário em território campinense.

Outros argumentos favoráveis estão respaldados em documentos técnicos emitidos por órgãos como a FUNASA<sup>45</sup> e a SUDEMA<sup>46</sup>. O primeiro documento analisado foi o Relatório de Análise de Projeto Nº 442/2010 (ANEXO 01), que é o parecer da SUDEMA sobre a análise do EIA/RIMA do aterro. Este documento inicia caracterizando o empreendimento como uma ação conjunta entre alguns municípios<sup>47</sup> do compartimento da Borborema para composição de um consórcio denominado CONDIAMCIB<sup>48</sup> (ANEXO 02). Com uma área de aproximadamente 70 hectares, distante 12 quilômetros do centro de Campina Grande, o aterro possui uma capacidade de receber diariamente mil toneladas de resíduos e ter vinte e um anos de vida útil. Na caracterização do aspecto ambiental, o relatório traz que “o meio ambiente onde será instalado o projeto apresenta-se já descaracterizado devido a utilização para diferentes fins (agricultura e pecuária extensiva) mais frequente”. Na conclusão deste parecer técnico os engenheiros e geógrafos da SUDEMA (ANEXO 03) (ANEXO 04), listam uma série de benefícios ambientais advindos com a operação do referido aterro e concluem:

---

<sup>45</sup> Fundação Nacional de Saúde

<sup>46</sup> Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba

<sup>47</sup> Puxinanã, Campina Grande, Esperança, Lagoa Seca, São Sebastião de Lagoa de Roça, Montadas, Areal, Boa Vista e Soledade.

<sup>48</sup> Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal da Área Metropolitana.

Conclui-se que, no projeto em pauta, foram analisados os efeitos desse aterro sanitário sobre o ambiente social, econômico e ambiental, vislumbrando que a área escolhida é adequada para receber o empreendimento previsto” (Relatório de Análise de Projeto Nº 442, de 10 de março de 2010).

Em 10 de junho de 2011, um Parecer Técnico Nº 031/2011 assinado por dois técnicos analistas ambientais do IBAMA mostrou-se favorável à conclusão do parecer da SUDEMA; embora, pontue algumas insuficiências no EIA/RIMA do aterro, destacando que ele “não tece detalhamento sobre a direção predominante dos ventos na região e não faz uma abordagem sobre os efeitos nas propriedades adjacentes” (Parecer Técnico do IBAMA em 10 de junho de 2011) (ANEXO 05). Ao término do parecer, os técnicos admitem que o referido aterro sanitário está apto para receber os materiais produzidos em Campina Grande –PB, assim diz “o aterro foi idealizado desde sua concepção para ser viável do ponto de vista da capacidade de recebimento dessa produção” (Parecer Técnico do IBAMA em 10 de junho de 2011, p.8) (ANEXO 06).

Outro Parecer Técnico da SUDEMA, datado de 22 de junho de 2011 conclui: “O empreendimento possui condição de operar com a disposição final apenas de resíduos domésticos, não podendo receber os resíduos industriais, de incineração e de serviço de saúde” (Parecer Técnico da SUDEMA Nº 755 de 22 de junho de 2011) (ANEXO 07) (ANEXO 08). No mesmo dia, uma declaração assinada pelo superintendente estadual da FUNASA afirma ter sido realizada uma vistoria no aterro na qual foi constatado “aceitável padrão técnico sanitário” (ANEXO 09). Toda esta gama de repertório técnico favorável subsidia as falas daqueles que defendem o uso do aterro de Puxinanã, *cientificizando* o debate, tornando-o espaço restrito para os operadores do linguajar técnico, polido.

Os críticos do aterro sanitário também utilizam linguagem técnica para contradizer os favoráveis, porém apresentam um diferencial: procuram traduzir os elaborados termos técnicos em linguagem mais acessível. Nos espaços de debates e nos confrontos jurídicos, utilizam da mesma linguagem técnica padrão, porém, procuram torná-la mais acessível à população, o que se apresenta como uma estratégia de arregimentar apoio da comunidade. A comunidade, por outro lado, começa a se apropriar do vocábulo usado no conflito e passa a ressignificar, a sua

maneira, todo esse repertório ilustrado. A APAM<sup>49</sup> confeccionou uma cartilha na qual apresenta o contraditório às justificativas oficiais para o aterro de Puxinanã (Figura 36), um material ilustrado com fotos da região, imagens de documentos e algumas notas explicativas, claras e objetivas, que pretendem responder uma única pergunta: “E como o LIXO de Campina Grande pode vir para Puxinanã?” (APAM, 2011).

Os argumentos contidos na cartilha explicativa vão de encontro às conclusões contidas nos documentos dos órgãos licenciadores. Os críticos advertem sobre a ameaça de contaminação do açude Evaldo Gonçalves (Açude Milhã), aquífero que abastece a cidade, pois, o aterro sanitário insere-se na bacia hidrográfica deste açude, constituindo-se em fonte de contaminação para as águas subterrâneas e superficiais nesta área.

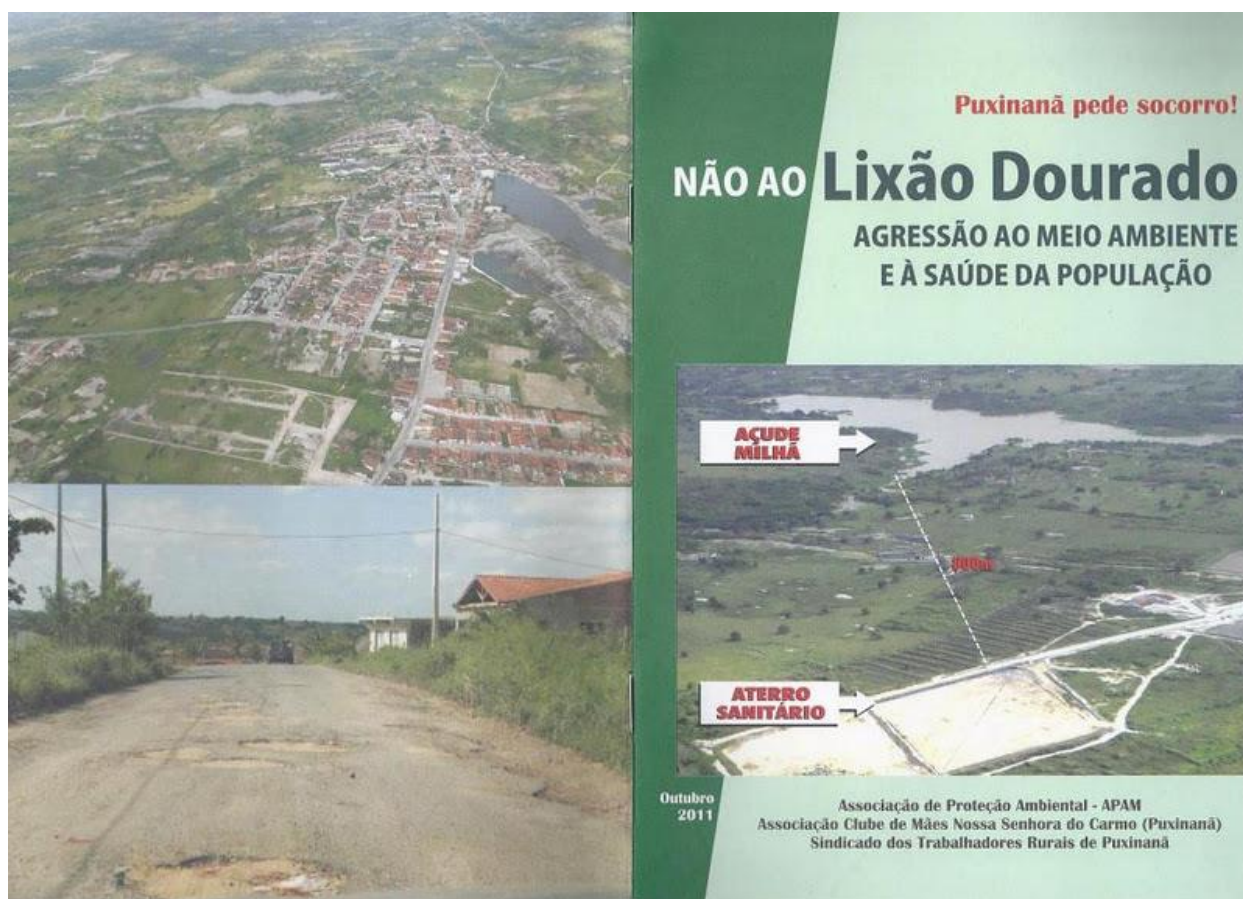


Figura 36: Cartilha em oposição ao Aterro de Puxinanã  
Fonte: Associação de Proteção Ambiental – APAM, 2011.

<sup>49</sup> Associação de Proteção Ambiental



O documento alerta para possíveis procedimentos ilegais na aquisição de licença ambiental. Protesta contra a celeridade do processo de licenciamento e notifica o crime de plágio por considerar o projeto do aterro de Puxinanã uma cópia do projeto de aterro da cidade de João Pessoa – PB. Assim diz o documento:

Está dito que os municípios fazem parte do CONDIAMcb, ou seja, o projeto “analisado” foi a CÓPIA do Projeto do Aterro Sanitário implantado em João Pessoa em 2012, que faz parte do Consórcio de Desenvolvimento da Área Metropolitana de João Pessoa, CONDIAM (APAM, 2011, p.10).

Em outro momento da cartilha é citado um trecho segundo o qual o município de “Puxinanã está situado na região litorânea nordestina” (APAM, 2011, p.13). Na realidade, Puxinanã localiza-se no agreste paraibano. Como evidência de plágio, a cartilha mostra as semelhanças entre o projeto de João Pessoa e o de Puxinanã, enfatizando as semelhanças entre os dados técnicos de produção de resíduos e a caracterização de solo. Conclui afirmando que “até a análise do solo de Puxinanã é exatamente igual à do solo de João Pessoa” (APAM, 2011, p.13). O CREA-PB<sup>50</sup> foi devidamente acionado e formalizou um processo de apuração de crime de plágio do projeto de aterro sanitário de João Pessoa. Após a exposição dos documentos que contradizem a versão oficial do processo, a cartilha traz fotos atribuídas ao aterro de Puxinanã e termina com uma pergunta: *Isto é um aterro sanitário?* (Figura 37).

---

<sup>50</sup> Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba.

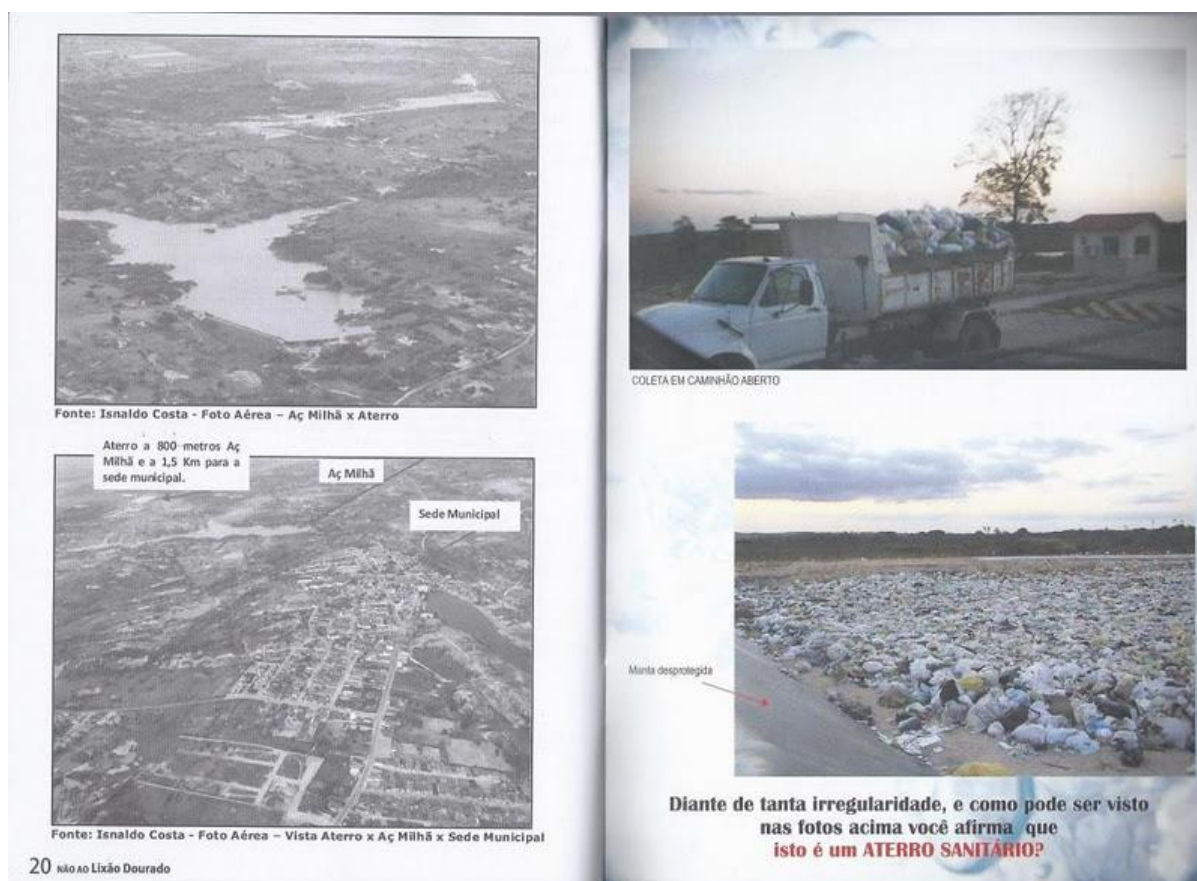


Figura 37: Cartilha em oposição ao Aterro de Puxinanã  
 Fonte: Associação de Proteção Ambiental – APAM, 2011.

Simultaneamente à cerimônia de encerramento do Lixão do Mutirão a APAM, juntamente com um grupo de catadores do lixão e moradores de Puxinanã, bloquearam a estrada de acesso ao anunciado novo aterro sanitário, impedindo a entrada dos caminhões de lixo. Na oportunidade, a APAM distribuía a cartilha explicativa, enquanto os populares cantavam palavras de oposição ao aterro. Deve-se evitar fazer afirmações precipitadas de que esta circunstância esboça a participação da sociedade no âmago do conflito ambiental, pois, o conflito referente ao aterro de Puxinanã tem uma arena bem definida: os órgãos de licenciamento ambiental e o judiciário. Nesta arena a população é alijada, não havendo espaço para o debate público, já que é o ambiente daqueles que operam os instrumentos do Direito.

A ação de ONGs ambientalistas em conflitos como este ajuda na vulgarização dos temas referentes à poluição ambiental e na tradução dos rebuscados códigos técnicos em linguagem mais aproximada à realidade da população. Esse esforço de socialização do conhecimento, realizado por grupos

ambientalistas, combina-se com o interesse da sociedade civil em apropriar-se do léxico especializado.

Essa apropriação traz empoderamento em uma arena marcada pela desproporcionalidade de forças. Presencia-se assim uma reflexividade do conhecimento. Este conhecimento não é mais aquele próprio dos cientistas, ele é (des)essencializado, constituindo um híbrido de senso comum conjugado com o repertório científico traduzido. Neste conflito específico, embora haja indícios da importância do conhecimento para mobilização social contra a contaminação, reconhecemos também o quanto os conflitos ambientais permanecem circunscritos a arenas que exigem a posse de determinadas competências que produzem destreza no trato com o repertório jurídico-científico.

Outro conflito aguçado por esse segundo movimento de mudança do lugar do lixo é a não existência de uma coleta seletiva na cidade de Campina Grande – PB. Os gestores municipais que atuavam no momento do fechamento do Lixão do Mutirão garantiram a construção de galpões de seleção de materiais para o trabalho dos catadores. Em entrevista, o então secretário de Assistência Social, o senhor Robson Dutra, disse que:

Ficou na responsabilidade dos secretários Alex Azevedo e Fábio Almeida a construção dos galpões. São galpões que vão fazer o transbordo do lixo, então o lixo vai para este galpão, neste galpão é feita a reciclagem do lixo, e o lixo do lixo é levado para Puxinanã (Entrevista com secretário Robson Dutra, 29 de maio de 2012).

Estes galpões de triagem estariam prontos em três meses após o fechamento do lixão. Neste período, os catadores do lixão receberiam uma ajuda de custo da prefeitura e estariam sendo qualificados por organizações especializadas. O secretário Alex Alexandre confirma a construção dos galpões no discurso de encerramento do lixão:

Nós não só vamos dar o peixe, vamos ensinar a pescar. Através de convênios que vamos fazer com o Ministério Público do Trabalho, com o SEBRAE, com a UEPB, com a UFCG, para organizá-los em cooperativas. Nós vamos construir galpões, nós vamos equipar com esteiras, com prensas, para que vocês possam, daqui a noventa dias, ou antes disso, trabalhar com dignidade, em um ambiente salubre (Discurso do secretário Alex Azevedo, em 05 de janeiro de 2012).

Não houve construção de galpões, nem mesmo celebração de convênios para qualificação profissional dos catadores. Mesmo reconhecendo a existência de duas cooperativas e uma associação de catadores na cidade, não ocorreu nenhuma ação para a constituição formal de uma coleta seletiva no município. No dia 05 de maio de 2012, exatos cinco meses após o fechamento do lixão, aconteceu o I Seminário sobre Limpeza Urbana de Campina Grande - PB (Figura 38).



Figura 38: Foto do I Seminário sobre Limpeza Urbana, 2012.  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, 05 de maio de 2012.

Neste evento estavam presentes vereadores, o então secretário de serviços urbanos e meio ambiente (Fábio Almeida) e representantes das cooperativas e associação de catadores do município. O secretário palestrou sobre os altos custos da limpeza urbana, afirmando que eram gastos anualmente cerca de 14 milhões de reais neste setor e que a empresa concessionária era paga com base na quantidade de toneladas depositadas no aterro, sendo pagos R\$ 32,86 reais por tonelada de material depositado. Diante disso o secretário disse que seria importante a coleta seletiva, tanto para os catadores quanto para a redução dos custos com o setor. A fala do secretário gerou certo constrangimento porque os representantes dos catadores denunciaram que entregaram projetos de coleta seletiva à prefeitura, mas

não foram considerados. A senhora Lucicleide, representante da COTRAMARE, disse:

O poder público não nos procura [...] era pra ter um trabalho com catadores do lixão, eles estão sofrendo hoje, não falo só pela COTRAMARE (grifo nosso) (Palestra da Sr<sup>a</sup> Lucicleide em 05 de maio de 2012)

A representante da cooperativa demonstra preocupação com o destino dos catadores do Lixão do Mutirão, todavia, deixa transparecer que os catadores não são um grupo coeso, havendo distinção entre catadores cooperados e catadores autônomos. Parece clara esta distinção, na medida em que os catadores presentes no seminário são cooperados, não havendo presença de catadores ex-trabalhadores do antigo lixão.

A distinção entre cooperados e catadores do lixão é nítida, na forma de se posicionarem como agentes ambientais e no uso de vocabulário alinhado com o debate sobre desenvolvimento sustentável e educação ambiental. A aquisição deste repertório muito se deve ao assessoramento oferecido por professores das universidades a estas cooperativas. Todas as cooperativas e associação foram constituídas por meio da contribuição das universidades: a COTRAMARE iniciou sua atividade em 2001 a partir da mediação da professora Ana Virgínia, comenta Lucicleide; o representante da Catamais, senhor José Vanderlei menciona “saímos do lixão com a ajuda das universidades, a UEPB, estamos desde 2008”; a Arensa, representada pela senhora Dalvanir de Melo, começou em 2008, mediante “apoio da professora Mônica Maria que ajuda e ensina como é o trabalho”.

A mediação das universidades contribuiu para atuação em rede com os movimentos de catadores nos demais lugares. Também atuou na autoestima dessas pessoas, conferindo-lhes mais empoderamento nos ambientes de debates. A senhora Lucicleide aduz “ a gente não é analfabeto, a gente participa de uma sala de aula [...] antes a gente era cego, mas agora a gente sabe do movimento” (Palestra em 05 de maio de 2012). O senhor José Vanderlei, chamando o aterro de lixão, ironiza dizendo “eu não sabia nem que existia aterro sanitário”. Prossegue dizendo que participou de congressos e sabe o quanto é demorado e como requer estudos a construção de um aterro, considera que o equipamento de Puxinanã *não é um aterro sanitário*.

Os cooperados, que absorveram a linguagem acadêmica, afirmam não trabalharem com lixo e sim com reciclagem. Há um discurso frequente que enfatiza a importância ambiental dos recicladores. Neste discurso, ser catador não é somente uma estratégia de sobrevivência como também uma posição diante da sociedade na condição de agente ambiental, aquele que limpa e ajuda o meio ambiente. Na nossa interpretação, ocorre aqui um processo ideologizado de ambientalização dos conflitos sociais. Em certa medida os debates sobre desigualdade social, o desigual acesso a recursos como educação e a reprodução de um sistema estritamente produtivista, por exemplo, são *ambientalizados*, sob a inspiração teórica do conceito e discursos sobre o desenvolvimento sustentável.

A incorporação da linguagem especializada pelos catadores cooperados é um mecanismo de equilibrar a desproporcionalidade de forças no ambiente de debate e decisão do qual são chamados a participar. A não absorção deste repertório reduz sua capacidade de ser um ator considerado neste conflito, e pode resultar em serem aliados do processo. O conflito é tanto material, objetivo, quanto simbólico e discursivo.

#### **4.4.2 O processo decisório para o Segundo Movimento do Lixo**

A reflexão sobre o processo decisório de fechamento do Lixão do Mutirão, em 2012, precisa ser feita sob o marco dos princípios contidos na PNRS. A Lei Nacional de Resíduos Sólidos normatiza a condução do processo de modernização na gestão dos resíduos, estabelecendo parâmetros a serem observados. Deste modo, a discricionariedade do gestor é limitada. Como apresentado no capítulo sobre modernização na gestão dos resíduos, a gestão integrada de resíduos sólidos é o modelo institucional a ser replicado nos municípios, implicando no ajuste entre a viabilidade técnica, os aspectos da sustentabilidade em nível local e a participação social.

O processo deve ser amplamente participativo, com criação de ambientes de debates, sugestões de propostas e acesso a informações seguras para subsidiar a decisão. O que favorece o controle social. No encerramento do Lixão do Mutirão não aconteceu o envolvimento da população neste processo, não houve o devido controle social das decisões e ações referentes à gestão de resíduos em Campina Grande – PB. O Lixão do Mutirão foi fechado sem o devido planejamento para a

inserção dos catadores na gestão formal de resíduos do município ou mesmo a elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

O previsto na PNRS era a elaboração do plano municipal até agosto de 2012, com amplo envolvimento dos catadores e da população em geral, seguida da disposição adequada dos rejeitos e o fechamento dos lixões. Se até agosto de 2014 o município não responder a estas exigências ficará impedido de acessar recursos do governo federal para este setor. No Plano Municipal estariam contidos os instrumentos cabíveis e aplicáveis à realidade local para a escolha do melhor método de disposição dos rejeitos, organizados conforme sua origem: rejeitos domésticos, hospitalares, industriais.

O que aconteceu em Campina Grande – PB foi a inversão deste processo: houve o fechamento do lixão e o anúncio da expectativa de uma formalização da coleta seletiva e da feitura do plano de resíduos. Resolve-se então, não o problema da ausência de uma política pública para o setor de resíduos, mas sim, o problema dos gestores em serem processados judicialmente pela permanência do lixão. Esta atitude fere a prerrogativa da supremacia do interesse público, configurando-se como manobras políticas usadas para solucionar os conflitos e não o problema fulcral que os originaram.

Ao nosso ver não é por falta de conhecimento que os gestores deixam de agir adequadamente. Neste caso, sabe-se da necessidade da coleta seletiva e da elaboração do plano, entretanto, prefere-se adiar essas ações. Nesta circunstância aparece um instrumento político bastante usado: o “fetiche da promessa”. Promete-se qualificação profissional aos catadores, galpões de triagem, prensas, balanças e o plano. A promessa é usada para amenizar os conflitos; mas não só isso, a promessa opera em perspectiva, fazendo os ouvintes vislumbrarem uma realidade ideal. Tanto a ação de término do lixão quanto o anúncio das promessas são celebrados como se ambas fossem uma realidade concreta, já executada, embora não sejam. Celebram-se as ações concretas e as prometidas, ambas usadas discursivamente como ferramentas de legitimação. Os gestores em exercício no período dos dois movimentos do lixo estudados recorreram ao “fetiche da promessa” como estratégia para apaziguamento dos conflitos e dos questionamentos então formulados. No primeiro movimento “Do Distrito para o Mutirão”, a promessa de controle da poluição e transformação futura do lixão em aterro sanitário foi anunciada e comemorada pela gestão como um feito já realizado. De igual modo, a

gestão do segundo movimento “Do Mutirão para Puxinanã” enalteceu como fato concreto a promessa da construção de galpões para coleta seletiva, a operacionalização de um aterro sanitário e a elaboração do plano municipal de resíduos.

No dia 03 de julho de 2012, o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) reuniu-se com o objetivo de discutir a formação de um grupo de organização das conferências para elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos. Nesta reunião, os representantes da sociedade civil e das universidades questionaram o fato da cidade utilizar o pretense *aterro sanitário* de Puxinanã sem a ciência do COMDEMA. A professora Mônica Maria, representante da UEPB<sup>51</sup> afirmou na reunião: “o aterro sanitário não existia e, de repente, o aterro estava instalado”. A professora menciona que, desde 2010, ouvia rumores sobre este aterro e trouxe a questão para o conselho, que elaborou ofícios à prefeitura pedindo informações a respeito, obtendo como resposta que Campina Grande não estava participando deste consórcio. Diante dessa situação a professora afirma “Esta questão do aterro foi muito séria. Nós fomos atropelados, nem o conselho tinha conhecimento”. Todos os demais representantes presentes à reunião expressaram o mesmo descontentamento por o COMDEMA não ter participado deste processo, passando a desacreditar que o referido conselho tenha força suficiente para dirigir a elaboração de um plano municipal que seja devidamente cumprido. Na opinião dos conselheiros seria um trabalho em vão, pois, a prefeitura já teria acordado com uma empresa a confecção do referido plano (Reunião do COMDEMA, em 03 de julho de 2012). A reunião é tensa, os representantes da prefeitura buscam convencer os demais conselheiros sobre a necessidade de um grupo diretor para dar início ao processo de elaboração do plano; os demais conselheiros acreditam que existe um projeto pronto preparado por uma empresa privada, querem ter certeza de sua existência ou não antes de iniciarem qualquer trabalho.

Os conselheiros representantes da prefeitura desejam que o COMDEMA assuma os trabalhos do plano de resíduos. Justificam que a ausência do plano redundará em bloqueio de recursos federais; declaram também que a Secretaria de Planejamento já possui o Termo de Referência para a elaboração do Plano de Saneamento do município. O plano de resíduos poderia, segundo a PNRS, estar

---

<sup>51</sup> Universidade Estadual da Paraíba.



incluso no plano de saneamento, porém não foi feito. O secretário de planejamento encaminhou documento ao COMDEMA atribuindo a este órgão a tarefa de confeccionar o plano de resíduos. Os demais conselheiros desejam mais informações sobre a possível existência de um plano de resíduos. A conselheira, representante da UFCG<sup>52</sup>, professora Luiza Cirne, afirma ter indícios da existência de um plano de resíduos para Campina Grande. Em 16 de janeiro de 2012 a professora comenta que participou de uma audiência pública sobre licitação para concessão de limpeza urbana neste município, na qual estavam presentes também as cooperativas de material reciclável. Havia uma expectativa de que a gestão poderia firmar contratos com as cooperativas, já que a PNRS não exige licitação para contratação de cooperativas do setor. A expectativa foi frustrada porque a audiência era para abertura de processo licitatório de contratação de empresa privada de limpeza urbana (Reunião do COMDEMA em 03 de julho de 2012). A professora questionou a presidente da comissão de licitação, senhora Ana Loureiro, sobre o plano municipal de resíduos e obteve a seguinte resposta:

A legislação permite que o município crie mecanismo para a implantação deste plano e assim foi feito. A administração municipal colocou como contrapartida do processo de concessão que a empresa vencedora deverá fornecer ao município o plano municipal de saneamento (resíduos sólidos) (Ana Loureiro, presidente da Comissão Municipal de Licitação).

Este fato fez os conselheiros suspeitarem da existência de um plano de resíduos e a não aceitarem este plano, caso haja, por não ser confeccionado de forma transparente e participativa. Todo este enredo informa sobre a pouca publicitação dos projetos do executivo nessa área. Segundo a Lei Municipal 2.968 de 14 de setembro de 1994, em seu artigo segundo, o conselho tem por finalidade “Colaborar no planejamento municipal, mediante recomendações referentes à proteção ambiental do município”. A prefeitura, como gestora da política municipal de meio ambiente, deve sempre considerar os objetivos da política. Um deles está expresso no artigo 100º do Plano Diretor de Campina Grande que diz:

---

<sup>52</sup> Universidade Federal de Campina Grande.

V- Viabilizar a gestão do meio ambiente, através da criação de instrumentos normativos, administrativos e financeiros que assegurem a execução de projetos de arborização, educação ambiental, gestão de resíduos sólidos e a participação da sociedade civil através do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA, como co-gestora das políticas públicas para o meio ambiente (grifo nosso).

O COMDEMA é órgão co-gestor na política ambiental municipal, sendo responsabilidade da prefeitura viabilizar suas atividades, tomando-o como órgão legítimo de participação da sociedade civil para a elaboração de projetos, aplicação e análise dos resultados. Sendo assim, as ações da prefeitura na área de meio ambiente não podem ser omissas ao conselho. A decisão referente ao atual uso do *aterro sanitário* em Puxinanã demonstra a falta de transparência nas ações do executivo, sua postura isolada e isoladora dos espaços institucionalizados de participação social, o que contribui para neutralizar o controle social sobre o processo.

O artigo 7º da Lei 2.968/94 adverte: “O COMDEMA manterá estreito intercâmbio com órgãos das Administrações Municipais, Estaduais e Federais, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos relativos à defesa do meio ambiente”. Trata-se de uma via de mão dupla, dinâmica, com fluxo constante de informações para subsidiar a tomada de decisão. Na prática, o intercâmbio entre as secretarias e o conselho é rarefeito. A secretaria de planejamento já estava com o Termo de Referência do saneamento pronto quando os conselheiros foram informados que liderariam o grupo para construção do Plano Municipal de Meio Ambiente. As informações não são repassadas, chegam tardiamente ou são incompletas. A pouca eficácia de espaços de participação como o conselho fragiliza sua credibilidade perante a comunidade.

A interpretação dessa dinâmica pela opinião pública pode ser drástica se tomada sob a ótica da desconfiança, na suspeição de algum tipo de conivência do conselho em relação às atitudes inadequadas da prefeitura. Essas situações mostram-se preocupantes para os conselheiros na medida em que podem ser legalmente responsabilizados pelas ações na esfera municipal do meio ambiente. Também há o sentimento de frustração pela pouca força que o conselho tem na política ambiental municipal. Conselheiros atuais chegam a citar a pretensão de

saírem do conselho para atuarem em outros órgãos como o Ministério Público, por considerá-lo mais contundente (Reunião do COMDEMA em 27 de julho de 2012).

Concomitantemente à fragilização dos espaços de participação, acontece a criação de ambientes alternativos de negociação. Os ambientes tradicionais como os conselhos, fóruns, audiências públicas são preteridos e substituídos por espaços de negociação. A aplicabilidade dessa assertiva ao Segundo Movimento do Lixo sustenta-se no fato da prefeitura realizar reuniões com os catadores do lixão para acordar sobre medidas compensatórias. Nestas reuniões, os representantes dos catadores e os gestores<sup>53</sup> acordaram que, no período de três meses após o encerramento do lixão a prefeitura pagaria um auxílio no valor de cem reais e uma cesta básica aos catadores cadastrados. Perguntado se os catadores esboçaram algum tipo de oposição quando do fechamento do Lixão do Mutirão, o Sr. Jomeres Tavares Monteiro respondeu:

Eles aceitaram porque o prefeito deu toda condição, houve reuniões demonstrando que havia a necessidade desse fechamento. Sem trazer prejuízo para eles, porque a determinação foi de enquadrá-los em projetos que posteriormente beneficiariam estes catadores (Entrevista com o Sr. Jomeres Tavares, em 25 de agosto de 2012).

Segundo o prefeito Veneziano, quando ele foi comunicado que o aterro de Puxinanã já poderia ser utilizado por Campina Grande, recomendou aos seus secretários:

Alex, Fábio, convoquem Robson Dutra e, antes de fazermos o primeiro deslocamento do caminhão de resíduos, façamos um cadastramento com todas aquelas famílias, homens e mulheres, que dependem da cata desses resíduos. Definam com eles um valor pecuniário para o pagamento da energia, pagamento da conta d'água e gás de cozinha, para que eles possam ter esta segurança no processo de transição. Mais do que isso, estabeleçam uma cesta básica! E foi o que as secretarias fizeram (Discurso do Prefeito Veneziano Vital, janeiro de 2012).

Para ter direito a cem reais e uma cesta básica, os catadores deveriam ser cadastrados. No entanto, para garantir a confiabilidade neste cadastro, foi solicitada

---

<sup>53</sup> Secretários Fábio Almeida (Serviços Urbanos e Meio Ambiente), Alex Alexandre (Secretaria de Obras) e Robson Dutra (Assistência Social).

a ajuda de representantes dos catadores na sua realização. O intuito dos representantes elaborarem o cadastro era evitar a introdução de pessoas não catadoras. Durante a entrevista com o secretário Robson Dutra (SEMAS), quando questionado se a secretaria já não possuía algum cadastro prévio dos catadores, haja vista ser esta uma pasta que lida diretamente com pessoas em estado de vulnerabilidade social, o secretário explicou que:

O recadastramento tem que ser feito por uma pessoa que saiba quem é e quem não é. Nós fizemos um recadastramento, mas ele não ficou bom. Foi por isso que pedimos um novo cadastro das pessoas (Entrevista com secretário Robson Dutra, 29 de maio de 2012).

A pessoa responsável pelo cadastro dos catadores foi Edineide Assis. Ela, juntamente com mais seis pessoas, participaram da reunião com os secretários. Em entrevista, Edineide afirma que algumas dessas pessoas estavam na reunião por interesse próprio, não os interesses dos catadores, no dizer dela: “algumas pessoas falou por si” (*sic*). Narrando sobre a reunião, ela comenta que os secretários queriam doar apenas uma cesta básica. Todavia, os representantes dos catadores solicitaram uma ajuda em dinheiro para suprir o pagamento das contas como água, luz e gás. O acordo era manter a ajuda de custo e a cesta básica durante os três meses enquanto os galpões seriam construídos. Os catadores, a cada mês, deveriam se deslocar para a SEMAS, receber o cheque nominal no valor de cem reais e a cesta básica.

No dia do pagamento, os catadores formavam uma fila na SEMAS e, após receberem o cheque, eram encaminhados para um caminhão na parte externa onde recebiam a cesta básica (Figura 39) (Figura 40). Nas entregas houve confusão porque alguns catadores reclamavam a ausência de seus nomes no cadastro da SEMAS, acusavam Edineide de cadastrar pessoas do seu ciclo de amizade e não inserir todos os catadores.

Foram entrevistadas senhoras catadoras que afirmavam não terem dinheiro para se deslocarem do Mutirão até à SEMAS. Outras senhoras, já idosas, se deslocavam até a secretaria procurando informações sobre o cadastramento, pois, seus nomes não contavam na relação.

Muitas jovens catadoras levaram suas crianças para a SEMAS e reclamavam da maneira como o procedimento fora efetuado, afirmam que Edineide usou de má fé na elaboração do cadastro e que muitos catadores teriam sido excluídos do auxílio dado pela prefeitura.

Sobre as acusações, Edineide se defende afirmando que a recomendação da prefeitura era um cadastro por família, ou seja, se em uma residência morassem vários catadores, seria efetuado apenas um único cadastro. Segundo ela, os catadores não entendiam esta recomendação, causando-lhe muitos transtornos, havendo até registro de agressão física contra a sua pessoa.



Figura 39: Dia de pagamento dos catadores na (SEMAS) em março de 2012  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, 2012.



Figura 40: Entrega de cesta básica na SEMAS em março de 2012.  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, 2012.

Questionado sobre as acusações de que o cadastro estaria incompleto, o secretário da Assistência Social declarou suspeitar que as reclamações não seriam de catadores e sim advindas de pessoas oportunistas desejando serem beneficiadas indevidamente. Por isso, disse preferir confiar no cadastro realizado pela representação dos catadores. Nas suas palavras:

Infelizmente nós não podemos fazer nada porque nós pedimos uma relação. Foi feita a relação, entregamos a feira, entregamos o cheque, estamos mantendo o cadastro (Entrevista com secretário Robson Dutra, 29 de maio de 2012).

A prefeitura procura manter-se distante do conflito entre os catadores e seus representantes. Diante da suspeita de existirem catadores que não estejam recebendo a ajuda de custo e a cesta básica, a prefeitura desobriga-se a buscar solução. A situação transparece a pouca operosidade da secretaria de assistência

social do município. A mesma não possuía nenhum projeto que atendesse a este público e pior, não mantinha nenhum acompanhamento da situação dessas pessoas, não havendo nem um banco de dados sobre este público. Mesmo operando com programas como o Pro-Jovem Adolescente e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), as pessoas do Lixão do Mutirão estavam distantes dessas políticas.

A SEMAS poderia ter formado uma equipe de assistentes sociais que, juntamente com uma liderança autêntica dos catadores, poderiam confeccionar um cadastramento eficaz e mais justo. Assinala-se que esta ação conjunta demandaria tempo, mas, como o fechamento do lixão foi feito de forma rápida, as decisões eram feitas pelo caminho mais cômodo para a gestão. Desta forma, a questão social do lixo é administrada de modo atropelado, estando as ações na área social voltadas mais para a amenização dos conflitos com a prefeitura do que para o enfrentamento eficiente dos problemas sociais ligados à gestão municipal dos resíduos sólidos.

No que se refere ao subcampo dos atores envolvidos com a reciclagem de lixo em CG existe uma problemática em relação à representação dos catadores perante a prefeitura. No dia do fechamento do lixão, um catador se dirigiu a Edineide de Assis e afirmou: “você não precisa estar aqui, você não precisa disso, você não é catadora”. Edineide de Assis, bem como as demais pessoas que estiveram em reunião com os gestores não são *catadores*, são *sucateiros*, pessoas que compram o material dos catadores e revendem às indústrias recicladoras. A prefeitura solicitou a formação de uma comissão de representantes dos catadores. Na oportunidade, os sucateiros se anunciaram como representantes dos catadores do lixão, aproveitando a situação de negociação para defenderem seus interesses. Inquirida sobre como se deu a escolha desse grupo de representação dos catadores, Edineide explica:

Pra começar eles queriam uma pessoa que falasse bem, que dissesse o que estava acontecendo dentro do lixão e a situação de cada pessoa (Entrevista com Edineide Assis, em 13 de setembro de 2012).

Embora sempre cercada por catadores do lixão, Edineide se distingue dos demais pelo comportamento e pelo uso de uma linguagem diferenciada. Bem articulada e sem timidez, Edineide explicava aos catadores, no dia do fechamento do lixão, que a lei não permitiria a entrada deles no aterro sanitário, por isso, a

prefeitura fará galpões de triagem para que o trabalho seja realizado. Edineide e os outros sucateiros acabavam por agir como mediadores entre a prefeitura e o grupo de catadores. A atuação de Edineide termina por dispersar as tensões entre catadores e a prefeitura, na medida em que ela agia como correia de transmissão, de comunicação do poder público, comunicando aos catadores a liberação do pagamento da ajuda de custo e cesta básica. Atualizava as informações sobre a construção dos galpões de triagem, traduzia em vocabulário mais simples os efeitos das decisões.

Duas lógicas se confundem neste processo: a da representação e da mediação. A ação dos representantes dos catadores, neste caso dos sucateiros, se desloca de uma postura de reivindicação de demandas para a atuação como mediadores entre os catadores e a prefeitura. Essa mudança de foco beneficia a prefeitura, pois lhe confere maior distância das tensões e evita o uso do aparato técnico, como os assistentes sociais, na resolução dos conflitos. As tensões mudam completamente de foco com as suspeitas de má fé na condução do cadastro, momento em que a prefeitura retira-se tacitamente do conflito, afirmando que o processo se deu de maneira negociada e os problemas relacionados ao cadastro são de responsabilidade exclusiva dos representantes deste grupo. Pouco coeso e sem força, o grupo de catadores do lixão foi aliado do processo decisório e da gestão de resíduos, como também prejudicados no andamento do processo, na medida em que não foram cumpridos os acordos de construção de galpões e de instalação da coleta seletiva.

## **4.5 Consequências do Segundo Movimento do Lixo**

### **4.5.1 Reprodução da pobreza e da desigualdade de gênero**

O cadastramento realizado pela representação dos catadores obteve a inscrição de 224 pessoas. Dessas, 52% são mulheres e 48% homens. Nota-se uma prevalência no número de mulheres no trabalho de catação, porém, a diferença em relação à quantidade de homens não é grande, podendo admitir certo equilíbrio entre os sexos (Figura 41).



O aparente equilíbrio não pode obscurecer o fato do trabalho para mulheres ser mais desgastante e terem que administrar o árduo trabalho no lixão com o cuidado com os filhos. O término do lixão também revela a desigualdade de gênero no acesso ao mercado de trabalho em outras áreas.

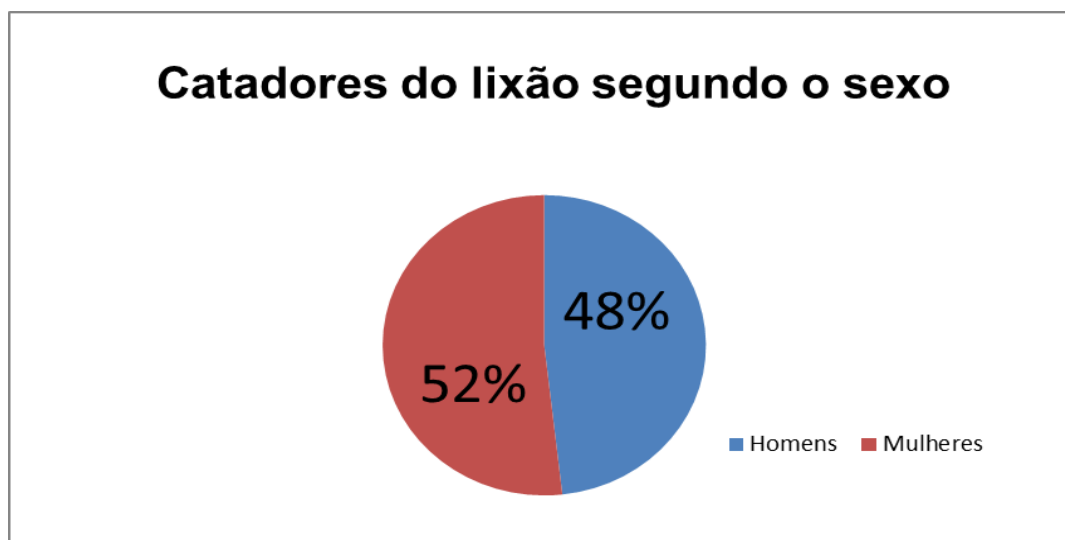


Figura 41: Gráfico da porcentagem dos catadores do lixão segundo o sexo  
Fonte: Elaborado a partir de dados da (SEMÁS), 2012.

Segundo depoimentos dos ex catadores do lixão, para os ex-catadores do sexo masculino é menos dificultoso encontrar ocupação do que para as mulheres. Os homens encontram ocupação como servente de pedreiros, jardineiros e as mulheres não, além de terem de cuidar das crianças, algo que faziam dentro do lixão. A representante dos catadores do lixão perante a prefeitura, senhora Edineide Assis, afirma que a maioria das famílias acessam os recursos do Bolsa Família mas não é o suficiente, confirma, contudo, que para as mulheres é bem mais difícil encontrar emprego do que os homens:

É mais difícil para a mulher. Os homens trabalham como serventes. Como é serviço mais pesado não precisa de experiência. Agora, as mulheres não, muito mais difícil. Tem uma pessoa que eu conheço ela foi tentar numa empresa mas não quiseram ela porque ela é mais velha (Edineide Assis, sucateira de materiais recicláveis, 13 setembro de 2012).

Outro agravante para um ex-catador do lixão é a idade. Muitos passaram toda a vida trabalhando como catador e não conseguem mais espaço no ambiente formal de emprego. O lixão concentrava em um único lugar os materiais, facilitando

o trabalho dos mais idosos por não precisarem se locomover longas distâncias na busca por recicláveis. Os ex catadores comentam também que, mesmo após o término do lixão, algumas pessoas, inclusive idosos, ainda reviram lixo na busca por materiais recicláveis.

No que se refere à área de residência, no cadastro pode-se perceber que a maioria dos catadores são residentes do bairro do Mutirão (83%), os demais 17% são de outros bairros com incidência maior do Bairro das Cidades (Figura 42).

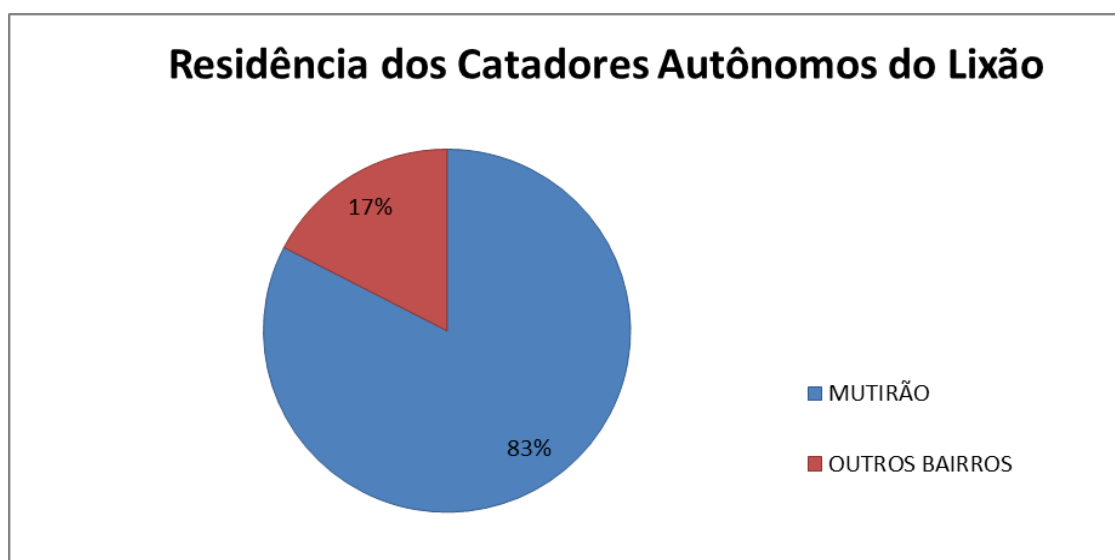


Figura 42: Gráfico do local de moradia dos catadores cadastrados na SEMAS  
Fonte: Elaborado a partir de dados da (SEMAS), 2012.

A chegada do Lixão no bairro do Mutirão em meados de 1994 repercutiu na acomodação dos catadores preferencialmente neste bairro, devido à sua proximidade com o lixo. O seu fechamento em 2012 repercute também na saída de alguns moradores para buscarem alternativas econômicas em outras localidades. A professora da creche Vovó Adalgisa no Mutirão narrou sobre a saída de alguns catadores do bairro do Mutirão:

Até onde eu vejo, grande parte dos catadores já saiu de lá. Algumas crianças que estudavam na creche pediram transferência e as outras vivem de recursos da prefeitura. Foram procurar outro local de trabalho. Como o lixo saiu, eles foram atrás de outro local (Professora na Creche Vovó Adalgisa, 26 de abril de 2012).

Percebe-se a continuidade do ciclo de acompanhamento do lixo, os catadores vão aonde exista possibilidade de encontrar materiais, numa contínua garimpagem pela sobrevivência. A situação de pobreza extrema é abrandada pelos programas federais de transferência de renda, porém, a situação de pobreza estrutural desses cidadãos é reproduzida, expressa nas condições precárias de trabalho, na falta de seguridade social.

#### **4.5.2 Poluição difusa e ampliação de áreas contaminadas**

O padrão de deslocamento e localização de plantas de resíduos em Campina Grande-PB sugere a permanência do risco de contaminação. No Primeiro Movimento, a contaminação é evidente, por ter havido a simples troca de um lixão contaminante por outro igualmente nocivo. No Segundo Movimento, espera-se que a permuta de um Lixão por um Aterro Sanitário rompa o ciclo de contaminação. No entanto, as evidências apontam para manutenção dessa configuração. O relatório técnico expedido pela SUDEMA em razão de uma visita técnica no aterro em abril de 2012, conclui:

O chorume está infiltrando no solo, contaminando-o e oferecendo risco de contaminação à água do lençol freático, pois, a administração não está mantendo adequadamente o sistema de tratamento, coleta e disposição final de seus efluentes (Certificado de Análise 015/2012 da SUDEMA) (ANEXO 05).

Em se mantendo a mesma capacidade de contaminação, o aterro sanitário em Puxinanã opera nos moldes de um lixão comum (Figura 43).



Figura 43: Foto piscina de chorume no aterro de Puxinanã  
Fonte: Setor jurídico da SUDEMA, 2012.

Os principais impactos ambientais causados pelo aterro em Puxinanã são, segundo Dantas (2013):

Poluição sonora, resultante do tráfego intenso de caminhões;  
Poluição atmosférica, consequência direta dos problemas operacionais do aterro, a ineficiência da cobertura dos resíduos e a não queima do metano gera maus odores e Poluição Visual, decorrente da ausência da cerca viva e da má cobertura e compactação do resíduo (DANTAS, 2013, p. 111).

A administração do aterro não controla adequadamente a produção de chorume. Segundo Dantas (2013) “a quantidade de lixiviado produzida excedeu o limite máximo que o aterro é capaz de drenar e alguns caminhões saíram do aterro carregados com este líquido perigoso para destino ignorado” (DANTAS, 2013.p.111). A partir de denúncias, a Polícia Militar apreendeu um caminhão tanque

com chorume que seria conduzido para a estação de tratamento da Cagepa<sup>54</sup> no bairro da Catingueira (Figura 44).



Figura 44: Caminhão de chorume apreendido  
Fonte: Adeisa Guimarães Carvalho, julho de 2012.

Diante do exposto, preocupa o fato da política de resíduos sólidos em Campina Grande–PB não ter a questão ambiental como prioridade. Há discrepâncias entre o discurso ambiental oficial e as práticas efetivas. As movimentações do local de descarte de lixo nesta cidade resultaram na contaminação de outras áreas. No Primeiro movimento a cidade passa a ter duas áreas condenadas pela degradação (O Distrito e o Mutirão), no Segundo Movimento a sentença recai sobre o território da cidade de Puxinanã. Embora seja evidente o prejuízo imediato para as populações residentes no bairro do Mutirão e dos moradores residentes próximos ao açude em Puxinanã, a contaminação é difusa. Neste caso ela penetra os corpos d'água, polui os cultivos ao redor e, em sendo o chorume lançado nas redes da Cagepa, seus efeitos podem ser registrados em espaços geográficos ainda mais distantes da sua origem.

Pode-se associar o alinhamento dessa circunstância com a sociedade de risco global, como proposta por Ulrich Beck. Todavia, enfatizando sempre a desigual distribuição social desses riscos. Na política de resíduos historicamente

---

<sup>54</sup> Companhia de Água e Esgotos da Paraíba.

implementada, a distribuição da contaminação incide mais fortemente sobre as comunidades de baixa renda, como a comunidade do Mutirão e os pequenos agricultores de Puxinanã. A fala de uma moradora de Puxinanã resista bem esta distribuição desigual dos riscos:

Quem é de Campina bebe água de Boqueirão, mas, quem é de Puxinanã que bebe água do açude da Milhã não vai poder beber mais não. Os ricos vão beber água mineral mas os pobres vão beber água da torneira, salobra, mas vai beber essa. (Janaína da Silva em entrevista ao Jornal da Paraíba em 05 de janeiro de 2012).

Notam-se os desníveis de poder entre os atores envolvidos diretamente neste processo. Aqueles mais fortes (empresário, políticos, técnicos) terminam por exercer o poder de propriedade sobre os bens de uso comum, ocorrendo uma privatização tácita e institucionalizada dos elementos como o solo, a água, o ar. Exercem poder também sobre o destino das pessoas, sobre sua qualidade de vida e os bens desses indivíduos, a exemplo da desvalorização de casas e terrenos.

O aterro sanitário, nos moldes em que está operando, constitui-se em um inibidor do controle social da poluição. Por ser um ambiente de domínio de uma empresa privada o acesso às suas dependências torna-se mais difícil do que a um lixão comum. Para ter acesso ao espaço necessita-se de autorização, geralmente os técnicos de órgãos de controle ambiental possuem acesso ao local, mas as informações decorrentes dessas visitas técnicas são pouco divulgadas.

#### **4.5.3 Ausência de reabilitação de áreas contaminadas (Ex-Lixões)**

Um marco na política de resíduos campinense é a não reabilitação das áreas contaminadas (ex-lixões). Faltam procedimentos para neutralizar os efeitos dos materiais acumulados, os quais apenas são soterrados e prensados. No espaço do antigo Lixão do Distrito não há nenhum indicativo visível de que aquela área já foi um lixão. Já no ex-lixão do Mutirão, pouco a pouco a vegetação vai cobrindo os materiais e aquele ambiente cinza vai se transformando em uma área plana e verde, dando a falsa sensação de que problema da poluição está extinto. Teme-se que estes ambientes sejam utilizados sem a devida restauração, a exemplo do que aconteceu na antiga Vila do Lixo, atual bairro Itararé.

Em ambos os movimentos do lixo estudados, a prefeitura inclui no discurso oficial o anúncio de projetos para restauração e reaproveitamento dos antigos lixões. No Primeiro Movimento, o prefeito Félix Araújo Filho comunicou que para a área do Lixão do Distrito já teria

Um projeto de urbanização para o terreno onde atualmente é instalado o 'lixão' da cidade no Distrito Industrial. No 'lixão' será construída uma área de lazer que beneficiará a população do Distrito Industrial e dos bairros adjacentes (Jornal da Paraíba, 25 de agosto de 1994).

O senhor Jomeres Tavares, questionado sobre o que foi feito da área do ex-lixão do Distrito, afirma que “toda a área foi aterrada”. Não houve construção de área de lazer como anunciado na época do fechamento do lixão. A área foi aterrada tornando-se área construída e totalmente incorporada ao tecido urbano da cidade.

No Segundo Movimento, o governo de Veneziano Vital do Rego declarou a pretensão de construir um Parque Industrial no espaço do ex-lixão do Mutirão. A comunicação foi feita pelo então secretário de Ciência e Tecnologia, o senhor Emir Candeia. Ele confirma que estudos foram realizados no solo e não haveria risco para a instalação dessas indústrias neste local. O Parque Industrial é anunciado com entusiasmo, fazendo analogia com a área do lixão, onde antes trabalhavam catadores em condições desumanas, será convertida em área industrial que gerará cerca de dois mil empregos formais. O secretário explica:

São empresas importantes em seus segmentos e que encontraram em Campina Grande condições de se instalar e aumentar o seu mercado. Proporcionamos todas as condições fiscais para elas, além de ceder o terreno para que sejam erguidos os empreendimentos (Jornal da Paraíba, Sábado, 04 de agosto de 2012).

Na verdade, o Plano Diretor da cidade classifica a área do Lixão do Mutirão como uma *Zona Especial de Interesse Ambiental*. Cabendo-lhe a recuperação em razão da degradação ambiental e sua destinação “preferencialmente ao lazer da população, de forma a contribuir com o equilíbrio ambiental” (Plano Diretor de Campina Grande – PB, 2006). Nesta perspectiva, o primeiro projeto respondia a este postulado.

A gestão investe na questão da geração de emprego e renda como aporte principal no discurso de recuperação do lixão. Como houve perda de oportunidade econômica para os catadores, o anúncio de um parque industrial supriria este vazio deixado com o fechamento do lixão. Registra-se também a competitividade entre as cidades para atração de investimentos, as concessões que precisam ser ofertadas para satisfação dos investidores; o erário termina patrocinando as condições de reprodução do lucro de empresas privadas.

Na intersecção dos projetos para os ex-lixões nota-se que, no Primeiro Movimento, o projeto de uma área de lazer (um parque) alinha-se com uma tendência da época (anos noventa) à gestão ambiental. O projeto de um parque industrial no Segundo Movimento, responde à inclinação para a gestão social, no sentido da revitalização de espaços precários com vistas a modernização urbana e à geração de renda<sup>55</sup>. Os discursos estão sintonizados com as inclinações da gestão das cidades em cada momento histórico.

Isto significa dizer que, no período histórico do Primeiro Movimento (anos 1990), o discurso de desenvolvimento estava sintonizado com a eminente preocupação com a questão ambiental, o que pode explicar a sugestão de um parque de lazer. No Segundo Movimento (ano 2012) o discurso de desenvolvimento alinha-se a uma tendência de inclusão social através da criação de postos de trabalho e a revitalização de espaços outrora excluídos. Isso posto, esta análise se faz no nível do discurso, porque na ação nenhuma das propostas dos parques (de lazer ou industrial) foi efetivada. Em ambos os movimentos não houve preocupação concreta com o destino dos ex-lixões, tendo sido ignorados seu potencial contaminante e seus usos posteriores.

Cada movimento histórico do lixo estava sob a gestão de um grupo político diferente. Sendo concorrentes entre si, assinala-se que não há diferenças importantes entre a maneira de conduzir a política de resíduos em cada momento. Os dois grupos políticos concorrentes se posicionaram de forma a secundarizar a questão ambiental na política de resíduos sólidos em Campina Grande – PB.

A seguir, gráfico sintético da análise do deslocamento do Lixão do Mutirão para o Aterro de Puxinanã (Segundo Movimento).

---

<sup>55</sup> Mais detalhes sobre Gestão Ambiental e Gestão Social, ver capítulo sobre Planejamento Urbano.



**Quadro 16:** Síntese da análise do capítulo

<b>Segundo Movimento do Lixo</b>	
<b>Cerimônia de Encerramento do Lixão do Mutirão</b>	Clima de campanha eleitoral
	Perplexidade e incerteza para os catadores
	(Re)significação da poluição para beneficiar a gestão
	Discurso Oficial: resolve-se uma degradação ambiental e social
	Ênfase no conflito político: estratégia para desabilitar os opositores
	Cerimônia teatral para enaltecer os gestores em exercício
<b>As críticas à política de resíduos sólidos</b>	Tentativa de solução pela <u>Judiciação dos problemas ambientais</u>
	Uso do <i>Staff</i> especializado para adiar a decisão judicial
	Recorrentes termos de conciliação
	Importância horizontal diferenciada: prioridade para ação de limpeza urbana e pouca atenção à destinação final dos resíduos e à coleta seletiva.
	Desencontro entre legislação ambiental municipal e as práticas efetuadas
	Não cumprimento das leis ambientais
<b>Conflitos relacionados ao Aterro de Puxinanã</b>	Uso de repertório técnico-científico nos dois pólos do conflito
	Apropriação de repertório técnico-científico pela população envolvida no conflito - (re)significação da linguagem qualificada
	O conhecimento científico é (des)essencializado
	Arena definida: órgão de licenciamento ambiental e o judiciário
	Desproporcionalidade de forças na arena do conflito
	Diferenciação entre catador cooperado e catador do lixão
	Ambientalização dos conflitos sociais: o catador posiciona-se como agente ambiental

Fonte: Elaboração própria, maio de 2013.

**Quadro 17:** Síntese da análise do capítulo

<b>O processo de Decisão</b>	Manobras políticas resolvem o conflito, não o problema ambiental
	O fetiche da promessa
	Pouca publicidade dos projetos
	Falta de articulação entre as secretarias municipais
	Precário fluxo de informações
	Fragilização dos espaços de participação
	criação de ambientes alternativos de negociação com alto nível de manipulação.
<b>Consequências do Segundo Movimento do Lixo</b>	Reprodução de condições subumanas de trabalho
	desigualdade de gênero e idade
	Poluição difusa com desigual distribuição das cargas de poluentes e dos custos ambientais
	Exercício do poder de propriedade sobre os bens comuns, a qualidade de vida das pessoas e sobre seu patrimônio
	O ciclo de acompanhamento do Lixo pelos catadores é mantido
	Não reabilitação de áreas contaminadas (ex-lixões)
	As propostas postas para os ex-lixões alinham-se com o modelo de gestão de cidades corrente em cada momento histórico
	Não há diferenças importantes entre a maneira de conduzir a política de resíduos em cada momento

Fonte: Elaboração própria, maio de 2013.

# Considerações Finais

## Considerações Finais

A análise do planejamento urbano em associação com a gestão de resíduos sólidos em Campina Grande – PB, indica uma desarmonia entre o que está posto nos documentos sobre a dimensão ambiental do planejamento urbano e o que efetivamente é executado como gestão ambiental nesta cidade, especialmente no setor de resíduos sólidos. O município conta com uma gama de legislação ambiental sobre resíduos sólidos. Essas leis, historicamente, acompanharam as tendências do debate ambiental globalizado, todavia, possuem pouca aplicabilidade e eficácia na resolução do problema principal: a contaminação causada através das plantas de resíduos. Essa tensão é notória na pouca atenção dada ao planejamento urbano, na medida em que os lixões foram localizados na zona destinada ao crescimento da cidade.

Confere-se também como a temática do lixo é tratada de maneira fragmentada, apresentando frágil articulação com as demais políticas urbanas (saúde, habitação, social). As propostas contidas nas leis não se estendem para a centralidade da existência problemática de depósitos inadequados de lixo. Propõem-se a minimizar as consequências tangíveis geradas pela ausência de uma política pública para o setor. Entende-se assim que existe um hiato entre o que fora planejado como política e sua execução na gestão de resíduos neste município.

A principal característica da política e gestão municipal de resíduos sólidos expressa nos movimentos do lixo na cidade de Campina Grande – PB é a clara secundarização da questão ambiental. Este é ponto de interseção dos dois movimentos estudados. Embora haja ampla divulgação sobre sustentabilidade ambiental e havendo conhecimento da degradação causada por lixões, a problemática ambiental permanece distante das prioridades da gestão municipal campinense no que diz respeito à política de resíduos sólidos. A severidade da contaminação, atestada em laudos técnicos referendados por peritos, não é capaz de provocar a gestão municipal à ação, no intuito de solucionar o problema fulcral: a poluição. A questão não seria como convencer o gestor dos riscos iminentes ou das técnicas adequadas a serem utilizadas? E sim, como a temática ambiental poderá servir à gestão?

Neste caso, a natureza se torna um recurso utilitário para a política partidária do município, ela precisa responder aos interesses do grupo no poder. A natureza será considerada relevante quando ela for útil. Sua degradação e contaminação são relativizadas, suavizadas pela promessa do controle técnico ou da ação futura. Na gestão municipal de resíduos sólidos, a temática ambiental é tão acessória que, para solucionar o problema da poluição, é necessário recorrer ao judiciário. No âmbito judiciário agem os operadores do direito, com seus mecanismos jurídicos capazes de retardar a obrigatoriedade da ação de combate ao problema principal: a poluição. Portanto, a análise dos movimentos do lixo elucida a problemática centralidade que a secundarização da questão ambiental assume na política de resíduos campinense.

Entende-se a questão ambiental nos moldes em que ela é institucionalizada atualmente: sob os marcos da sustentabilidade econômica, social, ambiental e a participação democrática da sociedade. Ao ser sobreposta pela pauta dos interesses políticos-econômicos da gestão em exercício, a política de resíduos sólidos opera posicionando a temática ambiental às margens do processo. A questão ambiental, democrática e sustentável como se pretende, torna-se tangencial à política de resíduos sólidos em Campina Grande – PB. Esta tangencialidade não é neutra, a secundarização da questão ambiental pela gestão municipal é provocativa de outras questões contingentes neste processo, conforme (Figura 45).

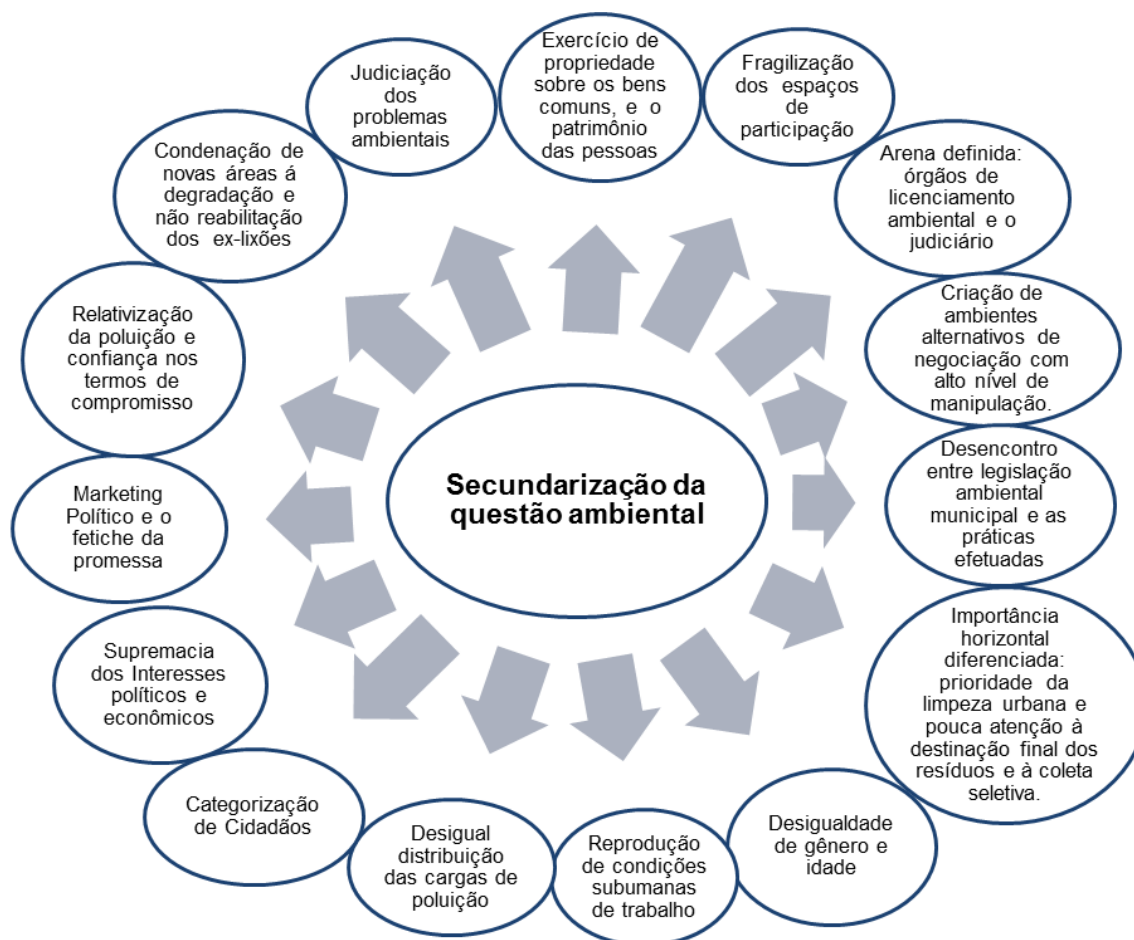


Figura 45: Secundarização da Questão ambiental e problemas relacionados  
Elaboração própria, 2013.

As ações na política de resíduos sólidos campinense ao tratar como secundária a questão ambiental institucionalizada, irrompe em outras questões, tais sejam:

1. A necessidade de acionamento da justiça para obrigar a gestão a resolver um problema ambiental (Judiciação dos problemas ambientais);
2. Plantas de resíduos sólidos que não observam os cuidados com a poluição ambiental, a exemplo de lixões e aterros controlados. Estes equipamentos incidem sobre a natureza, contaminando-a. Desta forma, os gestores exercem o poder de propriedade sobre os bens comuns, determinando sobre sua qualidade e uso. Também exercem

indiretamente poder sobre o patrimônio das pessoas que residem próximo às plantas de resíduos;

3. A busca de novas áreas para plantas de resíduos termina por gerar contaminação de outras áreas. A operação de uma nova área para destinação final não é seguida da restauração ambiental da antiga área (ampliação da contaminação e não reabilitação dos ex-lixões);
4. As ações de fechamento e abertura de planta de resíduos servem, no discurso, como marketing político para a gestão em exercício. Como as ações foram sempre incompletas, recorre-se ao anúncio das promessas. As promessas são celebradas como reais, concretas. Celebram-se então a ação efetivada e o anúncio da promessa, como se ambos fossem efetivadas (fetiche da promessa).
5. A legislação ambiental existente é desprezada, havendo um hiato entre as leis ambientais municipais e as ações implementadas. As leis são substituídas por termos de compromissos e acordos com os órgãos ambientais (relativização da poluição);
6. Os conflitos ambientais que cercam a política de resíduos sólidos campinense possuem uma arena específica: os órgãos de licenciamento ambiental e a justiça;
7. Na política de resíduos as atividades de limpeza urbana adquirem maior visibilidade e importância do que as de destinação final dos resíduos e coleta seletiva (importância horizontal diferenciada);
8. Reprodução do padrão de localização de planta de resíduos nas proximidades de grupos populacionais específicos (aqueles de menor renda), submetendo este público aos efeitos nocivos diretos determinados pela proximidade com a fonte poluidora. Embora a contaminação seja difusa, há uma desigual distribuição social das cargas de poluição;
9. A categorização de cidadãos. Ao escolher uma área para instalação de uma planta de resíduos nas proximidades de uma comunidade, admite-se que os cidadãos ali residentes são menos prezados do que os demais. A cidadania ali não é plena, alguns aspectos concernentes a seus direitos são deliberadamente ceceados. Assim atribui-se a esta

população a condição de cidadãos inferiores, com pouca capacidade de reação eficaz.

10. Falta de preocupação com a implantação de coleta seletiva: despreocupação com as condições insalubres de trabalho dos catadores de materiais recicláveis; pouca articulação entre a política de resíduos e as demais políticas urbanas: saúde, educação, assistência social;
11. Política de resíduos não participativa: não há amplo debate sobre as ações na gestão de resíduos. A gestão despreza os ambientes tradicionais de participação como o Conselho de Meio Ambiente e as audiências públicas. Neutraliza-se o controle social do processo e fragiliza os ambientes tradicionais de participação, tornando-os inoperantes;
12. Ao convocar representantes dos catadores do lixão para negociar sobre compensações os gestores tentam dar contornos democráticos à ação. Ao serem assessorados pelos sucateiros, os catadores do lixão terminaram por não terem espaço para exposição de seus interesses. A troca de ambientes de participação por outros de negociação geram espaços com alto nível de manipulação.

Na interseção entre os dois movimentos do lixo nota-se um maior envolvimento, no Segundo Movimento, de grupos que adotam o mote da sustentabilidade ambiental como princípio para as suas ações. Estes grupos: ONGs ambientalistas, professores universitários, projetos de extensão, grupo de pesquisas, oferecem assessoramento aos catadores e à população diretamente atingida. As ações desses grupos de assessoramento são percebidas na organização de cooperativas de materiais recicláveis, por exemplo. As três principais cooperativas da cidade tiveram início na primeira década dos anos 2000, contando com a orientação de pessoas vinculadas as duas universidades públicas de Campina Grande – PB. O assessoramento destes grupos pode ser identificado como um ponto de inflexão no processo da política de resíduos, pois, eles são responsáveis pela (des)essencialização do conhecimento científico/acadêmico. O repertório técnico especializado e de difícil compreensão é traduzido para os catadores e a população atingida servindo também como estratégia de engajamento político. No exemplo dos catadores cooperados, eles possuem uma linguagem alinhada a dos



operadores do desenvolvimento sustentável, ambientalizam seus discursos ao se apresentarem como agentes ambientais. Já o grupo assessorado pela APAM teve acesso aos documentos técnicos traduzidos em linguagem simples e objetiva, para que pudessem entender a severidade da contaminação iminente. A ação destes grupos de assessoramento técnico ambiental inflexiona a política de resíduos. Por conceder aos aliados do processo um maior empoderamento nos poucos ambientes de discussão. Em um conflito como o da política de resíduos, cuja arena é sinalizada pela desigualdade de forças, dotar os grupos aliados de conhecimento acadêmico (resignificado) é um recurso importante na tentativa de equilibrar a latente desproporcionalidade de forças, conferindo a eles maior empoderamento nos espaços de participação e conflitos. Este conhecimento, transmitido e resignificado, não tolera que a questão ambiental seja tratada de maneira secundária ou servil. Assim, pode-se trabalhar na perspectiva de que a (des) essencialização e resignificação dos conhecimentos científicos/acadêmicos na área ambiental poderá servir como um impulso de mobilização social contra a secundarização da questão ambiental na política de resíduos sólidos.

Se a secundarização da questão ambiental é uma característica da política de resíduos sólidos em Campina Grande – PB, o que justifica as ações pontuais neste setor? A (re) significação da poluição. Nos dois movimentos percebe-se a despreocupação da gestão com a poluição provocada pelos lixões, até um determinado momento em que algo muda fazendo com que o lixão se torne “nada defensável”. No Primeiro Movimento, a insustentabilidade do conflito com a administração aeroportuária e os indicativos de que o lixão estaria atrapalhando o desenvolvimento econômico da cidade desencadearam o interesse da gestão em fechar o Lixão do Distrito. No contexto de fechamento do Lixão do Distrito, a temática ambiental estava na ordem do dia nos debates internacionais, na institucionalização da sustentabilidade nas legislações. No Segundo Movimento, em meio aos novos cenários estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, ver-se a gestão municipal protelar o fechamento do Lixão do Mutirão através de mecanismos jurídicos. Arrasta-se também o conflito com o aeroporto e suscitam-se novos os conflitos referentes ao uso do aterro em Puxinanã.

A insustentabilidade da manutenção dos lixões vincula-se à insustentabilidade da gestão em protelar os conflitos. Como o conflito passa a ser insustentável e a permanência dos lixões traz prejuízo para a gestão, seja material

ou político, a questão ambiental ganha ocasionalmente nova significação. No discurso, a questão ambiental assume posição prioritária, pois, ocasionalmente ela servirá à gestão em exercício. No Primeiro Movimento a resignificação da questão ambiental serve para solucionar, temporariamente, os conflitos com o aeroporto. Também contribuiu politicamente para a imagem ambiental da gestão, mostrando que a prefeitura esta alinhada com a preocupação ambiental global. No Segundo Movimento, a imagem ambiental dos gestores ganha ainda mais importância em um ano de eleições, o conflito com aeroporto é solucionado e as multas oriundas do processo judiciário perdem a razão de existir. Portanto, historicamente, a política de resíduos sólidos campinense opera secundarizando a questão ambiental até que, quando os conflitos decorrentes dos lixões se tornam insustentáveis, a gestão procura resignificar ocasionalmente a questão ambiental, para que ela possa servir aos interesses imediatos do grupo político no poder.

Nos períodos analisados, entende-se que o planejamento urbano e a gestão de resíduos sólidos podem ser classificados como *de ocasião*. O planejamento e a gestão de resíduos *de ocasião* se caracterizam pela secundarização da questão ambiental e sua resignificação ocasional, quando pertinente ao grupo no poder. O planejamento e a gestão *de ocasião* vislumbram os interesses imediatos dos gestores, relativiza a importância do problema principal, busca solucionar os conflitos ao invés do problema. Opera em resposta a algum evento que exija uma ação imediata do estado, subjugando o interesse público àqueles que beneficiam politicamente o governo em exercício.

A importância desta pesquisa está na constatação de que, na política de resíduos sólidos em Campina Grande – PB, a questão ambiental é secundarizada, mas, também passa por uma resignificação, assumindo ocasionalmente uma posição de importância na pauta dos gestores. Essa ocasional posição relevante denota o Planejamento e gestão de ocasião, cujo objetivo primaz é solucionar os conflitos com a gestão e não o problema central. Neste sentido, salienta-se a necessidade de novas pesquisas, em outros setores da política urbana, para uma definição conceitual mais substantiva dos elementos teóricos que compõem o Planejamento *de ocasião*. Assinala-se então o delineamento de um projeto para tese de doutoramento, no qual, sejam elencadas as categorias de análise que indiquem a operação de um *Planejamento de Ocasião* na política municipal.

# Referências

## Referências

ABNT (2004). **NBR 1004 – Resíduos Sólidos – Classificação**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro, 71.

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2010**. Abrelpe, 2011. 186p.

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2010**. Abrelpe, 2011. 186p.

ABRUCIO, Fernando Luiz; COUTO, Cláudio Gonçalves. **A Redefinição do papel do Estado no âmbito local. São Paulo Perspectiva**. 1996, vol.10, n.3, pp. 40-47.

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados. Nº 24, p. 103 – 119, 2010.

ACSELRAD, Henri. *et al.* **A Justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução**. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro. Editora Relume Dumará. Fundação Ford, 2004.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro. Editora Relume Dumará. Fundação Ford, 2004.

ACSELRAD, Henri. **Sentidos da sustentabilidade urbana**. In: ACSELRAD, Henri (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

ACSELRAD, Henri. **Tecnologias Sociais e Sistemas Locais de Poluição**. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 117 – 138, jan/jun de 2006.

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. **Inserção Econômica Internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (organizadores). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte – MG. Editora UFMG, 2010.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro. Editora Relume Dumará. Fundação Ford, 2004.

AIMAR, Lucas; GIANNONE, Gabriel y LISDERO, Pedro (2007). **Conflicto de la Basura en San Francisco: el lugar del trabajo del ciruja en el negocio de la basura**. en SCRIBANO, A. (comp.) *Mapeando Interiores. Cuerpo, conflicto y Sensaciones*. Centro de Estudios Avanzados. UNC. Jorge Sarmiento Editor. Córdoba. Argentina. 2007. ISBN 987-572-118-2- 2007.

ALIER, Joan Martínez. **Curso de Economía Ecológica, Red de formación Ambiental del PNUMA**. México, 1998.

ALIER, Joan Martínez. **Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo, 2ª reimpressão, Contexto, 2011.

ALIMONDA, Héctor. **La colonidad de la naturaleza: una aproximación a la Ecología Política latino americana**. In: ALIMONDA, Héctor (coordinador). *La naturaleza colonizada: Ecología Política y minería*. Buenos Aires. Argentina. Clacso, agosto de 2011.

ALIMONDA, Héctor. **Qué es La Ecología Política? Momento de las definiciones**. In: ALIMONDA, Héctor; PARREIRA, Clélia. *Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas*. Brasília. Flacso – Brasil, Editora Abaré, 2005.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. **Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. En publicación: *Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía*. Héctor Alimonda. CLACSO. 2002. ISBN:950-9231-74-6. Acceso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/alonso.pdf>.

APAM, Associação de Proteção Ambiental. **Não ao Lixão Dourado: agressão ao meio ambiente e à saúde da população**. Cartilha, outubro de 2011.

ARANTES, Pedro Fiori. **Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970**. *Novos Estudos*, Nº 83, março de 2009.

ARANTES, Pedro Fiori. **Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970**. *Novos Estudos*, Nº 83, março de 2009.

ARAÚJO, Elaine Patrícia. **Estudo do comportamento de bactérias aeróbias e anaeróbias totais da biodegradabilidade de resíduos sólidos urbanos da cidade de Campina Grande – PB**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Tecnologias e Recursos Naturais, 2011, 116p.

ARAÚJO, Silveira Vieira de. **Dispensando o Feioso: a construção da higiene estética em Campina Grande (1930 – 1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, abril de 2010.

ARRAES, Ronaldo; DINIZ, Marcelo; DINIZ, Márcia. **Curva ambiental de Kuznets e desenvolvimento econômico sustentável**. Rio de Janeiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Vol. 44; Nº 03. P. 525 – 545. Jul/set de 2006.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. 1999.

BASSUL, José Roberto. **Reforma urbana e Estatuto da Cidade**. EURE (Santiago), Santiago, v. 28, n. 84, setembro de 2002. Disponible en [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S025071612002008400008&I](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025071612002008400008&I)

ng=es&nrm=iso>. acessado en 28 feb. 2013. doi: 10.4067/S0250-71612002008400008.

BASSUL, José Roberto. **Reforma urbana e Estatuto da Cidade**. EURE (Santiago), Santiago, v. 28, n. 84, setembro de 2002. Disponível em <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S025071612002008400008&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025071612002008400008&lng=es&nrm=iso)>. acessado en 28 feb. 2013. doi: 10.4067/S0250-71612002008400008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2004.

BECK, Ulrich. **La Sociedad de Riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona – Espanha. Paidós, 2002.

BECKER, Bertha K. **A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Correa, Roberto Lobato(Org.). 2008. Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 271-307.

BECKER, Bertha K. **Logística: uma nova racionalidade no ordenamento do território?** In: 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro. AGB, 1993.

BHOWMIL, Sharit; CRUZ, Cristina. **As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de suas cidades na Índia**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

BIBLIA, N. T. **Lucas**. Português. Bíblia Sheed. Versão de João Ferreira de Almeida. São Paulo, Nova Vida, 1997. Cap. 16, vers. 19 – 21; 26.

BITOUN. Jan. **Geopolítica do ambiente urbano**. In: 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro. AGB, 1993.

BONATES, Mariana Fialho. 2010 **Leis que (des)orientam o processo de verticalização. Transformações urbanas em Campina Grande à revelia da legislação urbanística**. La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica. Buenos Aires, 2 a 7 de mayo.

BRASIL (2001) Lei 10.257 de 10 de julho de 2001: Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, **estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional.

BRASIL (2001) Lei 10.257 de 10 de julho de 2001: Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, **estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional.

BRASIL. Lei n º12.305, de 02 de agosto de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 de agosto de 2010.

BRITTO, Ana Lúcia. **Saneamento Ambiental nos Planos Diretores Municipais**. In: JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos, MONTANDON, Daniel Todtmann (orgs). Os

planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro. Letra Capital: Observatório das Cidades; IPPUR/UFRJ, 2011.

BRITTO, Ana Lúcia. Saneamento Ambiental nos Planos Diretores Municipais. In: JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos, MONTANDON, Daniel Todtmann (orgs). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro. Letra Capital: Observatório das Cidades; IPPUR/UFRJ, 2011.

BROSIUS, Peter, Comentário a A. Escobar, “**After Nature:...**”, CURRENTANTHROPOLOGY, 40, 1, February 1999.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO. Adeisa Guimarães. **De ‘Vila do Lixo’ à ‘Vila Universitária’ (Itararé): aspectos do desenvolvimento e expansão urbana na zona sul da cidade de Campina Grande – PB**. Monografia (Especialização Desenvolvimento e Meio Ambiente) – FURNE/UNIPÊ, Campina Grande, 2010.

CARVALHO, Mari J. Feitosa; SCOCUGLIA, Jovanka B. **Novos Discursos, velhos problemas: políticas urbanas e planejamento em Campina Grande-PB (1970-2005)**. Revista Alpharrabios, vol. 02, nº 01, 2008.

CAVALCANTE, Livia P. Santana et al. **Educação ambiental para melhorar a qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis**. VI Semana de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba: Caminhos Possíveis para o Enfrentamento das Diversas Formas de Pobreza, 2011.

CERDANO, Pablo Romo. **Organizador. La Conflictividad Social en México por la construcción de Basureros y Confinamientos de Residuos Tóxicos**. México. Observatorio de la Conflictividad Social. SERAPAZ, 2008.

CIRNE, Luiza E. da Mota Rocha; BARBOSA, Marx Prestes. **Mobilização social de empresas, condomínios e entidades públicas federais para implantação da coleta seletiva no município de Campina Grande – PB**. Espírito Santo do Pinhal. Engenharia Ambiental. V.07; Nº 03, p. 119 – 133, jul/set de 2010.

COSTA, Geraldo Magela. **Prática e ensino em planejamento (urbano) no Brasil: da “velha” compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar**. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte, Editora C/Arte, 2008.

COSTA, Geraldo Magela. **Prática e ensino em planejamento (urbano) no Brasil: da “velha” compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar**. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte, Editora C/Arte, 2008.

COSTA. Heloísa Soares de Moura. **A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas**. In: planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte, Editora C/Art, 2008.

COSTA, Heloísa Soares de Moura; CAMPANTE, Ana Lúcia Goyatá; ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de. 2011. **A Dimensão Ambiental nos planos diretores de municípios brasileiros: um olhar panorâmico sobre a experiência recente.** In: JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos, MONTANDON, Daniel Todtmann (orgs). Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro. Letra Capital: Observatório das Cidades; IPPUR/UFRJ.

CUNHA, Luis Henrique. **Da “Tragédia dos Comuns” à Ecologia Política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais.** Revista Raíces. Volume 23, Nº 01 e 02, jan – dez de 2004.

DANTAS, Edilma Rodrigues Bento. **Análise do processo de implementação e operação do aterro sanitário no município de Puxinanã-PB utilizando o sistema de indicador de sustentabilidade pressão-estado-impacto-resposta (P-E-I-R).** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental). Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, fevereiro de 2013.

DEPONTI, Cidônea Marchado; ALMEIDA, Jalcione. **Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica.** XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. Rio Branco, 2008.

DIAS, Célia. **Antonomias discursivas da Ecologia Política (uma análise baseada na experiência do Partido Verde no Rio de Janeiro, 1986 – 1992).** In: Alimonda H. org. Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: FLACSO, 2003.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo; Gaia, 1992, 399p.

DIAS, Sônia Maria. **Coleta Seletiva e Inserção Cidadã: a parceria Poder público/ASMARE em Belo Horizonte.** IN: JACOBI, Pedro (org). Gestão Compartilhada dos resíduos no Brasil Inovação com inclusão social. ANNABLUME. São Paulo, 2006. 163p.

DIAS, Sônia Maria. **Gestão de resíduos sólidos, catadores, participação e cidadania – novas articulações?** WIEGO Série Relatório de Pesquisa em Políticas Urbanas, Nº 08 Julho de 2010.

DUARTE, Fábio, 2007. **Planejamento Urbano.** Curitiba, Ibpex, 177p.

DUARTE, Fábio; ULTRAMARI, Clovis; CZAJKOWSKI, Sérgio. **A cidade e o mercado: enfim, a gestão urbana negociada.** Revista de Desenvolvimento econômico (RDE). Ano X, Nº 17, Salvador – BA, Janeiro de 2008.

DUARTE, Fábio; ULTRAMARI, Clovis; CZAJKOWSKI, Sérgio. **A cidade e o mercado: enfim, a gestão urbana negociada.** Revista de Desenvolvimento econômico (RDE). Ano X, Nº 17, Salvador – BA, Janeiro de 2008.



EINGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo: A limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre. Campus, 2009.

EISENSTADT, S, N. **Modernidades Múltiplas. Sociologia, problemas e práticas**, Nº 35. p. 139 – 163, 2001.

ESCOBAR, Arturo. **Depois da Natureza Passos para uma Ecologia Política Antiessencialista**. In: PARREIRA, Cléria; Alimonda, Héctor. Políticas Públicas Ambientais Latino Americanas. Brasília. FLACSO-BRASIL. Editorial Abaré, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **El final del salvaje: naturaleza, cultura y política em la antropología contemporánea**. Cerec. Instituto Colombiano de Antropología. Santafé de Bogotá, 1999.

FERNANDES, Edesio. **O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística**. In. CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (organizadores). O Estatuto da Cidade Comentado. São Paulo. Ministério das Cidades. Aliança das Cidades, 2010.

FERNANDES, Edesio. **O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística**. In. CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (organizadores). O Estatuto da Cidade Comentado. São Paulo. Ministério das Cidades. Aliança das Cidades, 2010.

FERNANDES, Marcionila. **Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito**. In. FERNANDES, Marcionila e GUERRA, Lemuel (Org.). Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável. Belém: Associação de Universidades Amazônicas. p.129-165, 2006.

FERNANDES, Marcionila. **Ecologia Política das Cisternas de Placas: um abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB**. Revista Cronos, Natal-RN, Vol 10, Nº 02, p. 121-143, jul/dez de 2009.

FERREIRA, Lúcia da Costa. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. Boitempo, São Paulo – SP. p. 154, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO, 1995. **Aeroporto sofre invasão de moscas na Paraíba. Caderno Cotidiano**. São Paulo, quinta-feira, 21 de setembro de 1995.

FREITAS, Carlos Machado de. **Ciência para a Sustentabilidade e a Justiça Ambiental**. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro. Editora Relume Dumará. Fundação Ford, 2004.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília**, p. 211-59, 2000.

GOMES, Adriano Alex Nascimento. **Degradação ambiental ao longo da Alça Sudoeste da cidade de Campina Grande – PB.** Campina Grande-PB: UFCG, 2007, 50p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Campina Grande, 2007.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. **A dimensão socioambiental na gestão dos espaços liminares – o trivial embate entre conteúdo e processo.** In: CARLOS, Ana Fani Alessani; GERAIGES, Amália Inêz, (ogs). Dilemas Urbanos; novas abordagens sobre a cidade. 2. Ed. São Paulo; Contexto, 2005.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOULD, Kenneth A. **Classe social, justiça ambiental e conflito político.** In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro. Editora Relume Dumará. Fundação Ford, 2004.

GUBER, Rosana. **La etnografia: Método, campo y reflexividad.** Enciclopedia latinoamericana de sociocultura e comunicacion. Bogotá: Grupo editorial Norma, 2001, p.146.

GUERRA, Lemuel Dourado *et al.* **Ecologia Política da Construção da Crise Ambiental Global e do Modelo do Desenvolvimento Sustentável.** V.08, Nº 01, p. 09 – 25, março de 2007.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo. Editora UNESP, 1991.

HANNIGAN, John. **Discurso Ambiental.** Tradução: Annahid Burnett. In: HANNIGAN, John. Sociologia Ambiental (coleção Sociologia)..Petrópolis – RJ. Editora Vozes, 2009, p. 61-82.

HANNIGAN, John. **Discurso, relações de poder e ecologia política.** Tradução: Annahid Burnett. In: HANNIGAN, John. Sociologia Ambiental (coleção Sociologia)..Petrópolis – RJ. Editora Vozes, 2009, p. 85-97.

HANNIGAN, John. **Enfoques teóricos contemporâneos para a Sociologia Ambiental.** Tradução: Annahid Burnett. In: HANNIGAN, John. Sociologia Ambiental (coleção Sociologia)..Petrópolis – RJ. Editora Vozes, 2009, p. 35-60.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em 02 de março. 2012.

JACOBI, Pedro; VIVEIROS, Mariana. **Da vanguarda à apatia, com muitas suspeitas no meio do caminho – gestão de resíduos sólidos domiciliares em São Paulo entre 1989 e 2004.** (p 10-64). In: JACOBI, Pedro (org). Gestão Compartilhada dos resíduos no Brasil Inovação com inclusão social. ANNABLUME. São Paulo, 2006. 163p.

JORNAL DA PARAÍBA, 1987. **Aeroporto João Suassuna em péssimas condições de pouso.** Ano XV. Nº 4364. Caderno Cidades. Terça-feira, 17 de março de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, 1987. **Favelados invadem terreno municipal de fazem casebres Município.** Ano XV. Nº 4305, Terça- feira 06 de janeiro de 1987. Caderno: A cidade 5.

JORNAL DA PARAÍBA, 1992. **Cortiços, favelas e bairros.** Ano XX. Nº 5827. Campina Grande-PB. Quarta-feira, 29 de janeiro de 1992.

JORNAL DA PARAÍBA, 1992. **Defesa Civil quer interditar lagoa.** Ano XX. Nº 5848. Sábado, 22 de fevereiro de 1992.

JORNAL DA PARAÍBA, 1992. **Município está pronto para combater doença.** Ano XX. Nº 5808. Domingo 05 de janeiro de 1992. Caderno: Domingo Especial: Cólera.

JORNAL DA PARAÍBA, 1992. **Município passa contar com 27 favelas 90 cortiços e 49 bairros.** Ano XIV. 29 jan. de 1992. A cidade: 5p.

JORNAL DA PARAÍBA, 1992. **Município passa contar com 27 favelas 90 cortiços e 49 bairros.** Ano XIV. 29 jan. de 1992. A cidade: 5p.

JORNAL DA PARAÍBA, 1992. **Solicitada ampliação do aeroporto. Ano XX. Nº 5830. Caderno: Política.** Sábado, 01 de fevereiro de 1992.

JORNAL DA PARAÍBA, 1993. **Incineração.** Ano XXII. Nº 6323. Domingo, 26 de setembro de 1993.

JORNAL DA PARAÍBA, 1994. **Cidade produz 250t por dia, serviço vai ser terceirizado.** Ano XXII. Nº 6620. Campina Grande – PB. Domingo, 27 de março de 1994.

JORNAL DA PARAÍBA, 1994. **Implantação do novo lixão.** Ano XXII. Nº 6487. Campina Grande – PB. Quarta-feira, 13 de abril de 1994.

JORNAL DA PARAÍBA, 1994. **Lixo: o que fazer?** Ano XXII. Nº 6603. Campina Grande – PB. Terça-feira, 30 de agosto de 1994.

JORNAL DA PARAÍBA, 1994. M.G. **Valença inaugura novas instalações.** Ano XXII. Nº 6631. Campina Grande – PB. Quarta-feira, 30 de março de 1994.

JORNAL DA PARAÍBA, 1994. **Plano Diretor com emendas.** Ano XXII. Nº 6497. Campina Grande – PB. Terça-feira, 26 de abril de 1994

JORNAL DA PARAÍBA, 1994. **Prefeitura desapropria terreno para o novo lixão.** Ano XXII. Nº 6599. Campina Grande – PB. Quinta-feira, 25 de agosto de 1994.

JORNAL DA PARAÍBA, 1994. **Reformas no aeroporto começam em maio.** Ano XXII. Nº 6441. Sexta-feira, 18 de fevereiro de 1994.

JORNAL DA PARAÍBA, 1994. **Sessão.** Ano XXII. Nº 6476. Campina Grande – PB. Domingo, 02 de outubro de 1994.

JORNAL DA PARAÍBA, 2012. **Antigo lixo de CG vai abrigar indústrias**. Ano 40. Nº 11.785. Caderno Cidades. Sábado, 04 de agosto de 2012.

KADT, Maarten. **La gestión de los residuos solidos de Estados Unidos em la encrucijada. El reciclaje em la rueda de la producción**. Barcelona, Espanha. Ecología Política. Nº 20, Icaria Editorial, p. 75-93, 2001.

LEFF, Enrique. **La ecología política em América Latina. Un campo em construcción. En publicacion: Los tormentos de la materia**. Aportes para una ecología política latinoamericana. Alimonda, Héctor. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Marzo 2006b.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006a.

LEIS, Héctor Ricardo. **La Modernidad Insustentable: las críticas del ambientalismo a la sociedad contemporánea**. Nordan Comunidad, PNUMA – Programa de la Naciones Unidas para el Medio Ambiente, 2001.

LIPIETZ, Alain. **A Ecologia Política, solução para a crise da instância política?** Ecologia Política: natureza, sociedad e utopia. In: ALIMONDA, Héctor, (org). Ecología política, natureza, sociedad y utopía, CLACSO ASDI, Buenos Aires, 2002.

LITTLE. Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LOPES, José Carlos de Jesus. **Resíduos Sólidos Urbanos: consensos, conflitos e desafios na gestão institucional na Região Metropolitana de Curitiba/PR.2007. 250f.** Tese (Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)- Universidade Federal do Paraná Curitiba, 2007.

LOPES, José Sérgio Leite. **Processos sociais de construção da poluição: percepções, apropriações e traduções**. In: LOPES, José Sérgio Leite. *et al.* A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2004.

MARCELLESI, Florent (2008). **Ecología política: génesis, teoría y praxis de la ideología verde**, Cuadernos Bakeaz, Bilbao – Espanha, Nº 85, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARTINS, Clítia Helena B. **Trabalhadores na Reciclagem e Gestão de Resíduos na Região Metropolitana de Porto Alegre: dinâmicas sócio-econômicas, sócio-**

**ambientais e políticas.** IN: JACOBI, Pedro (org). Gestão Compartilhada dos resíduos no Brasil Inovação com inclusão social. ANNABLUME. São Paulo, 2006. 163p.

MELO, Luiz Gonzaga. **Habitação popular em Campina Grande.** 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CCHLA.

MENEZES, Romualdo Rodrigues. **Reciclagem de resíduos: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável.** In: LIRA, Waleska Silveira; LIRA, Hélio de Lucena; SANTOS, Maria José dos; ARAÚJO, Lincoln Eloy de, (organizadores). Sustentabilidade um enfoque sistêmico. Campina Grande. EDUEP, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: manual de orientação.** Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2012. **Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: manual de orientação.** Brasília.

MONTE-MÓR, R. L. 2006. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil.** In: DINIZ & CROCCO (eds.), Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes (pp. 61-85). Belo Horizonte: Editora UFMG.

MONTE-MÓR, R. L. 2006. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil.** In: DINIZ & CROCCO (eds.), Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes (pp. 61-85). Belo Horizonte: Editora UFMG.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Cidade vivida e cidade planejada.** Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Tomo). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão – SE. Nº 16. Jan a jun de 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **O estado e a exceção ou o estado de exceção?** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, volume 5, nº 01 maio de 2003. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/84>>. Acesso em: 26 Fev. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Lei complementar nº 003, de 09 de outubro de 2006. **Promove a revisão do Plano Diretor do município de Campina Grande.**

QUEIROZ, Marcos Vinícius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950).** Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

REDCLIFT, Michael R. **Os novos discursos de sustentabilidade.** Tradução de Lemuel Dourado Guerra. In. FERNANDES, Marcionila e GUERRA, Lemuel (Org.). Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável. Belém: Associação de Universidades Amazônicas. p. 51- 74, 2006.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. 2007. **Plano Diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual.** Revista de administração Pública. Rio de Janeiro. Nº 41, mar/abr. p. 256-271.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. 2007. **Plano Diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual**. Revista de administração Pública. Rio de Janeiro. Nº 41, mar/abr. p. 256-271.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. **O Estatuto da Cidade e a Questão Urbana Brasileira**, In CARDOSO Adauto e RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. Reforma Urbana e Gestão Democrática. Rio de Janeiro: Renavan/Fase, 2003.

RODRÍGUEZ, CÉZAR. **Á procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SÁ. Nirvana Lígia Albino Rafael de. **A cidade no despertar da era higiênica: A cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (1864 – 1912)**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. **Introdução: para ampliar o cânone da produção**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SCARDUA, Fernando Paiva; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. **Descentralização da Política Ambiental no Brasil**. Brasília. Sociedade e Estado, vol.18, n 1/2, p. 291- 314, jan/dez, 2003.

SILVA, Iranise Alves da. **A crise da moradia: A política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande – PB**. Rio de Janeiro: Agir; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987.

SILVA, Jairo B. da Silva; GUERRA, Lemuel Dourado; GOMES, Ramonildes Alves; FERNANDES, Marionila. **Ecologia Política das Cisternas de Placas: um abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB**. Revista Cronos, Natal-RN, Vol 10, Nº 02, p. 121-143, jul/dez de 2009.

SILVA, Mônica Maria Pereira da. **Resíduos Sólidos: Problemas e Perspectivas**. In: **Curso Formação de Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental – Fase I**. Departamento de Biologia. Universidade Estadual da Paraíba. 01 a 03 de agosto de 2011.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SOUSA, Gonzaga de. **Economia, Política e Sociedade**, Edición electrónica. Textocompletoenwww.eumed.net/libros/2006a/lgs-eps/, 2006.

SOUSA, Luiz Gonzaga de. **Economia, Política e Sociedade**. Edição Eletrônica, 2006. Texto completo em [www.eumed.net/libros/2006a/lgs/eps](http://www.eumed.net/libros/2006a/lgs/eps).

SOUZA, Jessé de. **A Gramática Social da Desigualdade Brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Volume 19, Nº 54, p. 79-96, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os instrumentos da reforma urbana**. In: **SOUZA, Marcelo Lopes de**. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

SUDEMA. **Relatório Técnico de Inspeção do no Aterro Sanitário em Puxinanã e Monitoramento dos Corpos de Água do Entorno**. Certificado de Análise 015/2-12. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria do Estado dos Recursos Hídrico do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia. Superintendência da Administração e do Meio Ambiente. 11 de abril de 2012.

ULTRAMARI, Clóvis. **O fim das utopias urbanas**. São Paulo – SP. Studio Nobel, 2005.

ULTRAMARI, Clóvis; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. **Sobre mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira**. Mercator, Fortaleza, v.11, n.24, p.73-88, jan./abr. 2012.

ULTRAMARI, Clóvis; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. **Sobre mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira**. Mercator, Fortaleza, v.11, n.24, p.73-88, jan./abr. 2012.

ULTRAMARI, Clóvis; REZENDE, Denis Alcides. 2008. **Planejamento estratégico e Planos Diretores municipais: referenciais e bases de aplicação**. *Revista de administração Pública. Curitiba*. V. 12. Nº 03, jul/set. p. 717-737.

ULTRAMARI, Clóvis; REZENDE, Denis Alcides. 2008. **Planejamento estratégico e Planos Diretores municipais: referenciais e bases de aplicação**. *Revista de administração Pública. Curitiba*. V. 12. Nº 03, jul/set. p. 717-737.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria. 2000. **Notas sobre estratégias discursiva do planejamento urbano estratégico**. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único desmanchando consensos. Petrópolis - Rio de Janeiro. 3ª ed. Vozes.

VAINER. Carlos B. **Planejamento Territorial e Projeto Nacional os Desafios da Fragmentação**. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, V.9, n. 1, p. 9 – 23, maio de 2007.

VENTOSA, Ignasi Puig. **Hacia donde va la política europea de resíduos**. Barcelona, Espanha. Ecología Política. Nº 31, Icaria Editorial, p. 69-70, 2007.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço: colonidade, modernidade e processos de territorialização**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (organizadores). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte – MG. Editora UFMG, 2010.

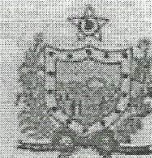


AneXos

## ANEXO 01

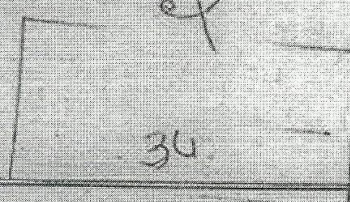


GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
 SECTMA - Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Meio  
 Ambiente  
 SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente



## Relatório de Análise de Projeto - N.º 442/2010

Processo N.º: 2010-000051/TEC/LI-0009  
 Tipo de Licença: Licença de Instalação  
 Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÁ  
 CNPJ: 09.001.744/0001-03  
 Localidade: AV. 28 DE JANEIRO - Nº 20 - CENTRO - CEP: 58.115-000 -  
 PUXINANÁ/PB  
 Endereço da Atividade: - SÍTIO AÇUDINHO, LIMITE COM AS TERRA DE JOÃO FLOPEU COUTINHO -  
 CENTRO - CEP: 58.115-000 - PUXINANÁ/PB  
 Coordenadas Geográficas: Latitude: 0° 00' Longitude: 0° 00'  
 Atividade Principal: Aterros sanitários  
 Atividade Licenciada: ATERRO SANITÁRIO  
 Validade da Licença: 365 dias



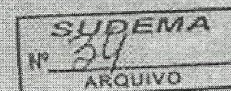
### I. INTRODUÇÃO

Trata o presente processo da avaliação do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto do Meio Ambiente - EIA/RIMA referente ao projeto do Aterro Sanitário do município de Puxinaná/PB. Este projeto foi desenvolvido e elaborado pela Prefeitura, com o apoio do Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente objetivando a implantação do Sistema Integrado para destinação final dos resíduos (lixo) oriundos dos municípios componentes da área metropolitana do compartimento da Borborema que fazem parte do CONDIAMCB, cujos municípios são: Esperança, Lagoa Seca, São Sebastião de Lagoa de Roça, Puxinaná, Montadas, Areal, Boa Vista, Soledade e ainda parte do município de Campina Grande. A solicitação do EIA/RIMA pela SUDEMA, visa atender a Resolução do CONAMA 001/85 ressaltando também a Resolução CONAMA 009/87. Foi efetuada a divulgação, o EIA/RIMA permaneceu na Biblioteca da SUDEMA, para consulta pública, pelo prazo de 45 dias conforme legislação vigente.

Durante este período a Comissão do EIA/RIMA inspecionou a área para implantação do projeto e analisou os estudos apresentados, ao mesmo tempo em que aguardou, manifestação da Sociedade Civil sobre a instalação do empreendimento. (FOTOS EM ANEXO)

Exaurido prazo legal, sem que tenha sido protocolado pedido para realização de audiência pública, a SUDEMA, deu por encerrado o prazo para tal, manifestação dando continuidade aos procedimentos do licenciamento ambiental.

### II. INFORMAÇÕES SOBRE O EMPREENDIMENTO



#### O PROJETO

Trata o aterro sanitário, de um equipamento de grande impacto na conservação/preservação ambiental e na qualidade da saúde da população, onde se pretende instalar no caso analisado na cidade de Puxinaná, distando 12 Km da cidade de Campina Grande, em área territorial com cerca de 70 hectares.

O cenário da área a ser implantado o aterro sanitário de Puxinaná, demonstra uma área já descaracterizada quanto ao aspecto natural face as atividades de agricultura e pecuária naquela região. A gestão dos resíduos sólidos, que compreende todas as medidas técnicas adotadas para a prevenção e redução da geração de resíduos, sua reutilização, manuseio, tratamento e destino final adequados e a recuperação de áreas de aterro deverão estar orientada à:

- Proteção da saúde humana;
- Manutenção da qualidade de vida;
- Melhorias das condições ambientais e conservação dos recursos naturais.

A adoção dessas medidas depende da compreensão clara dos impactos negativos gerados pela implantação da atividade.

Visando atender as necessidades de sua população, o município de Puxinaná e mais sete municípios

## ANEXO 02

circunvizinhos sendo eles: Esperança, Lagoa Seca, São Sebastião de Lagoa de Roça, Montadas, Areal, Boa Vista e Soledade irão firmar um consórcio denominado, Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal da Área Metropolitana - "CONDIAMCB" uma opção que se torna economicamente viável, pois viabiliza a compra de equipamentos mais caros e diminui os custos com funcionários considerando que todo o material residual lixo produzido pelos citados municípios serão dispostos no mesmo aterro sanitário, repartindo as despesas.

O empreendimento objetiva a implantação de um sistema integrado de destinação final adequada para os sete municípios que compõem a área do compartimento da Borborema. A implantação desse empreendimento certamente trará uma melhor qualidade de vida e em especial de saúde pública para população atingida, considerando que todos esses municípios destinam os resíduos sólidos produzidos em lixões a céu aberto fator degradador de alta magnitude.

O aterro sanitário vai beneficiar uma população estimada em 450.000 mil habitantes, e ocupará uma área de cerca de 70 hectares, distando 12 Km do centro de Campina Grande e terá uma vida útil de 21 anos. A estimativa de geração de resíduos em média é de 1.000 toneladas/dia.

Além das células de resíduos sólidos, o aterro vai contar com área para podas, pátio de entulhos e as seguintes unidades operacionais:

- Área administrativa;
- Sistema de drenagem;
- Unidade de compostagem;
- Incinerados para resíduos de serviço de saúde hospitalar;
- Valas sépticas para recebimento das cinzas do incinerador;
- Estação de tratamento de líquidos percolados;
- Células para aterramento dos resíduos urbanos.

### III. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PROJETO

#### CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

##### MEIO FÍSICO

O empreendimento está inserido no domínio quente e seco no nível da Borborema, apresenta uma feição com vários afloramentos rochosos. Na região de um modo geral os solos se apresentam susceptíveis a erosão, onde será implantado o projeto encontramos as seguintes classes de solos: solonetz solidizadas, Bruno não cálcico, Regossolo e os Solos litólicos eutróficos os mais encontrados no município de Puxinanã, o clima é do tipo segundo Koeppen, BWh', BShw' e Awl e sua temperatura encontra-se na faixa dos 22°C. A vegetação original nativa e a caatinga entretanto a área a ser ocupado pelo o Aterro Sanitário, encontra-se descaracterizada devido ao forte antropismo para diferentes fins, ao longo do tempo. A fauna reflete o estado de conservação da cobertura vegetal do local (pagina 19 à 24 do RIMA)

##### MEIO SOCIO-ECONÔMICO

Nos sete municípios consorciados, existe uma dominância de população urbana, esta população gira em torno de 450.000 pessoas, distribuídas em quase 1.500 Km<sup>2</sup>. Sua renda fica em média de 2 a 4 salários mínimos. Quanto aos serviços de bancos, postos de correios, telefones públicos e privados, muitos municípios estão insatisfeitos, os serviços de rede elétrica, abastecimento d'água e rede de esgoto estão se expandindo mas ainda em algumas localidades ficam muito a desejar principalmente pela população mais carente. A economia da região é baseada pelo pólo industrial de Campina Grande, comércio sendo outra atividade que vem se desenvolvendo atualmente que é o turismo. Nos demais municípios a economia se baseia na cultura de subsistência na pecuária e outras criações de pequeno porte.

##### ASPECTOS AMBIENTAIS

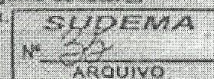
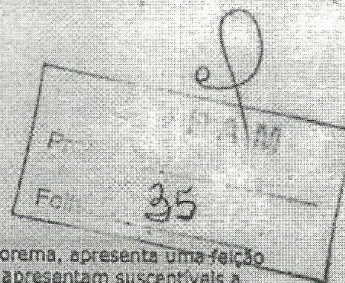
Toda a instalação de empreendimentos geram impactos sejam eles positivos ou negativos, que atuam direto ou indiretamente sobre o meio natural. O estudo apresentado demonstrou uma qualidade satisfatória; entretanto não menciona as medidas mitigadoras dos impactos negativos advindos da instalação do empreendimento ficando condicionados com prazo de 90 (noventa) dias para a apresentação dos mesmos. (fotos em anexo)

O meio ambiente onde será instalado o projeto apresenta-se já descaracterizado devido a utilização para diferentes fins (agricultura e pecuária extensiva) mais frequente.

Em análise ao estudo conclui-se que os impactos adversos incidentes, possivelmente gerados pela execução das etapas do empreendimento, integram 42% do percentual total dos impactos globais, onde; de forma realçada, nota-se que as etapas de instalação e de operação contribuem-se com sua totalidade. Dentre estes, os relevantes compõem-se aproximadamente 21,2% do total, sendo que na instalação contribuem-se com 7% e na operação, 13,8% e os impactos benéficos totalizam 58% do percentual dos impactos globais, estando praticamente distribuídos em todas as fases de implantação do projeto exceção feita para a fase de operação, onde os impactos benéficos superam pela extensa gama de fatores favoráveis como melhoria da saúde, ambiente e manutenção da qualidade de vida.

### IV. PARECER TÉCNICO

Em análise ao EIA/RIMA vislumbrando o projeto executivo do Aterro Sanitário, observou-se que a grande maioria dos impactos adversos são inerentes à implantação da obra e estão relacionados a utilização e manutenção de equipamentos pesados, caminhões e movimento de terra sendo portanto grande magnitude porém temporários. Diante do exposto e considerando os ganhos ambientais quando da fase de operação adequada do Aterro Sanitário e ainda:



## ANEXO 03

Considerando que a implantação do aterro sanitário trará benefícios de ordem social, e ambiental para todos os municípios integrantes do consórcio onde podemos citar:

- Redução da poluição dos corpos d'água considerando o tratamento e destinação adequada do lixo;
- Redução da poluição do solo;
- Redução da poluição do ar;
- Melhoria na qualidade da saúde pública da população atingida pela implantação do aterro sanitário;
- Geração de emprego e renda com a implantação de coleta seletiva;
- A retirada das pessoas dos ambientes insalubres (lixões) onde a degradação humana é visível na disputa pela sobrevivência com insetos, roedores e vetores.

• Considerando a baixa permeabilidade do terreno o que diminui a probabilidade de contaminação do lençol freático;

• Considerando que o projeto elaborado adotou a distância mínima de 200 metros de corpos d'água, superficial parâmetro indicado pela bibliografia específica;

• Considerando que o projeto elaborado está localizado numa distância considerável dos aglomerados urbanos;

• Considerando a existência de vias de acesso já existente evitando maiores desmatamentos para construção de tais acessos;

• Considerando que o local escolhido para implantação do aterro trata-se de uma área praticamente desabitada (zona rural);

• Considerando o difícil acesso para áreas pelos pedestres o que reduz e limita a possibilidade de acesso dos catadores;

• Considerando que área escolhida para implantação do aterro, trata-se de uma área já descaracterizada do ponto de vista ambiental;

• Considerando a distância do aterro aos municípios do consórcio;

• Considerando que área a ser implantado o aterro sanitário segundo projetista não se trata de uma área de recarga de aquífero;

• Considerando que o nível do lençol freático está a mais de 10 metros de profundidade do aterro, ou seja, com uma margem de segurança considerável, ou seja, acima do recomendado pela bibliografia que é de 3 metros;

• Considerando que embora a área escolhida seja uma área de baixa permeabilidade, mesmo assim o projeto contemplou uma camada de argila compactada de 60 cm no fundo do aterro;

• Considerando que o interessado adotou como medida de segurança da implantação da mantas (geomembrana em PEAD- Polietileno de Alta Densidade) no fundo das lagoas para garantir total impermeabilização.

Conclui-se que no projeto em pauta foram analisados os efeitos deste aterro sanitário sobre o ambiente social, econômico e ambiental, vislumbrando que a área escolhida é adequada para receber o empreendimento previsto. O projeto analisado e aprovado foi pela equipe abaixo assinado devendo o interessado implantar todas as medidas de recuperação e compensatórias, apresentadas no EIA/RIMA bem como as sugeridas pela SUDEMA devendo a licença pleiteada ser liberada com um prazo de validade de 365 dias obedecendo aos condicionamentos abaixo relacionados:

## CONDICIONANTES:

1. Comunicar a SUDEMA, a conclusão das etapas de construção do empreendimento para fins de fiscalização;
2. Requerer junto a SUDEMA, autorização para qualquer modificação ao projeto analisado e aprovado nesta órgão;
3. Proteger a Estação de Tratamento de Chorume – ETC com barreiras físicas que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas e animais, sinalizando com placas de advertência;
4. Respeitar as Áreas de Preservação Permanente (APP) definidas pela Lei Federal Nº 4.771 de 25 de setembro de 1965 (Código Florestal) e suas atualizações;
5. Desenvolver e implantar projeto paisagístico na área da ETC, procurando minimizar os impactos negativos advindos da implantação e operação do empreendimento;
6. Dispor adequadamente o material proveniente da execução das obras, sem causar danos ambientais a outras áreas;
7. Requerer a Licença competente junto a SUDEMA com antecedência de 120 (cento e vinte) dias do término do prazo fixado na respectiva licença;
8. Quando na solicitação da Licença de Operação apresentar Plano de Contingência para possíveis ocorrências de contaminação do solo, da água e do ar;
9. Apresentar Plano de recuperação e Recomposição Florística e Paisagística após o encerramento das células;
10. Apresentar Plano de Monitoramento referente ao sistema de controle da qualidade e de tratamento do chorume;

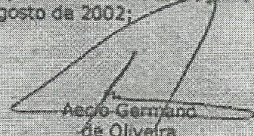
36

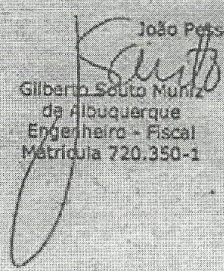
SUDEMA  
Nº 36  
ARQUIVO

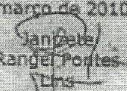
## ANEXO 04

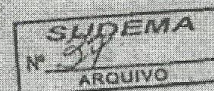
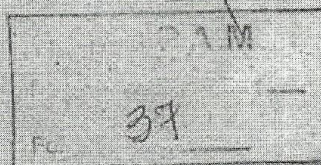
11. Apresentar cronograma de monitoramento com a avaliação e acompanhamento sistemático de estabilidade do maciço e avaliação das pressões internas dos gases e percolado a ser executado após encerramento das células;
12. Apresentar os planos de recuperação adotados como medidas mitigadoras durante a fase instalação do empreendimento no prazo de 90 dias;
13. Manter esta Licença, bem como cópias dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes ora estabelecidos, disponíveis à fiscalização da SUDEMA e aos demais Órgãos do Sistema Nacional do meio Ambiente - SISNAMA.
14. Cumprir com o disposto na Lei 9.985 de julho de 2000 (artigo 36) regulamentada pelo Decreto Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002;

  
 Josélia Rangel  
 de Pontes  
 Coordenadora  
 Matrícula  
 720.210-5

  
 Acio Germano  
 de Oliveira  
 Engenheiro  
 Fiscal  
 Matrícula  
 720.051-0

  
 João Pessoa, 10 de março de 2010  
 Gilberto Souto Muniz  
 de Albuquerque  
 Engenheiro - Fiscal  
 Matrícula 720.350-1

  
 Janete  
 Rangel Pontes  
 Engenheira -  
 Geografa -  
 Fiscal  
 Matrícula  
 720.179-5



## ANEXO 05



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Parecer Técnico nº 34/2011 – IBAMA/SUPES-PB/NLA

João Pessoa, 13 de junho de 2011.

Dos Técnicos: Mario César Milward de Luna – Analista Ambiental  
Priscilla Torquato Tavares – Analista Ambiental

Para: Chefia da DIPRAM  
Marco Antônio Vidal

Assunto: licenciamento ambiental do aterro sanitário de Puxinanã

Referência: processos: 02016.001300/2005-85  
02016.000665/2010-50  
02016.000653/2010-25  
02016.000935/2010-22

Trata o presente Parecer, da análise do estudo ambiental e quesitos formulados pelo Ministério Público Federal e Justiça Federal, no âmbito de processos administrativos do IBAMA e processo judicial que versam sobre a instalação do aterro sanitário de Puxinanã-PB.

#### 1. Da análise do EIA

De um modo geral, o estudo ambiental analisado mostrou-se condizente com a balização fornecida pelo órgão ambiental estadual (SUDEMA) quando da elaboração do Termo de Referência (TR), embora em determinados temas o mesmo tenha se afastado do roteiro orientador fornecido. Da mesma forma, percebe-se que alguns itens foram considerados melhores abordados que outros, fato comum entre os estudos ambientais, posto que são produzidos por equipes multidisciplinares, e, que dificilmente se obtém uma uniformidade na qualidade com que os dados são gerados e apresentados.

Um dos pontos considerados mais interessantes no estudo, refere-se à metodologia empregada para a análise das alternativas locais para implantação do aterro. Essa justificativa levou em consideração aspectos legais, fundiários, ambientais e tecnológicos, cumprindo esse quesito previsto na Resolução CONAMA 01/1985, o qual, a experiência demonstra estar ausente em estudos rotineiramente analisados por este setor de licenciamento. Para a avaliação do local a ser escolhido, o estudo afirma que foram considerados parâmetros abordados em norma da ABNT tais como declividade do terreno, distância e afloramento do lençol freático, permeabilidade do material utilizado, distância de cursos d'água e nascentes, direção dos ventos (odores) e distância de aglomerados humanos (p.17 do EIA).

página 1 de 9

## ANEXO 06

*Distância de residências:*

*Apesar de não existir legislação específica, recomenda-se distâncias mínimas de 500m de residências isoladas e 2.000m de áreas urbanizadas. Obstáculos naturais como elevações de terrenos e matas podem ser consideradas atenuantes das interferências negativas.*



A área escolhida para a implantação do aterro dista aproximadamente 1.800m em linha reta do núcleo urbano de Puxinanã, sendo que em um raio de 500m não foram constatadas presença de aglomerações humanas, mas a existência de casas isoladas, sedes de propriedades rurais, as quais poderão sofrer com os impactos gerados pelos maus odores produzidos no empreendimento. Por sinal, o estudo até cita este como um fator impactante, utilizado como um dos critérios para seleção do local, contudo não trata detalhadamente sobre a direção predominante dos ventos na região e não faz uma abordagem sobre os efeitos nas propriedades adjacentes, nem propõe medidas compensatórias para esses moradores, considerando um cenário da impossibilidade de mitigação deste impacto negativo.

Portanto, o que se tem conhecimento é da existência de normas técnicas e publicações orientativas, as quais, por sua vez, divergem quanto aos valores recomendados de afastamento de um empreendimento desta tipologia e a presença de núcleos urbanos. Nesse caso, entendemos que deve prevalecer o bom senso dos agentes licenciadores, pautados em informações técnicas fundamentadas, estas produzidas por profissionais habilitados quando da elaboração dos estudos ambientais.

### **3. Dos quesitos formulados pela Justiça Federal (processo 02016.001300/2005-33)**


Em decisão proferida pela Justiça Federal, no âmbito do processo 0001903-80.2010.4.05.8201, o IBAMA foi intimado a se manifestar acerca da viabilidade da disposição no aterro ora em análise, dos resíduos sólidos a serem produzidos no município de Campina Grande. Também solicita a Justiça posicionamento frente às supostas irregularidades apontadas pelo Ministério Público Federal, as quais foram tratadas no presente Parecer no trecho anterior (item 2).

A respeito da viabilidade da disposição dos resíduos produzidos em Campina Grande, todo o estudo ambiental e o projeto de implantação do empreendimento está balizado na concepção de um aterro com capacidade para receber os resíduos provenientes dos municípios participantes do consórcio, dentre os quais está contemplado a cidade de Campina Grande. No EIA constam estimativas de produção de resíduos pelos municípios contemplados no consórcio, do período atual até o ano de 2026 (p.48 a 50 do EIA).


Nesse sentido, entendemos que no estudo ambiental elaborado, o qual figura no processo de análise do licenciamento como elemento principal de prestação de informações técnicas, por meio do trabalho de consultoria especializada para tal, está contemplado o cenário de recebimento dos resíduos gerados a partir da população de Campina Grande e, portanto, o aterro foi idealizado desde a sua concepção para ser viável do ponto de vista da capacidade de recebimento desta produção.

## ANEXO 07

Página 1 de 6



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
 SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos  
 Hídricos e da Ciência e Tecnologia  
 SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente



**Parecer Técnico - N.º 755/2011**

<b>Processo N.º:</b>	2010-006504/TEC/LO-2303
<b>Tipo de Licença:</b>	Licença de Operação
<b>Interessado:</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANA CNPJ: 09.001.744/0001-03 Localidade: AV. 28 DE JANEIRO - Nº 20 - CENTRO - CEP: 58.115-000 - PUXINANA/PB
<b>Endereço da Atividade:</b>	- SÍTIO AÇUDINHO, LIMITADO AS TERRAS DE JÃO FLOPEU COUTINHO - ZONA RURAL - CEP: 58.115-000 - PUXINANA/PB
<b>Coordenadas Geográficas:</b>	Latitude: 07º 07' 42,5" Longitude: 35º 56' 59,8"
<b>Atividade Principal:</b>	Aterros sanitários
<b>Atividade Licenciada:</b>	ATERRO SANITÁRIO
<b>Validade da Licença:</b>	750 dias

**I. INTRODUÇÃO**


O aterro sanitário é um equipamento de grande impacto na conservação e preservação ambiental e na qualidade da saúde da população, onde se pretende instalar no caso analisado na cidade de Puxinanã, distando 12 Km da cidade de Campina Grande, em área territorial com cerca de 80 hectares. O cenário da área a ser implantado o aterro sanitário de Puxinanã, demonstra uma área já descaracterizada quanto ao aspecto natural face às atividades de agricultura e pecuária naquela região. O empreendimento obteve a licença de instalação de N. 483/2010 com vencimento em 16 de março de 2011. Apoiado no EIA/RIMA analisado e aprovado através do processo SUDEMA de N.2010-000051 que fundamentou o processo de avaliação de impacto ambiental. Com o empreendimento instalado, o mesmo requereu a Licença de operação que passamos a analisar e emitir parecer. O aterro sanitário vai beneficiar uma população estimada em 450.000 mil habitantes, e ocupará uma área de cerca de 80 hectares, distando 12 Km do centro de Campina Grande e terá uma vida útil de 21 anos.

**II. CONSTATAÇÃO**

O empreendimento já encontra-se instalado, onde quase todas as medidas físicas previstas na Licença de instalação foram executadas. Faltam ainda, as seguintes estruturas: Estação de tratamento de líquidos percolados (chorume), Unidade de Compostagem e Valas sépticas para recebimento das cinzas provenientes do processo de incineração e do serviço de saúde. Foram concluídas as seguintes estruturas: Células para aterramento dos resíduos domésticos e urbanos, Unidade administrativa com edificação de escritórios, guarita e balança, Vias pavimentadas e drenagem superficial. Identificou-se ainda na área do empreendimento o Bota fora onde foi estocado os sedimentos retirados na

acs.sudema.pb:8898/ceberus/rel\_ParecerTec\_impressao.asp?numero=755/2011

8/7/2011





## ANEXO 08

Página 2 de 02

escavação da célula e da lagoa de acumulação de líquidos percolados.

O empreendimento proposto encontra-se na Baía de recarga do manancial Evaldo Gonçalves. Como medida para evitar o risco de contaminação foram colocadas uma camada de aproximadamente 20 cm de Bentonita entre o solo e uma manta impermeável de revestimento da superfície da célula e da lagoa de acumulação. Os taludes que circundam a célula e a lagoa de acumulação, por ocasião da inspeção, encontram-se estabilizados.

Identificou-se o não pagamento da taxa referente aos custos de análise dos estudos durante o tramite da licença de instalação;

Sugerimos ainda, uma análise da comissão de EIA/RIMA tendo em vista que os estudos apresentados não contempla o Estudo de análise de risco onde os cenários acidentários são identificados e medidas preventivas são adotadas com o objetivo de reduzir os riscos potenciais existentes de contaminação do manancial.

O empreendimento possui condição de operar com a disposição final apenas dos resíduos domésticos, não podendo receber os resíduos industriais, de incineração e de serviço de saúde.

O empreendimento objetiva a implantação de um sistema integrado de destinação final adequada para os sete municípios que compõem a área do compartimento da Borborema. A implantação desse empreendimento certamente trará uma melhor qualidade de vida e, em especial, de saúde pública para população atingida, considerando que todos esses municípios destinam os resíduos sólidos produzidos em lixões a céu aberto fator degradador de alta magnitude.

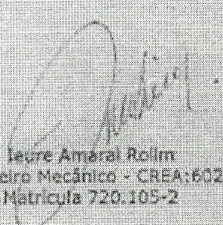
### III. CONCLUSÃO

Do exposto, sugerimos o encaminhamento deste processo para a comissão de EIA/RIMA para apreciação dos fatos relatados e emissão de parecer quanto ao requerimento de licença objeto deste processo, uma vez que a licença de instalação foi apoiada em EIA/RIMA cuja a competência do licenciamento é do COPAM - Conselho de Proteção Ambiental conforme preconiza a lei 6757/99. Recomendamos ainda, que o processo referente a LI seja enviado ao setor competente para verificação dos cálculos empregados.

Obs. Fotos em anexo.

CONDICIONANTES:


João Pessoa, 22 de junho de 2011

  
 Teure Amaral Rolim  
 Engenheiro Mecânico - CREA:6028D  
 Matrícula 720.105-2

acs.sudema.pb.8898/erberus/rel\_ParecerTee\_impressao.asp?numero=755/2011

8/7/201

## ANEXO 09

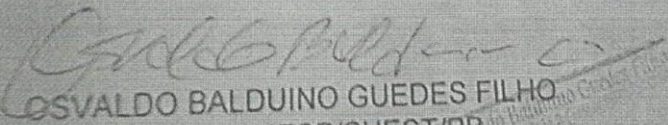
 Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde

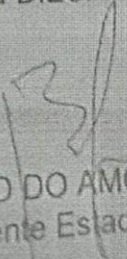
Superintendência Estadual da Paraíba  
DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

DECLARAÇÃO

Informamos para fins de direito que a Superintendência Estadual da Paraíba da Fundação Nacional de Saúde, realizou a pedido da Prefeitura Municipal de Puxinanã/PB, uma Visita Técnica no Sistema de Tratamento dos Resíduos Sólidos do Município – Aterro Sanitário. Constatando aceitável padrão técnico sanitário, cujo relatório em anexo encontra-se em fase final de elaboração pelo setor técnico desta Instituição.

João Pessoa/PB, em 22 de Julho de 2011.

  
OSVALDO BALDUINO GUEDES FILHO  
Chefe da DIESP/SUEST/PB

  
BRUNO ROMANO DO AMORIM GAUDÊNCIO  
Superintendente Estadual da Paraíba

